

CADERNO DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

ESCOLA JUDICIAL



ESCOLA JUDICIAL

TRT - 15ª Região

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
TRT da 15ª Região

v. 13 Índice anual p. 941-1105 jan./dez. 2017



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Escola Judicial do TRT da 15ª Região**

**Caderno de Doutrina e Jurisprudência
da Escola Judicial**

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Diretor

Des. Manoel Carlos Toledo Filho

Vice-diretora

Des. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Conselho Consultivo

Des. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa
Representante dos Desembargadores do Tribunal

Juiz Firmino Alves Lima
Representante dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho

Juíza Camila Ceroni Scarabelli
Representante dos Juízes Substitutos

Servidor Evandro Luiz Michelin
Representante dos Servidores (voz e assento)

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
(voz e assento)

Representantes das Circunscrições

Araçatuba - Juiz Sidney Xavier Rovida
Servidora Rita de Cássia Leite Motooka Kozima

Bauru - Juíza Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima
Servidora Márcia Di Donatto Ferreira

Campinas - Juíza Ana Cláudia Torres Vianna
Servidora Flávia Pinaud de Oliveira Mafort

Presidente Prudente - Juiz José Roberto Dantas Oliva
Servidor Adailton Alves da Silva

Ribeirão Preto - Juiz Fábio Natali Costa
Servidora Mileide Carla Coppede Isaac

São José do Rio Preto - Juiz Hélio Grasselli
Servidora Márcia Mendes Pequito

São José dos Campos - Juiz Marcelo Garcia Nunes
Servidora Meire Ferreira Ferro Franco Kulaif

Sorocaba - Juíza Candy Florencio Thomé
Servidor Raul Tadei Tormena

Coordenação

Des. João Alberto Alves Machado

Organização

Seção de Pesquisa e Publicações Jurídicas
Laura Regina Salles Aranha - Assistente-chefe
Elizabeth de Oliveira Rei
Denise Pereira Toniolo
Daniela Vitória Cassiano Gemim

Capa

Marcello Alexandre de Castro Moreira

Catálogo na Publicação elaborada pela Seção de Biblioteca / TRT 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial / Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Escola Judicial - Campinas/SP, v.1 n.1 jan./fev. 2005-

Continuação do Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Ematra XV

Bimestral

v. 13, Índice anual, jan./dez. 2017

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Trabalhista - Brasil. 3. Jurisprudência do Trabalho - Brasil. I. Brasil. Tribunal do Trabalho da 15ª Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34.331 (81)

CDD - 344.01

® Todos os direitos reservados:

Escola Judicial do TRT da 15ª Região
Rua Barão de Jaguara, 901 - 5º andar - Centro - Campinas/SP
CEP: 13015-927 | Fone: (19) 3731-1683
<http://portal.trt15.jus.br> | e-mail: escolajudicial@trt15.jus.br

Sumário

ONOMÁSTICO.....	945
TÍTULO.....	990
Doutrina.....	990
ASSUNTO.....	991
Íntegras.....	991
Ementário de Jurisprudência.....	998

Observação:

Para facilitar e enriquecer a consulta optou-se por acrescentar o assunto ao índice onomástico; quanto aos índices de doutrina e íntegras, optou-se por acrescentar a autoria.

ALMEIDA FILHO, Roberto Nóbrega de

- O princípio do juiz natural no sistema processual penal português (Artigo)..... 1/5

ANJOS, Alexandre Vieira dos

- Abandono de emprego 6/853
- Abono 6/853
- Ação rescisória 1/42
- Acidente de trajeto 6/856
- Citação de pessoa jurídica estrangeira 1/51
- Citação de pessoa jurídica estrangeira. Nulidade. Inexistência (Íntegra de acórdão) 1/32
- Embargos de declaração 3/356
- FGTS 3/365
- Jogo de futebol 6/856
- Município de Itapetininga 5/782
- Nulidade 6/907
- Professor 3/405
- Responsabilidade subsidiária 6/916
- Vínculo de emprego 5/788

AZEVEDO, Dagoberto Nishina de

- Abuso do direito de defesa 4/527
- Acidente do trabalho 2/174, 4/527, 6/856, 6/857
- Dano moral 3/344, 4/561
- Doença do trabalho 4/581, 6/881
- Indenização por danos morais 3/384, 4/651
- Litigância de má-fé 5/780
- Operadores de máquinas 6/856
- Processo do trabalho 3/404
- Recurso 3/408
- Responsabilidade civil 6/915
- Vínculo de emprego 3/413, 4/651

BARÊA, Sérgio Milito

- Adicional noturno 2/178
- Agravo de instrumento 2/180
- Alteração contratual 2/187
- Contribuição sindical rural 3/341, 4/558, 6/870

- Contribuições previdenciárias.....	2/246
- Embargos de terceiro	2/200
- Execução trabalhista	2/204
- Honorários contábeis.....	2/204
- Litigância de má-fé	2/224
- Município de Mirassol.....	2/230
- Redirecionamento da execução	2/246

BENATTI, Juliana

- WhatsApp	3/327
------------------	-------

BORGES, Fernando da Silva

- Empresa pública	4/588
- Município de São Carlos.....	4/634
- Sindicato	3/422

CARRADITA, Manuel Soares Ferreira

- Adicional	3/321
- Adicional de insalubridade.....	4/532, 5/757, 6/864
- Agravo de instrumento.....	3/324
- Agravo de petição.....	3/325
- Assédio moral	6/864
- Cargo em comissão.....	3/332
- Dano moral.....	3/344, 3/347, 4/562, 5/764, 6/872
- Diferenças.....	5/765
- Diferenças de PLR.....	5/756
- Dispensa por justa causa	4/566
- Dispensa por justa causa. Reversão em juízo. Indenização por danos morais indevida. Ausência de prova quanto à agressão ao patrimônio moral do trabalhador (Íntegra de acórdão)	5/739
- Doença ocupacional	5/766
- Dono da obra	5/757
- Embargos à execução	6/883
- Embargos de terceiro	3/358
- Enquadramento sindical	3/359
- Equiparação salarial	3/360, 5/768
- Execução	3/362
- Horas <i>in itinere</i>	3/373, 3/374
- Indenização	4/611
- Indenização por danos morais.....	3/397, 3/385
- Intervalo	4/612
- Intervalo intrajornada	3/387, 3/388
- Justa causa.....	6/900
- Mandado de segurança	4/628

- Multa	3/397
- Notificação	6/906
- Plano de demissão voluntária.....	3/402
- Professor	3/405, 4/627
- Recurso ordinário	3/408, 4/644
- Relação jurídica	3/381
- Rescisão do contrato	3/416
- Responsabilidade subsidiária	3/418, 4/660, 6/916
- Revista de bolsas	3/348
- Rurícola	3/426
- Trabalho externo.....	3/428
- Vínculo de emprego.....	5/788

CÉSAR, João Batista Martins

- Acumulação de adicionais	4/531
- Acúmulo de funções	4/530, 6/859
- Adicional de insalubridade.....	1/44, 3/317, 6/861
- Administração pública direta.....	4/540
- Agravo de petição.....	2/180
- Assistência médico-hospitalar	1/48
- Ausência de pagamento	1/72
- Caixa Econômica Federal.....	3/423
- Caldeiras.....	6/861
- Cargo de confiança.....	3/331
- Cipa	4/550
- Citação.....	3/333
- Comissão de Conciliação Prévia	4/551, 6/906
- Competência da Justiça do Trabalho	4/551
- Concessionária da rodovia	3/336
- Contribuições sindicais.....	6/871
- Controles de jornada	1/56
- Correção monetária	6/871
- Daesp	6/914
- Dano à moral coletiva	4/621
- Dano material	1/56
- Danos morais.....	3/346, 6/874
- Detran	6/921
- Dispensa discriminatória.....	1/59
- Dispensa em massa	1/60
- Dispensa imotivada	1/62
- Doença ocupacional	3/353, 4/584
- ECT.....	1/68, 3/356
- Embargos protelatórios.....	4/587
- Enquadramento salarial.....	1/69
- Equiparação salarial	4/664
- Expedição de ofício	6/889
- Falta de sanitários	1/59, 3/348

- Falta de sanitários. Indenização por dano moral devida (Íntegra de acórdão).....	2/161
- Férias.....	3/364, 4/591
- Fundação Casa	3/366, 3/368
- Garantia de emprego.....	2/208
- Honorários advocatícios	4/622, 6/891
- Horas extras.....	1/77, 3/375, 3/379, 4/601
- Horas <i>in itinere</i>	1/76, 2/210
- Justiça gratuita.....	6/864
- Legitimidade ativa.....	4/621
- Massa falida.....	1/88, 3/395
- Minutos residuais.....	3/376
- Motoboy	1/98
- Motorista	2/226, 2/243, 3/396
- Multa	4/630, 6/902
- Município	1/91, 6/905
- Município de Adamantina	1/88
- Município de Americana	6/902
- Município de Analândia.....	3/397
- Município de Areiópolis.....	3/398
- Município de Bocaina	6/903
- Município de Brotas.....	6/903
- Município de Catanduva.....	1/88
- Município de Franca	1/88, 6/903
- Município de Guaraçá.....	1/88
- Município de Guaratinguetá.....	3/398
- Município de Ibitinga.....	2/230
- Município de Mogi Guaçu.....	1/89, 6/904
- Município de Motuca.....	1/89
- Município de Penápolis.....	1/89
- Município de Piracicaba.....	4/634
- Município de Presidente Bernardes.....	1/90
- Município de Queluz.....	6/904
- Município de Santa Bárbara d'Oeste.....	3/399
- Município de São Pedro	6/904
- Município de Sorocaba.....	6/904, 6/905
- Nexo técnico epidemiológico.....	4/584, 6/882
- Nulidade.....	2/244
- Nulidade da sentença.....	4/665
- Operador de <i>telemarketing</i>	1/85
- Pedido de verbas rescisórias.....	2/234
- Petrobras	2/244
- Piso salarial	4/639
- Prescrição.....	3/403, 5/783
- Promessa de emprego	4/643
- Reclamação trabalhista	1/82, 2/239
- Recurso ordinário	4/645
- Recurso ordinário deserto	4/541
- Responsabilidade subsidiária.....	1/101, 6/917
- Restabelecimento do contrato.....	6/913

- Revista pessoal	6/876
- Sexta parte	1/49
- Sucen.....	4/667
- Terceirização.....	4/669
- Terceirização ilícita	2/249
- Terceirização lícita.....	1/103, 2/248, 3/423, 6/921, 6/921
- Turnos ininterruptos de revezamento	1/106, 2/250, 6/924
- Unicidade contratual	6/890
- Verbas rescisórias	4/676

COCA, Eleonora Bordini

- Ação civil pública	4/523
- Acidente de trabalho.....	4/526
- Acordo	4/528
- Acúmulo de funções	3/315, 4/530
- Adicional de insalubridade.....	4/533
- Adicional de periculosidade.....	3/320
- Artigo 389 da CLT. Espaço destinado à amamentação. Inexistência. Embaraço à continuidade do pacto laboral. Falta grave do empregador. Rescisão indireta do contrato de trabalho (Íntegra de acórdão)	6/842
- Assédio sexual e moral.....	3/315
- Ausência de preparo.....	2/201
- Cargo de confiança.....	2/184
- Cerceamento de defesa	4/549, 6/867
- Compensação de jornada.....	4/638
- Concurso público	3/336
- Confissão <i>ficta</i>	4/636
- CTPS	4/559
- Dano existencial	2/191, 4/560
- Dano moral	4/533
- Dano pós-contratual	4/564
- Danos morais.....	6/874
- Danos morais coletivos.....	4/523
- Descanso semanal	4/654
- Desconto salarial	4/567
- Deserção	6/877
- Direito de imagem.....	4/564
- Doença ocupacional	4/549
- DSR	3/414
- Empregada bancária	6/866
- Empregado demissionário	4/588
- Escala 6x2	2/218
- Espaço destinado à amamentação	4/554
- Falecimento do trabalhador	2/236, 5/780
- Falência	4/591
- Fundação Padre Anchieta	1/74
- Garantia de emprego.....	6/885

- Guarda municipal.....	4/596
- Horas extras	4/600, 4/654
- Horas <i>in itinere</i>	1/76, 4/599, 4/599, 5/774, 6/892
- Indenização por danos morais.....	1/81, 2/216, 3/384, 6/875
- Intervalo intrajornada.....	1/83, 2/218, 6/897, 6/898
- Justa causa.....	2/223
- Massa falida.....	3/395, 3/395
- Minutos residuais.....	3/414
- Negativa de prestação jurisdicional.....	4/549
- Nulidade da dispensa	4/549
- Petição inicial.....	4/638, 6/922
- Piso salarial	4/639
- Prescrição.....	2/236
- Prestador de serviços.....	6/912
- Professor	6/913
- Redução salarial.....	4/650
- Rescisão indireta	4/656
- Reversão da justa causa	6/901
- Salário básico	6/867
- Supressão do intervalo.....	6/897
- Tempo à disposição.....	4/608
- Testemunha	6/867
- Trabalho do adolescente	6/922
- Vale-transporte	6/897, 6/901
- Zelador de escola.....	2/177

COOPER, Fábio Allegretti

- Ação rescisória	3/312, 6/855
- Acidente de trabalho.....	1/42, 3/313, 4/527, 5/755, 6/855
- Agravo regimental.....	3/326
- Arquiteto	1/86
- Contrato de trabalho.....	6/900
- Correios	3/354
- Diferenças de horas extras.....	2/211
- Diferenças salariais	4/569, 4/570, 6/877
- Dispensa.....	6/900
- Dispensa discriminatória.....	1/91
- Doença ocupacional	1/67, 4/582, 5/766
- Embargos de declaração.....	3/357
- Execução trabalhista	2/204
- Extinção do contrato.....	4/556
- Fundação Casa	2/207, 3/367
- Honorários periciais	5/773
- Horas extras	1/77
- Indenização	4/610
- Indenização por danos morais.....	1/80, 1/81, 2/216
- Intervalo intrajornada.....	6/896, 6/897

- Intervalo	5/777
- Jogador de futebol	2/182
- Justa causa	1/86
- Maquinista	5/771
- Município de Herculândia	6/903
- Processo do trabalho. Audiência. Depoimento pessoal. Indeferimento. Violação ao exercício da garantia constitucional da ampla defesa. Nulidade configurada (Íntegra de acórdão).....	3/302
- Rescisão	4/656, 5/791
- Responsabilidade civil	4/657, 4/657, 5/791
- Responsabilidade subsidiária	2/245
- Reversão da justa causa	6/901
- Servidor público celetista	3/422
- Vendedor	4/676

COOPER, Flavio Allegretti de Campos

- Dano moral. Apelidos. Cabeção (Íntegra de acórdão).....	2/151
-----------------------------------------------------------	-------

COSTA, Jorge Luiz

- Ação rescisória	6/854
- Contribuições previdenciárias.....	2/190
- Enquadramento sindical	2/201
- Intervalo intrajornada	2/218, 2/219, 3/387
- Morte do trabalhador	2/173
- Município de Taciba	3/400
- Processo civil e do trabalho.....	4/643, 3/404, 3/404
- Quinquênio	5/758
- Servidor público	4/665, 4/665, 5/794
- Substituição processual.....	4/667

DE BIASI, Erodite Ribeiro dos Santos

- Agravo de instrumento.....	3/324
- Contribuição confederativa	2/189
- ECT.....	4/586
- Fundação Casa	4/593
- Honorários advocatícios	3/370
- Horas <i>in itinere</i>	2/211
- Minutos	2/221

DE POLI, Sandra

- Auxílio alimentação.....	2/182
- Banco de horas.....	2/184

DIAMANTINO, Adriene Sidnei de Moura David

- Férias.....	5/770
- Intervalo intrajornada.....	4/614, 4/614
- Impugnação dos cálculos.....	4/623

DIAS, Carlos Eduardo Oliveira

- Acordo.....	4/528
- Ausência de cálculos.....	6/886
- Competência territorial.....	4/552
- ECT.....	4/585
- Multa.....	2/227, 4/630
- Responsabilidade subsidiária.....	6/917
- Suspeição de magistrado.....	4/668
- Terceirização.....	4/670

ESCANFELLA, Carlos Augusto

- Acúmulo de função.....	6/858
- Artigo 384 da CLT.....	3/386
- Banco postal.....	6/882
- Dano moral.....	6/873
- Execução.....	4/590
- Incompetência em razão do local.....	1/79
- Lavagem de uniforme.....	6/894
- Motorista de caminhão.....	3/396
- Município de Mairinque.....	4/632
- Plano de incentivo à demissão.....	2/233

FERREIRA, José Otávio de Souza

- Acúmulo de funções.....	3/314
- Administração pública.....	4/541
- Concurso público.....	3/336
- Contrato de trabalho.....	2/188
- Contribuição.....	3/351
- Contribuição confederativa.....	2/188, 189
- Danos morais.....	3/344, 764
- Diferenças salariais.....	2/196, 351
- Dobra de férias.....	3/363, 5/770, 889
- Doença ocupacional.....	3/354
- ECT.....	3/355
- Empregado mensalista.....	4/604
- Extrapolação da jornada.....	2/196
- Fundação Casa.....	3/367
- Horas extras.....	2/213, 604
- Horas <i>in itinere</i>	2/211

- Ilegitimidade de parte	3/380
- Intervalo	4/604
- Município de Cruzeiro	2/229, 631
- Planos econômicos	3/352
- Professor municipal	5/783
- Quinquênio	3/321
- Repercussão do repouso semanal	4/604
- Responsabilidade subsidiária	2/246, 4/661
- Terceirização	3/380
- Terceirização fraudulenta	6/920
- Trabalho externo	3/428

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta

- Abono	4/523
- Ação civil pública	6/853
- Ação civil pública. Contratos de prestação de serviços. Terceirização. Procedimento licitatório municipal deve observar os patamares legais estabelecidos na Lei n. 8.666/1993, operacionalizados pelas Instruções Normativas n. 2/2008 e n. 6/2013 do Ministério do Planejamento. Concessão de tutela inibitória. Garantia eficaz dos direitos trabalhistas. Proteção ao patrimônio público. Aplicação do parágrafo único do art. 497 do CPC/2015 por compatível com o processo trabalhista sob a perspectiva constitucional que confere dimensão substantiva ao princípio da legalidade, alçado ao patamar de direito fundamental pela CF/1988 (Íntegra de acórdão)	6/826
- Acidente de trabalho	1/42
- Administração pública	5/760
- Ampliação de aeroporto	3/416
- Atraso no pagamento	1/104
- Contrato temporário	3/339
- Diferenças salariais	3/351
- Fase de execução	2/205
- Férias	4/653
- Grupo econômico	3/369
- Honorários advocatícios	4/654
- Intervalo	1/84, 3/387, 3/388, 5/777
- Mandado de injunção. Concretização dos direitos previstos na CF. Mora legislativa. Acionamento do Poder Judiciário (Íntegra de acórdão)	4/478
- Mandado de injunção. Efeito concretista (Íntegra de acórdão)	4/478
- Mandado de injunção. Justiça do Trabalho. Competência (Íntegra de acórdão)	4/478
- Mandado de injunção. Revisão geral anual. Súmula Vinculante n. 37 do E. STF. Não incidência (Íntegra de acórdão)	4/478
- Monitora de educação	3/412
- Motorista carreteiro	3/396
- Prêmio assiduidade	3/403
- Professor	2/237, 3/405, 4/627, 4/627
- Remessa oficial	1/100, 2/243, 3/405, 3/412, 4/628, 4/653, 5/785
- Responsabilidade subsidiária	3/420, 4/662, 5/792, 6/882, 6/917
- Revisão geral anual. Direito expressamente assegurado pela Constituição Federal (Íntegra de acórdão)	4/478

- Rurícola	1/42
- Terceirização.....	1/104, 3/425, 5/794

GIANNINI, Daniela Macia Ferraz

- Adicional de insalubridade.....	3/316
- Cálculos	3/331
- Controles de frequência.....	3/342
- Dano moral	6/873
- Dono da obra	3/417
- Empregado público.....	5/767
- Férias.....	4/592, 5/771
- Fundação Casa	5/772
- Horas extras	5/775
- Lei Complementar n. 1.080/2008	3/394
- Recomposição salarial.....	5/793
- Recurso ordinário	5/785
- Regime especial de trabalho	3/390
- Remuneração.....	3/315, 4/654, 5/790
- Responsabilidade subsidiária	5/788
- Sexta parte	3/322
- Terceirização.....	5/794

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto

- Adicional de insalubridade.....	4/531, 5/757, 5/758
- Contribuição assistencial	2/188, 5/758
- Dano moral.....	2/191, 4/562, 4/662, 5/764
- Diferenças salariais	2/196, 4/570, 5/765
- Férias.....	2/206, 3/363
- Gravidez	2/209
- Intervalo	5/778
- Intervalo para alimentação	2/219
- Prova dividida	3/406
- Responsabilidade subsidiária.....	2/245, 3/420, 4/660, 4/662, 4/667, 5/792, 5/793, 6/916
- Sindicato	4/667
- Terceirização ilícita	2/248
- Trabalho a céu aberto.....	2/177
- Trabalho temporário	5/796
- Vigia.....	4/677
- Vigia. Adicional de periculosidade (Íntegra de acórdão).....	5/741

GOMIERI, Olga Aida Joaquim

- Ação cautelar.....	1/41
- Ação de consignação	4/524

- Ação indenizatória	4/524
- Ação trabalhista	4/525
- Acordo coletivo do trabalho	2/174
- Acúmulo de função. Motoboy de farmácia e serviços de limpeza de banheiros dos homens, em escala, entre balconistas e motoboys. Colaboração. Indevido o adicional (Íntegra de acórdão).....	1/12
- Acúmulo de funções	1/44
- Adesão a PDV	4/673
- Adicionais de insalubridade e periculosidade.....	3/375
- Adicional de insalubridade.....	1/45, 4/532, 4/533
- Adicional de periculosidade.....	1/106, 1/46, 2/178, 3/319, 4/535, 4/536, 4/537
- Adicional de transferência	1/47, 1/47, 4/537
- Adicional por tempo de serviço.....	2/179
- Administração pública.....	2/179, 3/323
- Agente comunitário de saúde	3/324
- Agravo de petição.....	4/543, 4/544
- Agravo regimental.....	3/325
- Alteração contratual lesiva.....	1/53
- Anuênios e quinquênios	1/49
- Auxiliar de desenvolvimento infantil.....	4/663
- Auxílio alimentação.....	3/329, 4/624
- Aviso-prévio	4/537
- Bancário.....	2/183, 4/547
- Cartões de ponto	2/235
- Coisa julgada	4/551, 4/559
- Competência da Justiça do Trabalho	4/552
- Contrato	4/554
- Contrato de compra e venda	4/556
- Contrato de facção	2/187
- Contrato de natureza comercial.....	3/338
- Contrato de representação comercial.....	3/338
- Contrato de revenda	3/338
- Contribuição sindical rural	3/340, 3/340, 4/558
- Correção monetária.....	3/343, 4/547, 4/558, 4/626
- Correspondentes bancários.....	2/203, 3/330
- Dano material	4/559
- Dano moral.....	1/57, 2/192, 3/345, 3/346,3/373, 4/547, 4/560, 4/561, 4/563, 4/563, 4/602, 4/626, 1/58, 1/58, 2/202, 3/346, 3/346, 3/347,3/421, 4/561, 4/625
- Dano moral coletivo	4/560
- Depósitos do FGTS	3/364
- Descanso semanal remunerado.....	2/194
- Diferenças salariais.....	2/195, 2/196, 2/223, 3/350, 3/351, 4/569,4/569, 4/570, 4/623
- Dona da obra	4/585
- DSR	3/415
- ECT.....	3/355
- Educador de creche.....	4/625
- Embargos de terceiro	3/357
- Empregada doméstica.....	4/588
- Equiparação salarial	2/202

- Estabilidade Cipa.....	2/203
- Estabilidade gestante	4/595
- Estabilidade pré-aposentadoria.....	2/203, 2/204
- Estabilidade provisória.....	3/360
- Execução	2/204, 4/589, 4/590
- Execução fiscal.....	3/361
- Falta ao trabalho.....	3/363
- Férias.....	3/350, 4/633
- Ferroviário.....	2/206, 4/611
- FGTS	3/365, 4/592
- Fundação Casa	4/593
- Gerente de agência bancária	3/350
- Gestante	4/595
- Gratificação do programa saúde da família.....	2/208
- Gratuidade da justiça.....	2/182
- Homologação.....	4/596
- Honorários advocatícios	3/370
- Hora noturna.....	4/624
- Horas de percurso	4/598
- Horas de sobreaviso.....	3/374, 4/537
- Horas extraordinárias	3/376, 4/601
- Horas extras.....	2/212, 2/213, 3/379, 4/535, 4/602, 4/603, 4/605, 4/606, 4/601
- Horas extras habituais	4/601, 4/607
- Horas <i>in itinere</i>	2/210, 3/372, 4/599
- Incompetência da Justiça do Trabalho	2/223
- Incompetência material da justiça	3/381, 4/608, 4/609
- Indenização	2/215, 4/609
- Indenização para alimentação.....	4/603
- Indenização por danos morais.....	3/383
- Instrumentadora cirúrgica	3/412
- Integrante da Cipa	2/185
- Intervalo	4/613
- Intervalo intrajornada	1/106, 3/386, 4/626
- Intervenção e repasse de verbas	1/85
- Jornada de trabalho.....	2/221
- Jornada especial.....	4/617
- Juros de mora	2/222
- Justa causa.....	1/106, 3/391, 3/392
- Justiça gratuita.....	2/181, 3/328
- Limpeza e higienização de banheiro	2/177
- Liquidação	2/224
- Litigância de má-fé	2/225, 4/623
- Litisconsórcio	4/624
- Litispendência.....	2/225, 4/624
- Local de prestação de serviços	2/225
- Monitora.....	4/626
- Motoboy de farmácia	1/43
- Motorista	2/227, 3/338
- Multa	1/47, 2/227, 3/379

- Município de Aguaí	2/228
- Município de Americana	2/179
- Município de Andradina	3/398
- Município de Barbosa	4/631
- Município de Caconde	2/229
- Município de Campinas	2/246
- Município de Franca	2/229, 4/632
- Município de Mirassol	2/230, 4/632
- Município de Mogi Mirim	4/633
- Município de Monte Aprazível	4/633
- Município de Santa Ernestina	2/231
- Município de Simões Filho	3/323
- Nulidade	2/232
- Nulidade processual	2/232
- Participação nos lucros	2/233
- Pedido de lucros	4/637
- Pedido de vínculo de emprego	4/651
- Pis	2/173
- Plano de saúde	4/640
- Plantão	4/640
- PLR	3/372
- Pré-aposentadoria	4/613
- Prêmios	4/547
- Prescrição	1/94
- Prescrição bienal	2/236
- Prestação de serviço	4/554
- Previdência privada	3/361
- Processo de alçada	2/237, 4/643
- Prova documental	3/406
- Prova emprestada	3/372
- Recolhimentos previdenciários	4/557
- Recurso ordinário	3/408
- Redução do módulo semanal	3/319
- Remuneração	2/243
- Repouso semanal	4/599
- Rescisão contratual	4/655
- Rescisão indireta	2/244, 3/411
- Resolução do pacto laboral	2/223
- Responsabilidade	4/556
- Responsabilidade subsidiária	2/245, 3/419, 4/659, 4/661
- Retenção de CTPS	4/565
- Revelia e confissão	2/247
- Salário profissional	1/102
- Salário substituição	4/602
- Sanasa Campinas	3/360
- Sesi	3/421
- Sexta parte	4/539
- Súmula	4/659
- Supressão de horas extras	4/607

- Suspeição da testemunha	3/426
- Tempestividade	3/411
- Tempo à disposição	2/235
- Termo de conciliação	4/671
- Trabalhador autônomo	4/671
- Trabalho doméstico	3/427
- Trabalho temporário	2/249
- Transação	2/233, 4/672
- Turnos ininterruptos de revezamento.....	1/106, 2/228, 2/250, 4/547
- Unicidade contratual	3/339, 4/625, 4/675
- Vale alimentação	4/546
- Vale-refeição/alimentação	2/183
- Vale-transporte	4/675
- Vigia	4/677
- Vigia e vigilante.....	2/251
- Vínculo de emprego.....	4/652

GRASSELLI, Fabio

- Acidente do trabalho.....	3/313, 6/856
- Acúmulo de funções	3/315
- Adicional de insalubridade.....	3/316, 3/316, 4/532, 5/757, 6/860
- Cerceamento de defesa	2/185, 6/867
- Compensação.....	3/334
- Danos morais.....	3/344, 3/346
- Depoimento pessoal	2/194
- Doença ocupacional	3/353
- Dono da obra	2/200, 4/585
- ECT.....	6/884
- Embargos de declaração.....	1/68, 2/200, 4/587, 6/884
- Empregada gestante	4/594
- Férias.....	2/206, 3/364, 4/592, 5/770, 6/889
- Honorários advocatícios	3/370, 4/597, 6/891
- Honorários periciais prévios	3/371
- Horas extras.....	2/213, 3/377, 3/377, 6/893
- Indenização	4/609
- Indenização por dano moral	3/347, 3/383, 6/875
- Inépcia da inicial	2/217
- Intervalo.....	4/615, 5/777, 5/778, 6/916
- Intervalo intrajornada	4/615, 6/897
- Intervalo para alimentação e descanso	2/219, 6/898
- Legitimidade passiva	3/393, 5/780
- Litispendência	2/225, 3/394, 5/780
- Município de Capão Bonito.....	4/631
- Nulidade processual	2/232
- Prazo	3/403
- Prescrição quinquenal	4/641
- Professor	4/628, 5/784

- Progressão horizontal.....	2/238, 3/405
- Quinquênios.....	3/321, 5/758
- Remessa oficial	3/412
- Responsabilidade subsidiária.....	3/393, 3/417, 4/659, 5/780, 5/792, 6/916
- Valor de alçada	2/250, 3/326, 4/675
- Vínculo empregatício.....	3/414

GRASSELLI, Hélio

- Acordo	4/528
- Acúmulo de funções	1/74, 3/315
- Adicional de insalubridade.....	4/532, 4/612
- Adicional de periculosidade	6/861
- Adicional por tempo de serviço.....	2/179
- Adquirente de boa-fé	1/71
- Aposentadoria compulsória	4/545
- Aposentadoria por invalidez	3/326
- Assalto de empregado.....	3/416
- Audiência inaugural	1/51
- Banco de horas.....	1/51, 3/389
- Causa de pedir	3/382
- Conflito de competência	4/553
- Contato com reeducandos.....	3/322
- Contribuição confederativa	1/54, 4/556
- Contribuição.....	6/896
- Cooperativas de trabalho.....	2/250
- Cortador de cana-de-açúcar.....	6/894
- Dano existencial	3/343, 4/559
- Danos morais.....	1/58, 1/59, 3/347
- Dano moral. Mensagem enviada por ex-empregadora por rede social denegrindo a imagem do ex-empregado (Íntegra de acórdão).....	2/171
- Diferenças de adicional noturno	4/567
- Diferenças salariais	1/62
- Doença ocupacional	4/583
- Doença relacionada ao trabalho.....	6/881
- Empresa em recuperação judicial	1/69, 3/407
- Escala 12x36	3/388, 3/389
- Execução trabalhista	3/361
- Expectativa de contratação	3/381
- Fase pré-contratual.....	3/381
- Ferroviário.....	2/206
- FGTS	3/365
- Gorjetas	1/74
- Gratificação de função.....	3/368
- Honorários advocatícios	1/74
- Honorários periciais	1/54
- Horas de percurso.....	1/75, 1/79, 3/371, 3/372, 4/598, 6/896
- Horas de sobreaviso.....	3/315

- Horas extras.....	3/377, 3/378, 3/378, 4/606
- Horas <i>in itinere</i>	3/389
- Indenização por dano moral.....	1/79, 2/234, 3/383, 3/383
- Indenização por danos morais.....	1/54, 1/81, 3/385, 3/389
- Interdito proibitório.....	1/83, 2/217, 3/385
- Interdito proibitório. Ausência de justo receio. Ato atentatório aos princípios concernentes ao direito de greve e ao princípio da liberdade sindical (Íntegra de acórdão).....	1/30
- Intervalo.....	2/227, 4/612, 5/777, 6/898
- Intervalo intrajornada.....	3/386, 3/389, 4/567, 6/896
- Magistério.....	6/913
- Multa.....	1/81, 2/227
- Município de São Carlos.....	3/400
- Pedido de sobrestamento.....	2/234
- Penhora.....	3/402
- Prescrição.....	1/93
- Professor.....	1/96, 2/237, 4/627, 6/910
- Quinquênios.....	2/179
- Recuperação judicial.....	6/886
- Recurso ordinário.....	3/410
- Recurso.....	1/97, 2/240, 3/408
- Reflexos das horas extras.....	3/379
- Repercussão das horas extraordinárias.....	3/415
- Representação sindical.....	5/790
- Requisição.....	4/655
- Responsabilidade civil do empregador.....	1/101
- Responsabilidade do município.....	3/417, 4/658
- Responsabilidade subsidiária.....	2/234, 3/383, 3/389, 3/417, 6/881, 6/915
- Senai.....	2/242
- Supressão das gratificações.....	3/368
- Tempo à disposição do empregador.....	1/94
- Tempo de sobreaviso.....	3/375, 4/600
- Tempo despendido.....	4/608
- Testemunha contraditada.....	3/426
- Tomador de serviços.....	1/101
- Tratorista.....	1/70
- Turnos ininterruptos de revezamento.....	2/250, 4/674
- Vale alimentação.....	1/107

KITANISHI, Bruna Oliveira Sousa

- Reflexões acerca do papel da Justiça do Trabalho no enfrentamento do limbo jurídico previdenciário trabalhista: princípio da dignidade humana (Artigo).....	3/280
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

LANDI, Flávio

- Acidente.....	3/314
- Assédio moral.....	4/545

- Atleta profissional	2/182
- Dano existencial	1/56
- Dano moral	4/562

LAZARIM, Luiz Antonio

- Abono	4/523
- Abono desempenho.....	3/311
- Ação cautelar	1/41, 3/311
- Ação civil pública	4/523
- Ação coletiva	3/311
- Ação indenizatória	4/525, 5/755
- Acidente de trabalho.....	1/102, 3/313, 4/525, 4/534, 4/639, 6/855
- Acidente de trabalho fatal	4/525
- Acordo	2/174
- Acordo coletivo	4/584
- Acordo judicial	4/528
- Acúmulo de função.....	1/44, 4/530, 4/540, 4/658, 4/668, 6/858, 6/860, 6/919
- Acúmulo de funções	3/320
- Adicionais	4/540, 4/658
- Adicionais de insalubridade	4/535
- Adicional de insalubridade.....	1/45, 1/46, 1/46, 2/174, 2/176, 2/210, 3/316, 3/317, 3/319, 3/350, 3/373, 3/378, 3/394, 4/533, 4/534, 4/540, 4/582, 4/664, 6/859, 6/872
- Adicional de periculosidade.....	1/47, 1/56, 3/317, 3/318, 3/319, 3/320, 3/391, 4/530, 4/535, 4/536, 4/537, 4/642, 4/663
- Adicional de transferência	4/605
- Adicional noturno.....	3/349, 3/373, 4/535, 4/538, 6/858
- Adicional por tempo de serviço.....	2/179, 4/539
- Administração pública.....	3/323, 3/323
- Agravo de instrumento.....	1/49, 3/325, 4/541, 6/862
- Agravo de petição.....	4/542, 6/863
- Agravo regimental.....	3/326
- Alta previdenciária	3/393
- Ambiente de trabalho.....	4/635
- Antecipação de tutela	3/311
- Anuênio.....	4/539
- Arresto de bens	3/394, 3/395
- Artigo 523 do CPC.....	3/403
- Assédio	1/57
- Assédio moral	1/100, 1/78
- Auto de infração.....	4/581
- Auxílio alimentação.....	3/329, 4/605
- Auxílio-doença	6/857
- Bancário.....	3/330, 4/548
- Banco de horas.....	2/184, 4/525, 5/755
- Bem de família.....	3/421
- Cargo de confiança.....	3/322, 3/382, 4/629, 6/887

- Cartões de ponto	4/636, 6/866
- Caseiro	4/651
- Cerceamento de defesa	2/185, 3/332, 3/333
- Cerceamento do direito de defesa.....	3/336
- Chapa	2/243
- Cipeiro	4/550
- Cláusula normativa	4/557
- Cláusulas normativas	3/314
- Coisa julgada.....	1/52, 1/71, 3/334, 3/334
- Colheita de café.....	3/337
- Comissão.....	4/617, 6/919
- Comissionista puro	3/334, 4/636
- Comissões	4/623, 4/629
- Compensação de horas extras.....	4/639
- Compensação de horas.....	3/335
- Compensação de jornada.....	6/857, 6/923
- Competência da Justiça do Trabalho	1/52, 4/552
- Competência territorial.....	4/553
- Competência.....	4/552
- Complementação de aposentadoria.....	4/545
- Concessão aeroportuária.....	2/186, 3/335, 3/335, 4/658
- Concessionária de serviços.....	3/336
- Condições insalubres	3/333
- Confissão <i>ficta</i>	1/53, 3/336, 4/636
- Conta conjunta.....	6/894
- Conta poupança	6/894
- Contratação	4/553, 6/911
- Contrato de experiência.....	3/394
- Contrato de gestão	3/338
- Contrato de trabalho.....	4/555
- Contrato de transporte.....	1/54, 4/555, 6/915
- Contrato por prazo determinado.....	1/54
- Contrato temporário.....	3/339
- Contribuição	3/319
- Contribuição assistencial confederativa	1/44
- Contribuição assistencial.....	3/354, 3/373, 4/619
- Contribuição confederativa.....	1/78, 3/322, 3/374, 3/378, 3/419, 4/534, 4/674
- Contribuição sindical.....	4/557
- Contribuição sindical rural.....	1/55, 2/189, 3/341, 4/558, 6/869, 6/870,
- Contribuições previdenciárias.....	3/402, 4/661
- Controle de ponto	1/55
- Corte de cana	3/350, 4/664, 6/860
- Custas processuais	3/324, 4/542
- Dano existencial	1/93
- Dano material	4/534, 4/536
- Dano moral.....	1/47, 1/56, 1/93, 1/105, 2/191, 2/192, 3/320, 3/323, 3/344, 3/345, 3/391, 3/427, 4/530, 4/534, 4/536, 4/540, 4/562, 4/563, 4/564, 4/569, 4/591, 4/595, 4/605, 4/629, 4/635, 4/636, 4/661, 6/860, 6/866, 6/872, 6/874, 6/884, 6/887, 6/895
- Dano moral coletivo	3/343

- Danos morais.....	1/105, 3/337, 3/347, 4/597, 4/623, 4/661, 4/668, 4/674, 6/858
- Débito trabalhista.....	1/56, 2/193, 3/343, 4/559, 6/858
- Decreto-Lei Municipal.....	3/311
- Desconsideração da personalidade jurídica.....	6/869
- Desistência da ação.....	3/349
- Despedida imotivada.....	2/243
- Desvio de função.....	2/195, 3/349, 3/349, 3/391, 3/429
- Devido processo legal.....	6/869
- Diárias de viagem.....	1/62, 6/893, 6/895
- Diferenças de horas extras.....	6/892
- Diferenças do FGTS.....	4/568
- Diferenças salariais.....	1/63, 2/174, 3/329, 3/351, 3/422, 4/545, 4/570
- Direito aos adicionais.....	3/317
- Dívida ativa.....	4/580
- Divisor do bancário.....	3/330, 3/358, 4/548, 4/583, 4/604
- Doença degenerativa.....	1/67
- Doença ocupacional.....	3/333, 3/353, 3/354, 4/538, 4/582, 4/583, 4/584, 4/669, 6/881, 6/886
- ECT.....	1/68, 3/355
- Embargos à execução.....	4/587
- Embargos de declaração.....	1/68, 3/357, 6/884
- Embargos de terceiro.....	1/69, 3/358, 4/587
- Embargos de terceiro. Execução. Fraude à execução. Não caracterização. Posse mansa e pacífica do imóvel. Adquirente de boa-fé. Ausência de registro do negócio jurídico. Imóvel residencial. Bem de família (Íntegra de acórdão).....	3/291
- Embargos declaratórios.....	3/314
- Empregado público.....	4/552
- Enquadramento sindical.....	1/70, 3/359
- Equiparação salarial.....	1/93, 3/359, 4/595, 6/887
- Estabilidade acidentária.....	2/210
- Estabilidade pré-aposentadoria.....	3/360
- Estimativa de gorjeta.....	4/595, 6/857
- Estorno.....	4/636
- Estorno de comissões.....	3/334
- Excesso de penhora.....	3/362
- Execução.....	1/71, 3/361, 3/411, 4/590, 6/888
- Execução trabalhista.....	2/204, 3/361
- Falta grave.....	3/415, 4/619
- Faxineira.....	4/591
- Fazenda pública.....	4/670
- Férias.....	1/87, 1/95, 3/378, 3/411
- Ferramentas próprias.....	4/570
- FGTS.....	1/89, 3/335, 3/366
- Fraude à execução.....	3/362, 4/542
- Fundação Casa.....	1/73, 3/366, 3/367, 3/377, 4/593
- Fundação para o remédio popular.....	2/207
- Furto.....	2/182
- Garantia de emprego.....	2/208
- Gari.....	4/594

- Gratificação.....	3/368
- Gratificação de função.....	4/604
- Greve.....	2/209, 4/595
- Grupo econômico.....	4/596, 6/891
- Hipoteca judiciária.....	1/67, 3/390
- Honorários advocatícios.....	1/44, 1/46, 1/54, 1/89, 2/175, 2/207, 3/330, 3/335, 3/336, 3/337, 3/344, 3/350, 3/353, 3/366, 3/370, 3/373, 3/378, 3/380, 3/383, 3/394, 3/397, 3/402, 3/407, 3/416, 3/423, 3/426, 4/525, 4/538, 4/540, 4/555, 4/562, 4/582, 4/583, 4/591, 4/593, 4/595, 4/596, 4/597, 4/598, 4/600, 4/601, 4/605, 4/627, 4/630, 4/637, 4/653, 4/658, 4/661, 4/663, 4/666, 4/670, 4/674, 6/857, 6/860, 6/872, 6/872, 6/885, 6/887, 6/919, 6/924
- Honorários periciais.....	1/91, 2/176, 4/535, 4/638, 6/896
- Horas de sobreaviso.....	3/374, 3/422
- Horas extras habituais.....	4/601
- Horas extras.....	1/46, 1/47, 1/67, 1/77, 1/78, 1/93, 3/376, 3/377, 3/378, 3/379, 3/425, 4/539, 4/570, 4/604, 4/605, 4/607, 4/619, 4/637, 6/893, 6/893, 6/919, 6/923
- Horas <i>in itinere</i>	1/75, 2/210, 3/319, 3/350, 3/373, 3/394, 3/428, 3/429, 4/600, 4/619, 4/635, 4/661, 6/861, 6/872
- Illegitimidade de parte.....	4/608
- Imposto de Renda.....	3/423
- Indenização.....	4/609
- Indenização adicional.....	3/382
- Indenização por dano moral.....	1/79, 2/247, 3/349, 3/382, 3/390, 3/429, 4/596, 4/605
- Indenização por danos morais.....	3/383
- Intempestividade do recurso ordinário.....	3/324
- Intervalo interjornada.....	1/105, 3/403
- Intervalo interjornadas.....	1/93, 3/428, 4/597, 6/874, 6/895
- Intervalo intrajornada.....	1/105, 1/47, 1/55, 1/78, 3/319, 3/320, 3/333, 3/335, 3/373, 3/374, 3/377, 3/390, 3/401, 3/428, 4/537, 4/555, 4/564, 4/583, 4/596, 4/613, 4/623, 4/661, 4/674, 6/857, 6/874, 6/907
- Intervalo.....	3/380, 4/535, 4/583, 4/613, 6/858, 6/859, 6/895
- Irredutibilidade salarial.....	4/642
- Isonomia salarial.....	2/220
- Jornada 12x36.....	3/389, 4/663
- Jornada de trabalho.....	3/390, 4/617
- Jornada excessiva.....	1/62, 3/332
- Jornalista.....	4/618
- Julgamento <i>extra petita</i>	3/357, 3/390, 4/618, 6/886
- Julgamento <i>extra/ultra petita</i>	3/391
- Julgamento <i>ultra petita</i>	4/538
- Justa causa.....	3/401, 4/534
- Justiça gratuita.....	2/207, 3/317, 3/328, 3/329, 3/374, 3/403, 3/407, 4/593, 4/621, 4/630, 4/637, 4/638
- Lavoura de cana-de-açúcar.....	3/419
- Lide trabalhista.....	3/335
- Limitação da condenação.....	3/423, 4/622
- Litigância de má-fé.....	1/87, 3/328, 3/360, 3/394, 3/407, 4/542
- Litispendência.....	1/87, 3/394
- Mandado de segurança.....	3/395, 4/628
- Massa falida.....	1/46
- Membro da Cipa.....	1/71

- Minutos residuais.....	3/402, 4/537, 4/584
- Montador.....	4/671
- Mora rescisória.....	3/396, 4/568, 4/629
- Motociclista.....	1/47
- Motorista.....	1/54, 3/337, 3/419, 4/629, 6/923
- Motorista carreteiro.....	4/629
- Motorista de caminhão.....	2/226
- Motorista de carreta.....	2/178
- Motorista e cobrador.....	2/175
- Mudança de regime jurídico.....	1/54
- Multa convencional.....	4/630
- Multa.....	1/93, 3/320, 3/406, 3/416, 4/627, 4/655, 6/872
- Multas.....	3/401, 4/608
- Município.....	1/91, 3/412
- Município de Araraquara.....	1/88
- Município de Casa Branca.....	3/398
- Município de Cruzeiro.....	2/229, 3/398, 4/631
- Município de Panorama.....	1/89
- Município de Pradópolis.....	4/634
- Município de Rio Claro.....	2/231, 3/334
- Município de Rio das Pedras.....	3/399
- Município de São José do Rio Preto.....	3/400
- Negativa de prestação jurisdicional.....	4/623, 4/642
- Normas coletivas.....	3/328, 4/529
- Nulidade processual.....	1/92, 4/635, 6/907
- Obrigação de fazer.....	1/91
- Operador de teleatendimento.....	4/617, 6/900
- Pagamento “por fora”.....	6/919
- Participação nos lucros e resultados.....	3/382
- PDV.....	3/402, 4/637
- Pedido de demissão.....	6/907
- Pedido inicial.....	3/385
- Pedreiro.....	1/48
- Penhora.....	2/234, 3/402, 4/637, 6/886
- Penhora de salários.....	3/395
- Perda auditiva.....	6/923
- Periculosidade.....	3/322, 4/638, 6/895
- Períodos de descanso.....	6/866
- Petrobras.....	4/638
- Piso salarial.....	4/639
- PPP.....	1/92
- Pré-contratação.....	1/92
- Prêmio incentivo.....	2/235
- Prêmio produtividade.....	3/320
- Prescrição.....	3/403
- Prescrição total.....	3/403
- Prestação jurisdicional.....	3/337
- Processo eletrônico.....	3/404
- Processo trabalhista.....	2/237, 3/366, 4/601

- Professor.....	1/87, 1/95, 1/95, 3/335, 3/405, 4/627
- Professor universitário	4/626
- Progressão funcional.....	1/96
- Progressão horizontal.....	1/96, 2/238, 3/406, 4/643
- Propriedade rural	1/55
- Prova pericial.....	1/67
- Quinquênio	1/52, 3/321, 4/618
- Quinquênios.....	4/539
- Reabilitação profissional.....	3/406
- Reajuste.....	4/653
- Reajuste salarial	1/63, 3/407
- Recurso	3/411, 6/884
- Recurso ordinário.....	1/97, 3/409, 3/410, 3/411, 4/645
- Regime 12x36.....	3/385
- Regime de compensação de horas	3/379
- Registro tardio	2/243
- Remessa necessária	3/411, 4/653, 6/913
- Remuneração	3/427
- Repouso semanal remunerado	3/385
- Representação comercial.....	3/413, 4/654
- Rescisão contratual.....	1/100, 1/57, 3/415, 4/655
- Rescisão indireta	1/100, 3/416, 6/858
- Responsabilidade solidária.....	1/104, 3/382, 3/417, 4/658, 6/915
- Responsabilidade subsidiária.....	3/317, 3/420, 4/608, 4/653, 4/660, 4/661, 6/923
- Revelia.....	4/663
- Salário extrafolha.....	3/337
- Salário.....	3/319
- Salário produção.....	1/102
- Salário utilidade	2/247
- Segurança patrimonial.....	1/48
- Sentença.....	1/92, 3/421
- Sentença criminal	4/665
- Servente de pedreiro	2/177
- Servidor público.....	3/412, 3/422, 4/653, 4/666, 6/913
- Servidor público municipal.....	1/103, 3/422
- Sobreaviso.....	6/919
- Sociedade de economia mista.....	3/422, 4/667
- Sucessão trabalhista	4/668
- Supressão de horas extras.....	4/607
- Tendinopatia	3/316
- Terceirização.....	3/425, 3/426, 4/663, 4/669, 4/670
- Terceirização ilícita	1/104
- Título executivo.....	3/331
- Trabalhador externo	3/427, 4/653
- Trabalhador rural.....	2/210, 3/391, 4/674, 6/860
- Trabalhadora doméstica	6/884
- Trabalho em feriados.....	3/401
- Trabalho externo.....	1/105
- Trabalho pastoral.....	1/100

- Trabalho sem registro	3/401
- Turno ininterrupto de revezamento.....	3/428, 4/673
- Turnos ininterruptos de revezamento.....	1/105, 3/391, 3/428, 3/429, 4/635, 4/674, 6/923
- Tutela cautelar	4/629, 6/901
- Tutela cautelar antecedente	3/395
- Tutela inibitória	4/675
- Uniforme	2/192
- Usina açucareira.....	3/421
- Uso de aparelho celular.....	2/184
- Vale alimentação	1/93, 6/857
- Vale-transporte	4/670
- Valor atribuído à causa	1/46
- Vendedor	1/107
- Vendedor externo	1/78
- Verbas rescisórias	3/397
- Vínculo de emprego.....	4/652, 4/653, 6/912
- Vínculo empregatício. Trabalho pastoral voluntário (Íntegra de acórdão).....	2/152

LIMA, Firmino Alves

- Intervalo intrajornada	3/387
--------------------------------	-------

LIMA, Samuel Hugo

- Execução	6/888
- Indenização	6/894
- Processo do trabalho.....	1/95, 2/237, 3/404
- Responsabilidade subsidiária	6/918
- Trabalhador rural	2/177

LIZI, Regiane Cecilia

- Adicional de periculosidade	4/536
- Atividade externa	4/616
- Auxílio alimentação.....	4/546
- Contrato de safra	4/555
- Horas de sobreaviso.....	4/600
- Laudo pericial	4/621
- Município de Cruzeiro.....	4/631
- Responsabilidade subsidiária	4/662
- Vínculo de emprego.....	4/652

LOBO, Luiz Felipe Paim da Luz Bruno

- Embargos protelatórios.....	4/587
- Reparação de ato ilícito	3/327
- Transporte de valores	1/105

LOBO JUNIOR, Helcio Dantas

- Abono	5/755, 6/853
- Ação anterior	6/853
- Ação civil pública	3/311
- Acidente de trabalho	1/43, 4/526, 6/856
- Acúmulo de função	4/529
- Acúmulo de funções	2/175, 2/175, 4/530, 6/858, 6/859
- Adicionais de periculosidade	4/531, 6/859
- Adicional de insalubridade	1/45, 2/177, 4/531, 4/533, 4/534, 5/757, 6/859, 6/860
- Adicional de periculosidade	3/318, 3/320, 4/535, 6/861
- Adicional noturno	2/178, 3/321, 4/538, 5/758, 6/861
- Adicional por tempo de serviço	5/758
- Adicional	6/861
- Agravo de instrumento	3/325, 5/760, 6/862
- Assédio moral	4/546, 6/864
- Assistência judiciária	2/181
- Atraso	4/529
- Ausência de intimação	6/866
- Auxílio alimentação	4/546, 5/761
- Aviso-prévio	6/865
- Bancário	5/761, 6/865
- Benefícios da justiça gratuita	1/50, 4/620
- Carência de ação	1/79
- Cerceamento de defesa	3/332, 4/549
- Comerciarío	3/334
- Compensação de jornada	4/548
- Competência material	4/552, 5/762
- Condenação por danos morais	6/875
- Contratação	4/553
- Contratação temporária	3/337, 4/554
- Contrato de empreitada	2/187, 6/918
- Contrato de franquia	2/188
- Contribuição assistencial	4/556
- Contribuição confederativa	3/340
- Contribuição previdenciária	1/55, 2/189, 4/557
- Contribuição sindical	1/55, 2/190, 4/557, 6/870
- Controle de jornada	5/779
- Correção monetária	2/190, 3/343, 6/872
- Dano moral	4/564
- Danos morais	3/347, 4/565
- Desrespeito ao prazo	4/640, 5/783
- Desvio de função	3/349
- Diferenças de FGTS	3/365
- Diferenças de horas extras	3/376
- Diferenças salariais	4/569, 4/570, 5/765, 6/877, 6/878, 6/914
- Dispensa discriminatória	1/60
- Dispensa sem justa causa	4/567
- Doença ocupacional	4/583, 5/766
- Doença profissional	6/881

- Dono da obra	4/585, 5/766, 6/882
- ECT.....	6/883
- Efeitos da revelia	1/102
- Engenheiro	5/767
- Enquadramento sindical	1/70, 3/358
- Ente público	3/401, 4/589, 5/767
- Ente público. Plano de cargos e salários. Obrigatoriedade de observância aos critérios objetivos e subjetivos. Impossibilidade de alegação de ato discricionário (Íntegra de acórdão)	5/751
- Entrega de atestado	3/401
- Equiparação salarial.....	1/71, 4/664, 5/768, 6/886
- Escala 12x36	6/899
- Exceção de incompetência.....	5/769
- Execução	4/590, 5/769
- Fase pré-contratual.....	3/348, 6/875
- Férias.....	3/363, 5/770, 6/889
- FGTS.....	2/207, 3/365, 5/771, 6/890
- Fixação do valor	5/765
- Fixação dos danos morais.....	6/875
- Fundação Casa	4/592, 6/862
- Gestante	4/594
- Grupo econômico	3/369, 4/596
- Guarda municipal.....	6/875
- Higienização de banheiro público.....	2/176
- Honorários advocatícios	3/370, 5/773, 6/892
- Honorários assistenciais.....	3/371
- Honorários periciais.....	3/371, 4/598, 6/892
- Honorários periciais contábeis.....	3/371
- Horas extras.....	2/214, 4/600, 4/603, 4/606, 4/607, 5/775, 6/893
- Horas extras habituais	1/77, 4/601
- Horas <i>in itinere</i>	2/210, 3/372, 3/374, 4/599, 5/774
- Ilegitimidade de parte	5/776
- Imposto de Renda	2/214, 4/594
- Indeferimento de produção de prova.....	3/333, 4/550
- Indenização por dano moral	6/875
- Indenização por danos morais.....	1/80, 1/81, 2/216, 3/384, 5/765, 6/876
- Indenização	4/611
- Inépcia da inicial	3/385
- Inércia da parte.....	1/85
- Interrupção da prescrição	6/907
- Intervalo	4/611, 5/778, 6/895
- Intervalo interjornada	1/83, 5/776
- Intervalo intrajornada.....	2/219, 4/615, 6/897
- Irregularidades contratuais	4/555
- Jornada 12x36	4/618, 6/893
- Jornada de trabalho.....	4/617
- Jornada especial.....	6/899
- Julgamento <i>extra petita</i>	4/618
- Juros de mora.....	2/222, 4/618, 5/780, 6/900

- Justa causa.....	3/392
- Justiça gratuita.....	4/541, 5/761, 6/865
- Labor em feriados.....	4/607
- Laudo pericial.....	6/908
- Laudo médico pericial.....	2/214
- Licença-prêmio.....	5/780
- Litispendência.....	4/525
- Massa falida.....	2/226
- Membro da Cipa.....	6/885
- Multa.....	3/397, 4/630
- Multa cominatória.....	5/781
- Multa fundiária.....	1/73
- Multa normativa.....	2/228
- Município.....	2/232, 3/400, 6/905
- Município de Piracicaba.....	2/231
- Município de Santa Bárbara d'Oeste.....	5/782
- Natureza jurídica.....	4/546
- Negativa de vínculo de emprego.....	1/98, 4/651
- Ônus da prova.....	1/92
- Pedido de reforma.....	6/869
- Plano de cargos e salários.....	6/919
- Policial.....	1/99
- Prêmio incentivo.....	2/236, 4/641, 6/920
- Prescrição.....	4/642, 5/783
- Processo.....	6/908
- Processo do trabalho.....	4/642
- Processo físico.....	4/642
- Promessa de emprego.....	5/784
- Prosseguimento da execução.....	5/769
- Prova pericial.....	1/96, 2/239, 4/644, 5/784, 5/784, 6/909
- Quinquênio.....	4/539
- Recurso do devedor.....	4/644
- Recurso do devedor principal.....	3/408
- Reenquadramento sindical.....	2/184, 3/359
- Reexame necessário.....	2/242
- Regime jurídico.....	5/788
- Relação de emprego.....	4/651
- Representação comercial.....	6/912
- Representante comercial.....	5/790
- Rescisão do contrato.....	3/401, 3/415, 4/656, 6/901
- Rescisão indireta.....	1/100
- Responsabilidade subsidiária.....	2/246, 3/418, 3/419, 4/660, 5/792, 6/917
- Revelia.....	6/918
- Revisão geral anual.....	6/906
- Rito ordinário.....	1/94
- Rito sumaríssimo.....	6/918
- Rural.....	6/860
- Salário substituição.....	6/914
- Sexta parte.....	2/248, 3/322, 4/666, 6/920

- Sistema 12x36	3/390
- Sistema de jornada 12x36	1/86
- Subcontratação	2/246, 3/420
- Subempreitada	6/918
- Sucessão trabalhista	4/668
- Supressão de horas extras	6/899
- Terceirização	4/669
- Trabalhador rural	2/249
- Trabalho da mulher	4/672
- Trabalho externo	3/428, 4/672, 6/923
- Turnos ininterruptos de revezamento	1/106, 2/250, 3/429
- Uso de celular	5/776
- Vale alimentação	2/183, 3/429
- Valor arbitrado	3/348, 4/565
- Verdade dos fatos	4/624
- Vínculo de emprego	1/99, 2/242, 3/413, 4/652, 5/789, 6/912

LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina

- Abono desempenho	3/311
- Ação de consignação em pagamento	1/41
- Acordo	4/529
- Adicional de insalubridade	2/176, 3/318, 4/533, 6/860
- Adicional noturno	3/321
- Agravo de petição	4/541
- Alienação fiduciária	6/863
- Alta previdenciária	2/180
- Assédio moral	2/192
- Auxiliar de condutor	1/99
- Auxílio alimentação	3/369
- Bancário	3/329
- Banco postal	3/355
- Cerceamento de defesa	4/549
- Contrato de safra	3/338
- Contrato de trabalho	2/188
- Contribuição confederativa	3/342, 6/871
- Contribuição sindical rural	3/340, 4/558
- Contribuições previdenciárias	1/55, 3/342
- Corretor de seguros	3/413, 4/652
- Dano moral	2/191, 3/329, 3/344, 3/345, 6/873
- Danos morais	2/193, 3/346, 4/565
- Depoimento pessoal	2/193, 3/348
- Descanso semanal remunerado	2/194
- Desconto	2/176, 2/190, 4/567, 6/885
- Desvio de função	2/195
- Diarista	6/884
- Doença ocupacional	2/200, 3/354, 4/583
- Dono da obra	2/200

- DSRS.....	4/571
- ECT.....	2/183
- Embargos de terceiro	4/587
- Empregada gestante	6/885
- Enquadramento sindical	3/359
- Equiparação salarial	2/202, 3/359
- Execução	1/71, 3/362, 6/887
- Férias.....	1/98, 4/592
- Fundação Casa	3/366
- Gerente geral.....	1/74, 3/369
- Gestante	6/885
- Gratificação.....	3/369
- Hipoteca judiciária	2/209
- Honorários advocatícios	3/349, 3/369
- Honorários periciais	2/209, 3/371
- Horas extras	1/78
- Horas extras habituais	3/376
- Horas <i>in itinere</i>	1/75, 1/76
- Imposto de Renda	3/380
- Incompetência da Justiça do Trabalho	3/380, 6/868
- Indenização adicional	1/79
- Intervalo.....	1/84, 4/615, 6/860, 6/896
- Intervalo intrajornada.....	1/83, 4/533, 4/613, 6/860, 6/896
- Juros de mora	2/222, 3/391, 4/618
- Justa causa.....	2/223, 3/392, 4/619, 4/620
- Justiça gratuita.....	4/621
- Laudo pericial	6/908
- Motorista	3/396
- Motorista de caminhão	2/193
- Multa normativa	2/228
- Nulidade da sentença.....	1/91
- Nulidade processual	1/91
- Pedido de demissão	1/92
- Pensão mensal	2/193
- Plano de incentivo à aposentadoria.....	2/181
- Policial Militar	1/99
- Preparo	2/241, 2/242
- Prescrição	4/641
- Professor	1/96
- Progressão salarial	2/238
- Reajustes salariais.....	2/239
- Recurso ordinário	1/98, 4/649
- Responsabilidade subsidiária.....	1/101, 3/418, 3/419, 4/659, 6/917
- Revelia e confissão.....	1/84
- Sexta parte	2/247, 2/248
- Telefonista.....	4/668
- Trabalhador externo	2/193
- Trabalho a céu aberto.....	2/190
- Turnos ininterruptos de revezamento	4/673

- Vínculo empregatício 3/413, 4/653, 6/912
- Vínculo empregatício. Auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário.
Motorista de táxi. Regime de colaboração. Não configuração (Íntegra de acórdão)..... 1/27

LOPES, Edmundo Fraga

- Acúmulo de funções 1/44
- Acúmulo de funções. Atividades compatíveis com a condição pessoal do trabalhador.
Acréscimo salarial indevido. Art. 456, parágrafo único, da CLT (Íntegra de acórdão)..... 1/17
- Diferenças salariais 1/62
- Férias..... 3/363, 3/364
- Horas extras 2/212
- Intervalo 3/386
- Intervalo intrajornada 4/614
- Município de Mirassol 4/633
- Município de Rosana 1/90
- Pedido de demissão 4/637
- Professor 4/627

MACHADO, João Alberto Alves

- Adicional de insalubridade 3/318, 4/534
- Dívidas públicas e privadas 4/581
- Inconstitucionalidade 2/220
- Indenização 4/610
- Indenização por danos morais..... 1/80, 2/215, 3/384
- Intervalos intermitentes..... 4/616
- Legitimidade do sindicato 3/393

MAGLIO, Evandro Eduardo

- Remessa oficial 3/412
- Terceirização..... 3/424

MARQUES, Claudinei Zapata

- Ação de indenização 4/524
- Adicional noturno 4/538
- Advogado particular 2/220
- Agravo de instrumento..... 2/180
- Bem de família..... 2/184
- Contribuição previdenciária 2/189
- ECT..... 4/586
- Escala 2x2..... 1/85, 2/220, 3/389, 4/616
- Execução 2/205
- Férias..... 1/72, 5/770, 6/890

- Fundação Casa	2/207
- Honorários advocatícios.....	3/370, 4/616, 5/773, 6/891, 6/921
- Horas extras	1/77
- Intervalo intrajornada	2/221
- Minutos residuais.....	1/78, 2/214, 4/607
- Pagamento “por fora”.....	1/92
- Pequeno valor.....	5/782
- Requisição de pequeno valor	6/906
- Responsabilidade subsidiária	1/101, 3/418, 4/660
- Revista em bolsa	1/93
- Revista em bolsa. Farmácias. Poder diretivo patronal. Regularidade (Íntegra de acórdão).....	1/22
- Terceirização.....	1/103, 1/104, 2/248, 2/249, 3/424, 3/425, 4/670, 5/795, 6/921
- Vale-transporte	1/107

MENDES, Marcus Menezes Barberino

- Aquisição de imóvel.....	3/331
- Artigo 927 do CPC.....	3/374
- Estabilidade gestante	6/885
- Serviço de limpeza	3/423
- Transexual	6/876

MONTANAGNA, Antonio Francisco

- Ação de cobrança.....	4/524
- Acúmulo de função.....	6/858
- Adicional de insalubridade.....	6/859
- Contrato de franquia.....	4/554
- Diferença salarial.....	4/567
- Dispensa em massa	1/61
- DSR	3/414
- Enquadramento sindical	3/358
- Incompetência da Justiça do Trabalho	4/608
- Intervalo intrajornada	4/614
- Legitimidade ativa.....	4/622
- Minutos residuais.....	1/78, 4/607, 6/899
- Multa	4/630
- Prescrição bienal	1/94
- Professor	6/920
- Promoção por antiguidade.....	6/883
- Quinquênio	4/539
- Responsabilidade subsidiária	3/419

MORAES, Gisela Rodrigues Magalhaes de Araujo e

- Adicionais	6/862
--------------------	-------

- Agravo de instrumento.....	3/324
- Agravo interno	3/325
- Fundação Casa	6/862

NUNES, Luiz Roberto

- Abonos.....	2/173
- Ação de cobrança.....	4/523
- Ação de indenização	6/854
- Acidente do trabalho.....	3/313
- Acordo	4/528
- Acúmulo de função.....	4/530, 5/756
- Acúmulo de funções	4/530
- Adicional de insalubridade.....	3/388, 4/531, 4/610, 5/757, 6/860
- Adicional de periculosidade	4/535, 5/758
- Adicional noturno	3/321
- Adoção de regime de 7x1.....	3/388
- Agente comunitário de saúde	2/179
- Agravo de petição.....	1/49, 3/325
- Anuênios.....	1/50
- Aposentadoria.....	3/326
- Aposentadoria espontânea.....	4/545
- Atendente de creche.....	4/539
- Atraso no pagamento	3/328
- Ausência de interesse	4/644
- Banco de horas.....	2/184, 3/331, 5/761
- Bem de família.....	6/894
- Benefícios da justiça gratuita.....	4/620
- Cerceamento de defesa.....	3/332, 4/550, 5/762, 6/867
- Citação por edital.....	2/237
- Comissão de conciliação prévia	1/52, 2/186
- Condições insalubres	4/672
- Confissão <i>ficta</i>	1/53
- Contrarrazões	4/553
- Contribuição assistencial	3/340
- Contribuição confederativa	6/869
- Contribuição sindical.....	4/557
- Conversão dos salários	3/349
- Crédito exequendo	4/559
- Crédito previdenciário.....	5/763
- Dano moral	4/562
- Danos morais.....	4/565
- Demissão por justa causa	4/617
- Diferenças salariais	3/351, 6/877
- Direito de imagem de atleta.....	4/571
- Doença	4/581
- Dono da obra	3/416, 4/585, 6/882
- ECT.....	2/183, 3/356, 4/586, 6/883

- Educador infantil	1/95
- Empregado mensalista	1/85
- Empregado público	4/588
- Engenheiro	6/919
- Enquadramento como instituição financeira	1/70
- Ente público	4/589, 6/914
- Equiparação salarial	6/886
- Execução	5/769, 6/887
- Execução trabalhista	5/769
- Expedição de ofício	6/889
- Fase de liquidação	1/87, 2/224
- Férias	5/770, 6/889
- Gorjetas	5/772
- Grupo econômico	4/596
- Homologação	4/597, 6/902
- Honorários advocatícios	4/597, 5/773
- Horas de intervalo	1/83
- Horas extras	2/213, 3/377, 3/378, 4/606
- Horas <i>in itinere</i>	1/75, 4/599
- Ilegitimidade passiva	4/608
- Impenhorabilidade	4/548
- Indenização por dano moral	2/215
- Indenização por danos morais	1/80, 2/216, 6/875
- Indenização	2/215, 3/382, 4/610
- Inépcia da inicial	3/385
- Inovação recursal	2/217, 6/867
- Insuficiência de alçada	3/326, 5/760
- Interrupção do prazo recursal	6/884
- Intervalo intrajornada	3/388, 6/898
- Intervalo	4/612, 5/778, 6/895
- Jornada	2/221, 6/865
- Jornada 12x36	4/617
- Jornada de trabalho	2/221
- Jornada especial	2/221, 3/390
- Juros de mora	2/222, 5/779, 6/900
- Justa causa	4/620, 6/874
- Justiça do Trabalho	3/381, 6/868
- Justiça gratuita	5/760
- Legislação municipal	4/621
- Legitimidade passiva	2/224, 3/393, 4/622
- Litispendência	4/625
- Mandado de segurança	2/226
- Mudança do regime	4/651
- Multa	3/397
- Município de Bragança Paulista	6/903
- Município de Guaraçai	2/230
- Município de Mairinque	1/89
- Município de Mirassol	4/632, 5/782

- Município de Penápolis.....	2/231
- Município de Rio Claro	1/90
- Nulidade processual	5/782, 6/907
- Parcela do acordo.....	1/43
- Plano de saúde.....	4/639
- Preparo recursal	3/408
- Prescrição.....	4/641
- Professor	4/628
- Prova documental.....	4/643, 6/909
- Quinquênio	4/538
- Recurso ordinário	3/409, 4/649
- Redução de intervalo.....	5/778
- Regime 12x36.....	4/617
- Regime especial de trabalho	1/86, 5/779
- Remessa oficial	2/243
- Rescisão contratual	4/655
- Rescisão indireta	5/791
- Responsabilidade subsidiária.....	4/530, 4/622, 5/792, 5/793
- Revelia.....	4/641
- Servidor público. Mudança de regime celetista para estatutário. Multa de 40% do FGTS indevida (Íntegra de acórdão)	3/293
- Servidor público.....	1/103
- Sexta parte	4/666
- Sobrejornada.....	1/78, 2/214, 3/415, 6/899
- Sonegação de direitos	5/763
- Subempreitada	2/246
- Substituição processual.....	1/103
- Sucessão trabalhista	3/420
- Sumaríssimo.....	2/237
- Terceirização.....	3/425
- Turnos ininterruptos de revezamento	6/923
- Tutela cautelar	4/629
- Vendedor	1/107
- Vigilante.....	2/214, 3/429
- Vínculo empregatício.....	3/413, 3/414, 4/653, 5/789, 6/912
- Vínculo empregatício doméstico.....	1/99

OLIVEIRA, José Antônio Gomes de

- Abono desempenho.....	6/878
- Banco postal	1/64
- Direito do trabalho	3/352, 3/353
- Execução	6/888
- Férias.....	1/64, 6/890
- Intervalo.....	6/879
- Jornada.....	1/64
- Massa falida.....	6/879
- Município de Capão Bonito.....	1/65

- Princípio da intangibilidade salarial	6/880
- Progressão por merecimento	6/910
- Recuperação judicial	6/862
- Recurso ordinário	1/97, 4/648
- Remuneração	4/654
- Responsabilidade civil	6/915

ORTIZ, Ruan Artemio Marques

- Os direitos trabalhistas das mulheres na perspectiva dos instrumentos internacionais e das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero em prol do trabalho digno (Artigo)	4/466
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

PALLONE, Marcelo Bueno

- Acidente do trabalho	4/527
- Diferenças de horas extras	4/568
- Doença ocupacional	4/582
- Fundação Casa	4/594, 6/892
- Justa causa	4/619
- Pagamento “por fora”	4/635
- Reajustes salariais	4/644
- Rescisão do contrato	4/656
- Responsabilidade civil	4/568, 4/657
- Terceirização	4/669

PELEGRINI, Edison dos Santos

- Administração pública estadual	3/323
- Assédio moral	3/327
- Assédio sexual	1/57
- Complementação de aposentadoria	1/50
- Construção judicial	4/636
- Contagem de prazo	2/187
- Correspondente bancário	1/69
- Dano moral por assédio sexual. Ambiente de trabalho. Ofensor de mesmo nível hierárquico. Caracterização (Íntegra de acórdão)	4/505
- Desconsideração da personalidade jurídica	3/407
- Diretor estatutário	6/911
- Dispensa discriminatória	3/348
- Entidades filantrópicas	1/70
- Fundação Casa	1/74
- Indeferimento liminar	2/215
- Justa causa	3/392
- Município	1/90
- Norma coletiva	1/76
- Perfil Profissiográfico Previdenciário	1/42

- Recuperação judicial	3/407
- Redução da hora noturna	1/86, 2/222
- Trabalho a céu aberto	1/76
- Vigilância	1/107

PESTANA, Antonia Regina Tancini

- FGTS	1/73
- Grupo econômico	3/369
- Modalidade de trabalho	3/314
- Plano de saúde empresarial	2/235

PISTORI, Gerson Lacerda

- Ação coletiva	5/755
- Acúmulo de funções	4/531
- Adicional de insalubridade	5/757
- Auxílio alimentação	4/546
- Caixa Econômica Federal	4/545
- Condenação em honorários sucumbenciais	4/541
- Constituição Federal	4/540
- Correção monetária	4/614
- Correios	6/883
- Dano moral	4/630
- Danos morais	4/565, 4/652
- ECT	6/883
- Ente público	6/915
- Fazenda pública	4/591
- Fundação Casa	4/593
- Gratificação	3/368
- Hierarquia das leis	4/596
- Honorários advocatícios	4/614
- Horas extras	4/604, 4/606
- Horas <i>in itinere</i>	5/774
- Identidade física do juiz	4/642
- Interdito proibitório	5/776
- Intervalo intrajornada	4/614
- Justiça do Trabalho	6/868
- Massa falida	4/565
- Multa	4/630, 5/781
- Município	4/635
- Município de Pradópolis	6/904
- Perícia médica	4/637
- Quarteirização	4/667
- Recurso ordinário	4/647
- Revisão geral anual	4/665
- Servidor municipal	6/906

- Servidor público	4/665
- Servidor público celetista	6/920
- Sesi.....	6/914
- Súmula.....	3/423
- Vínculo empregatício	4/652

PITAS, José

- Abando de emprego	1/41
- Ação rescisória	1/42, 3/312, 6/855
- Acidente de trabalho.....	3/312, 4/525, 4/526, 3/313
- Acúmulo de funções	1/44, 2/175
- Adicional de insalubridade.....	1/45, 1/46, 3/316, 3/317
- Adicional de periculosidade	1/46, 2/178, 3/320
- Adicional noturno	2/178
- Administração pública.....	3/323
- Agravo de petição.....	3/325
- Alta previdenciária	4/544
- Apelo.....	4/614
- Apreciação das provas	6/863
- Arguição de inconstitucionalidade	3/327
- Assédio moral	2/181
- Assinatura do empregado.....	3/328
- Atividade externa	1/50
- Aviso-prévio	3/329
- Bancário.....	4/547
- Banco de horas.....	1/51, 6/866
- Cerceamento de defesa	3/332
- Cerceamento do direito de produzir prova	1/51
- Coisa julgada	2/185
- Competência.....	6/868
- Competência territorial.....	2/186
- Concessão aeroportuária	2/186
- Concessionária de serviços públicos.....	1/53
- Configuração da justa causa	1/86
- Confissão <i>ficta</i>	3/337
- Contrato de aprendizagem	1/53
- Contrato de aprendizagem. Ausência de frequência a cursos de aprendizagem. Jornada de trabalho de oito horas diárias. Não caracterizado (Íntegra de acórdão)	2/155
- Contrato de trabalho	2/188, 4/555
- Contribuição confederativa	2/189
- Contribuição previdenciária	2/189
- Cooperativa	3/343
- Dano moral.....	1/58, 2/191, 3/345, 3/345, 4/562, 6/872
- Danos morais.....	2/192, 3/317, 3/347
- Desconto de contribuição	6/871
- Diárias de viagem	4/567
- Dispensa de empregado.....	1/59

- Dispensa discriminatória.....	2/199, 4/566
- Doença ocupacional	2/199
- Embargos de terceiro	2/200
- Empregado	4/588
- Empresa em recuperação judicial	4/588
- Equiparação salarial	2/201, 3/360, 4/664
- Escala 12x36	3/388, 6/894
- Estabilidade provisória.....	2/204
- Extinção do feito	1/72, 2/205, 3/362
- FGTS	1/73, 3/366
- Honorários advocatícios	3/370
- Honorários periciais	3/371
- Horas extras.....	2/212, 3/376, 3/378, 4/606
- Horas <i>in itinere</i>	3/374, 4/598, 6/892
- Infração.....	1/83
- Infração de intervalo	3/317
- Intervalo	4/615
- Intervalo interjornada	3/386, 3/387, 4/614
- Intimação da parte	6/908
- Jornada de trabalho.....	3/390
- Justa causa.....	4/619
- Justa causa patronal.....	3/392
- Licença-prêmio	6/901, 1/87
- Limpeza de banheiro em escolas	2/176
- Multa	3/396
- Plano de cargos e salários	1/93
- Plano de saúde.....	4/640
- Prescrição.....	4/641
- Prescrição bienal	3/403
- Programa de incentivo à aposentadoria	2/175
- Promessa de emprego	2/238
- Rescisão contratual	2/244
- Rescisão indireta	4/656, 6/901
- Responsabilidade subsidiária	4/662, 6/916
- Revelia.....	2/247
- Sexta parte	1/48
- Terceirização ilícita	3/424
- Trabalho em autoposto.....	2/178
- Trabalho externo.....	3/427
- Turnos ininterruptos de revezamento	6/924
- Vínculo de emprego.....	3/413, 3/414

PÔRTO, Marcos da Silva

- Procedimento sumaríssimo	3/404
----------------------------------	-------

PRADO, Adelina Maria do

- Estabilidade acidentária.....	5/768
---------------------------------	-------

RAFAEL, Luis Henrique

- Acidente do trabalho.....	2/174
- Adicional de insalubridade.....	3/316
- Bancário.....	3/330
- Dano moral.....	5/764
- Dispensa discriminatória.....	4/566
- Empresa correspondente bancária.....	3/331
- Estágio.....	3/361
- Execução.....	2/205, 3/362, 6/887
- Hipoteca judiciária.....	5/772
- Horas <i>in itinere</i>	1/75
- Indenização por danos morais.....	1/80, 3/384
- Indenização por danos morais. Divulgação de lista com os piores resultados. Obrigação de venda casada de produtos com engano aos clientes. Compensação pecuniária devida (Íntegra de acórdão).....	4/515
- Nulidade processual.....	3/401
- Terceirização ilícita.....	3/424

RIBEIRO, Eliane de Carvalho Costa

- Dano existencial.....	4/560, 5/763
- Insalubridade.....	2/217

RIZZARDO, André Augusto Ulpiano

- Ação de cobrança.....	4/524
-------------------------	-------

RIZZO, Jaide Souza

- Responsabilidade subsidiária.....	2/246
-------------------------------------	-------

RUFINO, Marcelo Magalhães

- Equiparação salarial.....	5/768
- Férias.....	5/771
- Recurso ordinário.....	5/785

SANCHES, Dora Rossi Góes

- Dono da obra.....	1/67
- Empresa pública.....	1/69
- Férias.....	1/72
- Quinquênio.....	1/48
- Responsabilidade subsidiária.....	1/102

SANTOS, Alvaro dos

- Terceirização.....	1/103
----------------------	-------

SANTOS, Lorival Ferreira dos

- Acidente do trabalho.....	4/527
- Acordo homologado.....	3/314
- Acúmulo de função.....	4/529
- Adicional de insalubridade.....	4/532
- Adicional por tempo de serviço.....	4/540
- Agravo de petição.....	4/542
- Bancário.....	4/548
- Conflito negativo de competência.....	3/335
- Contribuição sindical.....	3/341
- Contribuição sindical rural	3/341, 6/869
- Dano moral	4/561, 4/564, 6/873
- Deserção	6/865
- Diferenças salariais	4/571, 6/878
- Doença ocupacional	4/584
- Doença ocupacional. Redução da capacidade laborativa. Expectativa de ascensão profissional dano hipotético. Indenização indevida (Íntegra de acórdão).....	5/726
- Equiparação salarial	4/664
- Falência	3/363
- Férias.....	6/890
- Honorários advocatícios	6/891
- Horas extras	6/893
- Jornada de trabalho.....	6/899
- Justiça gratuita.....	6/865
- Multa.....	6/902
- Nulidade do julgado.....	6/907
- Prazo não concedido.....	4/640
- Recuperação judicial	6/869
- Recuperação térmica.....	6/898
- Reintegração	6/876
- Relação de emprego	6/912
- Revista íntima	4/566
- Servidor público.....	6/920
- Unicidade contratual	3/339
- Vínculo de emprego.....	3/413

SCARABELIM, Hamilton Luiz

- Indenização	4/610
- Sentença.....	2/247

SCARABELIM, Larissa Carotta Martins da Silva

- Adicional de periculosidade	4/536
- Cesta básica	4/550
- ECT.....	1/68, 3/356
- Estabilidade	5/768
- Férias.....	4/591
- Gratificação de função.....	5/772
- Horas extras	4/603, 4/607
- Horas <i>in itinere</i>	4/599, 5/774
- Intervalo	4/611
- Mudança de regime	4/650
- Período contratual	4/635
- Quinquênio	5/758
- Responsabilidade	4/639
- Responsabilidade subsidiária	5/793
- Sexta parte	4/666
- Trabalho externo.....	4/672

SCHWARZ, Rodrigo Garcia

- Os direitos trabalhistas das mulheres na perspectiva dos instrumentos internacionais e das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero em prol do trabalho digno (Artigo)	4/466
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

SILVA, José Antonio Ribeiro de Oliveira

- Antecipação de tutela	3/429
- Município de Mococa.....	3/399
- Prova emprestada	3/406

SILVA, Luciane Storel da

- Acúmulo de função	1/66, 5/756, 6/878
- Agravo de instrumento.....	6/862
- Agravo de petição.....	1/49, 2/180, 4/542, 4/543, 4/544, 6/862
- Aplicação de normas coletivas	6/878
- Aposentadoria compulsória	6/879
- Ausência de anotação em CTPS.....	1/63
- Cargo de gestão	1/64
- Competência material.....	1/98
- Complementação de aposentadoria.....	1/63
- Contribuição.....	5/762
- Contribuição confederativa	4/572, 4/578, 5/763
- Contribuições assistenciais	5/763
- Cumulação.....	4/575, 4/579
- Cumulação de adicionais.....	6/879

- Dano moral	1/63, 5/787
- Direito do Trabalho.....	1/66, 2/196, 2/197, 2/198, 2/199, 4/572, 4/573, 4/574, 4/575, 4/576, 4/577, 4/578, 4/579, 4/580, 4/645, 4/647, 5/764, 5/789
- Embargos de declaração.....	5/767
- Execução	2/205, 4/590
- Expedição de ofícios.....	1/97, 4/573
- Extinção do contrato.....	3/352, 5/762
- Férias.....	1/64, 5/770, 6/890
- Fundação Casa	4/575, 5/772
- Gratificação de pronto-socorro	4/578
- Honorários advocatícios	4/597, 6/891
- Horas extras	5/775
- Intangibilidade salarial	4/575, 6/878
- Intervalo.....	2/197, 5/775, 5/795, 6/879
- Intervalo interjornada.....	6/909, 5/776
- Jornada de trabalho.....	4/572, 4/574, 4/577, 5/774, 5/775, 5/779, 6/879
- Justiça gratuita.....	4/541
- Litigância de má-fé	5/786
- Massa falida.....	3/352, 6/880
- Membro da Cipa	6/879
- Motorista	1/64
- Multa	4/573
- Município de Capão Bonito.....	2/229, 5/787
- Município de Franca	4/631, 6/903
- Município de Guaraçai.....	5/781
- Município de Paulínia	1/65
- Município de Pindamonhangaba	3/399, 4/634, 5/787
- Município de Pirassununga	6/904
- Município de Santa Cruz do Rio Pardo	4/634, 5/781
- Prêmio	1/65
- Prêmio produtividade.....	1/66
- Prescrição.....	4/641, 5/787
- Princípio da intangibilidade salarial	1/65, 2/241, 5/786
- Reajustes salariais.....	2/195
- Recurso ordinário.....	1/97, 2/241, 4/645, 4/646, 4/647, 4/648, 4/649, 5/785, 5/786
- Recurso ordinário. Empregado falecido e dependentes perante a Previdência Social. Aplicação da Lei n. 6.858/1980 (Íntegra de acórdão).....	6/849
- Remuneração.....	1/66, 4/574, 4/654, 5/759, 5/790, 6/909
- Rescisão	5/781
- Rescisão contratual	5/786, 6/880
- Rescisão indireta	1/66
- Responsabilidade civil.....	1/66, 2/244, 5/789, 5/794, 6/880
- Tempo à disposição	5/779
- Terceirização ilícita	6/880
- Trabalhador rural	4/578, 5/787
- Trabalho rural	5/795
- Turnos de revezamento.....	5/796, 6/880
- Vínculo empregatício	6/881
- Zootecnista	5/796

SILVA, Luiz José Dezena da

- Agravo de petição.....	5/760
- Alternância de jornada.....	6/911
- Compensação de jornada.....	5/756, 6/857
- Contrato de safra.....	5/762
- Execução trabalhista.....	6/888
- Insalubridade.....	5/786
- Labor.....	6/898
- Município.....	2/241
- Prêmio de incentivo.....	5/787
- Professor mensalista.....	5/788
- Recurso ordinário.....	2/241, 3/409, 3/410
- Trabalhador rural.....	5/786

SIVERS, Eder

- Acúmulo de cargos.....	3/314
- Acúmulo de função.....	2/175, 4/529
- Adicional de insalubridade.....	2/176, 3/315
- Aposentadoria compulsória.....	4/544
- Cálculos.....	4/623
- Competência.....	2/186
- Competência da Justiça do Trabalho.....	3/334
- Contrato de aprendizagem.....	3/337
- Contrato de trabalho.....	3/339
- Danos morais.....	5/764
- Deserção.....	2/195, 3/407, 5/765
- Diferenças de horas extras.....	1/76
- Divisor 200.....	3/388
- Doença do trabalho.....	2/199
- Dono da obra.....	4/585
- Fundação Casa.....	1/73, 5/772
- Gratuidade da justiça.....	3/328, 5/761
- Horas de percurso.....	2/210
- Insalubridade.....	2/217
- Município de Mirassol.....	3/399
- Reconvenção.....	2/240
- Redução do intervalo intrajornada.....	1/84
- Responsabilidade subsidiária.....	2/245, 3/419, 4/661, 5/792
- Sequestro.....	3/420
- Sexta parte.....	5/759
- Súmula.....	4/668
- Taxista.....	3/414

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz

- De novo a falácia da redução de direitos trabalhistas (Artigo).....	2/133
- Sem uma seção especial de justiça para a “reforma” trabalhista (Artigo).....	5/720

SOUZA, José Pedro de Camargo Rodrigues de

- Ação rescisória	6/854
- Agravo de petição	4/542, 4/544, 6/863
- Desídia	5/785
- Litigância de má-fé	6/910
- Pagamentos “por fora”	6/910
- Prova	6/910
- Recurso ordinário.....	3/409, 3/410, 4/645, 4/646, 4/649, 4/650, 6/867
- Recurso ordinário. Dano moral. Mudança de horário necessária. Risco de vida. Medidas judiciais protetivas contra ex-companheiro (Íntegra de acórdão)	6/822
- Representação processual	6/911

SOUZA, Rita de Cássia Penkal Bernardino de

- Honorários advocatícios	1/75
- Horas extras	2/213
- Intervalo	4/611, 6/895
- Responsabilidade subsidiária	1/102

TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César

- Aposentadoria voluntária	2/181
- Banco postal	2/183
- CEF.....	4/669
- Corte de cana	1/95
- Corte de cana. Média de produtividade (Íntegra de acórdão)	2/164
- Diarista.....	1/98
- Diferenças salariais	1/63
- ECT.....	4/586
- Empresa de telefonia.....	5/794
- Ente público.....	2/201, 2/201, 4/589, 5/767
- Escala 12x36	6/899
- Execução	1/71, 6/888
- Insalubridade e de periculosidade	2/176
- Intervalo	4/615, 5/777
- Intervalo interjornada.....	2/218, 3/386, 6/895, 6/897
- Intervalo mínimo	4/615
- Jornada 12x36	4/617
- Manuseio e movimentação de carga.....	2/176
- Município	2/231, 2/232
- Município de Avanhandava.....	5/781
- Readaptação	5/784
- Rito ordinário	1/94
- Ruptura do contrato	1/100
- Trabalho “pejotizado”	4/671
- Trabalho rural	2/249, 3/427, 4/672
- Transporte de valores	2/193
- Turno ininterrupto de revezamento.....	6/923

THOMÉ, Candy Florencio

- Ação rescisória	3/312
- Adicional de insalubridade.....	1/45
- Atividade externa	1/50
- Competência.....	1/52
- Contato com lixo hospitalar	3/322
- Fundação Casa	1/74

TRISTÃO, Scynthia Maria Sisti

- Indenização por dano moral	4/674
- Recurso ordinário	4/650
- Tutela antecipatória	4/674

VIANNA, Ana Cláudia Torres

- Responsabilidade subsidiária	4/662
--------------------------------------	-------

VIEIRA, Thelma Helena Monteiro de Toledo

- Acidente de percurso.....	3/312
- Acidente de trabalho.....	3/312, 4/526
- Adicional de periculosidade.....	4/536, 4/586
- Agentes comunitários de saúde	1/49
- Assédio moral	4/606
- Auxílio previsto	3/327
- Banco postal	3/356
- Carga horária.....	1/103
- Contribuição assistencial.....	4/612, 4/671
- Correção monetária	4/660
- Dano moral	4/563
- Dano social	1/66
- Dano social. Indenização. Hipótese de cabimento (Íntegra de acórdão)	3/297
- Depósitos de FGTS	4/603, 2/207, 3/364
- Diferenças salariais	1/63, 4/571
- Direitos individuais homogêneos	1/66
- Direitos individuais homogêneos (Íntegra de acórdão)	3/297
- Direitos individuais.....	4/580
- ECT.....	2/238, 4/586
- Embargos de terceiro	3/358
- Equiparação salarial	1/70
- Férias.....	2/206
- Fundação Casa	3/367, 4/593
- Honorários advocatícios	4/597
- Honorários periciais.....	4/612
- Horas extras	4/603, 4/606
- Horas <i>in itinere</i>	4/599, 4/612
- Índice de correção monetária	3/343, 4/559

- Inépcia da petição inicial.....	1/82
- Intervalo	4/612
- Justiça gratuita.....	4/620
- Morte do trabalhador	1/43
- Mudança de regime.....	1/90, 2/242, 3/397, 3/399
- Município de Mairinque.....	2/230
- Município de Piracicaba.....	2/231, 3/399
- Município de Rio das Pedras.....	1/90
- Município de Rosana	1/90, 2/231, 3/399
- Município de Sertãozinho	3/400
- Petrobras	6/913
- Prescrição.....	4/526
- Professor	1/86, 1/95
- Responsabilidade subsidiária.....	3/417, 4/660
- Terceirização.....	2/248
- Trabalhador rural	4/671
- Vigilante	4/677
- Vínculo de emprego.....	1/99

WANDERLEY, Danilo de Andrade

- Princípio da convivência pacífica: valor fundante do direito, núcleo dos direitos fundamentais (Artigo)	6/811
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

WANDERLEY, Sérgio de Oliveira

- Princípio da convivência pacífica: valor fundante do direito, núcleo dos direitos fundamentais (Artigo)	6/811
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

ZANELLA, Eduardo Benedito de Oliveira

- Ação rescisória	2/173, 4/525
- Competência da Justiça do Trabalho	1/52
- Dano moral	4/561
- FGTS	1/72, 3/365
- Rescisão	5/790

ZIMMERMANN, Lúcia

- Contrato de trabalho temporário.....	2/224
- Multa	2/227

Doutrina

- O princípio do juiz natural no sistema processual penal português 1/5
- De novo a falácia da redução de direitos trabalhistas 2/133
- Reflexões acerca do papel da Justiça do Trabalho no enfrentamento do limbo jurídico previdenciário trabalhista: princípio da dignidade humana 3/280
- Os direitos trabalhistas das mulheres na perspectiva dos instrumentos internacionais e das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero em prol do trabalho digno 4/466
- Sem uma seção especial de justiça para a “reforma” trabalhista 5/720
- Princípio da convivência pacífica: valor fundante do direito, núcleo dos direitos fundamentais 6/811

Íntegras

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TERCEIRIZAÇÃO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO MUNICIPAL DEVE OBSERVAR OS PATAMARES LEGAIS ESTABELECIDOS NA LEI N. 8.666/1993, OPERACIONALIZADOS PELAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS N. 02/2008 E N. 06/2013 DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. CONCESSÃO DE TUTELA INIBITÓRIA. GARANTIA EFICAZ DOS DIREITOS TRABALHISTAS. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO. APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 497 DO CPC/2015 POR COMPATÍVEL COM O PROCESSO TRABALHISTA SOB A PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL QUE CONFERE DIMENSÃO SUBSTANTIVA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, ALÇADO AO PATAMAR DE DIREITO FUNDAMENTAL PELA CF/1988. Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho pleiteando a concessão de tutela inibitória no que se refere à observância nos procedimentos licitatórios estabelecidos pela Lei n. 8.666/1993, operacionalizados pelas Instruções Normativas n. 02/2008 e n. 06/2013 do Ministério do Planejamento, visa conferir eficácia à garantia de direitos trabalhistas. Considerando que há muitos processos na Justiça do Trabalho pleiteando a imputação de responsabilidade subsidiária aos Municípios por negligência no cumprimento de normas legais, a concessão de tutela inibitória também protege o patrimônio público porque evita a formação de um passivo para a Administração Pública, assim observando a perspectiva constitucional que confere dimensão substantiva ao princípio da legalidade alçado ao patamar de direito fundamental pela CF/1988. O mero ressarcimento, muitas vezes tardio, de um dano já ocorrido, tem se revelado insuficiente para oferecer respostas à sociedade contemporânea, que vem exigindo cada vez mais a implementação da prevenção, que caracteriza a tutela inibitória nos termos do parágrafo único do art. 497 do CPC/2015, aplicável por compatível com o processo trabalhista. A concessão de tutela inibitória independe da ocorrência de dano, pois visa coibir a prática do ilícito em si, assim contribuindo para conferir eficácia ao ordenamento jurídico, um dos pilares de sustentação do Estado Democrático de Direito. Ademais, coibir a prática do ilícito e prevenir a ocorrência do dano confere mais efetividade à prestação jurisdicional que, concedida neste processo, seguramente contribuirá para reduzir o número de lides trabalhistas individuais no futuro, por torná-las desnecessárias. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani..... 6/826
- ACÚMULO DE FUNÇÃO. MOTOBOY DE FARMÁCIA E SERVIÇOS DE LIMPEZA DE BANHEIROS DOS HOMENS, EM ESCALA, ENTRE BALCONISTAS E MOTOBOYS. COLABORAÇÃO. INDEVIDO O ADICIONAL. Bem decidiu o MM. Juiz de primeiro grau, Dr. Wilson Cândido da Silva: “Ouvido a respeito, o autor informou que limpava o banheiro uma vez por semana, com tempo de duração médio de 30 minutos. O banheiro era dos homens, utilizado pelos motoboys e outras pessoas que iam descarregar produtos na parte de cima da loja. Completou que todos faziam a limpeza e ninguém questionava a respeito dessa tarefa. À vista do apurado, concluo que os serviços eram prestados em regime de colaboração, em tempo exíguo comparado à jornada de trabalho do autor, e sem qualquer tipo de ameaça de punição pela ré, em caso de negativa. Nesse cenário, não há que ser reconhecida a ocorrência de acúmulo de função e, via de consequência, o direito do autor ao recebimento de qualquer adicional pelas tarefas paralelas por ele executadas”. Mantém-se. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri..... 1/12

- ACÚMULO DE FUNÇÕES. ATIVIDADES COMPATÍVEIS COM A CONDIÇÃO PESSOAL DO TRABALHADOR. ACRÉSCIMO SALARIAL INDEVIDO. ART. 456, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CLT. Considerando o *jus variandi* do empregador e em se tratando de atividades compatíveis com a condição pessoal do trabalhador (art. 456, parágrafo único, da CLT), não há que se falar em acréscimo salarial, notadamente se não houver prova de que tenha se insurgido durante o contrato (art. 468 da CLT), pois o trabalhador é remunerado pelo tempo de serviço e não pelas tarefas cumpridas (art. 4º da CLT). Rel. Edmundo Fraga Lopes..... 1/17

- ARTIGO 389 DA CLT. ESPAÇO DESTINADO À AMAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARAÇO À CONTINUIDADE DO PACTO LABORAL. FALTA GRAVE DO EMPREGADOR. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. 1. Consoante o disposto no art. 389 da CLT, os estabelecimentos a que alude o § 1º do referido dispositivo legal estão obrigados a oferecer às suas empregadas local apropriado à guarda e à assistência de seus filhos no período da amamentação, exigência que pode ser suprida diante da existência de vagas em creches, ainda que por meio de convênios, na forma do § 2º do mesmo artigo. 2. O descumprimento da referida obrigação legal, de forma a inviabilizar a amamentação da criança lactente, importa, em última análise, a obstrução da continuidade do próprio contrato de trabalho, o que configura rescisão indireta. 3. No caso dos autos, a reclamada, além de não disponibilizar espaço adequado para amamentação dos filhos de suas empregadas, não lhes pagava auxílio-creche. Além disso, negou solicitação da reclamante de alteração de sua escala de trabalho, impedindo, assim, a sequência do pacto laboral, o que caracterizou a rescisão indireta do contrato de trabalho. 4. Recurso do empregador não provido. Rel. Eleonora Bordini Coca..... 6/842

- CITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESTRANGEIRA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. O inciso X do art. 75 do CPC de 2015 estabelece que a pessoa jurídica estrangeira será representada em juízo ativa e passivamente pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta e instalada no Brasil, de modo que por força do § 3º, deste mesmo dispositivo legal, presume-se que o gerente de filial ou agência está autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo, não se podendo, na espécie, cogitar de nulidade de citação, vez que esta foi realizada no Brasil na pessoa da empresa que zelava pelos interesses econômicos da empresa estrangeira. Citação válida reconhecida. Negado provimento ao recurso. Rel. Alexandre Vieira dos Anjos 1/32

- CONTRATO DE APRENDIZAGEM. AUSÊNCIA DE FREQUÊNCIA A CURSOS DE APRENDIZAGEM. JORNADA DE TRABALHO DE OITO HORAS DIÁRIAS. NÃO CARACTERIZADO. O objetivo do contrato de aprendizagem previsto no art. 428 da CLT é o de fornecimento, por parte do empregador, de formação técnico-profissional metódica, recebendo do aprendiz, em contrapartida, a realização das tarefas necessárias à sua formação com zelo e diligência. O § 4º deste dispositivo legal, por sua vez, prevê que a formação técnico-profissional a que se refere o caput caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. Portanto, a validade do referido contrato está condicionada ao aprendizado de um ofício. Da mesma forma, deve ser respeitada a jornada de trabalho prevista no art. 432 da norma celetista. Nesse sentido, ausentes tais exigências legais, resta descaracterizado o contrato de aprendizagem, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre o obreiro e a empresa tomadora de serviços. Rel. José Pitas..... 2/155

- CORTE DE CANA. MÉDIA DE PRODUTIVIDADE. Não há reparo ao arbitramento da média de produtividade de corte de cana, em 12 (doze) toneladas diárias, quando

- calçado em regras de experiência comum, com respaldo nos arts. 852-D da CLT e 375 do Novo CPC, sobretudo porque o autor não comprovou que alcançava produtividade superior. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa 2/164
- DANO MORAL POR ASSÉDIO SEXUAL. AMBIENTE DE TRABALHO. OFENSOR DE MESMO NÍVEL HIERÁRQUICO. CARACTERIZAÇÃO. O assédio sexual, para fins criminais, configura quando há relação de subordinação entre autor e vítima; na órbita trabalhista, para fins de danos morais, está caracterizado quando se ofende o íntimo da vítima, constringendo com palavras ou atos de intimidação difusa que conturbam o ambiente de trabalho, como piadas maliciosas e comentários com conotação sexual, levadas a termo por ofensor de igual nível hierárquico da vítima, violando do mesmo modo a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais da mulher à honra e a um ambiente de trabalho saudável, fundamentos da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º da CF. Recurso da reclamada desprovido. Rel. Edison dos Santos Pelegrini..... 4/505
- DANO MORAL. APELIDOS. CABEÇÃO. Humilha-se um ser humano quando, no ambiente de trabalho, este for chamado por apelido que exalte um defeito físico. Tal prática por vexatória, constrangedora e cruel, deveria ser suprimida pelo empregador. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper 2/151
- DANO MORAL. MENSAGEM ENVIADA POR EX-EMPREGADORA POR REDE SOCIAL DENEGRINDO A IMAGEM DO EX-EMPREGADO. A reparação decorrente do dano moral encontra fundamento legal nas disposições contidas no art. 5º, V e X, da Constituição Federal. A conduta da proprietária da ré, enviar mensagem via Facebook ao dono da academia em que o autor atualmente presta serviços e com o nítido interesse de denegrir sua imagem e causar-lhe prejuízo, configura ofensa à imagem e à honra objetiva do autor e, por conseguinte, danos de ordem moral. Rel. Hélio Grasselli 2/171
- DANO SOCIAL. INDENIZAÇÃO. HIPÓTESE DE CABIMENTO. Dano social é aquele que causa prejuízo material ou moral aos membros de uma coletividade, atingindo parte significativa ou toda a sociedade. Assim, para caracterizar-se a lesão passível de reparação pecuniária, é necessária a comprovação de que tenham sido violadas a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem dos trabalhadores (art. 5º, inciso X, da Constituição da República). Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira 3/297
- DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. Configura-se a lesão a direitos individuais homogêneos quando o ato do empregador (origem comum) é capaz de ferir o direito de diversos trabalhadores simultaneamente. Inteligência do art. 81, parágrafo único, III, do CDC. Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira..... 3/297
- DISPENSA POR JUSTA CAUSA. REVERSÃO EM JUÍZO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS INDEVIDA. AUSÊNCIA DE PROVA QUANTO À AGRESSÃO AO PATRIMÔNIO MORAL DO TRABALHADOR. A dispensa por justa causa, por si só, não é motivo jurídico suficiente para viabilizar o pleito de indenização por danos morais, uma vez que está dentro dos limites legais do poder diretivo patronal, contextualizado no art. 2º da CLT, sendo a livre contratação e despedida de trabalhadores mera decorrência desses poderes. A avaliação judicial da dispensa em tais casos, em princípio, enseja o efeito jurídico do pagamento de todas as verbas rescisórias. Apenas se houver circunstância adicional grave capaz de afrontar o patrimônio moral do trabalhador é que despontará a possibilidade do efeito jurídico consistente na indenização por dano moral. E essa não é a hipótese dos autos. Recurso da reclamada provido. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita 5/739

- DOENÇA OCUPACIONAL. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. EXPECTATIVA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DANO HIPOTÉTICO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. Nosso ordenamento jurídico alberga, nas perdas e danos, apenas os prejuízos diretos e imediatos do evento danoso, não alcançando eventuais prejuízos decorrentes de suposições ou expectativas incertas, na medida em que é vedado expressamente a indenização por dano potencial ou hipotético, nos moldes previstos no art. 403 do Código Civil. Em razão disso, nem mesmo pela teoria francesa da perda de uma chance (*perte d'une chance*) - a qual, apesar de não ter previsão legal, pode ser aplicada diante da consagração do princípio da reparação integral do dano prevista no art. 5º, V e X, da Constituição Federal - seria possível admitir o pagamento de indenização nessa hipótese, haja vista que, por tal teoria, é indispensável que, ainda que não exista um dano direto e imediato à vítima, haja uma possibilidade real de que o dano venha a ocorrer, excluindo-se, assim, a mera expectativa ou a possibilidade potencial. Portanto, não havendo prova nos autos de que a redução da capacidade laborativa do obreiro implicou em comprometimento de concreta ascensão profissional, entendo que não há como se acolher o recurso, no particular. Rel. Lorival Ferreira dos Santos..... 5/726

- EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO. FRAUDE À EXECUÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. POSSE MANSA E PACÍFICA DO IMÓVEL. ADQUIRENTE DE BOA-FÉ. AUSÊNCIA DE REGISTRO DO NEGÓCIO JURÍDICO. IMÓVEL RESIDENCIAL. BEM DE FAMÍLIA. Presente a boa-fé na efetivação da compra e venda de imóvel e não caracterizada a fraude à execução, é de se afastar a constrição judicial sobre bem imóvel que serve de residência do terceiro adquirente, ainda que o negócio jurídico não tenha sido levado a registro no cartório imobiliário. Rel. Luiz Antonio Lazarim..... 3/291

- ENTE PÚBLICO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. OBRIGATORIEDADE DE OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS. IMPOSSIBILIDADE DE ALEGAÇÃO DE ATO DISCRICIONÁRIO. O ente público, ao implementar plano de cargos e salários aos seus servidores, deve observar as regras ali contidas. Implementadas as condições pelo servidor público à progressão funcional, em virtude de critérios objetivos e subjetivos, deve lhe ser garantido o direito, já que não se pode falar em fixação de critérios de conveniência e oportunidade. A discricionariedade se revela apenas quanto à implementação do plano de cargos e salários, observada a lei, e não com relação ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, já que se incorporam ao direito subjetivo do servidor público. Aliás, relegar o direito do servidor ao alvedrio do ente público em promover a sua avaliação quando bem lhe aprouvesse, seria cancelar a sua incúria, bem como negar ao trabalhador direito que aderiu ao seu contrato de trabalho. Rel. Helcio Dantas Lobo Junior 5/751

- FALTA DE SANITÁRIOS. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DEVIDA. Com a inobservância das normas de saúde e higiene no trabalho, a empregadora - a quem cabia garantir aos trabalhadores adequado meio ambiente de trabalho e condições mínimas de higiene e privacidade para realização de necessidades fisiológicas básicas - sem dúvida atingiu a dignidade da reclamante, dano *in re ipsa* que independe de comprovação, já que inviável a prova da dor sentida pela vítima. Rel. João Batista Martins César 2/161

- INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIVULGAÇÃO DE LISTA COM OS PIORES RESULTADOS. OBRIGAÇÃO DE VENDA CASADA DE PRODUTOS COM ENGANO AOS CLIENTES. COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA. A existência de lista, nas dependências da empresa, com os piores resultados, expondo os vendedores a constrangimentos e humilhações, a par da adoção irregular e forçada da prática de venda casada com engano e prejuízo aos clientes, caracterizam patente ofensa moral sofrida pelo trabalhador, fazendo ele jus à correlata reparação civil, a teor dos arts. 186 e 187 do CC. Rel. Luis Henrique Rafael..... 4/515

- INTERDITO PROIBITÓRIO. AUSÊNCIA DE JUSTO RECEIO. ATO ATENTATÓRIO AOS PRINCÍPIOS CONCERNENTES AO DIREITO DE GREVE E AO PRINCÍPIO DA LIBERDADE SINDICAL. Como disposto no art. 567 do Novo Código Processual Civil, o interdito proibitório visa a proteção possessória adequada, de forma essencial, para as hipóteses de ameaça de turbação ou esbulho da posse de quem detém determinado bem, na condição de possuidor direito ou indireto, desde que presente o justo receio da concretização da ameaça. Ausente o justo receio de ser molestada a posse, impõe-se a extinção. Ademais, o manejo de ação judicial pautada em presunção de eventuais abusos a serem cometidos pelos participantes de movimentos grevistas, requisito do interdito proibitório, atenta contra os princípios concernentes ao direito de greve e visa inviabilizar a livre participação dos trabalhadores em atos reivindicatórios e ofende o princípio da liberdade sindical, fazendo incidir o art. 1º da Convenção n. 98 da Organização Internacional do Trabalho. Rel. Hélio Grasselli..... 1/30

- MANDADO DE INJUNÇÃO. CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS PREVISTOS NA CF. MORA LEGISLATIVA. ACIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO. O mandado de injunção tem por finalidade viabilizar a fruição de direitos previstos na Constituição da República, notadamente quando inexistente norma regulamentar necessária para concretizá-los. No caso, a notória inexistência da necessária lei municipal para efetivar o direito assegurado pelo art. 37, X, da CF/1988, impossibilita a revisão geral anual dos salários dos servidores públicos do Município de Alumínio, autorizando a impetração da medida injuncional, o que torna patente a legitimidade de acionamento do Poder Judiciário para viabilizar o exercício de direito constitucionalmente garantido. O controle judicial não se limita apenas às atividades do legislador, devendo abranger também sua inatividade e omissão, que caracteriza a mora legislativa, sob pena de solapar a efetividade do direito fundamental assegurado pela CF/1988. Destarte, não viola o princípio constitucional de separação dos poderes, mas estimula a atuação harmônica, como prevê o art. 2º da CF/1988. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani..... 4/478

- MANDADO DE INJUNÇÃO. EFEITO CONCRETISTA. Durante muito tempo o E. STF defendeu a aplicação não concretista ao mandado de injunção, fixando entendimento de que deveria se limitar a uma declaração concernente à ocorrência da omissão constitucional a ser comunicada ao Poder em mora para a adoção das providências necessárias. Atualmente, considerando que tal efeito conferia efeito inócuo à medida, a Suprema Corte Constitucional alterou seu posicionamento, alinhando-se à diretriz internacional, passando a aplicar a posição concretista, segundo a qual o Poder Judiciário deve proferir decisão constitutiva, implementando o exercício do direito, até que, superada a omissão, sobrevenha norma integrativa pelo Poder Legislativo. Este novo norte interpretativo adotado pelo STF indica o caminho a ser seguido e que deve ser adotado para o julgamento das medidas injuncionais. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani 4/478

- MANDADO DE INJUNÇÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA. Conforme se extrai dos arts. 102, I, “q” e 105, I, “h” e 114 da CF de 1988, a Justiça do Trabalho detém competência para apreciação deste mandado de injunção, quando o regime adotado pelo Município é o celetista. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani..... 4/478

- MANDADO DE INJUNÇÃO. REVISÃO GERAL ANUAL. SÚMULA VINCULANTE N. 37 DO E. STF. NÃO INCIDÊNCIA. Tratando a matéria debatida nos autos de revisão geral anual, cujo objetivo é assegurar a irredutibilidade dos vencimentos pela reposição da variação inflacionária, não incide à hipótese o disposto na Súmula Vinculante n. 37 do E. STF, que trata de matéria diversa, afeta ao reajuste salarial que se direciona à revalorização de uma determinada carreira, com aumento real de despesas salariais. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani..... 4/478

- PROCESSO DO TRABALHO. AUDIÊNCIA. DEPOIMENTO PESSOAL. INDEFERIMENTO. VIOLAÇÃO AO EXERCÍCIO DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA. NULIDADE CONFIGURADA. A Constituição Federal assegura o exercício do contraditório e da ampla defesa como garantias fundamentais (art. 5º, LV), vedando apenas a utilização de provas obtidas por meios ilícitos (art. 5º, LVI). Tem-se consagrada, assim, a possibilidade de uso pleno dos meios de prova existentes, a fim de garantir a cláusula da ampla defesa como um dos pilares do direito processual, que encontra proteção inclusive no plano infraconstitucional (art. 369 do CPC). Sob essa perspectiva, o art. 848 da CLT, no que se refere ao depoimento pessoal das partes, deve ser interpretado em conjunto com o disposto no art. 820 consolidado, segundo o qual “as partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos vogais, das partes, seus representantes ou advogados”, donde se extrai, assim, que, antes de se constituir em mera prerrogativa do juiz, o depoimento pessoal das partes é direito assegurado também às partes, seus representantes e advogados, como não poderia deixar de ser à luz dos postulados insculpidos nos incisos LV e LVI do art. 5º da Carta Magna. Sob essa perspectiva, o indeferimento do depoimento pessoal das partes, devidamente requerido em audiência, caracteriza manifesto cerceamento de defesa e configura nulidade processual. Rel. Fábio Allegretti Cooper 3/302

- RECURSO ORDINÁRIO. DANO MORAL. MUDANÇA DE HORÁRIO NECESSÁRIA. RISCO DE VIDA. MEDIDAS JUDICIAIS PROTETIVAS CONTRA EX-COMPANHEIRO. A reclamante pleiteou indenização por danos morais porque a alteração de seu horário de trabalho a obrigou a trabalhar no mesmo turno de seu ex-companheiro e prejudicou seus estudos do curso de direito no período diurno. Embora tenha solicitado a manutenção da jornada noturna, o reclamado assim não procedeu, tornando inexorável seu pedido de desligamento. A singular situação, não incomum, infelizmente, exige do empregador a adequação contratual; a reclamante juntou aos autos a decisão judicial e mandato específico, que deferiu medidas protetivas contra seu ex-companheiro, o qual, após a separação, passou a persegui-la e a ameaçá-la de morte. Assim, mesmo que a reclamada não tenha nenhuma responsabilidade sobre a situação vivenciada pela reclamante em sua vida pessoal, não poderia olvidar de sua obrigação de cumprir decisões judiciais e de zelar pela saúde e segurança de seus empregados. Desumana a decisão do reclamado em alterar seu horário de trabalho, sendo que era de seu pleno conhecimento a medida protetiva deferida judicialmente, resultando abusiva a mera invocação do *jus variandi*, daí por que essa conduta acarretou à reclamante sofrimento que poderia ter sido evitado com a simples manutenção de seu horário de trabalho, o que acarreta o dever de indenizar. Recurso provido, no particular. Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza 6/822

- RECURSO ORDINÁRIO. EMPREGADO FALECIDO E DEPENDENTES PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL. APLICAÇÃO DA LEI N. 6.858/1980. Como é sabido, a Lei n. 6.858/1980 dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores devidos pelos empregadores, não recebidos em vida pelos respectivos titulares. Da leitura do art. 1º, §1º da lei em comento, verifica-se que o *intuito legis*, foi o de proteger e ao mesmo tempo privilegiar o herdeiro dependente do empregado falecido, ante o caráter alimentar das verbas trabalhistas. Portanto, exsurge do dispositivo legal em apreço que não foi desconsiderado o direito dos herdeiros necessários, mas, sim, privilegiado o dependente habilitado perante a Previdência Social. Recurso que se nega provimento. Rel. Luciane Storel da Silva 6/849

- REVISÃO GERAL ANUAL. DIREITO EXPRESSAMENTE ASSEGURADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Não há amparo constitucional para admitir que a

- revisão geral anual dos salários dos servidores públicos se insere na atividade discricionária do ente público, sob pena de abrir as portas para violar o princípio da irredutibilidade salarial, uma das vigas mestras do sistema celetista, aplicável aos servidores contratados por este regime pela Administração Pública Municipal. Ademais, a Corte Constitucional fixou entendimento de que a revisão geral anual é mera reposição do valor da moeda corroída pela inflação, cuja obrigatoriedade de concessão foi expressamente estabelecida pela CF/1988, de sorte que a Administração Pública não pode deixar de concedê-la. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani 4/478
- REVISÃO GERAL ANUAL. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. Os arts. 22, parágrafo único, I, e 71 da LC n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) excepciona a revisão geral anual prevista no art. 37, X, da CF/1988, liberando-a da observância dos limites previstos em seus arts. 19 e 20. Nesta esteira, a concessão de revisão salarial apenas aos empregados da Câmara Municipal consubstancia insustentável discriminação e violação do princípio da isonomia contra os trabalhadores substituídos pelo impetrante. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani 4/478
- REVISTA EM BOLSA. FARMÁCIAS. PODER DIRETIVO PATRONAL. REGULARIDADE. A revista de bolsas e objetos pessoais dos empregados, realizada de forma não discriminatória, sem contato físico, como política de segurança de empresa que comercializa medicamentos controlados, não tipifica abuso do poder diretivo do empregador. Rel. Claudinei Zapata Marques 1/22
- SERVIDOR PÚBLICO. MUDANÇA DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. MULTA DE 40% DO FGTS INDEVIDA. Embora a conversão do regime jurídico de trabalho - de celetista para estatutário - implique extinção do contrato de trabalho (consoante entendimento pacificado na Súmula n. 382 do C. TST), obviamente não se trata de dispensa sem justa causa, havendo a continuidade da relação de trabalho. Assim, não é devida ao trabalhador a multa de 40% do FGTS (art. 18, § 1º, da Lei n. 8.036/1990). Rel. Luiz Roberto Nunes 3/293
- VIGIA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. É devido o adicional de periculosidade a todo trabalhador que, desenvolvendo fiscalização e guarda do patrimônio ou das pessoas, tem por atribuição a realização de rondas, mesmo que desprovido de armas, treinamento ou especialização em defesa e segurança. Referência meramente exemplificativa do Anexo 3 da NR-16. Exposição a situação de roubo ou a outras espécies de violência física caracterizada. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani 5/741
- VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUXILIAR DE CONDUTOR AUTÔNOMO DE VEÍCULO RODOVIÁRIO. MOTORISTA DE TÁXI. REGIME DE COLABORAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. Tendo sido demonstrado nos autos que o autor prestou serviços aos réus, como motorista de táxi, de forma colaborativa, na forma da Lei n. 6.094/1974, a qual prevê referido regime para a atividade de auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário, não há que se cogitar de vínculo empregatício entre as partes. Recurso ordinário a que se nega provimento. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann 1/27
- VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHO PASTORAL VOLUNTÁRIO. A ativação como membro de organização religiosa, exercendo função pastoral voluntária, se afigura incompatível com elementos essenciais do pacto laboral, especialmente a subordinação jurídica. Rel. Luiz Antonio Lazarim 2/152

Ementário de Jurisprudência

ABANDONO DE EMPREGO

- Abandono de emprego 6/853
- Abando de emprego. Prova do abandono. Ônus do empregador. Súmula n. 212 do TST 1/41

ABONO

- Abono. Natureza salarial 5/755, 6/853
- Abono desempenho. Habitualidade. Servidor municipal celetista. Observância do art. 457, § 1º, da CLT. Diferenças e reflexos. Devidos 3/311, 4/523
- Abono desempenho. Município de Piracicaba. Cômputo para recolhimento de FGTS na licença gestante e pagamento em férias acrescidas de 1/3 6/853
- Abono desempenho. Natureza jurídica salarial. Integração e reflexos devidos 3/311
- Abono salarial concedido em valor fixo 4/523
- Abonos. Integração. Reflexos sobre outras parcelas 2/173
- Decreto-Lei municipal. Fatores de exclusão do recebimento de abono desempenho. Ilegalidade. Não configuração 3/311
- Pis. Abono salarial. Pedido de indenização compensatória. Obrigatoriedade de preenchimento de condições, pelo empregado, para seu recebimento. não comprovação, pela autora 2/173

AÇÃO

- Ação anterior. Identidade. Partes. Pedido. Causa de pedir. Coisa julgada 6/853
- Ação cautelar em recurso ordinário. Companhia Brasileira de Alumínio. Determinação, em sentença, de recolhimento das contribuições previdenciárias em 48 horas, sob pena de multa diária, independentemente do trânsito em julgado. Pedido, do requerente, de efeito suspensivo. Possibilidade de modificação da r. sentença nas instâncias recursais. Provimento 1/41
- Ação cautelar. Antecipação de tutela. Recurso ordinário. Efeito suspensivo 3/311
- Ação cautelar. Recurso ordinário. Efeito suspensivo. Cabimento 1/41
- Ação civil pública. Contratos de prestação de serviços. Terceirização. Procedimento licitatório municipal deve observar os patamares legais estabelecidos na Lei n. 8.666/1993, operacionalizados pelas Instruções Normativas n. 2/2008 e 6/2013 do Ministério do Planejamento. Concessão de tutela inibitória. Garantia eficaz dos direitos trabalhistas. Proteção ao patrimônio público. Aplicação do parágrafo único do art. 497 do CPC/2015 por compatível com o processo trabalhista sob a perspectiva constitucional que confere dimensão substantiva ao princípio da legalidade, alçado ao patamar de direito fundamental pela CF/1988 6/853
- Ação civil pública. Legitimidade do Ministério Público. Direitos individuais homogêneos. Tutela inibitória 4/523
- Ação civil pública. Meio ambiente do trabalho. Entidade sindical. Legitimidade ativa. Pertinência temática 4/523

- Ação civil pública. Sindicato. Substituto processual. Honorários advocatícios	3/311
- Ação coletiva. Informação no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) quando da exposição ao benzeno e demais hidrocarbonetos. Critério de análise. Avaliação qualitativa. Sentença mantida.....	5/755
- Ação coletiva. Substituição processual. Improcedência do pedido. Adicional de periculosidade. Prova pericial. Ação individual. Causa de pedir diversa. Coisa julgada. Não configuração	3/311
- Ação de cobrança de contribuição sindical patronal rural. Procedimento sumaríssimo. Não indicação correta do endereço do devedor.....	4/523
- Ação de cobrança de contribuições sindicais. Editais de cobrança publicados sem identificação do devedor. Ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo previsto no art. 605 da CLT.....	4/524
- Ação de cobrança. Contribuição sindical rural. Necessidade de notificação pessoal do sujeito passivo. Abuso do direito de cobrança.....	4/524
- Ação de consignação em pagamento. Consignatárias menores. Levantamento. Possibilidade.....	1/41
- Ação de consignação em pagamento. Entrega de documentos. Cabimento.....	4/524
- Ação de indenização. Prescrição. Contagem a partir da ciência inequívoca do dano indenizável. Consolidação da lesão incapacitante	6/854
- Ação de indenização. Prescrição. Início da contagem somente a partir da ciência inequívoca do dano indenizável	4/524
- Ação indenizatória por danos morais. Existência de ação anterior versando sobre o mesmo fato, mesma relação jurídica e mesma causa de pedir. Extinção do feito pela coisa julgada. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Art. 508 do NCPC.....	4/524
- Ação indenizatória. Acidente de trabalho típico. Propositura na esfera trabalhista após a entrada em vigor da EC n. 45/2004. Prescrição. Prazo. Fluência. Ciência inequívoca do dano	4/525, 5/755
- Ação individual e ação coletiva. Litispendência.....	4/525
- Ação para obtenção do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP. Imprescritibilidade. Direito do empregado. Formulário exigido pela previdência social para fins de aposentadoria	1/42
- Ação rescisória. Art. 966, inciso IV. Coisa julgada. Improcedente.....	3/312
- Ação rescisória. Colusão entre as partes para livrar patrimônio de execuções. Fraude a credores. Procedência	2/173
- Ação rescisória. Desconstituição de sentença homologatória de acordo. Vício de consentimento não demonstrado. Violação de lei não indicada. Erro de fato inocorrente.....	6/854
- Ação rescisória. Documento novo. Acordo homologado judicialmente	3/312
- Ação rescisória. Empregada gestante. Garantia de emprego. Propositura da ação trabalhista depois de expirado o período de estabilidade. Indeferimento da indenização. Alegada violação do art. 10, II, "b", do ADCT. Inocorrência.....	6/854
- Ação rescisória. Improcedência. Prova falsa. Inciso VI, art. 966, CPC/2015.....	3/312
- Ação rescisória. Ofensa literal à disposição de lei (inciso V, art. 966, NCPC). Menção expressa. Desnecessidade.....	3/312
- Ação rescisória. Pretensão de desconstituição de v. acórdão deste Tribunal Regional do Trabalho amparada nos incisos V e IX do art. 485 do CPC/1973. Reexame de fatos e provas. improcedência.....	6/855
- Ação rescisória. Prova nova	1/42
- Ação rescisória. Sentença homologatória de acordo. Vício de consentimento e erro de fato. Não configurados.....	3/312
- Ação rescisória. Vício citatório. <i>Querela nullitatis</i> . Princípio da instrumentalidade das formas	6/855

- -Ação rescisória. Violação a dispositivo de lei. Interpretação razoável conferida à matéria. Improcedência 4/525
- -Ação rescisória. Violação de norma jurídica. Inciso V do art. 966 do CPC/2016. Interpretação controvertida. Não cabimento..... 1/42
- -Ação trabalhista. Aviso-prévio indenizado. Projeção no tempo de serviço para fins de contagem do prazo prescricional bienal 4/525

ACIDENTE

- Acidente de percurso equiparado ao acidente de trabalho. Garantia provisória de emprego. Nulidade da dispensa ao término do período do contrato de experiência. Devido o pagamento dos títulos inerentes ao período estável 3/312
- Acidente de trabalho e/ou doença ocupacional. Danos morais. Ausência de nexo causal. Descaracterização..... 3/312, 4/525
- Acidente de trabalho fatal. Danos moral e material. Culpa do empregador. Configuração 4/525
- Acidente de trabalho típico. Ausência de entrega e fiscalização do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Trauma grave no olho esquerdo por objeto perfurante. Rápida evolução para catarata traumática. Reclamante deficiente auditiva e fonética. Indenização por danos morais. Escopo pedagógico e compensatório. Redução do valor arbitrado..... 6/855
- Acidente de trabalho típico. Mantidos o emprego e o salário, com ressarcimento de gastos com medicamentos. Indenização por dano material indevida 3/312
- Acidente de trabalho. Contrato de trabalho em curso. Prescrição quinquenal..... 6/855
- Acidente de trabalho. Culpa do empregador. Dano moral. Configuração 3/313
- Acidente de trabalho. Dano moral. Culpa do empregador. Configuração 4/539
- Acidente de trabalho. Dever indenizatório. Requisitos 6/856
- Acidente de trabalho. Doença ocupacional. Ação indenizatória ajuizada após a EC n. 45/2004 na esfera trabalhista. Prescrição 3/313
- Acidente de trabalho. Doença ocupacional. Indenização a cargo do empregador. Recebimento de benefício previdenciário. Cumulação. Cabimento. Dedução. Impossibilidade 1/42
- Acidente de trabalho. Doença ocupacional. Perda auditiva. Dano moral. Culpa do empregador. Configuração 4/525
- Acidente de trabalho. Garantia de emprego. Indenização substitutiva. Contrato de trabalho suspenso. Não cabimento 4/534
- Acidente de trabalho. Indenização por dano moral. Não cabimento 1/102
- Acidente de trabalho. Indenização por danos materiais e morais 4/526
- Acidente de trabalho. Indenização por danos materiais. Percepção de benefício previdenciário. Possibilidade de cumulação..... 4/526
- Acidente de trabalho. Indenização por danos morais e estéticos 6/856
- Acidente de trabalho. Jogo de futebol entre equipes formadas por atletas que laboram em uma mesma empresa. Festa de confraternização. Não tipificação..... 6/856
- Acidente de trabalho. Marco inicial da prescrição. Data da realização da perícia. Consolidação do dano. Legislação cível aplicável 4/526
- Acidente de trabalho. Morte do trabalhador pai de família. Indenização. Danos emergentes. Pensão mensal. Direito de acrescer..... 2/173
- Acidente de trabalho. Motorista de caminhão. Atividade de risco. Responsabilidade objetiva 2/193
- -Acidente de trabalho. Prescrição. Início do prazo 4/526

- Acidente de trabalho. Responsabilidade subjetiva.....	4/526
- Acidente de trabalho/doença ocupacional. Ciência inequívoca da lesão posterior à vigência da EC n. 45/2004. Prescrição trabalhista.....	4/526
- Acidente de trajeto cuja causa é o atropelamento de um cachorro pelo trabalhador. Ausência de culpa da empresa. Indenização por dano moral e por dano estético indevidas.....	6/856
- Acidente do trabalho incontroverso. Culpa da empresa demonstrada. Ausência de seqüela laboral. Obrigação de indenizar a dor suportada no acidente	3/313
- Acidente do trabalho típico. Danos morais e estéticos. Culpa do empregador configurada. Indenizações devidas	3/313
- Acidente do trabalho típico. Danos morais e materiais. Culpa do empregador configurada. Indenizações devidas	6/856
- Acidente do trabalho. Comprovação de nexo concausal. Presença de nexo técnico epidemiológico indenizações por dano material e moral devidas	4/527
- Acidente do trabalho. Culpa exclusiva da vítima. Indenização por danos morais e materiais. Descabimento	3/313
- Acidente do trabalho. Empresa tomadora dos serviços. Indenização por dano moral. Responsabilidade solidária. Inteligência dos arts. 927 e 924 do CC.....	2/174
- Acidente do trabalho. Garantia no emprego. Previsão em instrumento normativo da categoria profissional. Necessidade do preenchimento cumulativo dos requisitos fixados	1/42
- Acidente do trabalho. Indenização por danos morais.....	1/43
- Acidente do trabalho. Inocorrência de culpa ou dolo do empregador. Ausência do dever de indenizar	2/174, 6/856
- Acidente do trabalho. Morte do trabalhador. Absolvição do empregador na esfera criminal. Não vinculação do juízo do trabalho	1/43
- Acidente do trabalho. Nexo de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos materiais e morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC).....	5/755
- Acidente do trabalho. Nexo de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC).....	4/527
- Acidente do trabalho. Operadores de máquinas e equipamentos de produção. Negligência na proteção fundamental	6/856
- Acidente. Responsabilidade	3/314
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador.....	4/527, 6/857
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador. Reparação por danos estéticos. Ausência da prova do fato. Improcedência da ação.....	4/527
- Acidente do trabalho. Responsabilidade civil do empregador. Reparação por danos materiais e morais. Ausência da prova do fato. Improcedência da ação	3/313

ACORDO

- Acordo celebrado perante a Comissão de Conciliação Prévia. Invalidade	2/174
- Acordo coletivo do trabalho. Cláusula de prefixação das horas de percurso. Rurícola. Previsão no art. 7º, inciso XXVI, de nossa Constituição Federal e no art. 611 da CLT. Validade	2/174
- Acordo coletivo e convenção coletiva. Art. 620 da CLT. Princípio da norma mais favorável normas coletivas. Inaplicabilidade. Ausência de representação do empregador	4/529
- Acordo coletivo e convenção coletiva. Art. 620 da CLT. Princípio da norma mais favorável...	4/584

- Acordo de compensação de horas. Descaracterização. Prestação habitual de jornada extraordinária.....	3/335
- Acordo de compensação de jornada. Atividade insalubre. Autorização do art. 60 da CLT. Indispensabilidade.....	5/756, 6/857
- Acordo de compensação de jornada. Labor habitual em sobrejornada. Descaracterização.....	6/857
- Acordo de compensação implementado em conjunto com banco de horas. Prestação de horas extras habituais. Invalidez de todo o sistema.....	4/528
- Acordo de compensação.....	4/528
- Acordo homologado. Coisa julgada. OJ n. 132 da SDI-II do C. TST.....	4/528
- Acordo homologado. Prazo para denúncia de parcelas inadimplidas. Preclusão temporal. Inoponível.....	3/314
- Acordo judicial. Não cumprimento. Responsabilidade subsidiária do litisconsorte que não participou da transação. Impossibilidade.....	4/528
- Acordo não cumprido. Inocorrência de preclusão em razão de inadimplemento. Presunção de quitação. Invalidez.....	4/528
- Acordo. Inadimplemento. Ausência de cláusula penal para mora. Indevido.....	4/529
- Atraso no pagamento de parcela do acordo.....	4/529
- Cláusulas normativas. Descumprimento. Aplicação da multa pactuada.....	3/314
- Diferenças de PLR. Acordo coletivo. Prevalência sobre a convenção coletiva de trabalho. Inaplicabilidade do art. 620 da CLT.....	5/756
- Estimativa de gorjeta. Direito assegurado por norma coletiva. Hipóteses de não concessão.....	6/857
- Fixação de modalidade de trabalho por norma coletiva. Impossibilidade.....	3/314
- Mora no pagamento de parcela do acordo. Cláusula penal. Interpretação restritiva. Adequação. Art. 413 do Código Civil.....	1/43
- Normas coletivas. Aplicabilidade.....	3/328
- Vale alimentação. Benefício normativo. Interpretação e aplicação.....	6/857

ACÚMULO DE CARGOS

- Cumulação de cargos públicos. Limitação da soma das remunerações ao teto constitucional.....	3/314
------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

ACÚMULO DE FUNÇÕES

- Acúmulo de função.....	2/175, 4/529, 4/530, 5/756
- Acúmulo de função. Acréscimo salarial. Não caracterização.....	6/860, 6/919
- Acúmulo de função. Adicional.....	6/858
- Acúmulo de função. Diferenças salariais indevidas.....	4/529
- Acúmulo de função. Motoboy de farmácia e serviços de limpeza de banheiros dos homens, em escala, entre balconistas e motoboys. Colaboração. Indevido o adicional.....	1/43
- Acúmulo de função. Motorista e cobrador. Não configuração.....	2/175, 4/658
- Acúmulo de função. Não caracterização.....	1/44, 4/529, 4/530, 4/540, 4/668, 6/858
- Acúmulo de funções compatíveis durante a mesma jornada de trabalho. Inteligência do art. 456, parágrafo único, da CLT. Acréscimo salarial indevido.....	3/314
- Acúmulo de função e diferenças salariais.....	6/858

- Acúmulo de funções	6/858
- Acúmulo de funções. Acréscimo salarial. Indevido.....	1/74
- Acúmulo de funções. Adicional.....	4/530
- Acúmulo de funções. Adicional. Não configuração.....	3/320
- Acúmulo de funções. Atividades compatíveis com a condição pessoal do trabalhador. Acréscimo salarial indevido. Art. 456, parágrafo único, da CLT	1/44
- Acúmulo de funções. Desequilíbrio contratual inexistente. Adicional indevido	1/44, 2/175
- Acúmulo de funções. Diferenças salariais	2/175
- Acúmulo de funções. Diferenças salariais. Indevidas	3/315
- Acúmulo de funções. Empregada contratada como vendedora e que também abastecia gôndolas. Acréscimo salarial indevido	4/530
- Acúmulo de funções. Empregada contratada como vendedora e que também trabalhava na arrumação do estoque. Comissionista puro. Acréscimo salarial devido.....	3/315
- Acúmulo de funções. Exercício concomitante da atribuição original e da nova função. <i>Plus</i> salarial. Cabimento	4/530, 6/859
- Acúmulo de funções. Exercício de funções compatíveis com aquelas contratadas. <i>Plus</i> salarial indevido	4/530, 6/859
- Acúmulo de funções. Exercício eventual de funções compatíveis com aquelas contratadas. <i>Plus</i> salarial indevido	2/175
- Acúmulo de funções. Não configuração	4/531
- Acúmulo de funções. Pedido de adicional de risco. Vendedor de loja <i>versus</i> segurança. Adicional de 30% indevido	1/44
- Acúmulo de funções. Vendedor e cobrador. Não caracterizado.....	3/315
- Remuneração. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização	3/315

ADESÃO

- Adesão ao programa de incentivo à aposentadoria. Validade. Ausência de vício de consentimento	2/175
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

ADICIONAL

- Adicional de periculosidade. Produto inflamável. Área de risco. Abastecimento de veículos. Cabimento	1/56
- Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda. Carpinteiro. Adicional de insalubridade. Contato com agentes biológicos. Grau máximo (art. 192 da CLT). Possibilidade.....	1/44
- Acumulação de adicionais. Periculosidade e insalubridade. Possibilidade.....	4/531
- Adicionais de insalubridade e de periculosidade. Possibilidade de cumulação. Não cabimento	4/535
- Adicionais de insalubridade e periculosidade. Não cumulatividade, estabelecida pelo C. TST.....	3/375
- Adicionais de insalubridade e periculosidade. Prova pericial. Não cabimento.....	4/658
- Adicionais de periculosidade e insalubridade. Cumulação. indevida	6/861
- Adicionais de periculosidade e insalubridade. Impossibilidade de cumulação	4/531, 6/859
- Adicional de insalubridade e adicional de periculosidade. Cumulação. Possibilidade	4/531, 5/757
- Adicional de insalubridade e de periculosidade. Não possibilidade de cumulação.....	2/176
- Adicional de insalubridade e periculosidade. Rejeição da perícia.....	4/531
- Adicional de insalubridade indevido. Atividade não constante da NR-15 da Portaria MTB n. 3.214/1978	6/859

- Adicional de insalubridade.....	1/45, 2/176
- Adicional de insalubridade. Agente físico calor. Atividade moderada.....	1/45
- Adicional de insalubridade. Agente químico (óleo mineral). Uso correto do creme protetivo fornecido pela reclamada. Indevido.....	1/45
- Adicional de insalubridade. Agentes biológicos.....	6/859
- Adicional de insalubridade. Agentes radioativos não ionizantes e agentes químicos. Prova pericial. Cabimento.....	3/378
- Adicional de insalubridade. Assistente social. Descabimento.....	4/531
- Adicional de insalubridade. Atividade a céu aberto. Exposição ao calor.....	4/532
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo.....	1/45
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário-mínimo estadual.....	6/859
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário-mínimo.....	2/176, 3/315, 4/612
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário-mínimo. Súmula Vinculante n. 4 do STF.....	3/316, 4/532, 5/757
- Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Súmula Vinculante n. 4 do STF.....	4/540
- Adicional de insalubridade. Cabimento.....	3/319
- Adicional de insalubridade. Caracterização. Prova técnica. Efeitos.....	6/864
- Adicional de insalubridade. Coleta de lixo e higienização de sanitários em local de intensa circulação.....	2/176
- Adicional de insalubridade. Coletor de lixo urbano. Higienização de banheiros e coleta de lixo em instituição de ensino. Caracterização.....	4/532
- Adicional de insalubridade. Contato diário da reclamante com umidade proveniente da água destinada à limpeza (lavagem e higienização) dos locais de trabalho e na lavanderia. Atividades não classificadas como insalubres, pelo Anexo 10 da NR-15 da Portaria MTE n. 3.214/1978.....	4/532
- Adicional de insalubridade. Contato permanente. Pessoas com doenças diagnosticadas como infectocontagiosas. Grau máximo.....	4/532
- Adicional de insalubridade. Cumulação de agentes insalubres diversos. Possibilidade de percepção de mais de um adicional de insalubridade.....	3/316
- Adicional de insalubridade. Cumulação de percentuais em razão da exposição a agentes insalubres distintos. Impossibilidade.....	5/757
- Adicional de insalubridade. Cumulação. Agentes nocivos diversos. Não cabimento.....	1/45
- Adicional de insalubridade. Diferenças decorrentes de sua majoração para grau máximo. Anexo 14 da NR-15 da Portaria n. 3.214/1978. Indevidas.....	4/533
- Adicional de insalubridade. Direito.....	3/394, 6/859
- Adicional de insalubridade. EPI. Fornecimento insuficiente. Direito.....	3/316
- Adicional de insalubridade. EPI. Protetor auricular. Validade.....	1/45
- Adicional de insalubridade. Exposição a agente biológico.....	5/757
- Adicional de insalubridade. Exposição a agentes insalubres na forma das normas regulamentadoras pertinentes. Devido.....	2/176, 4/533, 6/860
- Adicional de insalubridade. Exposição a ruído. Limites de tolerância.....	4/533
- Adicional de insalubridade. Fornecimento de EPIS. Prova documental.....	6/860
- Adicional de insalubridade. Higienização de banheiro público.....	2/176
- Adicional de insalubridade. Integração à base de cálculo das horas extras.....	3/316, 6/860
- Adicional de insalubridade. Laudo pericial.....	3/316, 4/610, 5/757
- Adicional de insalubridade. Laudo pericial. Caracterização.....	5/757, 6/860
- Adicional de insalubridade. Limpeza de aparelhos com dejetos humanos. Prova pericial. Grau máximo. Não caracterização.....	3/316
- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiro em delegacia. Não cabimento.....	4/533

- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiro em escolas. Duzentos alunos. Súmula n. 448, I, TST. Cabimento.....	2/176
- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiro em estabelecimento comercial. Prova pericial. Não cabimento.....	6/872
- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiro local de grande circulação de pessoas, 5.000 por mês. Súmula n. 448, I, TST. Cabimento	3/316
- Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros públicos. Lixo urbano	4/533
- Adicional de insalubridade. Limpeza e higienização de banheiro. Lixo doméstico	2/177
- Adicional de insalubridade. Limpeza e higienização de sanitários e coleta de lixo em banheiros de uso coletivo.....	3/317
- Adicional de insalubridade. Local de trabalho alterado. Ônus probatório	4/582
- Adicional de insalubridade. Monitora de educação infantil. Creche municipal. Não cabimento	4/534
- Adicional de insalubridade. Pedreiro. Exposição a calor. Cabimento.....	4/534
- Adicional de insalubridade. Radiação não ionizante. Ultravioleta. Anexo 7 da NR-15 da Portaria n. 3.214/1978 do MTE.....	1/46
- Adicional de insalubridade. Ruído. Agentes químicos. Prova pericial	3/317
- Adicional de insalubridade. Rural. Calor.....	2/177, 4/534, 5/757, 6/860
- Adicional de insalubridade. Rurícola. NR-15, Anexo 3, do MTE	3/317
- Adicional de insalubridade. Servente de pedreiro. Não cabimento. Ausência de norma legal	2/177
- Adicional de insalubridade. Soldador. Prova pericial. Não fornecimento de EPIs adequados e suficientes. Cabimento.....	3/317
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Céu aberto. Calor. Extrapolação dos limites de tolerância. Deferimento	2/177
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Corte de cana. Trabalho a céu aberto. Exposição ao calor. Devido	3/350
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição a calor. Cabimento.....	2/210, 3/317, 3/373, 4/534, 4/664, 6/872
- Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Exposição ao agente físico calor. Anexo 3 da NR-15. Cabimento	1/46
- Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Calor excessivo	3/388
- Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Devido.....	2/177, 5/758
- Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Exposição a calor excessivo	2/190, 3/318
- Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Exposição a radiações solares. Calor excessivo. Possibilidade	3/318, 4/534
- Adicional de insalubridade. Vibração. Direito	4/555
- Adicional de insalubridade. trabalhador rural. Radiações não ionizantes. Pagamento indevido	1/46
- Adicional de periculosidade	6/861
- Adicional de periculosidade. Abastecimento. Tempo reduzido de exposição de risco	2/178
- Adicional de periculosidade. Abrangência	1/46
- Adicional de periculosidade. Agente de apoio socioeducativo. Deferimento	4/535
- Adicional de periculosidade. Agente de apoio socioeducativo. Devido	3/318
- Adicional de periculosidade. Agente de apoio. Fundação Casa	4/535
- Adicional de periculosidade. Contato com inflamáveis. Tempo extremamente reduzido. Aplicação da Súmula n. 364 do C. TST	4/535
- Adicional de periculosidade. Eletricista. Sistema elétrico de potência. Prova pericial. Cabimento	4/535

- Adicional de periculosidade. Enchimento de bomba costal com óleo diesel. Tempo extremamente reduzido. Aplicação da Súmula n. 364 do C. TST	2/178
- Adicional de periculosidade. Enchimento de vasilhames com inflamáveis. Tempo extremamente reduzido. Aplicação da Súmula n. 364 do C. TST	4/536
- Adicional de periculosidade. Exposição à tensão elétrica inferior ou igual a 220 volts. Orientações Jurisprudenciais n. 324 e 347 da SBDI-1 do C. TST	1/46
- Adicional de periculosidade. Exposição ao risco por 30 minutos, durante 3 dias na semana. Não caracterização do fortuito ou do tempo extremamente reduzido (Súm. 364 TST). Adicional devido	4/536
- Adicional de periculosidade. Exposição habitual	6/861
- Adicional de periculosidade. Fundação Casa. Nova redação do art. 193 da CLT	4/536
- Adicional de periculosidade. Guarda municipal. Aplicabilidade da Lei n. 12.740/2012 para empregados expostos a risco de roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial	3/319
- Adicional de periculosidade. Inflamáveis. Área de risco	3/317
- Adicional de periculosidade. Inflamáveis. Contato por tempo extremamente reduzido. Não cabimento	4/536
- Adicional de periculosidade. Inflamáveis. Motorista que acompanha o abastecimento do veículo. Não cabimento	3/319
- Adicional de periculosidade. Ingresso e permanência na área de risco. Apenas acompanha o abastecimento do veículo. Inexistência de direito ao referido adicional	3/320
- Adicional de periculosidade. Instrutor de motocicleta	3/320
- Adicional de periculosidade. Labor em área de risco equivalente ao sistema elétrico de potência	3/391, 4/530
- Adicional de periculosidade. Lei n. 12.997/2014	4/536
- Adicional de periculosidade. Lei n. 12.997/2014. Efeitos pecuniários	4/586
- Adicional de periculosidade. Mecânico. Inflamáveis. Permanência em área de risco	1/47
- Adicional de periculosidade. Motociclista. Efeitos pecuniários	1/47
- Adicional de periculosidade. Motorista de caminhão e de ônibus. Acompanhamento do abastecimento do próprio veículo. Exposição a inflamáveis: 10 a 15 minutos diários (no caminhão) e 20/25 minutos, uma vez por semana (no ônibus). Contato habitual ou intermitente, mas por tempo muito reduzido	1/106
- Adicional de periculosidade. Motorista de carreta. Abastecimento. Permanência em área de risco	2/178
- Adicional de periculosidade. Motorista. Abastecimento. Permanência em área de risco	1/54
- Adicional de periculosidade. NR-16, Quadro I, item 16.4. Armazenamento de substâncias inflamáveis. Limite de 250 litros por tambor de armazenamento. Indevido o adicional	4/537
- Adicional de periculosidade. Operador de colheitadeira. Abastecimento inoocorrência. Permanência em área de risco	3/320
- Adicional de periculosidade. Permanência em área de abastecimento de aeronave	2/178
- Adicional de periculosidade. Produto inflamável. Não configuração	4/642
- Adicional de periculosidade. Prova pericial. Inflamáveis. Permanência em área de risco. Armazenamento de inflamáveis em prédio contíguo. Não incidência da OJ n. 385 da SDI-1/TST. Não cabimento do adicional	4/537
- Adicional de periculosidade. Rejeição da perícia	3/320
- Adicional de periculosidade. Trabalho em autoposto. Exposição permanente/intermitente ...	2/178
- Adicional de periculosidade. Vigia ou porteiro	5/758
- Adicional de periculosidade. Vigia. Não cabimento	3/320
- Adicional de periculosidade. Vigilantes. Efeitos pecuniários	3/320, 4/663

- Adicional de periculosidade e reflexos. Prova pericial. Cabimento	3/318
- Adicional de periculosidade indevido. Zelador de escola	2/177
- Adicional de transferência (25%). Condições para sua caracterização	1/47
- Adicional de transferência. Caráter definitivo. Não cabimento	4/605
- Adicional de transferência. Recorrente era empregado de empresa prestadora de serviços. Quando cada contrato com a respectiva tomadora acabava, era colocado, em caráter definitivo, em outra, às vezes em atividade diversa. Adicional indevido	4/537
- Adicional de transferência: 25%. Alegação de mudança de domicílio da cidade de São Paulo para Jundiaí. Falta de prova a respeito. Serviços de engenharia por todo o estado de São Paulo. Simples deslocamentos do empregado	1/47
- Adicional insalubridade. Prova pericial. Não cabimento	2/174
- Adicional noturno. Alteração da jornada de trabalho. Possibilidade de supressão	3/321
- Adicional noturno. Diferenças. Jornada de trabalho em prorrogação. Cabimento	3/349
- Adicional noturno. Diferenças. Prova. Não cabimento	4/535
- Adicional noturno. Horas em prorrogação	2/178
- Adicional noturno. Horas em prorrogação. Norma coletiva. Limitação. Invalidez	3/373
- Adicional noturno. Horas laboradas após às 5h. Jornada mista. Cabimento	4/538
- Adicional noturno. Jornada 12x36. Labor em todo o período noturno. Devido na prorrogação	3/321
- Adicional noturno. Jornada diurna em prorrogação à noturna. Efeitos	4/538
- Adicional noturno. Jornada em prorrogação. Incidência	4/538, 6/858
- Adicional noturno. Motorista. Jornada noturna. Prorrogação. Cabimento	3/419
- Adicional noturno. Percentual superior. Norma coletiva. Valoração. Extensão. Jornada em prorrogação. Não cabimento	4/538, 6/858
- Adicional noturno. Prorrogação da hora noturna	2/178, 3/321, 4/538, 5/758, 6/861
- Adicional noturno. Prorrogação em horário diurno. Súmula n. 60, I, do TST	2/178
- Adicional por acúmulo de funções	3/321
- Adicional por tempo de serviço (quinqüênio). Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Benefício extensível aos servidores contratados pelo regime celetista	4/538
- Adicional por tempo de serviço (quinqüênio). Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Benefícios extensíveis aos servidores contratados pelo regime celetista. Comprovação dos requisitos legais. Pagamento devido	1/48
- Adicional por tempo de serviço (quinqüênios). Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Aplicável ao servidor regido pela CLT	3/321, 5/758
- Adicional por tempo de serviço. Anuênio. Diferenças. Base de cálculo. Violação do art. 37, XIV, da Constituição da República. Não configuração	4/539
- Adicional por tempo de serviço. Base de cálculo	5/758
- Adicional por tempo de serviço. Base de cálculo. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo	4/539
- Adicional por tempo de serviço. Base de cálculo. Universidade Estadual Paulista	2/179
- Adicional por tempo de serviço. Natureza salarial	2/179
- Adicional por tempo de serviço. Quinqüênio. Extensão aos empregados públicos	1/52
- Adicional por tempo de serviço. Quinqüênio. Impossibilidade de percepção cumulativa. Art. 37, XIV, da CF	3/321
- Adicional por tempo de serviço. Quinqüênio. Servidor celetista	4/539
- Adicional por tempo de serviço. Quinqüênio. Servidor público celetista do Estado de São Paulo. Lei Estadual n. 6.628, de 27 de dezembro de 1989. Base de cálculo. Remuneração	5/758
- Adicional por tempo de serviço. Quinqüênio. Servidor público regido pela CLT. Devido	3/321
- Adicional por tempo de serviço. Quinqüênio. Servidor público vinculado ao regime celetista	4/539, 6/861

- Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Servidor público. Regime celetista.....	5/758
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênios. Art. 129 da Constituição Estadual de São Paulo. Extensão aos servidores públicos celetistas.....	2/179
- Adicional por tempo de serviço. Quinquênios. Previsão em lei municipal não revogada. Empregado celetista. Cabimento. Base de cálculo	4/539
- Adicional. Sexta parte. Pagamento a empregados celetistas. Art. 129 c/c art. 124 da Constituição do Estado de São Paulo. Improcedência.....	4/539
- Assistência Médico Hospitalar São Lucas S. A. Recepcionista de hospital. Adicional de insalubridade. Contato com agentes biológicos. Grau médio (art. 192 da CLT). Possibilidade.....	1/48
- Atendente de creche. Adicional de insalubridade. Não cabimento.....	4/539
- Atividade profissional de segurança patrimonial. Adicional de periculosidade.....	1/48
- Base de cálculo. Adicional por tempo de serviço. Quinquênios. Vencimento básico do servidor público estadual	2/179
- Caldeiras. Abastecimento por tubulação de gás inflamável. Similaridade técnica. Adicional de periculosidade devido	6/861
- COFCO Brasil S. A. Operador de máquina. Adicional de insalubridade (grau médio). Contato com agentes químicos. Anexo 13 da NR-15 do MTE. Possibilidade.....	6/861
- Constituição Federal, art. 7º, XXII. Adicionais de insalubridade e de periculosidade. Cumulatividade. Possibilidade.....	4/540
- Contato com lixo hospitalar. Manutenção de esgotos. Adicional de insalubridade devido	3/322
- Cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Impossibilidade	4/575, 4/579
- Direito aos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Possibilidade de cumulação. Não cabimento	3/317, 4/540
- Fundação Casa. Adicional de periculosidade. Agente de apoio socioeducativo. Devido.....	6/862
- Fundação Casa. Agente socioeducativo. Adicional de periculosidade. Devido	6/862
- Insalubridade. Agentes químicos. Cimento. Pedreiro. Adicional indevido.....	1/48
- Labor em condições insalubres. Fornecimento de EPI sem certificado de aprovação (CA). Insalubridade não neutralizada. Adicional devido	3/333
- Labor em contato com reeducandos. Periculosidade não constatada. Adicional de periculosidade indevido	3/322
- Periculosidade. Agentes inflamáveis. Exposição intermitente. Adicional devido. Exegese da Súmula n. 364 do C. TST	3/322, 6/895
- Sexta parte e adicional por tempo de serviço. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Garantia ao empregado público estatutário ou celetista.....	1/48
- Sexta parte. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo	1/49
- Sexta parte. Base de cálculo.....	3/322
- Sexta parte. Servidor público estadual. Base de cálculo.....	3/322
- Trabalho a céu aberto. Calor. Adicional de insalubridade e intervalo para recuperação térmica. Cumulação. Possibilidade.....	1/76
- Universidade de São Paulo - USP. Adicional por tempo de serviço. Base de cálculo. Vencimentos. Diferenças devidas.....	4/540

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Administração pública direta. Servidor público concursado. Direitos previstos na convenção coletiva de trabalho. Incidência ao contrato de trabalho. Impossibilidade	4/540
- Administração pública estadual. Suspensão do pagamento dos “décimos” incorporados pelo exercício de cargo comissionado. Ilegalidade	3/323

- Administração pública. Cargo em comissão ou temporário. Vínculo jurídico-administrativo. Incompetência material da Justiça do Trabalho 4/541
- Administração pública. Contratação sem prévia admissão em concurso público. Cargo em comissão ou temporário, embora extrapolado seu prazo inicial, tomando-se permanente. Regência da CLT. Vínculo jurídico-administrativo. Incompetência material da Justiça do Trabalho..... 2/179, 3/323
- Administração pública. Contrato de trabalho. Nulidade..... 3/323
- Administração pública. Provimento, sem prévia aprovação em novo concurso público, em cargo ou emprego que não integra a carreira em que investido anteriormente. Impossibilidade..... 5/760
- Administração pública. Responsabilidade solidária. Convênio. Serviço de amparo e proteção à infância e juventude. Inadimplemento de obrigações trabalhistas. Coautoria 3/323
- Administração pública. Terceirização. Culpa *in vigilando*. Responsabilidade subsidiária 3/323

AGENTE

- Agente comunitário de saúde. Incidência do piso nacional..... 2/179
- Agente comunitário de saúde. Trabalho realizado na residência dos pacientes. Adicional de insalubridade. Indevido. Ausência de previsão no Anexo 14 da NR-15 da Portaria n. 3.214/1978 do Ministério do Trabalho..... 3/324
- Agentes comunitários de saúde. Piso salarial nacional. Aplicação pelos municípios 1/49

AGRAVO

- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Benefício da justiça gratuita. Pessoa jurídica. Necessidade de comprovação da insuficiência de recursos 6/862
- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Condenação em honorários sucumbenciais. Pagamento em pecúnia. Não integração. Ausência de preparo. Inexigibilidade. Recurso conhecido 4/541
- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Custas processuais recolhimento incorreto. Saneamento. Deserção. Art. 932 do CPC/2015. Aplicação..... 3/324
- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Intempestividade do recurso ordinário. PJe. Instabilidade do sistema. Inocorrência. Prova. Manejo inadequado. Ônus da parte 3/324
- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Alcance. Depósito recursal 4/541
- Agravo de instrumento em recurso ordinário. Processamento denegado. Intempestividade. Intimação pessoal da Fazenda Pública. Meio eletrônico. DEJT. Validade 2/180
- Agravo de instrumento. Ausência de depósito recursal. Deserção 5/760, 6/862
- Agravo de instrumento. Decisão colegiada. Não cabimento 3/324
- Agravo de instrumento. Deserção 3/324
- Agravo de instrumento. Deserção. Não conhecimento 3/324
- Agravo de instrumento. Gratuidade da justiça. Matéria posta em recurso ordinário. Impossibilidade de o MM. Juízo *a quo* denegar seguimento ao recurso. Cerceamento de defesa configurado 2/182
- Agravo de instrumento. Intempestividade no recolhimento de custas. Instrução Normativa n. 36/2016 3/325
- Agravo de instrumento. Justiça gratuita. Empresa em recuperação judicial. Deserção..... 2/180
- Agravo de instrumento. Justiça gratuita. Empresa reclamada. Deserção..... 4/541

- Agravo de instrumento. Recurso ordinário deserto. Conhecimento. Incidência do art. 932, inciso III, do CPC.....	4/541
- Agravo de instrumento. Recurso ordinário. Deserção. Depósito recursal. Isenção. Pessoa jurídica. Justiça gratuita. Alcance.....	1/49, 3/325, 4/541, 6/862
- Agravo de petição interposto na vigência do Novo CPC/2015. Irregularidade de representação processual. Recurso apresentado por advogado sem procuração nos autos. Não conhecimento do apelo	4/541
- Agravo de petição não conhecido. Falta de apresentação de valores incontroversos	1/49
- Agravo de petição. Art. 475-J do CPC (art. 523, § 1º, do CPC/2015). Inaplicabilidade no processo trabalhista.....	4/542, 6/862
- Agravo de petição. Conhecimento. Preparo. Multa. Litigância de má-fé. Inexigibilidade.....	4/542
- Agravo de petição. Critérios de apuração dos créditos. Impossibilidade de alteração da decisão coberta pelo manto da coisa julgada.....	3/325
- Agravo de petição. Embargos de terceiro. Embargante incluída na execução. Extinção do feito. Ofensa ao contraditório e ampla defesa	4/542
- Agravo de petição. Empresa em recuperação judicial. Execução trabalhista que se interrompe e, não, se extingue. Competência trabalhista para ultimar a liquidação do título. Efeitos	4/542
- Agravo de petição. Execução. Descumprimento de acordo homologado. Inobservância do prazo para denunciar o inadimplemento. Quitação das parcelas. Presunção relativa	4/543
- Agravo de petição. Execução. Parcelamento da dívida, autorizado pelo MM. Juízo de origem, nos termos do art. 745-A, § 2º, do CPC de 1973. Quitação do débito. Pretensão, do exequente, de recebimento, também, da multa prevista no art. 475-J do CPC/1973 (atual art. 523, § 1º, do NCPC). Impossibilidade	4/543
- Agravo de petição. Execução. Recuperação judicial. Incompetência da Justiça do Trabalho para processar a execução	6/862
- Agravo de petição. Honorários advocatícios. Retenção. Impossibilidade. Limites do título executivo.....	6/863
- Agravo de petição. Imóvel alienado antes de a execução se voltar contra o sócio. Não configuração de fraude	4/543
- Agravo de petição. Justiça gratuita. Declaração de miserabilidade. Inexistência de impugnação. Multa por litigância de má-fé. Institutos compatíveis. Não impedimento da concessão do benefício da gratuidade	4/544
- Agravo de petição. Liquidação de sentença. Alteração do julgado. Inadmissibilidade. Ofensa à coisa julgada	4/544
- Agravo de petição. Minuta dissociada do decidido. Não conhecimento.....	1/49
- Agravo de petição. Natureza interlocutória da decisão atacada. Irrecorribilidade. Não conhecimento.....	2/180
- Agravo de petição. Penhora de 30% dos proventos de aposentadoria (pensão). Ilegalidade.....	3/325
- Agravo de petição. Penhora de imóvel em copropriedade. Construção de fração ideal e sua repercussão nas outras quotas-partes. Direito de preferência dos demais coproprietários. Observância da avaliação. Resguardo desses terceiros. Extinção do condomínio	6/863
- Agravo de petição. Penhora de salários. Crédito trabalhista. Equiparação com alimentos. Descabimento	5/760
- Agravo de petição. Prosseguimento da execução contra responsável subsidiário. Cabimento	3/325
- Agravo de petição. Recuperação judicial. Suspensão da execução trabalhista	4/544
- Agravo de petição. Repouso semanal remunerado. Não repercussão no cálculo do FGTS. OJ n. 394 da SDI-1 do C. TST. Incidência	2/180

- Agravo de petição. Venda de veículo, que se encontrava penhorado. Registro da penhora posterior à venda. Boa-fé da adquirente 4/544
- Agravo interno. Decisão colegiada. Não cabimento 3/325
- Agravo regimental em recurso especial. Embargos de terceiro. Fraude à execução. Requisitos. Súmula n. 375/STJ. Reexame de provas. Inviabilidade. Súmula n. 7/STJ..... 3/325
- Agravo regimental. Liminar indeferida em ação cautelar inominada..... 3/326
- Agravo regimental. Não provimento 3/326

ALÇADA

- Insuficiência de alçada. Não conhecimento de recurso ordinário 3/326, 5/760
- Valor de alçada. Não conhecimento do recurso 3/326

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

- Alienação fiduciária em garantia de bem imóvel. Propriedade resolúvel do credor fiduciário 6/863

ALTA PREVIDENCIÁRIA

- Alta previdenciária pelo INSS. Retorno do obreiro ao seu posto de trabalho. Impedimento pela empresa. Descumprimento de obrigações contratuais. Rescisão indireta do contrato de trabalho. Caracterização..... 2/180
- Limbo jurídico previdenciário-trabalhista. Empregado considerado apto para o trabalho pelo INSS e inapto pela empresa. Impedimento de retorno ao trabalho..... 4/544

ANUÊNIO

- Anuênios. Base de cálculo. Legislação municipal que remete à remuneração. Exclusão da sexta parte. Art. 37, XIV, da Constituição Federal 1/50
- Anuênios e quinquênios. Contratações por prazo determinado, que não excederam a um ano. Professora temporária. Município de Iaras..... 1/49

APELO

- Apelo. Não conhecimento. Art. 932, III, do NCPC 4/614

APOSENTADORIA

- Aposentadoria compulsória. Extinção obrigatória do contrato de trabalho. Multa de 40% do FGTS indevida..... 4/544, 4/545
- Aposentadoria espontânea. Não extinção do contrato de trabalho..... 4/545
- Aposentadoria por invalidez. Suspensão do contrato de trabalho. Manutenção de plano de saúde ou de assistência médica devida independentemente da causa da aposentadoria 3/326

- Aposentadoria voluntária paga pelo Regime Geral de Previdência Social. Empregado público. Efeitos no contrato de trabalho e cumulação de proventos da aposentadoria previdenciária com os do emprego público	2/181
- Aposentadoria. Manutenção de plano de saúde	3/326
- Auxílio previsto em norma coletiva para o caso de aposentadoria por invalidez do trabalhador. Ciência da empresa no ajuizamento da reclamação.....	3/327
- Caixa Econômica Federal. Plano de apoio à aposentadoria - PAA. Aposentadoria espontânea. Verbas rescisórias e multa de 40% do FGTS. Impossibilidade	4/545
- Complementação de aposentadoria. Empregado público. Fonte pagadora. Irrelevância. Incompetência da Justiça do Trabalho.....	1/50
- Complementação de aposentadoria. Incompetência da Justiça do Trabalho. Decisão do STF. Repercussão geral	4/545
- Estabilidade pré aposentadoria prevista em CCT. Ausência de comprovação dos requisitos previstos nos instrumentos normativos. Indevida	4/613
- Plano de incentivo à aposentadoria. Inexistência de coação. Transação. Validade	2/181
- Reparação de ato ilícito causado pelo empregador que repercutiu prejudicialmente na apuração dos valores relativos à complementação de aposentadoria. Novo plano de previdência complementar. Danos materiais	3/327

APRECIÇÃO

- Apreciação das provas. Contato direto do magistrado de primeiro grau. Princípio da primazia da realidade	6/863
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

ARGUIÇÃO

- Arguição de inconstitucionalidade julgada pelo Tribunal Pleno em caso concreto (controle difuso). Efeito <i>inter partes</i> . Impossibilidade de manejo de ação rescisória para estender os efeitos da decretação da inconstitucionalidade a outros processos	3/327
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

ASSÉDIO

- Assédio moral no ambiente de trabalho. Imposição para que empregado recuse desistência do consumidor em relação a produto ou serviço oferecido pela empresa. Dano configurado	4/545
- Assédio moral. Cobrança excessiva de metas. Ameaça de demissão. Prova. Danos morais. Configuração. Indenização devida.....	1/78
- Assédio moral. Cumprimento de metas. Não caracterizado	2/181
- Assédio moral. Exercício abusivo do <i>jus variandi</i> patronal. Distanciamento da boa-fé contratual e ofensa a direito personalíssimo do trabalhador. Dano pessoal	3/327
- Assédio moral. Mero tratamento grosseiro. Exigência de produção. Não configuração do dano moral.....	6/864
- Assédio moral. Não configurado.....	4/606
- Assédio moral. Ônus da prova	6/864
- Assédio moral. Ônus da prova. Fatos constitutivos do direito.....	4/546, 6/864
- Assédio moral. WhatsApp. Grupo formado por operadores de <i>telemarketing</i> de uma mesma empresa. Linguagem informal. Ausência de ofensa capaz de gerar a reparação moral pretendida.....	3/327

- Assédio sexual e moral. Indenização devida.....	3/315
---------------------------------------------------	-------

ASSINATURA

- Assinatura do empregado. Horas extras	3/328
-----------------------------------------------	-------

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

- Assistência judiciária gratuita	2/181
- Benefícios da justiça gratuita. Concessão.....	4/620
- Benefícios da justiça gratuita. Empregador. Depósito recursal. Impossibilidade de isenção	5/760
- Benefícios da justiça gratuita. Requisitos	4/620
- Concessão dos benefícios da justiça gratuita à reclamada. Ausência de depósito recursal. Deserção do apelo.....	4/620
- Concessão dos benefícios da justiça gratuita	1/50
- Deserção do recurso ordinário do reclamado. Pessoa física. Benefício da justiça gratuita. Ausência de depósito recursal. Deserção	6/865
- Gratuidade da justiça. Pessoa jurídica. Ausência de depósito recursal. Deserção.....	3/328, 5/761
- Justiça gratuita. Art. 790, § 3º, da CLT. Requisitos necessários. Deferimento do pedido	6/864
- Justiça gratuita. Concessão. Litigância de má-fé. Recurso ordinário. Preparo. Deserção. Inocorrência.....	4/621
- Justiça gratuita. Dispensa do depósito prévio recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Agravo de instrumento em recurso ordinário	2/181
- Justiça gratuita. Empresa em recuperação judicial. Não concessão. Aplicação da Súmula n. 86 do C. TST	6/865
- Justiça gratuita. Empresa reclamada. Deserção	6/865
- Justiça gratuita. Microempresa. Dispensa do depósito prévio recursal e das custas. Empregador pessoa física ou jurídica. Possibilidade. Agravo de instrumento em recurso ordinário.....	3/328
- Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Não comprovada a insuficiência financeira. Recurso ordinário. Deserção	4/621
- Justiça gratuita. Reclamado. Deserção	5/761
- Justiça gratuita. Requisitos.....	2/208, 3/311, 3/317, 3/328, 3/329, 3/403, 3/407, 4/637, 5/761
- Justiça gratuita. Sindicato. Substituto processual	4/630
- Justiça gratuita. Sindicato. Substituto processual. Hipossuficiência financeira. Necessidade de prova	4/621

ATIVIDADE EXTERNA

- Atividade externa compatível com a fixação de horário de trabalho. Inaplicável a exceção do art. 62, I, da CLT.....	1/50
- Atividade externa compatível com a fixação de horário de trabalho e efetiva fiscalização. Inaplicável a exceção do art. 62, I, da CLT	1/50

ATLETA

- Atleta profissional. Contrato sem determinação de prazo. Acúmulo com a função de assistente técnico. Inocorrência	2/182
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

- Atleta profissional. Jogador de futebol. Direito de imagem. Natureza jurídica 2/182

ATO DE IMPROBIDADE

- Ato de improbidade. Furto. Justa causa. Caracterização..... 2/182

ATRASO DE PAGAMENTO

- Atraso no pagamento de salários e verbas rescisórias. Dano moral. Indevido..... 3/328

AUDIÊNCIA

- Audiência inaugural. Ausência de preposto. Decretação de revelia. Juntada de contestação e documentos. Impossibilidade 1/51

AUTO DE INFRAÇÃO

- -Auto de infração. Nulidade. Abuso de poder. Avaliação subjetiva do agente público 4/581

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

- Atribuição de natureza indenizatória ao auxílio alimentação por norma coletiva. Possibilidade..... 2/182
- Auxílio alimentação. Alteração da natureza jurídica por norma coletiva ou adesão ao PAT. Aplicação da OJ-SDI1-413 4/546
- Auxílio alimentação. Integração. Município de Andradina. Leis Municipais n. 2.287/2006 e 2.291/2007. Impossibilidade 4/546
- Auxílio alimentação. Natureza do benefício. Reflexos. OJ n. 413 da SDI-1/TST..... 4/605
- Auxílio alimentação. Natureza indenizatória. Não integração nas demais parcelas 4/624
- Auxílio alimentação. Natureza jurídica. Reflexos. OJ n. 413 da SDI-1/TST..... 3/329
- Auxílio alimentação. Supressão 5/761
- Auxílio alimentação. Validade da estipulação da natureza indenizatória através da lei ou ajuste coletivo 4/546
- Auxílio alimentação e auxílio cesta alimentação. Natureza jurídica. Negociação coletiva e adesão posterior do empregador ao Pat..... 3/369
- Auxílio alimentação fornecido a título oneroso: participação do trabalhador no custeio da parcela. Pedido de reconhecimento da natureza salarial do benefício, com sua integração às outras verbas. Indevido: natureza indenizatória..... 3/329
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Vale ou auxílio alimentação. Natureza indenizatória 2/183
- Natureza jurídica do auxílio alimentação. Filiação ao PAT posterior à admissão..... 4/546
- Natureza jurídica do vale alimentação. Previsão em norma coletiva da natureza indenizatória da parcela..... 2/183
- Vale alimentação. Adesão da empresa ao programa de alimentação do trabalhador - PAT. Natureza indenizatória. Inteligência da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 n. 133, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho 4/546

- Vale-refeição/alimentação. Pedido de sua integração na remuneração do reclamante e respectivas diferenças salariais. Improcedente..... 2/183

AVISO-PRÉVIO

- Aviso-prévio. Adesão a plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA). Demissão sem justa causa. Não configuração 6/865
- Aviso-prévio. Integração ao tempo de serviço..... 3/329
- Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, inteiramente trabalhado. 57 dias. Pedido de novo pagamento, como indenização. Indevido 4/537

BANCÁRIO

- Bancário executivo. Súmula n. 102, VI, do TST. Enquadramento no art. 224, *caput*, da CLT 4/547
- Bancário. Cargo de confiança 5/761, 6/865
- Bancário. Cargo de confiança. Arts. 62, II, e 224, § 2º, da CLT. Enquadramento 3/329
- Bancário. Cargo de confiança. Gerente de relacionamento..... 2/183
- Bancário. Cargo de confiança. Legislação específica - art. 224, § 2º, da CLT - diversa da do art. 62 da CLT. Desnecessidade, para sua caracterização, de existência de subordinados ou prova de poderes para contratar e demitir. Necessária, somente, a demonstração de maior grau de fidedignidade e recebimento de gratificação superior a 1/3 do salário efetivo..... 4/547
- Bancário. Exercício de cargo de confiança. Não comprovação. Pagamento, como extras, das horas laboradas além da 6ª diária e 30ª semanal. Cabimento 4/548
- Bancário. Exercício de cargo de confiança. Não comprovação. Pagamento, como extras, das 7ª e 8ª horas laboradas. Cabimento 3/330
- Bancário. Funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes..... 3/330
- Bancário. Horas extras. Norma coletiva. Sábado não trabalhado. Divisor aplicável..... 4/548
- Correspondentes bancários (ou promotores de produtos e serviços). Alegada condição de financeira, da reclamante. Impossibilidade. Não aplicação do art. 224 da CLT 3/330
- Divisor do bancário. Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000849-83.2013.5.03.0138..... 4/548, 4/604
- Divisor do bancário. Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000849-83.2013.5.03.0138. Adequação da sentença..... 3/330, 4/583
- Empregada bancária. Transporte de valores. Risco potencial à preservação da vida e da integridade física da trabalhadora. Indenização por dano moral mantida 6/865
- Empregado de empresa correspondente bancária. Terceirização ilícita de atividade fim do banco tomador. Equiparação a empregado bancário. Art. 9º da CLT e Súmula n. 331, inciso I, e OJ n. 383 da SDI-I, ambas do TST 3/331
- Gerente geral de agência bancária. Horas extras. Indevidas..... 3/350
- Gerente geral. Cargo de gestão. Autoridade máxima na agência bancária. Horas extras e intervalo intrajornada. Aplicação do art. 62, inciso II, da CLT 3/369
- Jornada. Horas extras. Cargo de confiança bancário 6/865

BANCO DE HORAS

- Banco de horas. Falta de transparência quanto às horas computadas. Horas extras habituais. Nulidade 2/184

- Banco de horas. Impossibilidade de fiscalização pelo trabalhador. Invalidez 1/51, 3/389
- Banco de horas. Invalidez. Jornada extraordinária excessiva 2/184
- Banco de horas. Necessidade de negociação coletiva 2/184, 5/761
- Banco de horas. Sistema de controle. Ausência de transparência. Invalidez 4/525, 5/755
- Banco de horas. Validade 6/866
- Banco de horas. Validade. Autorização prévia em norma coletiva. Art. 59, § 2º, da CLT 1/51
- Banco de horas. Validade. Necessidade de negociação coletiva 3/331
- Compensação de jornada. Banco de horas. Previsão em ajuste coletivo. Validade 4/548

BEM DE FAMÍLIA

- Bem de família. Impenhorabilidade 2/184, 3/421
- Impenhorabilidade. Bem de família. Prova 4/548

BEM IMÓVEL

- Aquisição de imóvel. Certidão negativa expedida por órgão público. Prova da boa-fé objetiva em nome da segurança jurídica 3/331

CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO

- Cálculos. Observância aos parâmetros estabelecidos no título executivo. Respeito à coisa julgada 3/331
- Título executivo. Cálculos de liquidação. Incorreção. Coisa julgada. Ofensa 3/331

CARGO DE CONFIANÇA

- Cargo de confiança. Art. 62, II, da CLT. Não configuração 3/382
- Cargo de confiança. Art. 62, inciso II, da CLT. Direito a DSR e feriados 2/184
- Cargo de confiança. Enquadramento do empregado na exceção do art. 62, II, da CLT. Ausência de prova 3/331
- Cargo de confiança. Gerente. Art. 62, II, da CLT. Configuração 6/867
- Cargo de confiança. Gerente distrital. Art. 62, II, da CLT. Configuração 3/332
- Cargo de confiança. Poderes de gestão. Labor em sobrejornada. Pagamento indevido. Exegese do inciso II, art. 62, da CLT 3/322, 4/629

CARGO EM COMISSÃO

- Cargo em comissão. Relação jurídica de natureza administrativa. Incompetência material da Justiça do Trabalho 3/332

CARTÃO PONTO

- Cartão de ponto. Invalidez 6/866

CATEGORIA DIFERENCIADA

- Reenquadramento sindical. Categoria diferenciada. Inexistência de negociação por parte de entidade representativa do empregador. Impossibilidade 2/184

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Ausência de intimação pessoal do reclamante. Intimação apenas do advogado. Cerceamento de defesa 6/866
- Cerceamento de defesa. Atraso ínfimo do reclamado à audiência de instrução. Revelia. Nulidade configurada 4/549
- Cerceamento de defesa. Configuração 3/332
- Cerceamento de defesa. Depoimento pessoal da parte adversa. Indeferimento. Nulidade processual configurada 3/332
- Cerceamento de defesa. Encerramento da instrução processual. Prova oral 3/332, 6/867
- Cerceamento de defesa. Fatos incontroversos 3/332, 4/549
- Cerceamento de defesa. Não caracterização. Juntada de documentos após encerrada a fase instrutória. Ausência de vista à parte contrária 4/549
- Cerceamento de defesa. Não configuração 2/185
- Cerceamento de defesa. Não configuração 6/867
- Cerceamento de defesa. Nulidade processual. Testemunha. Audiência de instrução. Ausência. Convite. Inobservância. Não caracterização 3/333
- Cerceamento de defesa. Processo eletrônico. Apresentação de contestação incompleta. Ônus da parte de diligenciar pela integralidade dos documentos transmitidos. Resolução n. 136/2014 do CSJT 6/867
- Cerceamento de defesa. Prova oral. Indeferimento. Fornecimento de EPI eficaz. Prova documental e técnica. Não caracterização 3/333
- Cerceamento de defesa. Redesignação de audiência. Ausência de intimação pessoal do reclamante. Confissão *ficta* incabível 4/550
- Cerceamento do direito de defesa. Ausência de manifestação da parte. Preclusão 5/762
- Cerceamento do direito de defesa. Não caracterização 3/336
- Cerceamento do direito de defesa. Prova pericial. Complemento. Audiência de instrução. Não designação. Caracterização 2/185
- Cerceamento do direito de produzir prova. Mesmo fato. Não caracterizado. Arts. 765 da CLT, 130 do CPC e 5º, LXXVIII, da CF/1988 1/51
- Indeferimento de produção de prova. Cerceamento do direito de defesa 3/333, 4/550
- Inovação recursal. Vedação legal 6/867
- Recurso ordinário. Cerceamento de defesa. Oitiva de testemunhas. Hora de percurso e acúmulo de funções. Necessidade da prova 6/867
- Testemunha. Exercício de cargo de confiança. Contradita. Indeferimento. Cerceamento de defesa. Não ocorrência 6/867

CESTA BÁSICA

- Cesta básica. Município de Álvares Florence. Nulidade do contrato que substituiu o benefício pelo cartão “Visa Vale”, por afronta à Lei de Licitações. Circunstância que não prejudica o reconhecimento do direito ao benefício, previsto em Lei Municipal anterior (n. 1.202/1997) 4/550

CIPA

- Cipeiro. Garantia de emprego. Sucessão de empresas. Continuidade da atividade empresarial. Cabimento..... 4/550
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Art. 10, inciso II, alínea “a”, do ADCT. Membro suplente. Súmula n. 339 do C. TST. Garantia de emprego assegurada 4/550
- Integrante da Cipa. Encerramento das atividades da empresa no Município de Sorocaba. Estabilidade provisória indevida. Aplicável a 2ª parte da Súmula n. 339, I, do C. TST 2/185

CITAÇÃO

- Citação. Empregado com poder de recebê-la. Art. 841 da CLT. Validade do ato..... 3/333
- Citação de pessoa jurídica estrangeira. Nulidade. Inexistência 1/51

CLÁUSULA

- - Cláusula normativa. Entrega de cópia da rais. Descumprimento. Aplicação da multa pactuada 4/557

COISA JULGADA

- Coisa julgada. Ação coletiva e ação individual. Não configuração..... 1/52
- Coisa julgada. Ação plúrima ou individual movida por sindicato, como substituto processual 4/550
- Coisa julgada. Acordo judicial. Quitação do extinto contrato de trabalho..... 3/334
- Coisa julgada. Extinção sem resolução do mérito. Duplicidade de ações. Objetos distintos. Não configurado 3/334
- Coisa julgada. Horas extras. Critério de apuração a ser observado: o limite semanal de 44 horas 4/559
- Coisa julgada. Liquidação de sentença. Alteração. Impossibilidade 1/71
- Coisa julgada. Observância dos objetivos pretendidos com ela nos casos envolvendo prestação continuada. Atualização monetária devida 2/185

COMERCIÁRIO

- Comerciarário. Trabalho aos domingos. Autorização 3/334

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

- Comissão de Conciliação Prévia. Acordo. Validade. Quitação das parcelas discriminadas..... 1/52, 2/186
- Comissão de Conciliação Prévia. Art. 625-E da CLT. Termo de conciliação. Quitação ampla e geral. Invalidez..... 4/550
- Termo de conciliação firmado perante Comissão de conciliação prévia. Ausência de ressalvas. Efeitos. Quitação geral do contrato de trabalho 4/671

COMISSIONISTA

- Comissão. Pagamento extrafolha. Integração. Reflexos..... 4/617, 4/629
- Commissionista puro. Acúmulo de funções. Diferenças salariais devidas 3/334
- Comissões. Integração. Reflexos 4/623
- Estorno de comissões. Impossibilidade..... 3/334, 4/636

COMPENSAÇÃO

- Compensação. PDV 3/334

COMPETÊNCIA

- Competência. Complementação de aposentadoria..... 2/186
- Competência. Justiça do Trabalho x Justiça Comum..... 1/52, 6/868
- Competência. Lide trabalhista servidor público. Regime celetista 3/335, 4/552
- Competência da Justiça do Trabalho em razão do lugar. Art. 651 da CLT. Ação ajuizada no domicílio do reclamante. Princípio do acesso ao Poder Judiciário. Prevalência 4/551
- Competência da Justiça do Trabalho. Agente de saúde. Contratação temporária 1/52
- Competência da Justiça do Trabalho. Complementação de aposentadoria. Município de Campos do Jordão. Leis Municipais n. 3.735/2015 e 1.828/1991 3/334
- Competência da Justiça do Trabalho. Contratação temporária. Art. 37, IX, da Constituição da República. Natureza jurídico-administrativa 1/52
- Competência da Justiça do Trabalho. Manutenção do plano de saúde. Obrigação oriunda do contrato de trabalho..... 4/552
- Competência material da Justiça do Trabalho. Contratação sem concurso público, antes do advento da Constituição Federal de 1988. Contrato válido sob o regime celetista..... 4/552
- Competência material. Município. Regime celetista..... 4/552, 5/762
- Competência territorial. Acesso à justiça..... 4/552
- Competência territorial. Art. 651 da CLT..... 2/186
- Conflito negativo de competência. Seção de Dissídios Coletivos x Câmara Recursal. Recurso ordinário. Sindicato. Direitos individuais homogêneos. Competência da Câmara 3/335
- Incompetência em razão do lugar. Art. 651 da CLT. Não configuração..... 4/553
- Incompetência material da Justiça do Trabalho. Complementação de aposentadoria prevista em lei própria de natureza jurídico-administrativa. Competência da Justiça comum 6/868
- Justiça do Trabalho. Competência em razão da matéria. Emissão de alvará para levantamento de saldo depositado no FGTS a sucessores e dependentes de ex-trabalhador falecido. Positiva..... 6/868
- Justiça do trabalho. Incompetência material. Cargo em comissão. Relação jurídico-administrativa..... 6/868
- Recuperação judicial. Incompetência dessa Justiça especializada para prosseguimento da execução..... 6/869

CONCESSÃO

- Concessão aeroportuária. Aeroportos Brasil - Viracopos S. A. "Dono da obra". Não configuração. Responsabilidade. Cabimento 3/335

- Concessão aeroportuária. Aeroportos Brasil - Viracopos S. A. “Dona da obra”. Não configuração. Subempreitada. Construção civil. Ampliação de aeroporto. Responsabilidade subsidiária. Cabimento..... 2/186, 3/335
- Concessão aeroportuária. Aeroportos Brasil Viracopos S. A. “Dono da obra”. Não configuração. Subempreitada. Construção civil. Ampliação de aeroporto. Responsabilidade subsidiária. Limites do pedido. Cabimento 2/186
- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S. A. e Coper - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra. Terceirização ilícita. Atividade fim. Responsabilidade solidária. Possibilidade 3/336
- Concessionária de serviços de telecomunicações. Contrato de prestação de serviços de instalação de equipamentos/acessórios para recepção de sinais. Terceirização de atividade fim..... 3/336

CONCESSIONÁRIA

- Concessionária de serviços públicos. Trabalho em atividade fim. Dona da obra. Não caracterização 1/53

CONCURSO

- Concurso público. Cadastro reserva. Ausência de cargos vagos. Terceirização das atividades inerentes ao emprego objeto do certame. Preterição não configurada 3/336
- Concurso público. Direito à nomeação. Candidato aprovado. Cadastro de reserva. Ausência de preterição. Impossibilidade 3/336

CONFISSÃO

- Confissão *ficta*. Efeitos. Súmula n. 74, I, do TST 3/337
- Confissão *ficta*. Presunção de veracidade dos fatos alegados. Prova documental pré-constituída 1/53
- Confissão *ficta* aplicada ao autor. Audiência de instrução. Não comparecimento. Cerceamento de defesa não configurado..... 1/53
- Confissão *ficta* e revelia. Efeitos..... 3/336
- Salário extrafolha. Fato constitutivo do direito. Ônus da prova. Preposto. Desconhecimento dos fatos. Confissão 3/337

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

- Conflito negativo de competência em razão do lugar. Reclamação trabalhista. Ajuizamento no local da celebração do contrato e domicílio do empregado. Possibilidade. Art. 651, § 3º, da CLT 4/553

CONTAGEM

- Contagem de prazo processual. Dias úteis. Art. 219 NCPC. Inovação da Lei n. 13.105/2015. Processo do trabalho. Inaplicabilidade 2/187

CONTRADITÓRIO

- Devido processo legal. Contraditório. ampla defesa. Ofensa. Não caracterização..... 6/869

CONTRARRAZÕES

- Pedido de reforma em contrarrazões. Falta de pressuposto processual objetivo. Falta de adequação 6/869
- Pedido de reforma em contrarrazões. Não cabimento 4/553

CONTRATO

- Alteração contratual lesiva. Retorno à jornada inicialmente contratada. Município de Jarinu. Jornada 12x36, alterada para 8h diárias e 40 semanais. Não ocorrência. Exegese da OJ n. 308 da SBDI-I do C. TST 1/53
- Alteração contratual. Abono especial por assiduidade. Incorporação nos vencimentos do trabalhador. Ausência de prejuízos financeiros. Validade 2/187
- Art. 389 da CLT. Espaço destinado à amamentação. Inexistência. Embaraço à continuidade do pacto laboral. Falta grave do empregador. Rescisão indireta do contrato de trabalho 4/554
- Contratação por intermédio de cooperativa de serviços. Reconhecimento do vínculo de emprego direto com o tomador 4/553
- Contratação sem concurso público. Súmula n. 363 do TST 4/553
- Contratação temporária. Ente público. Incompetência da Justiça do Trabalho 3/337, 4/554
- Contrato celebrado com empresa promotora de serviços bancários secundários. Pretensão obreira de equiparação à categoria dos bancários. Impossibilidade 4/554
- Contrato de aprendizagem. Ausência de frequência a cursos de aprendizagem. Jornada de trabalho de oito horas diárias. Não caracterizado 1/53
- Contrato de aprendizagem. Base de cálculo para aferição do número de aprendizes 3/337
- Contrato de empreitada x contrato de emprego 2/187
- Contrato de experiência. Ruptura contratual. Dispensa arbitrária e discriminatória. Inocorrência 3/394
- Contrato de facção: existência concomitante de prestação de serviços e fornecimento de bens. Responsabilidade subsidiária. Inaplicabilidade da Súmula n. 331 do C. TST 2/187
- Contrato de franquia. Responsabilidade subsidiária/solidária do franqueador. Impossibilidade 4/554
- Contrato de franquia. Responsabilização por verbas trabalhistas. Inexistência 2/188
- Contrato de gestão. Responsabilidade subsidiária. Ente público 3/338
- Contrato de natureza comercial. Transporte de mercadorias. Terceirização de serviços não configurada 3/338
- Contrato de prestação de serviço de transporte. Veículo dirigido por terceira pessoa. Ônibus rural de propriedade da obreira. Pedido de vínculo de emprego como motorista. Inexistência de pessoalidade e subordinação 4/554
- Contrato de representação comercial autônoma. Existência. Lei n. 4.886/1965. Ausência de vínculo empregatício. Inexistência de onerosidade e subordinação hierárquica e jurídica 3/338
- Contrato de revenda autorizada. Responsabilidade solidária inexistente. Relação meramente comercial 3/338

- Contrato de safra. Cultura de cana-de-açúcar. Atividade laboral permanente. Unicidade contratual reconhecida	4/555
- Contrato de safra. Violação do art. 9º da CLT. Nulidade	3/338
- Contrato de trabalho com duração superior a um ano. Ausência de homologação do termo de rescisão do contrato de trabalho. Presunção favorável ao empregado de que a dispensa se deu por ato unilateral do empregador	2/188
- Contrato de trabalho com município. Ausência de concurso. Necessidade temporária ou excepcional não verificada. Nulidade. Efeitos	2/188
- Contrato de trabalho por prazo determinado. Experiência. Prorrogação. Validade	4/555
- Contrato de trabalho por tempo determinado. Por obra certa. Não caracterização	2/188
- Contrato de trabalho temporário. Acidente de trabalho. Estabilidade provisória.....	3/339
- Contrato de trabalho temporário. Lei n. 6.019/1974. Ausência de comprovação do motivo da contratação. Nulidade. Art. 9º da CLT	4/555
- Contrato de transporte. Atividade fim do tomador de serviço. Transporte de mercadorias. Terceirização. Responsabilidade subsidiária. Súmula n. 331, IV, do TST	4/555
- Contrato de transporte. Responsabilidade subsidiária. Não configuração.....	1/54
- Contrato por prazo determinado. Lei n. 9.601/1998. Norma coletiva. Ausência. Nulidade	1/54
- Contrato temporário com a administração pública sem prévia aprovação em concurso. Inexistência da excepcionalidade prevista no art. 37, IX, CF/1988. Nulidade	3/339
- Contrato temporário fraude. Nulidade. Condenação solidária.....	3/339
- Irregularidades contratuais. Violação à lei. Obrigatoriedade de expedição de ofícios aos órgãos competentes	4/555
- Modo de extinção do contrato de trabalho (justa causa x rescisão indireta). Alegação de desídia (art. 482, “e”, da CLT) <i>versus</i> exigência de serviços superiores às forças e descumprimento das obrigações do contrato (art. 483, “a” e “d”, da CLT).....	4/556
- Mudança de regime jurídico. Extinção do contrato de trabalho. Levantamento do FGTS. Possibilidade	1/54
- Unicidade contratual. Demissão fraudulenta	3/339
- Unicidade contratual. Existência de vários contratos, por prazo determinado 9 (nove) contratos de safra.....	3/339

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

- Restituição de valores decorrentes de contrato de compra e venda de veículo, dissociado da relação laboral. Incompetência material da Justiça do Trabalho.....	4/556
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

CONTRIBUIÇÃO

- Cobrança da contribuição sindical rural. Publicação de editais com o nome expresso do devedor como pressuposto válido de constituição do processo	3/340, 4/558
- Contribuição assistencial confederativa. Restituição.....	1/44
- Contribuição assistencial	5/758
- Contribuição assistencial. Empregado não filiado ao sindicato. Cobrança indevida	3/340
- Contribuição assistencial. Filiação não comprovada. Cobrança indevida.....	3/373
- Contribuição assistencial. Precedente Normativo n. 119 do C. TST	4/556
- Contribuição assistencial. Restituição	3/354
- Contribuição assistencial. Taxa de solidariedade inerente ao custeio das despesas inerentes às negociações coletivas. Benefícios que se estendem à categoria como um todo. Princípio da isonomia. Garantia de sobrevivência da entidade sindical.....	2/188

- Contribuição assistencial/confederativa. Precedente normativo n. 119 da SDC do C. TST e Súmula Vinculante n. 40 do E. STF	4/612, 4/671
- Contribuição assistencial/confederativa. Restituição.....	3/319, 4/619
- Contribuição confederativa e assistencial. Súmula vinculante n. 40 do STF	6/896
- Contribuição confederativa e assistencial. Trabalhador não sindicalizado.....	2/188, 3/351
- Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução.....	4/572, 4/578
- Contribuição confederativa. Descontos. Reembolso. Cabimento	3/419
- Contribuição confederativa. Empregado não filiado ao sindicato. Cobrança indevida	2/189, 6/869
- Contribuição confederativa. Empregado não sindicalizado. Indevida	3/340
- Contribuição confederativa. Requisitos de exigibilidade	2/189
- Contribuição confederativa. Restituição.....	1/78, 3/322, 3/374, 3/378, 4/674
- Contribuição confederativa. Súmula Vinculante n. 40 do STF	1/54, 4/556
- Contribuição confederativa. Trabalhador não sindicalizado	2/189
- Contribuição confederativa/assistencial. Restituição.....	4/534
- Contribuição previdenciária. Entidade beneficente de assistência social. Comprovação da existência certificação legal. Isenção autorizada	2/189
- Contribuição previdenciária. Fato gerador. Momento de incidência de juros de mora e multa	1/55, 2/189, 4/557
- Contribuição previdenciária. Fato gerador. Mora.....	2/189
- Contribuição sindical rural. Cobrança. Ação adequada. Atual incompetência do Ministério do Trabalho para a emissão de certidão do débito. Admissibilidade da ação de cobrança pelo procedimento ordinário. Interesse processual verificado.....	3/340
- Contribuição Sindical Rural. Cobrança. Certidão expedida pelo Ministério do Trabalho. Desnecessidade. Princípio da autonomia sindical	6/870
- Contribuição sindical rural. Edital em jornal de maior circulação local, previsto no art. 605 da CLT. Correspondência com aviso de recebimento. Pressupostos de constituição válida e regular do processo (art. 485, IV, do NCPC). Ciência do contribuinte verificada.....	3/340, 4/558
- Contribuição Sindical Rural. Enquadramento legal. Ônus da prova.....	6/869
- Contribuição Sindical Rural. Exigência de certidão do Ministério do Trabalho para constituição do crédito. Indevida	6/869
- Contribuição Sindical Rural. Juros de mora. Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Art. 600 da CLT. Lei n. 8.022/1990	6/870
- Contribuição sindical rural. Proprietário de mais de um imóvel rural com área total superior a dois módulos rurais da respectiva região. Devida. Aplicação do art. 1º, II-C, do Decreto-Lei n. 1.166/1971	3/341
- Contribuição Sindical Rural. Requisitos. Editais e notificações ao contribuinte.....	1/55, 2/189, 3/341, 4/558, 6/870
- Contribuição Sindical Rural. Requisitos. Propriedade rural. Área inferior a 2 (dois) módulos rurais. Prova. Não incidência	6/870
- Contribuição Sindical Rural. Rito sumaríssimo. Impossibilidade.....	3/341, 4/558, 6/870
- Contribuição sindical. Ausência de prova de regular publicação de editais, na forma do art. 605 da CLT. Extinção do pedido, sem resolução do mérito	4/557
- Contribuição sindical. Cobrança. Publicação de editais. Validade do lançamento e constituição de débito. Indispensabilidade	3/341
- Contribuição sindical. Editais. Pressuposto de constituição válida e regular do processo. Extinção do processo sem resolução do mérito.....	1/55, 2/190, 4/557, 6/870
- Contribuição sindical. Legalidade do desconto	4/557
- Contribuição sindical. Notificação pessoal. Cobrança judicial.....	3/341

- Contribuições previdenciárias. Devedor subsidiário. Responsabilidade integral do ente público	2/246
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador	1/55, 3/342
- Contribuições previdenciárias. Fato gerador. Juros e multa.....	3/402, 4/661
- Contribuições previdenciárias. Hipótese de incidência e fato gerador. Expressão “devidas” constante do inciso I do art. 22 e da alínea “b” do inciso I do art. 30 da Lei n. 8.212/1991. Parágrafos 1º e 2º do art. 43 da mesma lei. Inconstitucionalidade. Violação ao art. 195, I, “a”, da Constituição Federal	2/190
- Contribuições sindicais (assistencial e confederativa). Negociação coletiva. Súmula vinculante n. 40 do E. STF. Trabalhador não associado. Impossibilidade.....	6/871
- Desconto de contribuição assistencial e confederativa. Reembolso.....	6/871
- Desconto. Contribuição assistencial e/ou confederativa	2/190
- Desconto. Contribuição confederativa.....	2/176, 3/342, 6/871, 6/885
- Intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução	4/575, 6/878
- Princípio da intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução.....	5/786
- Propriedade rural. Área inferior a 2 (dois) módulos rurais. Contribuição sindical rural. Requisitos. Ônus probatório	1/55
- Recolhimentos previdenciários. Alíquotas da agroindústria. Indústria da cana-de-açúcar. Cota do empregador. Art. 111-F da Instrução Normativa n. 971 da Receita Federal do Brasil, com a redação que lhe foi dada pela IN-RFB n. 1.453, de 24 de fevereiro de 2014. Incompetência desta especializada para referida tributação.....	4/557

CORREÇÃO MONETÁRIA

- Correção monetária. Índice IPCA-E. ADIs 4.357 e 4.425 do STF. Prevalência.....	6/871
- Correção monetária. IPCA-E. Débitos trabalhistas. Inaplicabilidade.....	6/872
- Débito trabalhista. Correção monetária. Índice. IPCA-E	6/858

CONTROLE DE HORÁRIO

- Controle de ponto. Invalidez.....	1/55
- Controles de frequência. Não apresentação parcial. Aplicação da Súmula n. 338, inciso I, do Colendo TST em relação aos meses em que não foram apresentados os controles de frequência.....	3/342
- Controles de jornada. Juntada parcial. Incidência da Súmula. n. 338, I, do TST.....	1/56

COOPERATIVA

- Cooperativa. Relação direta com o tomador de serviços.....	3/343
--------------------------------------------------------------	-------

CORREÇÃO MONETÁRIA

- Correção monetária do débito trabalhista. Taxa de atualização. IPCA-E. Exclusão	4/614
- Correção monetária dos débitos trabalhistas. Incabível a aplicação do IPCA-E. Mantida a atualização pela TRD (Taxa Referencial Diária), fundada no art. 39 da Lei n. 8.177/1991	4/547

- Correção monetária. Aplicação da TR x IPCA-E	4/558, 4/626
- Correção monetária. Débito trabalhista. Inaplicabilidade do IPCA-E	3/343
- Correção monetária. IPCA-E. Débitos trabalhistas. Inaplicabilidade.....	2/190
- Correção monetária. Juros de mora. Parcelamento. Art. 916, CPC/2015. Incidência.....	3/343
- Débito trabalhista. Correção monetária. Índice. IPCA-E	2/193, 4/559
- Débito trabalhista. Correção monetária. Índice. IPCA-INPC	1/56, 3/343
- Índice de correção monetária	3/343, 4/559, 4/660

CRÉDITO

- Aplicação do art. 916 do Código de Processo Civil. Parcelamento do crédito exequendo. Possibilidade.....	4/559
- Crédito previdenciário. Recuperação judicial. Habilitação.....	5/763

CTPS

- CTPS. Aposição de carimbo de cancelamento. Dano moral não configurado.....	4/599
------------------------------------------------------------------------------	-------

DANO

- CPC. Dano moral. Indenização. Não cabimento. Verbas rescisórias. Inadimplência	6/872
- Dano à moral coletiva. Condenação. Destinação. Finalidade do art. 13/LACP	4/621
- Dano existencial. Dano moral. Jornadas de trabalho abusivas. Devida a indenização	1/56
- Dano existencial. Jornada de trabalho excessiva. Indenização por danos morais indevida	3/343, 4/559
- Dano existencial. Jornada de trabalho extenuante. Indenização. Cabimento.....	1/93
- Dano existencial. Jornadas excessivas e extenuantes. Indenização devida	2/191
- Dano material. Indenização. Doença degenerativa. Agravamento. Prova pericial. Capacidade laboral e pessoal preservadas. Não cabimento	4/534
- Dano material. Pensão mensal. Percepção cumulada com o benefício previdenciário.....	1/56
- Dano material. Pessoa jurídica. Transporte público. Prejuízo devidamente comprovado. Responsabilidade do empregado faltoso. Indenização devida	4/559
- Dano material. Prova. Adicional de periculosidade. Não pagamento. Indenização. Não cabimento.....	4/556
- Dano moral (dano existencial). Jornadas excessivas e extenuantes. Indenização devida	4/560, 5/763
- Dano moral coletivo trabalhista. Violação, pela empregadora, de cláusula normativa que limitava o horário de trabalho em véspera de Natal e Ano Novo.....	4/560
- Dano moral coletivo. Empresa de limpeza. Uso de uniforme. Logomarca. Não caracterização	3/343
- Dano moral jornada excessiva. Indenização. Não cabimento.....	3/332
- Dano moral pela extrapolação habitual da jornada. Tempo de trabalho não superior ao limite estabelecido no art. 59 da CLT, folgas semanais. Não configuração. Indenização indevida	2/196
- Dano moral por assédio sexual. Ambiente de trabalho. Ofensor de mesmo nível hierárquico. Caracterização.....	1/57
- Dano moral	3/330

- Dano moral, estético e material. Acidente de trabalho. Culpa da reclamada não comprovada. Culpa exclusiva da vítima: ato inseguro. Não cabimento de reparação civil. Aplicação do art. 818 da CLT.....	4/560
- Dano moral. Acusação indevida de autoria de fato criminoso. Configuração. Indenização. Cabimento.....	4/595
- Dano moral. Alegadas condições indignas de trabalho. Autor era mecânico, e não maquinista de trem, como informara, aleivosamente. Indenização indevida.....	1/57
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Coletor de lixo. Sanitários. Inexistência. Local inadequado para refeição. Indenização. Cabimento.....	1/105
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Linha férrea. Impossibilidade de utilização de banheiros. Cabimento.....	2/191
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Sanitários inadequados.....	4/569
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Sanitários. Inexistência.....	1/47
- Dano moral. Ambiente de trabalho. Sanitários. Inexistência. Local inadequado para refeição.....	1/56, 1/93, 4/635
- Dano moral. Assédio horizontal. Responsabilidade subjetiva do empregador. Ausência de prova sobre o conhecimento dos fatos ofensivos, praticados por colegas. Indenização indevida.....	4/561
- Dano moral. Assédio moral. Prática de conduta ofensiva do empregador. Não comprovada. Indenização indevida.....	3/344
- Dano moral. Assédio. Caracterização.....	1/57
- Dano moral. Atraso no pagamento de verbas rescisórias. Ausência de provas. Não configuração.....	4/630
- Dano moral. Atraso ou não pagamento das verbas rescisórias. Indenização devida.....	5/764
- Dano moral. Atraso reiterado no pagamento de salários. Violação à honra do trabalhador. Configuração.....	4/561
- Dano moral. Atraso salarial contumaz. Configurado.....	6/872
- Dano moral. Ausência de pagamento das verbas rescisórias. Indevido.....	4/561
- Dano moral. Ausência de sanitários. Prova. Indenização. Não cabimento.....	4/605
- Dano moral. Banalização. Indenização indevida.....	4/561
- Dano moral. Banheiro. Condições precárias de uso. Indenização. Cabimento.....	4/562
- Dano moral. Caracterização.....	3/344, 4/562, 5/764, 6/872
- Dano moral. Caracterização. Anotação na CTPS com referência à reclamação trabalhista. Ofensa à imagem profissional do trabalhador.....	2/191
- Dano moral. Caracterização. Indenização devida. Montante. Adequação.....	4/564
- Dano moral. Competência da Justiça do Trabalho.....	2/191
- Dano moral. Condições de trabalho degradantes. Cabimento.....	5/787
- Dano moral. Definição de trabalho degradante. Sentença de 1º grau, do Juiz Gustavo Naves Guimarães.....	1/57
- Dano moral. Demonstração do prejuízo. Irrelevante. <i>Damnum in re ipsa</i>	3/344
- Dano moral. Descumprimento de obrigações trabalhistas. Indenização. Não cabimento.....	4/591
- Dano moral. Dispensa arbitrária. “Cipeiro”. Configuração.....	3/344
- Dano moral. Dispensa em razão do encerramento das atividades da empresa. Indenização indevida.....	4/562
- Dano moral. Doença degenerativa. Agravamento. Lavoura canavieira. Indenização. Cabimento.....	4/534
- Dano moral. Empregado que realiza transporte de valores. Ausência de treinamento e de segurança. Caracterizado.....	3/329, 3/344
- Dano moral. Empresa que exige devolução de mercadoria legalmente adquirida pelo empregado. Gravame configurado.....	4/562

- Dano moral. Extrapolação habitual e abusiva dos limites físicos e sociais da jornada. Tempo de trabalho bem superior ao limite estabelecido no art. 59 da CLT, inclusive em dias de descanso e feriados. Configuração. Indenização devida..... 3/344
- Dano moral. Guarda Municipal. EPI com prazo vencido. Colete antibalístico. Indenização. Cabimento 4/562
- Dano moral. Inadimplemento ou mora salarial 3/345, 4/562
- Dano moral. Inadimplemento salarial. Atraso no pagamento das verbas rescisórias. Indenização devida 2/191, 4/562, 4/662
- Dano moral. Indenização. Agravamento de doença. Nexo de concausalidade. Cabimento 3/345, 6/872
- Dano moral. Indenização. Assédio moral. Ofensa. Preposto. Prova. Caracterização..... 4/530
- Dano moral. Indenização. Cabimento 3/323
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade 4/563, 4/626
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Jornada excessiva..... 4/563, 4/602
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Motorista de caminhão. Exposição a situação de risco. Assaltos. Não configuração..... 4/563
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade 3/373
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Revelia e pena de confissão ficta à reclamada 2/192
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Revelia e pena de confissão ficta à reclamada. Avaliação negativa de desempenho 2/192
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Revelia e pena de confissão ficta à reclamada. Cobrança de metas..... 2/192
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador. Imprescindibilidade. Revelia e pena de confissão ficta à reclamada. Uso do sanitário 2/192
- Dano moral. Indenização. Comprovação inconteste de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador, com culpa ou dolo. Imprescindibilidade 1/57
- Dano moral. Indenização. Inadimplemento de obrigação trabalhista. Não cabimento 4/563
- Dano moral. Indenização. Inadimplemento de obrigações trabalhistas. Não cabimento 4/536
- Dano moral. Indenização. Não cabimento..... 2/192, 3/391, 4/629, 6/860
- Dano moral. Indenização. Não cabimento. Cancelamento indevido do plano de saúde. Não demonstrado impedimento na utilização do plano 4/563
- Dano moral. Indenização. Não cabimento. Verbas rescisórias. Inadimplência..... 4/540, 4/661, 6/872, 6/884
- Dano moral. Indenização. Não pagamento injustificável do salário 4/533
- Dano moral. Inocorrência 6/873
- Dano moral. Jornada excessiva. Motorista carreteiro caracterização. Indenização. Cabimento 1/105, 3/345
- Dano moral. Jornada excessiva. Não caracterização..... 1/62, 4/635, 4/636, 6/895
- Dano moral. Jornada excessiva. Situação análoga à de escravo. Não caracterização 3/345, 4/629
- Dano moral. Mensagem enviada por ex-empregadora por rede social denegrindo a imagem do ex-empregado..... 1/58

- Dano moral. Meros dissabores. Abalo extrapatrimonial indenizável não configurado.....	1/58, 3/345
- Dano moral. Não pagamento de verbas rescisórias.....	4/563
- Dano moral. NR-31. Supostas condições insatisfatórias do ambiente de trabalho, no tocante às instalações sanitárias. Indenização indevida	4/547
- Dano moral. Ofensas e ameaças de demissão em razão do sobrepeso do trabalhador. Indenização devida.....	5/764
- Dano moral. Reclamante já aposentado. Afastamento do trabalho por doença que não tem qualquer nexos com o trabalho executado na reclamada (zelador). Previsão legal de não recebimento conjunto dos dois benefícios (auxílio-doença e aposentadoria). Art. 124 da Lei n. 8.213/1991. Inexistência de culpa da reclamada	3/345
- Dano moral. Restrição ao uso do banheiro. Pausas preestabelecidas. Pedido de autorização prévia ao supervisor.....	4/564
- Dano moral. Retenção da CTPS pelo empregador. Configuração.....	6/873
- Dano moral. Reversão da justa causa. Não configuração	3/345
- Dano moral. Revista visual de bolsas e pertences. Uso de detector de metais. Não caracterizado	6/873
- Dano moral. Revista visual em bolsas e pertences. Realização do procedimento às vistas de terceiros. Configurado	6/873
- Dano moral. Rurícola. Condições precárias de trabalho. Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. Caracterização	4/564
- Dano moral. Servidor público municipal. Pagamento das férias, quando muito, no mês subsequente ao efetivo gozo. Ausência de prejuízo. Indenização indevida.....	3/346
- Dano moral. Trabalhador rural. Barracas sanitárias. Caracterização.....	6/873
- Dano moral. Trabalhador rural. Local de trabalho inadequado para refeição e sanitários	6/866
- Dano moral. Transporte de numerário. Atividade de risco.....	6/887
- Dano moral. Transporte de valores. Indenização. Cabimento.....	3/427, 6/874
- Dano moral. Tratamento indigno no ambiente de trabalho. Indenização. Valor.....	4/564
- Dano moral. Tratamento vexatório na dispensa. Indenização devida.....	3/346
- Dano moral. Verbas rescisórias. Adimplência em valor incorreto. Indenização. Não cabimento	3/320
- Dano pós-contratual. Indenização. Acordo homologado em juízo. Quitação do extinto contrato de trabalho em reclamação anterior. Coisa julgada. Não configuração	4/564
- Dano social. Indenização. Hipótese de cabimento.....	1/66
- Danos morais coletivos. Descumprimento da legislação trabalhista. Indenização devida.....	4/523
- Danos morais pedido de indenização. Indevido. Ocorrência de fato de terceiro (cliente). Ausência de responsabilidade do empregador.....	3/346
- Danos morais. Acidente do trabalho. Ausência de culpa da reclamada. Rompimento do nexos causal: culpa exclusiva da vítima. Ato inseguro do empregado. Indenizações indevidas.....	4/561
- Danos morais. Anotação desabonadora em CTPS. Menção à ação judicial	5/764
- Danos morais. Assédio moral. Características. Não configuração.....	2/192
- Danos morais. Assédio moral. Configurado	3/346
- Danos morais. Atraso do pagamento do último salário e das verbas rescisórias. Indenização indevida.....	3/346
- Danos morais. Atraso do pagamento dos salários e das verbas rescisórias. Indenização indevida	3/421
- Danos morais. Atraso no pagamento das verbas rescisórias. Ausência de comprovação do gravame moral. Indenização indevida	5/764
- Danos morais. Atraso no pagamento de salário. Cabimento. Prescindível a prova do dano	4/565

- Danos morais. Atraso no pagamento dos salários. Caracterização	4/661
- Danos morais. Ausência de instalações sanitárias no local de trabalho/locomotivas. Indenização devida	3/346
- Danos morais. Ausência de sanitários e alojamento adequados. Indenização devida	6/874
- Danos morais. Conduta ilícita da reclamada. Ausência de pagamento de salários e de verbas rescisórias. Indenização devida	6/874
- Danos morais. Dispensa discriminatória. Ausência de comprovação	3/347
- Danos morais. Dispensa por justa causa. Reversão. Indenização indevida	3/347
- Danos morais. Existência de área de vivência e de banheiros químicos, porém distantes do local de trabalho do reclamante, que era motorista comboísta, atendendo várias frentes de trabalho, no campo. Indenização indevida	1/58
- Danos morais. Fiscal de segurança que realiza revistas em bolsas e sacolas. Ausência de conduta antijurídica do empregador e de sofrimento ou constrangimento à moral ou à imagem do empregado. Indenização indevida	1/58
- Danos morais. Fixação do valor da indenização. Arbitramento	3/347
- Danos morais. Inadimplemento dos haveres rescisórios. Não caracterizado	4/668
- Danos morais. Indenização cabível. Obrigatoriedade de venda de seguros e garantias adicionais	4/565
- Danos morais. Indenização requerida. Conduta ilícita do reclamado. Comprovação	6/874
- Danos morais. Irregularidade no fornecimento de instalações sanitárias. NR-31 do MTE. Caracterização	3/347
- Danos morais. Irregularidade no fornecimento de sanitário, refeitório e lavatório. NR-31 do MTE. Caracterização	2/192
- Danos morais. Jornada excessiva. Não caracterização	3/337, 4/597
- Danos morais. Jornada excessiva. Situação análoga à de escravo. Não caracterização	1/105, 4/623, 4/674
- Danos morais. Limpeza insuficiente dos banheiros. Constante falta de água. Ausência de instalações para refeições. Reconhecimento	4/652
- Danos morais. Município de Nazaré Paulista, SP. Menção, na CTPS, de que o contrato de trabalho foi anotado, em decorrência de sentença judicial, em processo em que a reclamante foi autora. Indenização indevida	1/58
- Danos morais. Não caracterização	6/858
- Danos morais. Não caracterizado	2/193, 4/565
- Danos morais. Não configuração	3/347
- Danos morais. Não demonstrada a alegada violação à dignidade humana em razão do descumprimento das exigências previstas no NR-31. Indenização devida	4/625
- Danos morais. Norma Regulamentadora 31 da Portaria n. 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego. Ausência ou inadequação de instalações sanitárias e de local para as refeições	3/317
- Danos morais. Quadro comparativo de desempenho dos funcionários. Exposição vexatória e desnecessária. Indenização devida	1/59
- Danos morais. Restrição ao uso de banheiro. Abuso do <i>jus variandi</i> . Indenização devida	3/347
- Danos morais. Revista nos pertences da reclamante, a cada dia de expediente. Inexistência de práticas abusivas. Indenização indevida	3/347
- Danos morais. Revista nos pertences da reclamante, a cada dia de expediente. Indenização indevida	2/202
- Demissão por justa causa. Indenização por danos morais	6/874
- Dispensa discriminatória. Ato ilícito. Restrição patronal ao direito de livre expressão da condição de transgênero no ambiente de trabalho. Dano moral	3/348
- Equipamento de proteção. Guarda municipal. Colete balístico fora do prazo de vencimento. Danos morais. Configuração	6/875

- Exposição do trabalhador a risco decorrente do transporte de valores realizado de modo inadequado. Danos morais devidos	2/193
- Falta de sanitários. Indenização por dano moral devida	1/59, 3/348
- Fase pré-contratual. Promessa de emprego. Configurada. Indenização por dano moral. Devida.....	3/348, 6/875
- Fixação do valor arbitrado para a condenação por danos morais. Parâmetros.....	3/348, 4/565, 5/765, 6/875
- Fixação dos danos morais. Parâmetros	6/875
- Indenização por dano moral. Fixação.....	6/875
- Indenização por dano moral. Não comprovação do dano	6/875
- Indenização por danos morais devida. Não pagamento injustificável de salários por dois meses.....	6/875
- Indenização por danos morais. Fixação do valor	6/875
- Indenização por danos morais. Ilícito trabalhista.....	6/876
- Indenização por danos morais. Transexual. Identidade de gênero feminino. Violação da dignidade humana, da igualdade e da liberdade por atos ilícitos do empregador	6/876
- Perda auditiva. Discreta piora. Nexo concausal. Indenização por danos morais. Cabimento	6/923
- Reintegração. Compensação. Indenização por danos morais. Impossibilidade	6/876
- Reiterado atraso no pagamento de salários e verbas rescisórias. Ausência de homologação da rescisão. Impossibilidade de saque do FGTS. Não entrega das guias para recebimento do seguro-desemprego. Dano moral	1/104
- Retenção de CTPS. Dano moral. Indenização. Comprovação incontestada de prática de ato lesivo à honra e à dignidade do trabalhador e do efetivo prejuízo patrimonial. Imprescindibilidade	4/565
- Revista de bolsas. Ausência de dano moral.....	3/348
- Revista íntima. Dano moral. Configuração	4/566
- Revista pessoal. Dano moral. Configuração	6/876

DEMISSÃO

- Demissão por justa causa. Indenização por danos morais	4/617
- Dispensa de empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestem serviços públicos. Necessidade de motivação da dispensa.....	1/59
- Dispensa discriminatória presumida. Empregado portador de neoplasia maligna. Câncer. Violação da função social da propriedade	1/59
- Dispensa discriminatória. Doença grave. Diagnóstico comprovado após a dispensa do trabalhador. Inocorrência	1/60
- Dispensa discriminatória. Não configurada	4/566
- Dispensa discriminatória. Portador de doença grave. AVC. Indenização por danos morais devida	4/566
- Dispensa em massa. Ação civil pública. Adequação da via processual eleita	1/60
- Dispensa em massa. Ausência de negociação coletiva prévia. Configuração de abuso do poder econômico	1/61
- Dispensa em massa. Indispensabilidade de prévia negociação coletiva. Convenções n. 11, 98, 135, 141 e 151 da OIT. Arts. 1º, III, 5º, XXIII, 7º, I, 8º, III e VI, 170, III e VIII, da Constituição da República	1/60
- Dispensa imotivada. Verbas rescisórias. Não pagamento. Dano à moral. Indenização devida	1/62
- Dispensa por justa causa. Reversão em juízo. Indenização por danos morais indevida. Ausência de prova quanto à agressão ao patrimônio moral do trabalhador	4/566

- Dispensa sem justa causa. Ato potestativo do empregador..... 4/567

DEPOIMENTO PESSOAL

- Depoimento pessoal do reclamado. Preposto que desconhece os fatos. Confissão *ficta* 2/193, 3/348
- Depoimento pessoal e prova testemunhal. Indeferimento. Cerceamento de defesa. Configuração 2/194

DESCANSO SEMANAL

- Descanso semanal remunerado. Pagamento incorporado ao salário. Validade da norma coletiva 2/194
- Descanso semanal remunerado. Professor. Remuneração mensal calculada à base de hora aula. Acréscimo de 1/6. Devidas 2/194
- Descanso semanal remunerado. Professora mensalista. Indevido. Afastada a tese inicial de salário complessivo 2/194

DESCONSIDERAÇÃO

- Desconsideração da personalidade jurídica. Desvio de finalidade. Confusão patrimonial. Cabimento..... 6/869

DESCONTO

- Desconto. Contribuição assistencial e/ou confederativa 4/567
- Desconto salarial. Dias de paralisação. Danos morais 4/567

DESERÇÃO

- Ausência de preparo. Empresa em recuperação judicial. Inaplicabilidade do entendimento reunido em torno da Súmula n. 86 do C. Tribunal Superior do Trabalho 6/877
- Deserção do recurso ordinário. Depósito recursal. Comprovante de agendamento bancário 5/765
- Falta de preparo. Deserção. Benefícios da justiça gratuita à empresa 2/195

DESISTÊNCIA

- Desistência da ação. Anuência do réu. Desnecessidade. PJe..... 3/349

DESVIO DE FUNÇÃO

- Desvio de função 3/349
- Desvio de função. Caracterização. Diferenças salariais. Cabimento 3/349

- Desvio de função. Caracterizado. Diferenças salariais. Cabimento.....	2/195
- Desvio de função. Diferenças salariais. Cabimento	3/391
- Desvio de função. Diferenças salariais. Não caracterização.....	3/429
- Desvio de função. Diferenças salariais indevidas	2/195
- Desvio de função. Empregados readaptados. Diferenças salariais. Cabimento.....	3/349

DIÁRIAS

- Diárias de viagem. Não integração. Previsão em norma coletiva	6/893
- Diárias de viagem em valor superior a 50% do salário. Natureza indenizatória demonstrada. Integração ao salário. Não cabimento.....	1/62, 6/895
- Diárias de viagem que excedam 50% do salário-base. Integração salarial	4/567

DIFERENÇA SALARIAL

- Ceeteps. Reajustes salariais concedidos por resoluções do Cruesp. Extensão aos servidores da Ceeteps. Necessidade de lei específica. Impossibilidade	2/195
- Comissionista puro. Acúmulo de funções. Diferenças salariais devidas	4/636
- Conversão dos salários em URV. Diferenças salariais. Prescrição parcial.....	6/877
- Conversão dos salários em URV. Diferenças salariais. Prescrição parcial.....	3/349
- Corte de cana. Salário por produção. Normas coletivas. Conversão do metro linear em toneladas. Ônus probatório. Diferenças salariais. Cabimento.....	3/350, 6/860
- Diferença salarial por equiparação. Indevida	3/350
- Diferença salarial. Incorporação de abono ao salário dos servidores municipais. Majoração salarial com índice diverso. Violação ao art. 37, X, da Constituição Federal	4/567
- Diferenças. Participação nos lucros e resultados. Projeção do aviso-prévio	5/765
- Diferenças de adicional noturno. Jornada mista. Cabimento	4/567
- Diferenças de horas extras. Trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento de 07h20min/08h00min mediante negociação coletiva. Habitual extrapolamento da limitação. Não aplicação da Súmula n. 423 do TST e seus efeitos.....	4/568
- Diferenças do FGTS. Regularidade do recolhimento na conta vinculada. Ônus da prova.....	4/568
- Diferenças salariais	5/765
- Diferenças salariais. Abono. Reajustes em percentuais diferenciados	4/569
- Diferenças salariais. Acúmulo de função.....	2/174
- Diferenças salariais. Acúmulo de função. Indevidas	2/223, 4/569
- Diferenças salariais. Acúmulo de função. Não caracterizado.....	6/877
- Diferenças salariais. Acúmulo de funções compatíveis durante a mesma jornada de trabalho. Verba indevida.....	2/196
- Diferenças salariais. Acúmulo de funções.....	6/914
- Diferenças salariais. Acúmulo de funções. Exercício de outras atividades compatíveis durante a mesma jornada. Não configuração. Diferenças indevidas	3/351
- Diferenças salariais. Acúmulo de funções. Não caracterização	4/569
- Diferenças salariais. Cabimento. Anotações CTPS. Veracidade. Presunção	4/570
- Diferenças salariais. Colheita de café. Ganho mensal. Fixação. Revelia do empregador	3/337
- Diferenças salariais. Conversão dos salários para URV. Lei n. 8.880/1994.....	1/62
- Diferenças salariais. Desvio de função	4/570

- Diferenças salariais. Desvio de função. Prova. Cabimento.....	3/329
- Diferenças salariais. Desvio ou acúmulo de função.....	3/351
- Diferenças salariais. Desvio/acúmulo de funções. Proibição. Enriquecimento sem causa.....	2/196, 4/570, 5/765
- Diferenças salariais. EBCT. Plano de cargos e salários. Descumprimento. Critérios de promoção não observados. Prescrição.....	4/570
- Diferenças salariais. Educador infantil. Não equiparação com profissional do magistério. Inteligência da Lei n. 11.738/2008. Diferenças salariais.....	2/196
- Diferenças salariais. Empresas distintas sob mesma direção. Art. 9º da CLT e OJ n. 383 da SDI-1 do TST.....	1/62
- Diferenças salariais. Equiparação salarial. Ausência de identidade de funções. Indevida.....	4/523
- Diferenças salariais. Função de operador de televendas/teleatendimento e balconista (vendedor). Indevidas.....	4/570
- Diferenças salariais. Furnas. Reenquadramento em cargo diverso. PCS 2010. Impossibilidade.....	1/63
- Diferenças salariais. Inobservância dos critérios de promoção. Prescrição parcial.....	4/545
- Diferenças salariais. Inversão do ônus da prova. Meio probatório que se encontra na posse do empregador. Ilegitimidade da recusa injustificada de exibição. Aplicação da teoria da aptidão para a prova.....	1/63, 4/571
- Diferenças salariais. Município de Taciba. Revisão geral anual e reajuste com aumento real às diversas categorias. Indevidas.....	3/351
- Diferenças salariais. Piso salarial nacional. Professor. Creche. Auxiliar de desenvolvimento infantil. Prova. Não cabimento.....	3/351
- Diferenças salariais. Progressão funcional. Município de Caconde.....	3/351
- Diferenças salariais. Reajustes. Valores iguais. Índices diferenciados.....	6/878
- Diferenças salariais. Revisão geral anual. Possibilidade.....	4/571, 6/878
- Diferenças salariais e reflexos. Reajuste. Aplicação dos índices fixados por resoluções do Cruesp. Parcelas vencidas e vincendas.....	1/63
- Diferenças salariais envolvendo planos econômicos. URV. Medida Provisória n. 434, de 27.2.1994. OJ n. 243 do C. TST. Prescrição total. Reclamação ajuizada depois de passados mais de 20 anos após a conversão dos salários de Cruzeiro Real para URV.....	2/195
- Diferenças salariais por acúmulo de função.....	4/569
- Diferenças salariais por acúmulo de funções. Operadora de caixa de supermercado. Indevidas.....	3/350
- Diferenças salariais por desvio de função. Servidor público municipal. Pagamento indevido.....	2/195
- Diferenças salariais resultantes de planos econômicos. Aplicação da parte final da Súmula n. 294 do C. TST. Prescrição parcial.....	6/877
- DSRS. Diferenças. Professor. Remuneração mensal calculada à base de hora-aula. Acréscimo de 1/6. Devidas.....	4/571
- Planos econômicos. Diferenças salariais. Conversão dos salários em URV. Prescrição parcial. Aplicação da Súmula n. 294, última parte, do E. TST.....	3/352
- Reajustes salariais. Índices do Cruesp. Prescrição parcial. Súmula n. 294 do C. TST.....	1/63
- Salário básico. Redução. Gratificação de função. Concessão. Simultaneidade. Incremento remuneratório aparente. Norma coletiva. Fraude. Diferenças salariais. Procedência.....	6/867
- Salário. Desconto de ferramentas. Desconto indevido. Reembolso. Cabimento.....	3/319

DIREITO

- Cessão de direito de imagem de atleta. Contrato excepcional. Prova documental.....	4/571
--------------------------------------------------------------------------------------	-------

- Direito de imagem. Utilização da imagem, voz e nome do autor. Autorização. Indispensabilidade.....	4/564
- Direito do trabalho. Abono desempenho. Habitualidade no pagamento. Integração ao salário.....	6/878
- Direito do trabalho. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização.....	1/66, 2/196, 3/352, 4/572, 5/756, 6/878
- Direito do trabalho. Adesão a programa de incentivo à demissão voluntária. Eficácia jurídica. Compensação de valores indevida. Quitação restrita às parcelas discriminadas no TRCT.....	4/572
- Direito do trabalho. Adicional de periculosidade. Ausência de perícia técnica. Revelia e controvérsia quanto ao adicional perseguido. Nulidade absoluta.....	4/572
- Direito do trabalho. Adicional de remuneração. Trabalho rural a céu aberto. Exposição ao calor excessivo. Insalubridade. Configuração.....	4/572
- Direito do trabalho. Adicional por tempo de serviço. Município de Rosana. Base de cálculo.....	2/197
- Direito do trabalho. Alta médica previdenciária. Recusa da empresa em receber o trabalhador. Salários.....	4/573
- Direito do trabalho. Aplicação de normas coletivas. Categoria diferenciada. Atividade preponderante da empresa.....	6/878
- Direito do trabalho. Aposentadoria compulsória. Empregado celetista.....	6/879
- Direito do trabalho. Complementação de aposentadoria. Incompetência material da Justiça do Trabalho.....	1/63
- Direito do trabalho. Contrato de safra. Lavoura canavieira. Duração restrita ao período da colheita.....	5/762
- Direito do trabalho. Contrato laboral típico. Montador de móveis. Configuração.....	4/573
- Direito do trabalho. Contribuição confederativa e assistencial. Empregados não filiados ao sindicato. Impossibilidade de dedução.....	4/573, 5/762
- Direito do trabalho. Contribuições assistenciais. Desconto ilícito em face de não associados.....	5/763
- Direito do trabalho. Cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Impossibilidade.....	2/197, 6/879
- Direito do trabalho. Dano moral. Atraso no pagamento das verbas rescisórias. Indenização descabida.....	1/63
- Direito do trabalho. Dano moral. Ausência de anotação do contrato em CTPS. Indevido.....	1/63
- Direito do trabalho. Dano moral. Condições sanitárias indignas no ambiente de trabalho. NR-24. Ofensa aos princípios da dignidade da pessoa e aos valores sociais do trabalho. Reparação devida.....	4/573
- Direito do trabalho. Descanso semanal remunerado. Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho. Pagamento em dobro.....	2/197
- Direito do trabalho. Descanso semanal remunerado. Incorporação ao salário determinada por norma coletiva. Possibilidade.....	4/574
- Direito do trabalho. Descumprimento de obrigação de fazer prevista em norma coletiva. Indenização substitutiva. Possibilidade.....	4/574
- Direito do trabalho. ECT. Banco postal. Equiparação com bancários. Impossibilidade.....	1/64
- Direito do trabalho. Exposição à energia elétrica. Habitual e intermitente. Adicional de periculosidade. Devido.....	2/197
- Direito do trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Indenização adicional. Projeção do aviso-prévio. Rescisão após a data base da categoria. Indevida.....	5/762
- Direito do trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Multa do art. 477, CLT. Massa falida.....	4/574
- Direito do trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Multa dos arts. 467 e 477, CLT. Massa falida.....	3/352, 5/762

- Direito do trabalho. Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra devida.....	1/64, 5/770
- Direito do trabalho. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro	1/64
- Direito do trabalho. Fundação Casa. Remuneração. Adicional de periculosidade. Agente de apoio socioeducativo. Inaplicabilidade	4/574, 5/772
- Direito do trabalho. Fundação Casa. Remuneração. Quinquênios. Servidor celetista. Devidos.....	5/772
- Direito do trabalho. Garantia de emprego. Membro da Cipa. Reintegração	6/879
- Direito do trabalho. Grupo econômico. Responsabilidade solidária	4/575
- Direito do trabalho. Horas <i>in itinere</i> fixadas em normas coletivas. Critério da razoabilidade. Tese Prevalente n. 1	4/575
- Direito do trabalho. Horas <i>in itinere</i> fixadas em normas coletivas. Critério da razoabilidade. Tese prevalente	2/197
- Direito do trabalho. Intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução.....	4/579
- Direito do trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicação à mulher. Incabível aos trabalhadores do sexo masculino	4/575
- Direito do trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Pertinência	4/579, 6/879
- Direito do trabalho. Intervalo interjornada. Violação do art. 66 da CLT	2/198, 4/575
- Direito do trabalho. Intervalo intrajornada. Período superior ao limite legal de duas horas. Ausência de previsão legal ou norma coletiva ou acordo coletivo. Horas extras devidas.....	4/576
- Direito do trabalho. Intervalo intrajornada. Redução por meio de norma coletiva. Impossibilidade. Súmula n. 437 do C. TST	5/776
- Direito do trabalho. Intervalo intrajornada. Tempo gasto no descolamento até o refeitório e higiene pessoal.....	4/576
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Alternância de horário trimestral. Turno ininterrupto de revezamento. Caracterização.....	4/576, 5/796
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Cargo de gestão não comprovado. Horas extras devidas.....	1/64
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Horas extraordinárias. Regime de 12x36. Ausência de lei	2/198
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Horas extraordinárias. Cartões de ponto	5/775
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Horas extras. Trabalho externo. Aplicação do art. 62, inciso I, da CLT.....	4/576
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Horas <i>in itinere</i> . Ônus da prova.....	5/774
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Horas <i>in itinere</i> . Requisitos. Ônus da prova.....	5/774
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Intervalo intrajornada. Redução por negociação coletiva. Invalidez.....	6/879
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Redução do intervalo intrajornada. Requisitos do § 3º do art. 71 da CLT. Acordo ou convenção coletiva. Impossibilidade. Súmula n. 437, II, do TST.....	3/352
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Tempo à disposição do empregador. Configuração. Horas extras devidas.....	5/779
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Tempo à disposição. Art. 4º da CLT. Súmulas n. 429 e 366 do TST	4/576
- Direito do trabalho. Jornada de trabalho. Tempo à disposição. Art. 4º da CLT. Súmulas n. 429 e 366 do TST e 58 deste TRT	2/198
- Direito do trabalho. Jornada superior a seis horas diárias. Intervalo intrajornada, no mínimo, de uma hora	4/577, 5/779
- Direito do trabalho. Jornada. Intervalo do art. 384 da CLT. Pertinência	1/64

- Direito do trabalho. Jornada. Supressão de horas extras. Indenização. Súmula n. 291 do C. TST 4/577
- Direito do trabalho. Massa falida. Incidência dos juros de mora 3/352, 6/879, 6/880
- Direito do trabalho. Motorista. Transporte de passageiro. Sistema de dupla pegada. Norma coletiva. Intervalo intrajornada superior a duas horas. Ausência de delimitação expressa do tempo elástico. Invalidez 1/64
- Direito do trabalho. Município de Adamantina. Agente comunitário de saúde. Incentivo financeiro adicional. Portarias do Ministério da Saúde 4/577
- Direito do trabalho. Município de Capão Bonito. Remuneração. Progressão por merecimento. Avaliações de desempenho realizadas. Diferenças salariais devidas 1/65
- Direito do trabalho. Município de Paulínia. Convênio. Responsabilidade subsidiária 1/65
- Direito do trabalho. Município de Santa Cruz do Rio Pardo. Remuneração. Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros de uso público e coleta de lixo. Escola pública. Exposição a agentes biológicos 5/781
- Direito do trabalho. Participação nos lucros. Pagamento mensal. Habitualidade. Natureza salarial 4/577
- Direito do trabalho. Prêmio incentivo especial. Natureza jurídica. Integração ao salário. Impossibilidade 1/65, 2/198, 4/577
- Direito do trabalho. Princípio da intangibilidade salarial. Contribuição confederativa. Descontos indevidos. Devolução 1/65, 2/241, 4/577, 4/645, 5/763, 6/880
- Direito do trabalho. Recurso ordinário. Ação de devolução de cobrança de contribuição sindical. Honorários advocatícios 1/66
- Direito do trabalho. Recurso ordinário. Município de Guaraçai. Remuneração. Reajustes salariais. Índices diferenciados. Art. 37, X, CF/1988. Possibilidade 5/781
- Direito do trabalho. Reflexos do valor das horas extras na remuneração do descanso semanal remunerado. Repercussão em outras verbas. Impossibilidade 4/578, 5/775
- Direito do trabalho. Relação de emprego. Vínculo direto com a tomadora de serviços. Cooperativa fraudulenta 2/198
- Direito do trabalho. Remuneração. Abono desempenho. Habitualidade no pagamento. Integração ao salário 4/578
- Direito do trabalho. Remuneração. Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros de uso público. Exposição a agentes biológicos 4/578
- Direito do trabalho. Remuneração. Adicional de insalubridade. Prova pericial 5/759
- Direito do trabalho. Remuneração. Adicional de insalubridade. Trabalhador em construção civil. Manipulação de cimento e afins. Ausência de previsão em norma. Adicional impertinente 5/759
- Direito do trabalho. Remuneração. Adicional de insalubridade. Trabalhador rural. Exposição a calor intenso 4/574, 4/578
- Direito do trabalho. Remuneração. Adicional de periculosidade. Atividades de vigilância e segurança patrimonial. Lei n. 12.740. Súmula n. 77 deste Regional 5/759
- Direito do trabalho. Remuneração. Adicional de periculosidade. Auxiliar de rampa. Devido 4/578, 5/759
- Direito do trabalho. Remuneração. Atividade de distribuição e/ou coleta externa. Adicional de periculosidade. Cumulação. Possibilidade 4/647
- Direito do trabalho. Remuneração. Base de cálculo do adicional por tempo de serviço do servidor público estadual. Salário básico 2/199
- Direito do trabalho. Remuneração. Cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Impossibilidade 5/759
- Direito do trabalho. Remuneração. Diferenciação de salários em razão de critério econômico e de localização geográfica. Princípio da isonomia preservado 5/789
- -Direito do trabalho. Remuneração. Equiparação salarial. Ônus da prova 5/789

- Direito do trabalho. Remuneração. Equiparação salarial. Plano de cargos e salários. Promoção alternada entre os critérios de antiguidade e merecimento não contemplada. Incidência da OJ n. 418 da SDI-1 do C. TST.....	1/66
- Direito do trabalho. Remuneração. Fixação do salário de engenheiro. Salário profissional fixado em múltiplos do salário-mínimo. Aplicação da Lei n. 4.950-A/1966	4/579
- Direito do trabalho. Remuneração. Gratificação de função. Supressão.....	5/790
- Direito do trabalho. Remuneração. Prêmio produtividade. Caráter salarial. Integração ao contrato de trabalho.....	1/66
- Direito do trabalho. Remuneração. Sexta parte. Servidor celetista. Devidos.....	4/579
- Direito do trabalho. Rescisão contratual. Multa do art. 477, CLT. Pagamento imperfeito. Descabimento	6/880
- Direito do trabalho. Rescisão contratual. Multa do art. 477, CLT. Depósito bancário incontroverso, tempestivo e nos valores corretos. Homologação rescisória a destempo. Descabimento da multa	5/786
- Direito do trabalho. Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Dano moral. Impertinência	4/579
- Direito do trabalho. Rescisão indireta. Abandono de emprego após o ajuizamento da ação trabalhista não configurado.....	1/66
- Direito do trabalho. Rescisão indireta. Irregularidade no recolhimento dos depósitos do FGTS. Configuração.....	4/579
- Direito do trabalho. Rescisão. Multa do art. 477, CLT. Pagamento imperfeito. Descabimento.....	5/781
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Acidente de trabalho. Culpa concorrente. Caracterização. Gradação da pena.....	2/199
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral coletivo. Caracterização.....	4/580
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Assédio moral. Tratamento do superior hierárquico desrespeitoso.....	1/66, 4/580, 5/764
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Dano moral. Transporte de valores	4/580
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Dono da obra. OJ n. 191 do C. TST	6/880
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Terceirização. Administração pública. Responsabilidade subsidiária. Cabimento.....	3/353
- Direito do trabalho. Responsabilidade civil. Terceirização. Administração pública. Convênio. Responsabilidade subsidiária. Cabimento	5/794
- Direito do trabalho. Terceirização ilícita. Responsabilidade solidária do tomador de serviços.....	6/880
- Direito do trabalho. Terceirização. Tomadora de serviços. Responsabilidade subsidiária	5/794
- Direito do trabalho. Trabalho rural a céu aberto. Exposição ao calor excessivo. Insalubridade	5/795
- Direito do trabalho. Turnos de revezamento. Dois turnos. Horas extras excedentes da sexta diária. Cabimento	6/880
- Direito do trabalho. Vínculo de emprego reconhecido em juízo. Despedida sem justa. Multa do art. 477, CLT. Pagamento devido	4/580
- Direito do trabalho. Vínculo empregatício. Requisitos. Prestação de serviços admitida pela reclamada. Ônus probatório.....	6/881
- Direito do trabalho. Zootecnista. Servidor público celetista. Inaplicabilidade da Lei n. 4.950-A/1966	5/796
- Direitos individuais homogêneos	1/66, 4/580

DISPENSA

- Despedida imotivada. Abandono de emprego. Exigência de prova	2/243
----------------------------------------------------------------------	-------

- Dispensa discriminatória. Indenizações. Lei n. 9.029/1995 e dano moral. Cabimento 2/199

DÍVIDA

- Dívida ativa. Cobrança. Penalidade por infração a legislação trabalhista. Órgão dos entes públicos da federação. Ilegalidade. Nulidade. Aplicação do art. 21, XXIV da CF/1988 4/580
- IPCA-E. Dívidas públicas e privadas. ADI n. 4.357/DF. ADI 4.425/DF. Inconstitucionalidade parcial do § 12 do art. 100 da Constituição Federal e, por arrastamento, do art. 5º da Lei n. 11.960/2009, que alterou o art. 1º da Lei n. 9.494/1997 4/581

DOENÇA

- Doença de origem ocupacional não demonstrada. Ausência de prova do nexo causal. Estabilidade acidentária. Descabimento 4/581
- Doença degenerativa. Coluna lombar. Atividades laborais que provocaram aumento dos sintomas de dor. Indenização por dano moral. Cabimento..... 1/67
- Doença do trabalho. Concausa 2/199
- -Doença do trabalho. Frigorífico. Desossa de aves. Responsabilidade objetiva. Art. 927, parágrafo único, do Código Civil. Aplicabilidade..... 4/584
- Doença do trabalho. Responsabilidade do empregador. Adoção de medidas protetivas ao empregado 4/581
- Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Nexo de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC) 1/67, 4/582
- Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Nexo de causalidade e responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos materiais e morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC)..... 4/582
- Doença ocupacional (acidente do trabalho por equiparação). Responsabilidade civil do empregador. Risco da atividade empresarial. Reparação por danos materiais e morais. Pertinência (§ 1º do art. 927 do NCC) 5/766
- Doença ocupacional não comprovada. Laudo pericial conclusivo pela inexistência de nexo causal..... 6/881
- Doença ocupacional. Agravamento da doença. Indenização por danos moral e material. Cabimento..... 6/886
- Doença ocupacional. Agravamento. Concausa. Estabilidade provisória. Indenização por danos moral e material. Cabimento..... 3/353
- Doença ocupacional. Agravamento. Indenização por dano moral. Cabimento 3/353
- Doença ocupacional. Atividades laborais que demandam esforço físico no membro lesionado. Agravamento da doença. Indenização por danos moral e material. Cabimento.... 4/669
- Doença ocupacional. Causa e concausalidade apurada pela perícia médica. Indenização por dano moral e material. Cabimento 4/582
- Doença ocupacional. Coluna lombar. Agravamento da doença. Indenização por danos moral e material. Cabimento..... 3/353, 4/583
- Doença ocupacional. Coluna vertebral. Atividades laborais que demandam esforço físico na área afetada. Nexo de concausalidade. Indenização por dano moral e material. Cabimento..... 3/353
- Doença ocupacional. Concausa. Dano moral devido..... 4/583
- Doença ocupacional. Dano moral. Caracterização 2/199

- Doença ocupacional. Danos morais. Culpa da empregadora configurada. Indenização devida.....	3/353
- Doença ocupacional. Danos moral e material. Ausência de incapacidade laboral. Não configuração.....	4/583
- Doença ocupacional. Garantia provisória de emprego. Nexo causal comprovado. Desnecessidade de comprovação de incapacidade laboral e da percepção de benefício previdenciário. Súmula n. 378/TST.....	3/353
- Doença ocupacional. Indenização por danos materiais e morais. Nexo causal não comprovado.....	4/583, 5/766
- Doença ocupacional. Não caracterização. Nexo causal inexistente. Prova pericial	5/766, 6/881
- Doença ocupacional. Nexo causal ou concausal não comprovado. Indenização indevida	3/354
- Doença ocupacional. Nexo concausal. Síndrome do túnel do carpo. Danos morais e materiais	4/549
- Doença ocupacional. Nexo de causalidade. Ausência. Reparação indevida.....	3/354, 4/583
- Doença ocupacional. Nexo de causalidade. Indenização por dano moral e material. Cabimento	4/584
- Doença ocupacional. Nexo de concausa. Reconhecimento. Indenização por danos morais.....	3/354
- Doença ocupacional. Nexo de concausa. Reconhecimento. Indenizações por danos morais.....	2/200
- Doença ocupacional. Perda auditiva leve. Ausência de incapacidade laboral e de nexo causal. Indenização. Não cabimento.....	3/354
- Doença ocupacional. Prova pericial. Não comprovação do nexo causal. Dano moral e material. Reintegração. Não cabimento	4/538
- Doença ocupacional. Prova pericial. Não comprovação do nexo causal e da incapacidade laboral. Dano moral e material. Reintegração. Não cabimento.....	1/67
- Doença ocupacional. Redução da capacidade laborativa. Expectativa de ascensão profissional dano hipotético. Indenização indevida	4/584
- Doença profissional. Concausa. Indenização.....	6/881
- Doença relacionada ao trabalho. Estado incapacitante atual não constatado. Dano moral devido	6/881
- Empregado afastado. Auxílio-doença acidentário. Cancelamento indevido do plano de saúde. Dano moral. Configuração	6/857
- Nexo técnico epidemiológico. Doença ocupacional. Livre convencimento motivado. Inversão do ônus da prova. Culpa presumida.....	6/882
- Nexo técnico epidemiológico. Doença ocupacional. Livre convencimento motivado. Ônus da prova. Nexo técnico previdenciário. Inversão do ônus da prova. Desossadora de aves. Movimentos repetitivos	4/584

DONO DA OBRA

- Dona da obra. Contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção predial. Contrato de empreitada. Responsabilidade. Aplicação da OJ n. 191	4/585
- Dono da obra. OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST. Responsabilidade.....	4/585, 5/766, 6/882
- Dono da obra. Responsabilidade. Inexistência	1/67
- Dono da obra. Responsabilidade subsidiária	4/585, 5/757
- Dono da obra. Responsabilidade subsidiária. Inexistência	4/585, 6/882
- Dono da obra. Responsabilidade subsidiária. Não configuração.....	2/200, 4/585

- Dono da obra. Responsabilidade subsidiária. Possibilidade	2/200
- Responsabilidade subsidiária. Dono da obra. Inexistência. Inteligência da OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST	6/882

ECT

- Banco postal. Inaplicabilidade do art. 224 da CLT que estabelece jornada de 6 horas diárias e 30 semanais. Impossibilidade de equiparação de atendente dos correios ao bancário	6/882
- Correios. Atividade postal externa. Percebimento dos Adicionais de Atividade de Distribuição e/ou Coleta (AADC) e periculosidade. Verbas de naturezas jurídicas distintas. Possibilidade de acumulação de adicionais	3/354
- Correios. Carteiro motorizado. AADC. Adicional de periculosidade. Natureza diversa. Cumulação. Possibilidade	6/883
- EBCT. Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta - AADC. Adicional de periculosidade. Cumulação. Possibilidade	3/355
- ECT. "AADC" e adicional de periculosidade. Possibilidade de cumulação de adicionais	1/68
- ECT. Banco postal. Horas extras. Enquadramento como bancário. Jornada especial. Impossibilidade	2,1/183, 3/355
- ECT. Conflito entre o "AADC" - Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta externa (destinado aos carteiros), e o adicional de periculosidade. Impossibilidade de cumulação dos adicionais. Art. 193, § 2º, da CLT	3/355
- ECT. Progressão por antiguidade. Aplicação do PCCS 1995. Prescrição. Direito	1/68
- ECT. Promoção por antiguidade. Previsão em acordo coletivo e em plano de cargos e salários. Compensação	6/883
- ECT. Vale alimentação. Natureza salarial	3/355
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - DR/SPI. Plano de cargos e salário aplicável ao contrato de trabalho	4/585, 4/586
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT. Enquadramento de empregado do banco postal como bancário. Impossibilidade	1/68, 3/356
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Plano de cargos e salários. Progressão horizontal por antiguidade	1/68
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Adicional de periculosidade previsto na Lei n. 12.997/2014. Adicional de distribuição e coleta (AADC). Natureza distinta. Percepção cumulativa	4/586
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Alteração da base de cálculos das horas extraordinárias por instrumento normativo. Cláusula 31. Invalidez	6/883
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Banco postal. Jornada de trabalho	2/183
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Cumulação do AADC e adicional de periculosidade. Cabimento	4/586
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Possibilidade de cumulação dos adicionais de atividade de distribuição e coleta (AADC) e de periculosidade para os funcionários que utilizam motocicleta. Natureza jurídica distinta	4/586
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Progressão horizontal por antiguidade. Critérios	6/883
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Rito sumaríssimo. Art. 852-A da CLT. Enquadramento. Possibilidade	3/356
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Vale ou auxílio alimentação. Natureza indenizatória	3/356, 4/586, 6/883
- Funcionários da EBCT. Banco postal. Equiparação aos bancários	3/356

EMBARGOS

- Embargos à execução. Oposição. Necessidade de garantia do juízo. Art. 884 da CLT. Impossibilidade de processamento em caso de garantia parcial do juízo 6/883
- Embargos à execução. Processamento. Garantia do juízo. Penhora no rosto dos autos. Possibilidade..... 4/587
- Embargos de declaração. Atuação do Poder Judiciário trabalhista 3/356
- Embargos de declaração. Efeito modificativo. Contribuição assistencial/ confederativa. Desconto lícito..... 1/68
- Embargos de declaração. Esclarecimentos. Sem efeito modificativo 3/357
- Embargos de declaração. Hipóteses legais. Revisão do julgado. Descabimento..... 5/767
- Embargos de declaração. Prequestionamento. Omissões e contradições inexistentes. Rejeição..... 4/587, 6/884
- Embargos de declaração. Pressupostos. Omissão, contradição ou obscuridade. Hipótese que se insere na previsão dos arts. 1.022 do NCPC e 897-A da CLT 3/357
- Embargos de declaração. Prestação jurisdicional. Complementação. Honorários periciais prévios. Restituição à parte vencedora 6/884
- Embargos de declaração. Vícios inexistentes. Rejeição 1/68, 2/200
- Embargos de terceiro. Bem de família. Impenhorabilidade..... 3/357
- Embargos de terceiro. Execução. Fraude à execução. Não caracterização. Ausência de registro do negócio jurídico..... 2/200
- Embargos de terceiro. Execução. Fraude à execução. Não caracterização. Posse mansa e pacífica do imóvel. Adquirente de boa-fé. Ausência de registro do negócio jurídico. Imóvel residencial. Bem de família 1/69
- Embargos de terceiro. Legitimidade 3/358
- Embargos de terceiro. Legitimidade ativa *ad causam*. Hipóteses de cabimento 2/200
- Embargos de terceiro. Legitimidade ativa. Credora fiduciária 3/358
- Embargos de terceiro. Penhora sobre veículo. Prova de propriedade..... 3/358
- Embargos de terceiro. Penhora. Insubsistência. Inocorrência. Doação familiar. Fraude à execução 3/358
- Embargos de terceiro. Prazo para interposição 4/587
- Embargos de terceiro. Prazo. Penhora *on-line*..... 4/587
- Embargos declaratórios da CEF. Divisor do bancário. Incidente de Recurso Repetitivo n. 0000849-83.2013.5.03.0138. Adequação do acórdão embargado. Acolhimento 3/358
- Embargos declaratórios. Multa 1/93
- Embargos declaratórios. Multa. Cabimento..... 3/314
- Embargos protelatórios. Multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC. Litigância de má-fé. Indenização prevista no art. 81 do CPC. Cumulatividade. Impossibilidade no caso de recurso procrastinatório 4/587
- Interrupção do prazo recursal. Embargos de declaração..... 6/884
- Recurso. Prazo. Contagem. Embargos de declaração. Efeitos. Interrupção do prazo recursal 6/884

EMPREGADO

- Doméstica. Diarista. Não caracterização de vínculo empregatício 6/884
- Empregado da Empresa de Correios e Telégrafos que realiza atividades em banco postal. Impossibilidade de enquadramento como bancário. Inaplicabilidade da jornada prevista no art. 224 da CLT 4/588

- Empregado demissionário. Conversão para rescisão indireta. Mera insatisfação com as condições de trabalho. Improcedente.....	4/588
- Empregado público. Aposentadoria espontânea. Rescisão contratual. Reintegração. Cabimento	4/552
- Empregado público. Exercício de funções não constantes do edital do concurso. Irregularidade.....	4/588
- Empregado público. Reflexo das horas extras em DSRs. Integração.....	5/767
- Evolução salarial. Trabalhadora doméstica. Ônus da prova	6/884
- Supressão do salário substituição. Empregada pública. Possibilidade. Exegese da Súmula n. 372 do C. TST	4/602

EMPRESA

- Ausência de preparo. Empresa em recuperação judicial. Inaplicabilidade da Súmula n. 86 do C. Tribunal Superior do Trabalho.....	2/201
- Empresa em recuperação judicial, créditos constituídos posteriormente. Prosseguimento da execução na Justiça do Trabalho	1/69
- Empresa em recuperação judicial. Não recolhimento do preparo. Deserção	4/588
- Empresa pública de economia mista que presta serviço público. Resilição unilateral. Necessidade de motivação da dispensa. Reintegração. Possibilidade.....	4/588
- Empresa pública. Admissão após aprovação em concurso público. Regime celetista. Ausência de estabilidade (art. 41 da CF). Necessidade de motivação da dispensa.....	1/69

ENGENHEIRO

- Engenheiro. Lei n. 4.950-A/1966. Piso profissional. Não observância. Diferenças salariais.....	5/767
- Engenheiro. Piso salarial previsto na Lei n. 4.950-A/1966. Servidor público. Inaplicabilidade	6/919

ENQUADRAMENTO

- Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Enquadramento salarial. Lei Complementar n. 1.044/2008, com redação dada pela Lei Complementar n. 1.240/2014. Contrato por tempo determinado. Inclusão. Possibilidade	1/69
- Correspondente bancário. Enquadramento como bancário. Inocorrência	1/69
- Enquadramento como instituição financeira. Súmula n. 55 do C. TST	1/70
- Enquadramento sindical. Art. 317 da CLT. Instrutor do Senai. Tipificação afastada	3/358
- Enquadramento sindical. Atividade preponderante do empregador.....	3/358
- Enquadramento sindical. Base territorial. Aplicação de norma coletiva	3/359
- Enquadramento sindical. Categoria diferenciada. Movimentação de mercadorias. Portaria n. 3.204/1988 do Ministério do Trabalho. Âmbito de representação restrito. Comércio armazenador	2/201
- Enquadramento sindical. Categoria diferenciada. Norma coletiva. Cestas básicas.....	1/70
- Enquadramento sindical. Observância aos arts. 511 e 577 da CLT	1/70
- Enquadramento sindical. Sociedade sem fins lucrativos. Atuação na área da saúde. Atividade preponderante. Legitimidade da entidade sindical de classe	3/359

- Enquadramento sindical. Tratorista. Empregador agroindustrial..... 1/70
- Enquadramento sindical. Vendedor viajante. Categoria diferenciada 3/359
- Reenquadramento sindical. Categoria diferenciada. Inexistência de negociação por parte de entidade representativa do empregador. Impossibilidade 3/359

ENTE PÚBLICO

- Ente público. Citação. Via postal 4/589
- Ente público. Convênio. Condenação subsidiária 2/201, 4/589, 5/767
- Ente público. Plano de cargos e salários. Obrigatoriedade de observância aos critérios objetivos e subjetivos. Impossibilidade de alegação de ato discricionário..... 4/589, 5/767
- Ente público que constrói e reforma regularmente. Inaplicabilidade do entendimento consubstanciado na OJ n. 191 do C. TST 2/201

ENTIDADE FILANTRÓPICA

- Entidades filantrópicas. Repasse de recursos públicos. Falta de pagamento de verbas rescisórias. Multas dos arts. 477 e 467 da CLT e multa normativa. Cabimento. Inaplicabilidade do art. 501 da CLT. Precedentes do TST..... 1/70

EQUIPAMENTO

- Ferramentas próprias. Uso. Reparação. Não cabimento. Ausência de previsão contratual..... 4/570

EQUIPARAÇÃO

- Equiparação salarial. Art. 461 da CLT. Funcionário público. Inaplicabilidade..... 5/768
- Equiparação salarial. Art. 461 da CLT. Súmula n. 6 do C. TST 1/70
- Equiparação salarial. Ausência do preenchimento dos requisitos legais 3/359
- Equiparação salarial. Ausência dos requisitos do art. 461 da CLT. Impossibilidade de reconhecimento 2/201
- Equiparação salarial. Diferença de perfeição técnica e produtividade. Ônus da prova 1/71
- Equiparação salarial. Diferença de tempo de serviço superior a 2 anos. Não cabimento 3/359
- Equiparação salarial. Diferenças 6/886
- Equiparação salarial. Diferenças salariais. Indevidas. Confissão em depoimento pessoal da obreira 2/202
- Equiparação salarial. Identidade de funções. Ônus probatório do empregado..... 5/768
- Equiparação salarial. Maior experiência e produtividade da paradigma. Possibilidade de salários diferentes..... 2/202
- Equiparação salarial. Ônus da prova..... 2/202, 5/768, 6/886
- Equiparação salarial. Preenchimento dos requisitos legais 2/202
- Equiparação salarial. Requisitos do art. 461 da CLT e ônus da prova..... 3/360, 5/768
- Equiparação salarial. Requisitos do art. 461 da CLT. Ônus da prova 3/360
- Equiparação salarial. Requisitos. Prova. Cabimento..... 1/93
- Equiparação salarial. Trabalhadores da mesma microrregião. Diferenças salariais devidas..... 6/887

- Sanasa Campinas. Enquadramento funcional. Necessidade de observância dos requisitos previstos no plano de cargos e salários para a mudança de nível 3/360

ESTABELECIMENTO BANCÁRIO

- Correspondente bancária. Empresa intermediária entre o consumidor e o banco. Oferta de empréstimos consignados. Terceirização lícita. Art. 8º, V, da Res. 3.954/2011 do Bacen. Não enquadramento como estabelecimento bancário. Não reconhecimento de vínculo de emprego de seus sócios diretamente com a instituição bancária 2/203

ESTABILIDADE

- Estabilidade. Membro suplente da Cipa. Direito à indenização substitutiva. Impossibilidade de reintegração. Ausência de renúncia. Homologação TRCT sem ressalvas 5/768
- Empregada gestante. Dispensa por justa causa. Estabilidade provisória indevida 6/885
- Estabilidade acidentária. Direito 2/210
- Estabilidade acidentária. Nexo de causalidade entre evento e enfermidade 5/768
- Estabilidade acidentária. Termo inicial 5/768
- Estabilidade Cipa. Eleição sequer deflagrada. Reintegração. Indenização por danos morais. Indevidas 2/203
- Estabilidade gestante. Proteção integral ao nascituro. Direito social das mulheres. Impossibilidade de restrição infraconstitucional 6/885
- Estabilidade pré-aposentadoria. Despedida ocorrida quando o empregado já implementara o tempo de contribuição necessário à concessão do benefício. Ausência de dispensa obstativa 2/203
- Estabilidade pré-aposentadoria. Norma coletiva. Condições. Prova 3/360
- Estabilidade pré-aposentadoria. Reintegração e/ou indenização. Indevida 2/204
- Estabilidade provisória. Empregado membro da Cipa. Encerramento da obra 2/204
- Estabilidade provisória. Ex-membro da Cipa. Dispensa discriminatória não demonstrada. Indenização por danos morais indevida 3/360
- Garantia de emprego do art. 118 da Lei n. 8.213/1991. Encerramento das atividades empresariais do empregador. Indenização substitutiva devida 6/885
- Gestante. Desconhecimento do estado gravídico pelo empregador. Estabilidade provisória 6/885
- Membro da Cipa. Contrato de experiência. Ausência de estabilidade provisória 1/71
- Membro da Cipa. Extinção de estabelecimento. Estabilidade provisória 6/885

EX OFFICIO

- Expedição de ofício 6/889
- Expedição de ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego. Decisão *ex officio*. Possibilidade 6/889

ESTÁGIO

- Desvirtuamento do contrato de estágio. Fraude. Vínculo de emprego. Configuração 3/361

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

- Exceção de incompetência em razão do lugar. Possibilidade do trabalhador ajuizar a ação em seu domicílio 5/769

EXECUÇÃO

- Aplicabilidade do art. 475-J do CPC (correspondente ao atual § 1º do art. 523 do NCP). Procedimento de execução trabalhista. Viabilidade..... 2/204
- Art. 523 do CPC/2015. Incidência. Análise. Momento próprio..... 3/403
- Ausência de cálculos apresentados pela reclamante. Extinção da execução. Impossibilidade 6/886
- Empresa em recuperação judicial. Créditos constituídos posteriormente. Prosseguimento da execução na Justiça do Trabalho 6/886
- Execução de débitos de pequeno valor. Fazenda Pública. Lei municipal publicada após o período estabelecido no art. 97 do ADCT. Invalidez..... 5/769
- Execução fiscal. Competência da Justiça do Trabalho. Massa falida 3/361
- Execução impulsionada de ofício. Cálculos de liquidação por arbitramento. Honorários periciais contábeis. Ônus do pagamento que cabe à parte sucumbente 4/589
- Execução trabalhista. Agravo de petição. Responsabilidade solidária. Benefício de ordem. Não cabimento 2/204
- Execução trabalhista. Art. 475-J CPC/1973 (art. 523, § 1º, do CPC/2015). Inaplicabilidade 2/204
- Execução trabalhista. Art. 523, § 1º, do NCP. Inaplicabilidade..... 5/769
- Execução trabalhista. Ente público. Citação 3/361
- Execução trabalhista. Imóvel gravado com cláusula de usufruto. Penhora sobre a nu-propriedade. Possibilidade 3/361
- Execução. Cálculos. Erro material. Correção. Possibilidade..... 1/71
- Execução. Devedor subsidiário. Benefício de ordem. Esgotamento dos meios em face do devedor principal. Inexigibilidade..... 6/887
- Execução. Devedor subsidiário. Benefício de ordem. Esgotamento dos meios em face do devedor principal. Inexigibilidade..... 5/769
- Execução. Empresa em recuperação judicial. Competência do juízo universal 4/590
- Execução. Ente público. Determinação para pagamento sob pena de bloqueio de valores. Violação ao princípio do devido processo legal e às regras de execução contra a Fazenda Pública 3/361
- Execução. Excesso de penhora 1/71
- Execução. Excesso de penhora. Inocorrência 3/362
- Execução. Expedição de certidão de crédito trabalhista, pelo juízo de 1ª Instância, ao credor exequente..... 2/204
- Execução. Extinção. Renúncia ao crédito. Ato de vontade do credor. Interpretação. Ofensa à coisa julgada 4/590
- Execução. Impenhorabilidade do bem de família. Caracterizado 3/362
- Execução. Inadimplência do débito pela devedora principal. Responsabilidade imediata da devedora subsidiária 6/887
- Execução. Inclusão da embargante no polo passivo de reclamação trabalhista. Embargos de terceiro. Ilegitimidade ativa..... 2/205
- Execução. Liquidação da sentença. Inércia do exequente. Extinção do processo. Não cabimento, no caso 4/590

- Execução. Penhora de bem imóvel. Adquirente de boa-fé. Fraude à execução. Ausência de averbação do título no registro de imóveis. Inocorrência	2/205
- Execução. Penhora. Legitimidade. Bem de família. Terceiro. Direito de propriedade. Ausência	3/411
- Execução. Redirecionamento contra o responsável subsidiário. Incapacidade financeira do devedor principal. Possibilidade.....	2/205, 3/362, 6/887
- Execução. Redirecionamento. Devedor subsidiário	6/888
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem	1/71, 4/590, 6/888
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem. Devedora principal em recuperação judicial.....	3/362
- Execução. Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem. Ônus para a indicação de bens passíveis de execução	6/888
- Execução. Utilização de todos os convênios. Inexistência de bens da executada e dos sócios. Expedição de certidão de crédito trabalhista.....	4/590, 5/769
- Fraude à execução. Alienação fiduciária. Caracterização.....	4/542
- Fraude à execução. Inocorrência. Imóvel. Alienação. Ausência de registro imobiliário. Terceiro. Boa-fé	3/362
- Mandado de segurança. Execução trabalhista quebra dos sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático. Garantia da inviolabilidade. Limites da jurisdição trabalhista. Ilegalidade e abuso de poder	6/888
- Matérias pertinentes à fase de execução. Discussão em agravo de petição. Garantia do juízo. Pressuposto de admissibilidade. <i>Conditio sine qua non</i>	2/205
- Penhora. Fraude à execução. Terceiro adquirente. Má-fé. Prova	6/886
- Prosseguimento da execução em face do responsável subsidiário. Desnecessidade de exaurimento dos meios executórios contra os sócios do devedor principal.....	5/769
- Adquirente de boa-fé. Ausência de registro no cartório de imóveis. Fraude à execução não configurada.....	1/71

EXTINÇÃO

- Extinção do feito sem resolução do mérito. Art. 485, VI, do NCPD.....	3/362
- Extinção do feito sem resolução do mérito. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Contribuição sindical rural. Notificação editalícia e pessoal do sujeito passivo. Necessidade	1/72, 2/205

EXTRA PETITA

- Julgamento <i>extra petita</i> . Caracterização	6/886
---------------------------------------------------------	-------

FALÊNCIA

- Ausência de preparo. Empresa em recuperação judicial. Inaplicabilidade da Súmula n. 86 do C. Tribunal Superior do Trabalho.....	4/591
- Falência. Rescisão contratual anterior à quebra. Multa do art. 477 da CLT devida	3/363
- Massa falida. Juros de mora. Art. 124 da Lei n. 11.101/2005. Afastamento apenas em sede falimentar	4/565

FALTA AO SERVIÇO

- Justificativa de falta ao trabalho. Atestado médico que não preenche os requisitos do decreto municipal que rege a matéria. Ausência de necessidade de afastamento do trabalho..... 3/363

FALTA DE PAGAMENTO

- Ausência de pagamento de salários e verbas rescisórias. Dano *in re ipsa*. Indenização devida..... 1/72

FAXINEIRA

- Faxineira. Pessoa jurídica. Limpeza do estabelecimento. Habitualidade. Labor em um dia semana. Vínculo empregatício. Configuração..... 4/591

FAZENDA PÚBLICA

- Fazenda Pública. Responsabilidade subsidiária. Juros de mora 4/670
- Fazenda Pública. Sentença ilíquida. Reexame necessário. Súmula n. 490, STJ. Inaplicabilidade à Justiça do Trabalho..... 4/591

FÉRIAS

- Amplimatic S. A. Férias. Usufruto. Arts. 134 e 137 da CLT. Comprovação 4/591
- Desrespeito ao prazo previsto no art. 145 da CLT. Pagamento das férias em dobro 3/363
- Dobra de férias. Ausência de pagamento no prazo legal. Parcela devida 3/363, 5/770, 6/889
- Férias. Alegada imposição para a “venda” de 1/3 das mesmas. Pedidos de pagamento em dobro e de indenização por dano moral. Indevidos. Art. 143 da CLT 3/350
- Férias. Atraso no pagamento. Dobra devida 6/889
- Férias. Atraso no pagamento. Indenização em dobro 3/363, 4/591
- Férias. Concessão no prazo, mas com pagamento serôdio. Dobra devida 2/206, 3/363
- Férias. Fracionamento. Possibilidade..... 4/633
- Férias. Pagamento extemporâneo. Desvirtuada a finalidade do instituto. Dobra devida..... 2/206, 3/364, 4/592, 5/770, 6/889
- Férias. Pagamento extemporâneo. Direito à dobra. Art. 137 da CLT. Aplicação analógica. Possibilidade 5/770, 6/889
- Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra devida..... 1/72, 4/592, 5/770, 6/890
- Férias. Pagamento extemporâneo. Dobra. Incidência 1/98, 4/592, 5/770
- Férias. Pagamento fora do prazo. Dobra devida..... 3/364
- Férias. Pagamento fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Dobra devida. Prescrição quinquenal. Incidência 3/364
- Férias. Pagamento fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Incidência da dobra determinada pelo art. 137 da CLT 1/87, 1/95, 3/378
- Férias. Pagamento intempestivo. Direito à dobra do art. 137 da CLT 1/72, 5/770

- Férias. Período concessivo ultrapassado. Servidor municipal celetista. Inobservância do limite previsto no art. 134 da CLT. Pagamento na época própria. Dobra e terço constitucional devidos..... 3/411
- Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro..... 5/771, 6/890
- Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro. Pagamento tempestivo apenas do terço constitucional 6/890
- Férias. Remuneração fora do prazo legal. Pagamento em dobro devido. Inteligência do art. 145 da CLT 5/771
- Férias. Remuneração fora do prazo previsto no art. 145 da CLT. Pagamento em dobro nos moldes do art. 137 da CLT. Exegese da Súmula n. 450 do C. TST e da Súmula n. 52 deste Tribunal 6/890
- Férias não pagas com dois dias de antecedência. Pagamento em dobro 2/206
- Férias pagas a destempo. Dobra devida..... 4/653

FERROVIÁRIO

- Ferroviário, categoria “C”. Intervalo intrajornada. Não incidência da norma contida no art. 71 da CLT. Regramento próprio da categoria, estabelecido pelo art. 238, § 5º, da CLT 2/206
- Ferroviário. Labor em turnos de revezamento. Limitação da jornada em seis horas. Art. 7º, inciso XIV, da Constituição Federal. Aplicabilidade 2/206
- Maquinista/operador de produção. Ausência de banheiro na locomotiva ou sem condição de uso. Proibição de paradas. Indisponibilidade de água potável. Dano moral 5/771

FGTS

- Cobrança dos depósitos do FGTS. Prescrição quinquenal. Modulação 3/364
- Depósitos de FGTS. Comprovação. Ônus do empregador..... 4/603
- Depósitos do FGTS. Termo de confissão e parcelamento da dívida junto à CEF. Ente público. Renúncia tácita à prescrição bienal consumada. Reinício do fluxo prescricional por inteiro a partir do cumprimento..... 2/207, 3/364
- Diferenças de FGTS. Ônus da prova 3/365
- FGTS. Acordo de parcelamento do débito junto à Caixa Econômica Federal não impede o recolhimento das diferenças devidas..... 3/365, 5/771
- FGTS. Diferenças. Prova..... 3/335
- FGTS. Município de Cruzeiro. Regime celetista reconhecido. Devidos os depósitos..... 3/365
- FGTS. Município de Cruzeiro. Regime celetista reconhecido. Depósitos fundiários devidos 4/592
- FGTS. Ônus da prova..... 2/207, 5/771
- FGTS. Prescrição trintenária. (Are 709212-DF) 3/365
- FGTS. Prescrição. Julgamento proferido pelo C. STF no Are 709.212. Modulação dos efeitos. Ciência da lesão anterior a 13.11.2014..... 1/72, 3/365
- FGTS. Prescrição. Julgamento proferido pelo C. STF no ARE 709212. Modulação dos efeitos 6/890
- FGTS. Prescrição. Mudança de regime jurídico. Termo de parcelamento da dívida. Renúncia à prescrição 3/365
- FGTS. Recurso extraordinário n. 709.2012/DF de 13.11.2014. Repercussão geral. Prescrição quinquenal. Modulação. Efeito *ex nunc*. Princípio da segurança jurídica. Súmula n. 362 do TST 1/73, 3/366

- FGTS. Termo de parcelamento da dívida com a CEF. Direito do empregado ao adimplemento integral dos depósitos não recolhidos pelo empregador..... 1/89, 3/366
- FGTS. Termo prescricional ocorrido antes de 13.11.2014. Data da declaração de inconstitucionalidade da prescrição trintenária pelo STF com modulação de efeitos. Prescrição quinquenal. Inaplicabilidade 1/73
- Multa fundiária. Diferenças decorrentes dos expurgos inflacionários 1/73

FUNDAÇÃO

- Fundação Casa. Adicional de periculosidade. Agente de apoio socioeducativo. Devido..... 4/592
- Fundação Casa. Adicional por tempo de serviço. Quinquênio 1/73
- Fundação Casa. Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Devido. Base de cálculo e reflexos. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo 3/366
- Fundação Casa. Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Extensão aos empregados públicos..... 3/366, 4/593
- Fundação Casa. Agente de apoio socioeducativo. Adicional de periculosidade. Devido..... 3/366
- Fundação Casa. Agente de apoio socioeducativo. Adicional de periculosidade. Cabimento 3/367
- Fundação Casa. Agente de apoio socioeducativo. Contato não permanente com pacientes infectocontagiosos ou com objetos destes não previamente esterilizados. Adicional de insalubridade indevido 3/367
- Fundação Casa. Agente educacional. Adicional de periculosidade. Cabimento..... 3/377
- Fundação Casa. Analista técnico. Professor de educação física. Adicional de periculosidade. Não cabimento 3/367
- Fundação Casa. Analista técnico/pedagogo. Adicional de periculosidade. Não cabimento 1/73
- Fundação Casa. Atestados médicos. Forma e prazo para a apresentação. Portaria Normativa n. 92/2005 4/593
- Fundação Casa. Auxiliar de enfermagem. Adicional de periculosidade. Não cabimento..... 4/593
- Fundação Casa. Comprovação da exposição a agentes biológicos pelo laudo pericial. Adicional de insalubridade devido 2/207
- Fundação Casa. Empregado celetista. Adicional por tempo de serviço. Quinquênio. Salário-base..... 1/74
- Fundação Casa. PCCS 2002 e 2006. Progressão funcional. Ausência de avaliação de desempenho 4/575
- Fundação Casa. Progressão funcional por antiguidade. Ausência de previsão nos planos de cargos e salários. Indevida 4/593
- Fundação Casa. Progressão salarial. Empregado contratado na vigência do PCCS/2002. Inaplicabilidade dos PCCS de 2006 e 2013. Súmula n. 51 do TST e art. 468 da CLT 4/593
- Fundação Casa. Quinquênio 5/772
- Fundação Casa. Regime 2x2. Ausência de negociação coletiva ou de legislação específica em caso de ente público para compensação da jornada 1/74
- Fundação Casa. Regime 2x2. Jornada semanal de 40 horas. Ausente acordo para compensação 3/367, 4/593
- Fundação Casa-SP. Horas extras. Regime de trabalho 2x2. Compensação tácita. Não cabimento..... 3/367, 4/594
- Fundação Casa-SP. Progressão funcional horizontal. Ausência de avaliações de desempenho. Inércia injustificada. Vantagem salarial devida 2/207
- Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Fundação Casa-SP. Plano de saúde. Situação do segurado. Alteração. Comprovação 3/368

- Fundação Padre Anchieta. Natureza jurídica de fundação pública. Quinquênio e sexta parte, previstos no art. 129 da Constituição Estadual devidos 1/74
- Fundação para o Remédio Popular FURP. Natureza pública. Quinquênio. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Cabimento..... 2/207
- Imposto de Renda. Fundação Casa 4/594

GARANTIA DE EMPREGO

- Garantia de emprego. Pré-aposentadoria. Norma coletiva. Cabimento..... 2/208
- Garantia de emprego pré-aposentadoria prevista em norma coletiva. Preenchimento dos requisitos para aposentadoria proporcional..... 2/208
- Garantia de emprego pré-aposentadoria prevista em norma coletiva. Requisitos para aquisição da garantia. Impossibilidade de imputar ao trabalhador o ônus por eventual ausência de comunicação formal..... 2/208

GARI

- Gari. Utilização de banheiros e refeitórios públicos e comerciais. Dano moral. Indenização. Não cabimento 4/594

GERENTE

- Gerente geral. Cargo de gestão. Autoridade máxima na agência bancária. Horas extras e intervalo intrajornada. Aplicação do art. 62, inciso II, da CLT 1/74

GESTANTE

- Estabilidade gestante. Reintegração ofertada pela empregadora. Recusa da empregada. Indenização substitutiva indevida..... 4/595
- Estabilidade provisória. Empregada gestante. Ausência de comunicação do estado gravídico ao empregador..... 4/594
- Estabilidade provisória. Gestante. Requisitos 4/594
- Garantia de emprego. Gestante. Objetivo da estabilidade. Indenização indevida em caso de se desvirtuar a proteção assegurada constitucionalmente. Abuso no exercício do direito de ação e enriquecimento ilícito 4/595

GORJETA

- Estimativa de gorjeta. Dispensa de pagamento. Ônus probatório 4/595
- Estimativas de gorjetas. Norma coletiva. Previsão excepcional. Prova 5/772
- Gorjetas. Integração à remuneração 1/74

GRATIFICAÇÃO

- Gratificação de função percebida por 10 anos ou mais. Incorporação. Cabimento 4/604

- Gratificação de função recebida por mais de dez anos. Supressão. Impossibilidade. Incidência dos termos da Súmula n. 372 do C. TST	3/368
- Gratificação de função. Incorporação. Art. 468 da CLT. Inaplicabilidade da Súmula n. 372 do C. TST	5/772
- Gratificação de pronto-socorro. Pagamento habitual. Natureza jurídica	4/578
- Gratificação do programa saúde da família. Municipalidade. Exigência de prévia dotação orçamentária	2/208
- Gratificação do SUS. Reajuste. Previsão legal. Diferenças. Cabimento	3/368, 4/653
- Gratificação proveniente do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Lei Federal n. 11.494/2007. Professor concursado da rede pública ocupante de cargo readaptado. Possibilidade	3/368
- Gratificação semestral. Prescrição	3/369
- Supressão das gratificações de função pagas por mais de dez anos. Indenização por danos morais. Indevida	3/368

GRAVIDEZ

- Gravidez. Conhecimento do empregador. Irrelevância. A importância de se considerar que a proteção que se quer dispensar não visa só a gestante, mas também - talvez principalmente - à nova vida que está se iniciando	2/209
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

GREVE

- Greve. Desconto dos dias de paralisação. Danos morais. Não caracterizado	2/209
- Greve. Descontos dos salários. Paralisação justificada. Falta grave patronal. Não cabimento	4/595

GRUPO ECONÔMICO

- Eventual existência de grupo econômico. Pleito de vínculo efetuado em ação direcionada à empresa não beneficiária da prestação de serviços. Impossibilidade	3/369
- Grupo econômico. Caracterização	4/596
- Grupo econômico. Caracterização. Prova	6/891
- Grupo econômico. Responsabilidade solidária	3/369, 4/596
- Grupo econômico. Responsabilidade solidária. Ônus da prova	4/596
- Grupo econômico. Responsabilidade solidária. Requisitos	3/369
- Pedido de desconsideração da personalidade jurídica e reconhecimento de grupo econômico	3/407
- Unicidade contratual. Grupo econômico	6/890

GUARDA MUNICIPAL

- Guarda Municipal. Adicional de periculosidade. Pertinência. Perícia. Desnecessidade	4/596
---------------------------------------------------------------------------------------------	-------

HIERARQUIA DAS LEIS

- Conflito entre normas coletivas. Hierarquia. Enquadramento. Atividade preponderante do empregador. Art. 570 da CLT	4/596
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

HIPOTECA

- Hipoteca judiciária. Art. 495 do CPC/2015. Aplicabilidade ao processo do trabalho. Possibilidade..... 2/209
- Hipoteca judiciária. Efeito secundário da decisão judicial. Efetividade, celeridade e utilidade ao provimento jurisdicional. Possibilidade de concessão de ofício. Compatibilidade com o processo do trabalho..... 5/772
- Hipoteca judiciária. Sentença. Efeitos 1/67, 3/390

HOMOLOGAÇÃO

- Homologação de rescisão contratual efetuada por juiz de paz. Validade 4/596
- Homologação tardia do TRCT. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Indevida 4/597

HONORÁRIOS

- Honorários advocatícios 1/74, 4/597
- Honorários advocatícios. Ação rescisória..... 3/370
- Honorários advocatícios. Advogado particular. Impossibilidade.....2/220, 3/370, 4/616, 5/773, 6/891
- Honorários advocatícios. Âmbito da Justiça do Trabalho. Lei n. 5.584/1970 e Súmula n. 219 do C. TST. Prevalência 6/891
- Honorários advocatícios. Cabimento.....1/54, 1/89, 3/330, 3/383, 4/538, 4/595, 4/597, 6/872
- Honorários advocatícios. Fixação. Percentual 3/397
- Honorários advocatícios. Indenização pela contratação de advogado particular. Indevidos..... 6/891
- Honorários advocatícios. Indenização por perdas e danos. Não preenchidos os requisitos constantes da Lei n. 5.584/1970. Indevidos..... 1/75
- Honorários advocatícios. Indenização. Não cabimento..... 5/773
- Honorários advocatícios. Indevidos..... 3/349, 3/369
- Honorários advocatícios. Jurisdição voluntária. Saque do FGTS por servidor. Mudança de regime jurídico da municipalidade, de celetista para estatutário. Incabíveis..... 3/370
- Honorários advocatícios. Justiça do Trabalho. Legislação específica..... 3/370, 4/597, 6/891
- Honorários advocatícios. Matéria diversa da relação de trabalho. Multa normativa. Aplicação do art. 85 do CPC (art. 20 do CPC/1973) 4/630
- Honorários advocatícios. Matéria diversa da relação de trabalho. Contribuição sindical. Aplicação do art. 85 do CPC (art. 20 do CPC/1973) 3/370
- Honorários advocatícios. Não cabimento.....1/44, 1/46, 2/175, 2/208, 3/335, 3/336, 3/337, 3/338, 3/344, 3/350, 3/353, 3/366, 3/373, 3/378, 3/380, 3/394, 3/402, 3/407, 3/416, 3/423, 3/426, 4/540, 4/555, 4/562, 4/595, 4/596, 4/600, 4/601, 4/605, 4/627, 4/637, 4/653, 4/658, 4/661, 4/663, 4/666, 4/670, 4/674, 6/857, 6/860, 6/872, 6/887, 6/924
- Honorários advocatícios. Percentual 6/919
- Honorários advocatícios. Percentual previsto em norma coletiva 3/370
- Honorários advocatícios. Processo do trabalho. Exigência de requisitos legais e específicos. Inaplicabilidade dos arts. 389 e 404 do Código Civil. Indevidos. Inteligência dos arts. 14 e 16 da Lei n. 5.584/1970 e Súmulas n. 219 e 329 do C. TST..... 4/654

- Honorários advocatícios. Representação sindical. Prova. Timbre do sindicato	4/614
- Honorários advocatícios. Requisitos da Lei n. 5.584/1970 não preenchidos	4/597, 6/891
- Honorários advocatícios. Requisitos para concessão	3/370, 5/773, 6/892
- Honorários advocatícios. Sindicato substituto processual.....	4/622
- Honorários advocatícios. Súmulas n. 219 e 329 do C. TST	4/597
- Honorários advocatícios. Termo de credenciamento sindical. Devidos.....	4/598
- Honorários assistenciais. Papel timbrado do sindicato. Presunção de legitimidade da assistência sindical.....	3/371
- Honorários contábeis. Redução. Não cabimento	2/204
- Honorários periciais. Assistência judiciária gratuita. Alcance. Isenção de pagamento.....	5/773
- Honorários periciais. Fixação. Observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade	3/371, 4/598, 6/892
- Honorários periciais. Redução. Não cabimento.....	1/91, 2/176, 4/535, 4/638, 6/896
- Honorários periciais. Responsabilidade pelo pagamento.....	3/371
- Honorários periciais. Responsabilidade. Art. 790-b da CLT. Sucumbência.....	6/892
- Honorários periciais. Valor arbitrado.....	2/209
- Honorários periciais contábeis. Pagamento. Responsabilidade do executado	3/371
- Honorários periciais prévios. Justiça gratuita. Indevida restituição do valor	3/371
- Honorários periciais prévios pagos pela reclamada. Reclamante sucumbente no objeto da perícia e beneficiário da justiça gratuita. Restituição dos valores antecipados pela reclamada. Possibilidade.....	1/54

HORA IN ITINERE

- Agroterenas. Horas <i>in itinere</i> . Negociação coletiva. Supressão de direito. Invalidez	2/210
- Horas de percurso fixadas mediante negociação coletiva. Tempo inferior ao gasto pelo trabalhador. Razoabilidade afastada.....	1/75, 1/79, 3/371, 4/598
- Horas de percurso. Fixação em norma coletiva. Princípio da razoabilidade.....	2/210
- Horas de percurso. General Motors do Brasil S. A. Local de fácil acesso, servido por transporte regular público. Incompatibilidade entre os horários do transporte público e a jornada do autor, que reside em outra localidade. Indevidas essas horas.....	4/598
- Horas de percurso. Transporte fornecido pelo empregador. Proibição de seu cômputo à jornada de trabalho mediante negociação coletiva.....	3/372, 6/896
- Horas <i>in itinere</i> . Acordo coletivo de trabalho. Pré fixação. Proporção e razoabilidade	4/598
- Horas <i>in itinere</i> . Base de cálculo fixada por norma coletiva. Impossibilidade	1/75
- Horas <i>in itinere</i> . Base de cálculo. Composição	5/774
- Horas <i>in itinere</i> . Base de cálculo. Globalidade salarial. Regra infensa à negociação coletiva.....	4/599
- Horas <i>in itinere</i> . Base de cálculo. Norma coletiva. Invalidez.....	6/861
- Horas <i>in itinere</i> . Cabimento	3/394
- Horas <i>in itinere</i> . Fato impeditivo do direito do trabalhador. Ônus da reclamada. Arts. 818 da CLT e 373, II, do Novo CPC	4/599, 5/774
- Horas <i>in itinere</i> . Fixação da base de cálculo em norma coletiva.....	3/372
- Horas <i>in itinere</i> . Fixação de um tempo médio, previsto em norma coletiva. Possibilidade.....	2/210
- Horas <i>in itinere</i> . Fixação do tempo de percurso. Norma coletiva. Proporcionalidade e razoabilidade	2/210, 4/599
- Horas <i>in itinere</i> . Incompatibilidade de horários.....	1/75
- Horas <i>in itinere</i> . Local de trabalho de fácil acesso. Indevidas.....	3/372, 4/599

- Horas <i>in itinere</i> . Não configuração	4/635
- Horas <i>in itinere</i> . Negociação coletiva	4/599, 4/612
- Horas <i>in itinere</i> . Norma coletiva de trabalho. Estipulação de tempo de percurso inferior ao comprovadamente gasto. Validade	3/373
- Horas <i>in itinere</i> . Norma coletiva. Invalidade	1/75, 3/373, 6/872
- Horas <i>in itinere</i> . Norma coletiva. Validade	2/210, 3/373
- Horas <i>in itinere</i> . Ônus da prova	1/75, 3/374
- Horas <i>in itinere</i> . Possibilidade de limitação por norma coletiva segundo o entendimento do TST e STF	2/211
- Horas <i>in itinere</i> . Prefixação do tempo por norma coletiva	6/892
- Horas <i>in itinere</i> . Prefixação do tempo. Norma coletiva. Invalidade	3/350
- Horas <i>in itinere</i> . Prefixação em norma coletiva. Validade	3/374
- Horas <i>in itinere</i> . Prefixação. Norma coletiva que reflete a realidade vivenciada pela categoria profissional. Possibilidade. Observância do princípio da razoabilidade	1/76
- Horas <i>in itinere</i> . Prova de existência de transporte público em horários compatíveis com a jornada	4/599
- Horas <i>in itinere</i> . Quantidade fixada em negociação coletiva. Possibilidade. Limite de redução de 50% em relação ao tempo real gasto no trajeto. Princípio de razoabilidade.....	1/76, 4/599, 5/774, 6/892
- Horas <i>in itinere</i> . Requisitos.....	3/374, 5/774
- Horas <i>in itinere</i> . Rurícola. Prefixação em norma coletiva. Validade. Inteligência dos arts. 7º, XXVI, da CF/1988 e 58, § 3º, da CLT.....	1/42
- Horas <i>in itinere</i> . Tempo de espera de transporte fornecido pelo empregador.....	3/389
- Horas <i>in itinere</i> . Transporte fornecido pelo empregador. Presunção da presença dos requisitos previstos no art. 58, § 2º, da CLT e na Súmula n. 90, II, do E. TST. É ônus da reclamada a prova de fato impeditivo ou modificativo de direito	2/211
- Horas <i>in itinere</i> . Transporte público regular e compatível com a jornada de trabalho. Ausência de prova.....	3/319, 3/428, 3/429, 4/600, 4/619, 4/661
- Inaplicabilidade do art. 927 do CPC. Prefixação das horas de trajeto. Boa-fé objetiva do empregador estipulante. Princípio da distinção para afastar a incidência da Tese Prevalente n. 1 desta Corte regional quando o tempo de deslocamento não sofre variação	3/374
- Norma coletiva. Horas <i>in itinere</i> . Alteração da base de cálculo sem contrapartida. Vedação	1/76
- Revati Agropecuária Ltda. Horas <i>in itinere</i> . Negociação coletiva. Montante prefixado. Supressão de direito. Invalidade	1/76

HORÁRIO À DISPOSIÇÃO

- Horas de sobreaviso. Aplicação analógica do art. 244, § 2º, da CLT. Não caracterização	3/422
- Horas de sobreaviso. Configuradas. Súmula n. 428, II, do TST	4/600
- Horas de sobreaviso. Não caracterização.....	4/537
- Horas de sobreaviso. Não configuração.....	3/315
- Horas de sobreaviso. Uso de celular. Não caracterização	3/374
- Horas de sobreaviso. Uso de rádio Nextel. Não caracterização	3/374
- Tempo à disposição para a troca de uniformes. Horas extras. Exclusão pela norma coletiva. Invalidade	4/608
- Tempo de sobreaviso. Caracterização	3/375
- Tempo de sobreaviso. Não caracterização.....	4/600

- Tempo despendido pelo trabalhador desde a chegada à sede da empresa até o efetivo início do trabalho. Tempo à disposição do empregador..... 4/608
- Uso de celular. Sobreaviso. Não caracterizado..... 5/776

HORAS EXTRAS

- Artigo 62, II, da CLT. Não enquadramento. Horas extras devidas..... 4/600
- Base de cálculo das horas extras. Verbas de natureza salarial. Integração. Devida..... 4/600
- Cordeiro Máquinas e Ferramentas Ltda. Horas extras. Art. 62, inciso II, da CLT. Cargo de gestão. Comprovação..... 3/375
- Diferenças de horas extras. Apontamento pela reclamante. Pagamento devido..... 6/892
- Diferenças de horas extras. Ônus da prova. Demonstração por amostragem..... 3/376, 5/775
- Diferenças de horas extras. Regime de trabalho em escala 2x2. Ausência de norma coletiva. Invalidez..... 1/76
- Diferenças de horas extras. Trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento de 07h20min/08h00min mediante negociação coletiva. Habitual extrapolamento da limitação. Não aplicação da Súmula n. 423 do TST e seus efeitos..... 2/211
- Duração do trabalho do adolescente. Limites. Banco de horas. Impossibilidade. Horas extras. Deferimento..... 6/922
- Escala 12x36. Acordo tácito. Invalidez..... 6/894
- Fundação Casa-SP. Horas extras. Regime de trabalho 2x2. Compensação tácita. Não cabimento..... 6/892
- General Motors do Brasil Ltda. Horas extras (minutos residuais). Negociação coletiva. Montante pré fixado. Supressão de direito. Invalidez..... 1/77, 3/376, 4/601
- Horas extraordinárias indevidas. Motorista carreteiro. Labor em atividade externa. Impossibilidade de permanente fiscalização do trabalho. Situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT..... 3/376
- Horas extraordinárias indevidas. Motorista de caminhão. Labor em atividade externa. Impossibilidade de permanente fiscalização do trabalho. Situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT..... 4/601
- Horas extras (7ª e 8ª horas diárias) e reflexos. Jornada de seis horas para cargos comissionados prevista em norma interna da CEF (PCS de 1989). Alteração para 8 horas, por força do novo regulamento (PCS de 1998). Lesão de trato sucessivo. Prescrição parcial. Incidência da parte final da Súmula n. 294 do TST..... 6/893
- Horas extras e reflexos. Ausência de cartões de ponto referentes a todo o período contratual..... 1/77
- Horas extras e reflexos. Minutos residuais..... 3/402, 4/637
- Horas extras habituais. Acordo de compensação. Invalidez..... 4/601
- Horas extras habituais. Compensação de jornada semanal. Acordo individual escrito. Invalidez..... 1/77
- Horas extras habituais. Compensação de jornada semanal. Descaracterização..... 4/601
- Horas extras habituais. Supressão. Indenização. Aplicação da Súmula n. 291 do C. TST. Ente público..... 3/376
- Horas extras habituais. Supressão. Indenização. Cabimento..... 4/607
- Horas extras habituais: supressão ou redução. Integração indevida..... 4/601
- Horas extras habitualmente prestadas por mais de um ano de trabalho. Supressão. Indenização. Súmula n. 291 do TST. Devida..... 2/212
- Horas extras por suposto descumprimento do intervalo intrajornada. Indevidas. Transporte urbano rodoviário. Motoristas: “dupla pegada”. Fracionamento da jornada em 2 turnos. Peculiaridade do transporte coletivo terrestre de passageiros. Acordo coletivo de trabalho, que assegura intervalo intrajornada entre 15 minutos e até o máximo de 6 horas..... 4/602

- Horas extras por suposto descumprimento do intervalo intrajornada. Indevidas. Transporte urbano rodoviário. Motoristas: “dupla pegada”. Fracionamento da jornada em 2 turnos. Peculiaridade do transporte coletivo terrestre de passageiros. Acordo coletivo de trabalho, que assegura intervalo intrajornada superior a 2 horas, até o máximo de 4 horas	2/212
- Horas extras. Acordo de compensação de jornada. Prestação de sobrelabor habitual. Descaracterização	2/212, 4/603
- Horas extras. Acordo de compensação, para o não trabalho aos sábados. Eventualidade de labor extraordinário. Não descaracterização desse acordo.....	4/603
- Horas extras. Acordo individual tácito de compensação de jornada. Impossibilidade	5/775
- Horas extras. Adicional de 100%.....	4/602
- Horas extras. Adoção simultânea de banco de horas e de acordo de compensação de jornada. Possibilidade.....	3/376
- Horas extras. Alegado turno ininterrupto de revezamento. Os turnos eram fixos: alternância quadrimestral. Não subsunção à OJ n. 360 do C. TST. Indevidas horas extras	2/212
- Horas extras. Atividade externa. Controle de jornada	4/603
- Horas extras. Ausência de cartões de ponto ou registros de horários. Ônus da prova.....	4/603
- Horas extras. Ausência de cartões de ponto. Súmula n. 338, I, do TST	3/376
- Horas extras. Ausência de controles de frequência. Jornada inverossímil. Consideração da presunção da Súmula n. 338, I, do C. TST, à luz dos princípios da razoabilidade e da vedação ao enriquecimento sem causa.....	2/212
- Horas extras. Ausência de controles de ponto	3/377
- Horas extras. Bancário. Cargo de confiança. Não comprovação. Art. 224, <i>caput</i> , da CLT	6/893
- Horas extras. Banco de horas previsto em normas coletivas. Indevido seu pagamento.....	4/602, 4/603
- Horas extras. Banco de horas. Invalidez.....	3/377
- Horas extras. Banco de horas. Súmula n. 85 do TST. Validade.....	4/604
- Horas extras. Base de cálculo. Súmula n. 264 do E. TST.....	4/604
- Horas extras. Cargo de confiança	3/377
- Horas extras. Cargo de confiança. Bancário.....	3/377, 4/604
- Horas extras. Cargo de confiança. Não enquadramento na exceção do art. 62 da CLT	2/213, 3/377, 6/893
- Horas extras. Cartões de ponto inválidos. Anotações invariáveis. Súmula n. 338, I e II, do TST	1/47
- Horas extras. Cartões de ponto inválidos. Presunção de veracidade da jornada alegada na inicial. Súmula n. 338, I e II, do TST	3/377
- Horas extras. Cartões de ponto. Jornada invariável.....	3/377
- Horas extras. Compensação prevista em instrumentos coletivos e no próprio contrato de trabalho. Validade	4/605
- Horas extras. Controles de jornada variáveis. Ônus da prova não cumprido pelo trabalhador. Indevidas	2/213
- Horas extras. Controles de ponto não assinados pelo empregado. Validade. Ônus da prova	3/377
- Horas extras. Cumprimento de jornada 12x36. Previsão normativa. Aplicação da súmula n. 444 do TST. Cabimento	1/77
- Horas extras. Diferenças. Aplicação do divisor 200 para o salário-hora	3/378
- Horas extras. Diferenças. Cálculo. Divisor	4/605
- Horas extras. Diferenças. Prova.....	1/46, 6/893
- Horas extras. Diferenças. Prova. Pagamento devido.....	3/425

- Horas extras. Diferenças. Prova. Pagamento indevido.....	4/570
- Horas extras. Dupla pegada.....	3/378
- Horas extras. Gerente operacional. Cargo de confiança. Bancário.....	4/605
- Horas extras. Intervalo intrajornada. Pagamento cumulado. Não configuração de bis in idem.....	1/77
- Horas extras. Intervalos intrajornadas suprimidos. Cartões de ponto válidos. Ônus da prova.....	3/378
- Horas extras. Jornada absurda. Necessidade de comprovação robusta.....	2/213, 4/535
- Horas extras. Jornada de trabalho. Cartões de ponto. Ausência. Fixação. Princípio da razoabilidade.....	1/93
- Horas extras. Jornada de trabalho. Escala 12 horas. Regime 6x1. Norma coletiva. Ausência. Invalidez.....	4/605
- Horas extras. Jornada. Ônus da prova. Microempresa.....	4/606
- Horas extras. Labor externo. Art. 62, inciso I, da CLT.....	3/378, 4/606
- Horas extras. Minutos que antecedem a jornada. Trajeto interno. Tempo à disposição do empregador. Art. 4º da CLT. Súmula n. 429 do TST.....	4/606, 5/775, 6/893
- Horas extras. Minutos residuais.....	1/77
- Horas extras. Minutos residuais. Cabimento.....	4/619
- Horas extras. Minutos residuais. Previsão em norma coletiva.....	6/923
- Horas extras. Minutos residuais. Tempo à disposição.....	3/414, 4/654
- Horas extras. Ônus da prova. Cartões de ponto. Invalidez.....	3/378
- Horas extras. Professor de educação básica. Art. 2º, § 4º, da Lei n. 11.738/2008. Súmula n. 93 do TRT/15ª região.....	4/606
- Horas extras. Professora municipal celetista. Indevidas. Dois contratos de trabalho distintos, cada um de 5 horas. Recebimento de remuneração pela carga suplementar. Exegese dos arts. 37, inciso X, e 169 da CF.....	4/606
- Horas extras. Prova documental da jornada. Sonegação em juízo. Inversão do ônus probatório. Presunção favorável à pretensão obreira.....	4/606
- Horas extras. Registro de ponto por exceção. Previsão em norma coletiva. Invalidez.....	3/378
- Horas extras. Revelia do reclamante. Confissão <i>ficta</i> . Súmula n. 74, TST. Improcedência.....	4/606
- Horas extras. Sistema 12x36. Súmula n. 444 do C. TST.....	4/607
- Horas extras. Supressão abrupta não demonstrada. Indenização indevida.....	2/213
- Horas extras. Supressão. Indenização.....	3/379, 4/539
- Horas extras. Trabalhador externo. Não enquadramento no art. 62, I, da CLT. Devidas.....	1/78, 2/193
- Horas extras. Trabalho externo. Ausência de controle da jornada.....	6/919
- Horas extras. Trabalho externo. Vendedor. Existência de controle da jornada.....	1/78
- Horas extras. Troca de uniforme antes do registro do ponto. Obrigatoriedade. Tempo à disposição do empregador. Caracterização.....	4/607
- Horas extras. Turno ininterrupto de revezamento elástico pactuado em negociação coletiva. Invalidez. Devidas as horas excedentes à sexta diária.....	2/213
- Horas extras. Turnos de revezamento na safra. Regime respaldado por norma coletiva. Legitimidade da jornada de 7h20 minutos.....	3/379
- Horas extras. Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada. Negociação coletiva. Ausência de contrapartida. Invalidez.....	1/67
- Horas extras. Vigilante. Jornada 12x36, prevista em normas coletivas. Validade.....	2/213
- Jad Zogheib Cia. Ltda. Horas extras. Art. 62, inciso II, da CLT. Cargo de gestão. Comprovação.....	3/379
- Labor em feriados. Diferenças. Ônus da prova.....	4/607

- Minutos residuais impagos. Tempo à disposição. Horas extraordinárias. Pagamento devido	1/78, 2/214, 4/607
- Minutos residuais que antecedem e sucedem a jornada normal de trabalho. Horas extras devidas.....	1/78, 4/607
- Minutos residuais. Tempo despendido no percurso entre a portaria e o setor de trabalho	4/537
- Minutos residuais. Tempo despendido no percurso entre a portaria e o setor de trabalho e troca de uniforme.....	4/584
- NR-31. Períodos de descanso. Não observância. Horas extras	6/866
- Reflexos das horas extras nos Dsrs. Devido. Súmula n. 172 do C. TST e 7º, “a”, da Lei n. 605/1949. Aplicação OJ n. 394 da SDI-1. <i>Bis in idem</i>	3/379
- Regime de compensação de horas. Norma coletiva. Prestação habitual de horas extras. Invalidez.....	3/379
- Sistema de jornada 12x36. Súmula n. 444 do C. TST. Pagamento em dobro dos feriados trabalhados e não compensados.....	6/893
- Sobrejornada. Habitualidade. Reflexos em DSR.....	1/78, 2/214
- Supressão de horas extras habituais. Benefício em favor da trabalhadora. Redução salarial não verificada. Indenização indevida	4/607
- Supressão de horas extras. Indenização	2/214
- Supressão de horas extras. Indenização. Prescrição	4/607
- Tempo à disposição: preparo de ferramentas e troca de talhão. Cisão da prova, ou prova empatada. Intervalos previstos na NR-31 do MTE (art. 72 da CLT). Situação dicotômica.....	2/235
- Tempo despendido pelo trabalhador desde a chegada à sede da empresa até o efetivo início do trabalho. Tempo à disposição do empregador.....	1/94

ILEGITIMIDADE DE PARTE

- Carência de ação. Ilegitimidade de parte. Responsabilidade subsidiária	1/79
- Ilegitimidade de parte. Polo passivo. Arguição por quem foi indicada na inicial como devedora da tutela postulada. Preliminar rejeitada	3/380
- Ilegitimidade de parte. Responsabilização. Tomador de serviços	4/608
- Ilegitimidade de parte. Responsabilidade subsidiária.....	5/776
- Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i>	4/608

IMPENHORABILIDADE

- Conta conjunta. Penhora. Legalidade	6/894
- Conta poupança. Penhora. Ilegalidade	6/894
- Impenhorabilidade. Bem de família. Descabimento da arguição pela nu-proprietária. Direito a usufruto de outrem	6/894

IMPOSTO DE RENDA

- Imposto de Renda. Fundação Casa	2/214
- Imposto de Renda. Rendimentos recebidos acumuladamente. Cálculo	3/380
- Imposto de Renda. Rendimentos recebidos pelo empregado acumuladamente. Aplicação do art. 12-A da Lei n. 7.713/1988, com redação conferida pela Lei n. 12.350, de 20.12.2010.....	3/423

INCOMPETÊNCIA

- Incompetência da Justiça do Trabalho. Servidor público. Cargo em comissão 4/608
- Incompetência em razão do local. Aplicação do art. 651 da CLT ainda em vigor 1/79
- Incompetência material da Justiça do Trabalho. Complementação de aposentadoria prevista em lei própria de natureza jurídico-administrativa. Competência da Justiça Comum..... 3/380
- Incompetência material da Justiça do Trabalho. Pedido de diferenças de complementação de aposentadoria ou pensão. Município de Capão Bonito 4/608
- Incompetência material da Justiça do Trabalho. Programa emergencial de auxílio ao desempregado (contrato de bolsa auxílio). Relação jurídico-administrativa. Município da estância de Socorro-SP. Contratação temporária. Jurisprudência do E. STF 3/381
- Incompetência material da Justiça do Trabalho. Servidora contratada pela Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto - Funfarme. Integração aos quadros da autarquia Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp. Existência de vínculo jurídico-estatutário ou jurídico-administrativo. Cumprimento à decisão proferida na Reclamação Constitucional n. 9.438, do Supremo Tribunal Federal 4/609
- Justiça do Trabalho. Incompetência material. Complementação de aposentadoria 3/381
- Previdência privada. Valores recolhidos à mesma, durante o contrato de trabalho. Pedido de restituição. Incompetência desta especializada 3/361
- Relação jurídica de natureza administrativa. Incompetência material da Justiça do Trabalho..... 3/381

INDEFERIMENTO

- Indeferimento de produção de novo laudo médico pericial. Cerceamento do direito de defesa. Não configuração..... 2/214
- Indeferimento liminar da petição inicial de ação rescisória manifestamente incabível. Arguição de afronta ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Não ocorrência 2/215

INDENIZAÇÃO

- Concessão de indenização para alimentação x fornecimento de refeição. Previsão em convenção coletiva. Interpretação da cláusula convencional..... 4/603
- Frustração da expectativa de contratação de forma arbitrária. Fase pré-contratual. Indenização devida..... 3/381
- Indenização adicional prevista na Lei n. 7.238/1984. Projeção do aviso-prévio. Demissão ocorrida fora do trintídio anterior à data base..... 3/382
- Indenização adicional. Lei n. 7.238/1984 1/79
- Indenização adicional. Verbas rescisórias pagas com salário corrigido. Súmula n. 314 do C. TST. Cabimento 3/382
- Indenização do art. 9º da Lei n. 7.238/1984. Indevida 2/215
- Indenização fundamentada em causa de pedir diversa da alegada na inicial. Decisão *extra petita*. Inocorrência 3/382
- Indenização por dano moral e material. *Quantum* indenizatório 4/609
- Indenização por dano moral. Anotação desabonadora em CPTS..... 3/382
- Indenização por dano moral. Assédio moral não configurado..... 1/100, 2/247, 3/390
- Indenização por dano moral. Assédio moral. Não configuração 4/605

- Indenização por dano moral. Ausência de banheiro químico adequado no ambiente de trabalho. Prova. Não cabimento	4/609
- Indenização por dano moral. Coação. Redução salarial. Cabimento.....	1/79
- Indenização por dano moral. Desvio de função. Retorno ao cargo anterior. Cumprimento de decisão judicial.....	3/349
- Indenização por dano moral. Dispensa discriminatória não caracterizada	4/674
- Indenização por dano moral. Falta de anotação na CTPS. Ausência de depósitos do FGTS. Não fornecimento das guias para habilitação ao seguro-desemprego e não pagamento das verbas rescisórias	1/79, 3/383
- Indenização por dano moral. Fase pré-contratual. Possibilidade.....	3/383
- Indenização por dano moral. Fixação.....	3/347, 3/383, 4/609
- Indenização por dano moral. Não pagamento de salários e verbas rescisórias	2/234
- Indenização por dano moral. Prova do assédio sofrido no ambiente laboral.....	2/215
- Indenização por dano moral. Prova. Não cabimento.....	3/429
- Indenização por dano moral. Verbas rescisórias. Inadimplência. Não cabimento	4/596
- Indenização por danos materiais e morais. Fixação dos valores	2/215
- Indenização por danos materiais. Pensão mensal. Empregado falecido. Dedução dos valores relativos às despesas pessoais da vítima	2/193
- Indenização por danos materiais e morais. Doença ocupacional. Equiparação a acidente de trabalho. Nexo concausal. Indenização devida.....	4/610
- Indenização por danos morais e estéticos. Fixação do valor. Razoabilidade	2/215
- Indenização por danos morais.....	3/383, 3/389
- Indenização por danos morais. Alegada dispensa discriminatória. Incapacidade laborativa, ao tempo da rescisão contratual, não comprovada. Doença (transtorno depressivo recorrente) que não tem nexo de causalidade com o trabalho	3/383
- Indenização por danos morais. Ausência de pagamento de verbas trabalhistas. Possibilidade.....	1/80, 2/215, 3/384, 4/610
- Indenização por danos morais. Configuração do ato ilícito do agente. Ação ou omissão culposa ou dolosa do agente causador do dano.....	3/384
- Indenização por danos morais. Divulgação de lista com os piores resultados. Obrigação de venda casada de produtos com engano aos clientes. Compensação pecuniária devida.....	1/80, 3/384
- Indenização por danos morais. Escopo pedagógico e compensatório. Majoração do valor arbitrado.....	2/216
- Indenização por danos morais. Falta de depósitos do FGTS. Dano não provado. Descabimento.....	1/80
- Indenização por danos morais. Fixação do <i>quantum</i> indenizatório. Razoabilidade.....	4/610
- Indenização por danos morais. Fixação do valor. Razoabilidade.....	1/80
- Indenização por danos morais. Frustração à promessa de emprego. Descompasso com o princípio da boa-fé objetiva	4/651
- Indenização por danos morais. Homofobia no meio ambiente de trabalho. Responsabilidade civil do empregador. Viabilidade	4/610
- Indenização por danos morais. Ilícito civil. Doença ocupacional.....	1/80
- Indenização por danos morais. Ilícito trabalhista.....	1/81, 2/216, 3/384, 4/611, 5/765
- Indenização por danos morais. Instalações para refeição e sanitárias. Norma regulamentar 31 do MTE, que dispõe sobre a saúde e a segurança do trabalho em agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, atividades. Não atendimento	1/54, 1/81
- Indenização por danos morais. Não pagamento injustificável das verbas rescisórias.....	2/216, 3/384

- Indenização por danos morais. Não pagamento injustificável das verbas rescisórias e salários	1/81
- Indenização por danos morais. Prescrição trabalhista	3/385
- Indenização por danos morais. Revelia. Confissão.....	4/611
- Indenização por danos morais. Revista rotineira dos pertences dos empregados e revista pessoal com utilização de detector de metais. Proteção do patrimônio da empresa. Possibilidade.....	3/397
- Indenização por danos morais. Trabalhador rural. Tratamento degradante. Ausência mínima de higiene e salubridade no meio ambiente do trabalho. Direito à indenização. Pertinência.....	1/81
- Indenização por danos morais. Verbas trabalhistas sonegadas. Descabimento	2/216
- Indenizações por danos morais e materiais. Doença profissional. Prescrição. Marco inicial	3/385
- Lavagem de uniforme. Indenização não devida	6/894
- Processo do trabalho. Indenização pela contratação de advogado	6/894
- Sonegação de direitos rescisórios. Indenização por danos morais. Descabimento.....	5/763
- Tendinopatia. Agravamento relacionado às atividades laborais. Indenização por dano moral. Cabimento	3/316
- Uniforme. Uso obrigatório. Lavagem. Indenização. Cabimento	2/192

INÉPCIA

- Inépcia da inicial	3/385
- Inépcia da inicial. Não configuração	2/217
- Inépcia da inicial. Pedido incompreensível.....	3/385
- Inépcia da petição inicial. Obrigatoriedade de concessão de prazo para emendar	1/82
- Pedido inicial. Inépcia. Não configuração.....	3/385
- Reclamação trabalhista. Procedimento sumaríssimo. Art. 852-B da CLT. Valor dado à causa. Forma globalizada. Reconhecimento da inépcia da inicial. Impossibilidade	1/82

INFRAÇÃO

- Infração em tese no âmbito das relações de trabalho. Expedição de ofício às autoridades competentes. Possibilidade	1/83
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

INOVAÇÃO

- Inovação recursal. Vedação legal.....	2/217
-----------------------------------------	-------

INSALUBRIDADE

- Insalubridade. Afastamento do laudo pericial. Possibilidade somente por meio de prova técnica	2/217
- Insalubridade. Fornecimento de EPIS. Ônus da prova	2/217

INTERDITO PROIBITÓRIO

- Interdito proibitório. Ausência de justo receio. Ato atentatório aos princípios concernentes ao direito de greve e ao princípio da liberdade sindical.....	1/83, 2/217, 3/385
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------

- Interdito proibitório na Justiça do Trabalho. CLT, art. 678, I, “a”. Competência funcional do juízo de primeiro grau..... 5/776

INTERVALO DE TRABALHO

- Artigo 384 da CLT. Inaplicabilidade ao empregado homem 3/386
- Ausência de registro do horário de intervalo intrajornada. Ônus da prova do empregador 4/611
- Cortador de cana-de-açúcar. Atividade sujeita a grande esforço físico. Aplicação da Norma Regulamentadora 31 do MTE. Pausas regulamentadas em normas coletivas. Impossibilidade de aplicação do art. 72 da CLT por analogia 6/894
- Ferroviário, categoria “C”. Intervalo intrajornada. Não incidência da norma contida no art. 71 da CLT. Regramento próprio da categoria, estabelecido pelo art. 238, § 5º, da CLT 4/611
- Gozo do intervalo intrajornada. Diferença insignificante de poucos minutos para completar uma hora. Reconhecimento de fruição integral. Aplicação, por analogia, do art. 58, § 1º, da CLT..... 3/386
- Horas de intervalo. Motorista. Trabalho externo. Impossibilidade de efetivo controle do período intervalar 1/83
- Infração de intervalo. Horas extras. *Bis in idem* 3/317
- Intervalo de 15 minutos que antecede a jornada extraordinária. Art. 384 da CLT 3/380, 4/583
- Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicabilidade à trabalhadora. Constitucionalidade 4/604
- Intervalo do art. 384 da CLT. Aplicação à mulher. Incabível aos trabalhadores do sexo masculino 5/795
- Intervalo do art. 384 da CLT. Pertinência..... 5/775
- Intervalo do art. 384 da CLT. Proteção ao trabalho da mulher. Constitucionalidade. Horas extras devidas 4/611, 6/895
- Intervalo do art. 384 da CLT. Recepção pela Constituição da República de 1988. Ausência de ofensa ao princípio da isonomia 3/386, 4/611
- Intervalo interjornada. Art. 66 da CLT. Desrespeito. Pagamento das horas suprimidas 4/612, 6/895
- Intervalo interjornada. Art. 66 da CLT. Violação. Horas devidas conforme o contido no § 4º do art. 71 da CLT 1/83, 5/776, 6/895
- Intervalo interjornada. Desrespeito ao descanso mínimo de 11 horas. Horas extras 3/386
- Intervalo interjornada. Inteligência da Súmula n. 110 do TST 1/105, 3/403
- Intervalo interjornada. Violação do art. 66 da CLT..... 6/909
- Intervalo interjornadas não concedido. Horas extraordinárias. Art. 66 da CLT. Aplicação analógica do § 4º do art. 71 da CLT 2/218, 3/386, 6/895
- Intervalo interjornadas. Cabimento 4/612
- Intervalo interjornadas. Horas extras 3/428, 6/874, 6/895
- Intervalo interjornadas. Inobservância do art. 66 da CLT. Horas extras 5/777
- Intervalo interjornadas. Inobservância. Horas extraordinárias. Art. 66 da CLT. Aplicação analógica do § 4º do art. 71 da CLT 5/777
- Intervalo interjornadas. Inteligência da Súmula n. 110 do TST 4/597
- Intervalo interjornadas. Supressão. Pagamento. Cabimento 1/93
- Intervalo intrajornada para refeição e descanso. Supressão parcial. Pagamento de uma hora extraordinária completa. Natureza jurídica salarial 3/386, 4/612, 5/777
- Intervalo intrajornada para repouso e alimentação. Cláusula de norma coletiva prevendo redução sem a autorização do Ministério do Trabalho. Invalidez..... 4/612
- Intervalo intrajornada superior a duas horas. Previsão em norma coletiva. Ausência de delimitação do tempo elástico. Invalidez 4/613, 4/623

- Intervalo intrajornada usufruído por 45 minutos. Tempo reduzido somente em 15 minutos. Existência de refeitórios de boa qualidade que eram proporcionados aos trabalhadores. Acordos coletivos. Autorizações específicas, também, do MTE. Não cabimento da aplicação da Súmula n. 437 do C. TST, nem da indenização. Art. 71, § 3º, da CLT 4/613
- Intervalo intrajornada. Ambiente artificialmente frio..... 4/613
- Intervalo intrajornada. Anotação correta. Variações de horários. Aplicação do art. 71 da CLT e da Súmula n. 437 do C. TST visando o atendimento de seus fins sociais e às exigências do bem comum (art. 5º da LINDB). Tolerância de 5 minutos. Interpretação sistemática com base no art. 58, § 1º, da CLT e no entendimento desta justiça especializada do trabalho já consolidado nas Súmulas n. 366 e 429 do C. TST 2/218
- Intervalo intrajornada. Bancário. Extrapolação habitual da jornada de seis horas..... 4/583
- Intervalo intrajornada. Cartões. Pré-assinalação. Invalidez. Ônus da prova..... 3/333
- Intervalo intrajornada. Cláusula de norma coletiva prevendo sua redução sem a autorização do Ministério do Trabalho. Invalidez 3/387
- Intervalo intrajornada. Concessão no início da jornada. Invalidez 6/895
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Art. 71, § 4º, da CLT. Devido pagamento integral 4/615, 5/777
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Direito ao recebimento do tempo integral 1/84, 6/860, 6/896
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Impossibilidade de pagamento apenas do período não usufruído. Norma de ordem pública. Aplicação da Súmula n. 437 do TST 3/387, 5/777, 6/896
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Pagamento total do período correspondente 3/389, 4/567, 6/896
- Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Tempo superior a 50 minutos. Indevido 4/615, 6/897
- Intervalo intrajornada. Empregado impossibilitado de deixar seu posto de trabalho 6/897
- Intervalo intrajornada. Exclusão do tempo gasto no deslocamento até o refeitório. Impossibilidade 5/777
- Intervalo intrajornada. Exclusão do tempo razoável gasto no deslocamento até o refeitório. Impossibilidade 3/387
- Intervalo intrajornada. Exegese do art. 71, § 1º, da CLT. Aplicação da Orientação Jurisprudencial n. 178 da SBDI-1 do C. TST..... 4/626
- Intervalo intrajornada. Ferroviários. Categoria “C”. Inaplicabilidade do art. 71 e parágrafos da CLT 4/613
- Intervalo intrajornada. Fracionamento. Norma coletiva. Invalidez. Súmula n. 437 do C. TST 2/218
- Intervalo intrajornada. Gozo parcial. Pagamento do período integral. Aplicação da Súmula n. 437, I, do C. TST 4/614
- Intervalo intrajornada. Horas extras. Não ocorrência de *bis in idem*..... 4/533
- Intervalo intrajornada. Impossibilidade de redução por acordo coletivo. Pagamento integral do período correspondente..... 1/83
- Intervalo intrajornada. Jornada superior a seis horas diárias. Intervalo mínimo de uma hora..... 2/197
- Intervalo intrajornada. Natureza jurídica. Reflexos..... 1/84, 6/860, 6/896
- Intervalo intrajornada. Natureza salarial. Art. 71, § 4º, da CLT. Reflexos devidos..... 6/897, 6/916
- Intervalo intrajornada. Ônus da prova. Cartões de ponto assinalados..... 3/387
- Intervalo intrajornada. Pré-assinalação. Fruição. Ônus da prova..... 2/218, 2/219, 3/387

- Intervalo intrajornada. Prova dividida. Ônus probatório do autor. Aplicação dos arts. 818 da CLT e 373, I, do NCPC	1/106
- Intervalo intrajornada. Prova.....	4/661
- Intervalo intrajornada. Redução através de norma coletiva. Invalidez	4/614
- Intervalo intrajornada. Redução por meio de autorização ministerial. Prestação habitual de horas extras. Invalidez	1/84
- Intervalo intrajornada. Redução por meio de norma coletiva. Ausência de autorização expressa do MTE. Invalidez	1/83
- Intervalo intrajornada. Redução por norma coletiva. Impossibilidade	4/614
- Intervalo intrajornada. Redução por norma coletiva. Invalidez.....	2/219, 6/897
- Intervalo intrajornada. Redução por norma coletiva. Sem expressa autorização do Ministério do Trabalho e Emprego. Impossibilidade	6/897
- Intervalo intrajornada. Redução. Ausência de autorização pelo Ministério do Trabalho. Hora intervalar devida. Art. 71, § 4º, da CLT	4/614
- Intervalo intrajornada. Redução. Hora extras. Impossibilidade	4/614
- Intervalo intrajornada. Redução. Inteligência da Súmula n. 437 do C. TST.....	2/221
- Intervalo intrajornada. Redução. Portaria n. 42/2007 do Ministério do Trabalho e Emprego. Incidência da Súmula n. 437 do TST	5/777
- Intervalo intrajornada. Redução. Validade. Autorização do Ministério do Trabalho. Art. 71, § 3º, da CLT	4/614
- Intervalo intrajornada. Rural. Supressão parcial. Pagamento do período integral com reflexos	4/615, 5/778
- Intervalo intrajornada. Superior a duas horas.....	6/898
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Ausência de prova.....	4/564
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Dano moral. Indevido	3/388
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Não comprovação	3/319, 6/859, 6/907
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Pagamento do período integral e reflexos	1/47, 3/390, 3/428
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Pagamento do período total. Súmula n. 437 do TST	1/55, 1/105
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Pagamento integral e com reflexos.....	5/778
- Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Tempo de deslocamento para o refeitório. Não caracterização.....	3/335
- Intervalo intrajornada. Supressão. Dupla consequência. Horas extras e de intervalo	5/778
- Intervalo intrajornada. Supressão. Ônus da prova	3/401
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento.....	3/320, 3/373, 3/374, 3/377, 4/674, 6/858
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento. Natureza salarial	4/596
- Intervalo intrajornada. Supressão. Pagamento. Reflexos	4/537, 4/555, 4/674
- Intervalo intrajornada. Supressão. Serviços externos. Prova.....	1/78, 6/857, 6/874
- Intervalo intrajornada. Tempo e natureza jurídica. Desdobramentos	3/388
- Intervalo intrajornada. Tempo gasto em deslocamento	3/388
- Intervalo intrajornada. Tempo gasto no deslocamento e na fila	6/898
- Intervalo mínimo intrajornada. Trabalhadores urbanos e rurais. Aparente antinomia superada pelo “diálogo das fontes”	4/615
- Intervalo para alimentação e descanso. Redução. Previsão em norma coletiva. Não cabimento. Exigência de autorização expressa do Ministério do Trabalho e Emprego (CLT, art. 71, § 3º).....	2/219, 4/615, 5/778, 6/898
- Intervalo para alimentação. Redução. Portaria n. 42 do Ministério do Trabalho e Emprego. Pagamento da parcela de que cuida o art. 71, § 4º, da CLT. Devido	2/219, 5/778
- Intervalo para recuperação térmica. Art. 253 da CLT	4/615

- Intervalo para recuperação térmica. Exposição intermitente. Aplicação 6/898
- Intervalo para repouso e alimentação. Redução. Norma coletiva. Invalidez..... 3/380, 4/535
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT. Aplicabilidade 1/84, 4/615, 6/896
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT. Devido tão somente quando a jornada extrapola a duração normal de 8 horas diárias estabelecida no art. 58 da CLT 1/84, 3/388
- Intervalo previsto no art. 384 da CLT. Extensão ao homem. Indevida 2/227, 6/898
- Intervalos intermitentes previstos pela NR-15, Anexo n. 3, Quadros 1 e 3. Violação à norma de ordem pública destinada à proteção da saúde e higiene do empregado. Tempo de descanso trabalhado passível de remuneração como horas extras..... 4/616
- Recurso ordinário. Labor em condições insalubres. Exposição a calor. Pausas para recuperação térmica previstas no Quadro 1 do Anexo 3 da NR-15 do MTE. Não concessão. Horas extras 6/898
- Redução de intervalo intrajornada. Autorização do Ministério do Trabalho. Validade..... 5/778
- Redução do intervalo intrajornada. Portaria n. 42/2007 revogada pela Portaria n. 1.095/2010. Súmula n. 437 do C. TST 1/84
- Supressão do intervalo intrajornada. Danos morais. Não caracterização..... 6/897

INCONSTITUCIONALIDADE

- IPCA-E. Dívidas públicas e privadas. ADI 4.357/DF. ADI 4.425/DF inconstitucionalidade parcial do § 12 do art. 100 da Constituição Federal e, por arrastamento, do art. 5º da Lei n. 11.960/2009, que alterou o art. 1º da Lei n. 9.494/1997 2/220

INTERVENÇÃO

- Intervenção e repasse de verbas. Subvenção municipal do poder público (município de Cachoeira Paulista) em serviço público hospitalar (Santa Casa). Convênio celebrado entre as partes. Inexistência de sucessão trabalhista, nem de responsabilidade solidária ou subsidiária 1/85

INTIMAÇÃO

- Fornecimento de endereço. Inércia da parte autora. Intimação pessoal..... 1/85

ISONOMIA SALARIAL

- Isonomia salarial. Regimes jurídicos diversos (celetista e estatutário). OJ n. 383 da SDI-1/TST. Inaplicabilidade 2/220

JORNADA DE TRABALHO

- Acordo de compensação de jornada. Prestação habitual de horas extras. Descaracterização 6/923
- Adoção de regime de 7x1. Semana de oito dias. Ilegalidade..... 3/388
- Atividade externa compatível com a fixação de horário de trabalho. Inaplicável a exceção do art. 62, I, da CLT..... 4/616

- Controle de jornada. Exceção do art. 62, inciso II, da CLT. Não configurada	5/779
- Divisor 200. Jornada de 40 horas semanais	3/388
- Empregado mensalista. Jornada de 8h/dia em cinco dias da semana. Divisor 200	1/85
- Escala 12x36. Horas extras habituais. Invalidez	3/388
- Escala 12x36. Supressão de intervalos intrajornada. Acordo de compensação de horas descaracterizado	3/388, 3/389
- Escala 2x2. Inexistência de previsão em norma válida.....	1/85, 2/220, 3/389, 4/616
- Escala 6x2. Trabalho em feriados. Compensação. Pagamento em dobro.....	2/218
- Jornada 12x36. Intervalo para refeição e descanso não usufruído. Direito ao intervalo intrajornada, mas não à hora extraordinária	4/617
- Jornada 12x36. Norma coletiva. Validade. Intervalo intrajornada	3/389, 4/663
- Jornada de trabalho 12x36. Municipalidade de Elias Fausto. Guarda municipal. Desnecessidade de norma coletiva autorizadora desse regime de trabalho. Lei Municipal.....	2/221
- Jornada de trabalho. Alteração. Retorno à jornada inicialmente contratada. Servidor público	4/617
- Jornada de trabalho. Ausência de controles. Fixação. Prova testemunhal. Princípio da razoabilidade	3/390
- Jornada de trabalho. Ausência ou apresentação parcial dos controles de frequência. Aplicação da Súmula n. 338, I, do TST	3/390
- Jornada de trabalho. Confissão <i>ficta</i> do preposto. Desconhecimento dos fatos. Relativização. Juntada de cartão de ponto. Prova pré constituída. Súmula n. 74, II, do TST.....	4/617
- Jornada de trabalho. Escala 12x36. Ausência de norma coletiva. Invalidez.....	6/899
- Jornada de trabalho. Escala 12x36. Validade. Norma coletiva	6/899
- Jornada de trabalho. Horas <i>in itinere</i> . Não fornecimento de condução pelo empregador. Utilização de veículo próprio do empregado	4/577
- Jornada de trabalho. Intervalo do art. 384 da CLT. Pertinência.....	4/574
- Jornada de trabalho. Não juntada de controles de ponto. Presunção de veracidade da jornada apontada na inicial.....	6/899
- Jornada de trabalho. Regime 12x36 horas. Validade.....	3/390
- Jornada de trabalho. Sonegação de provas documentais obrigatórias. Presunção de veracidade do relato inicial obreiro	2/221
- Jornada de trabalho. Tempo à disposição do empregador. Configuração. Horas extras devidas.....	4/572
- Jornada especial (12x36, 12x24 e 12x48). Guarda Municipal. Horas extras, além da 8ª, indevidas	4/617
- Jornada especial de trabalho 12x36. Feriados trabalhados. Horas extras.....	2/221, 3/390
- Jornada especial. Redução <i>ficta</i> da hora noturna	6/899
- Jornada. Horas extras. Cargo de confiança bancário	2/221
- Makro Atacadista S. A. Área de televendas. Operador de telemarketing. Jornada de trabalho. Art. 227 da CLT. Aplicabilidade	1/85
- Minutos que antecedem e sucedem a jornada contratual de trabalho. Registro nos cartões de ponto. Tempo à disposição do empregador.....	2/221
- Minutos residuais que antecedem e sucedem a jornada normal de trabalho. Horas extras devidas.....	6/899
- Operador de teleatendimento. Jornada especial.....	4/617, 6/900
- Redução da hora noturna. Jornada especial de 12x36.....	1/86, 2/222
- Redução do módulo semanal de 44 para 40 horas, por mera liberalidade e sem norma coletiva que fixasse divisor menor. Divisor 200. Inaplicabilidade	3/319
- Regime 12x36. Dias de ponto facultativo trabalhados. Pagamento em dobro. Não cabimento	3/385

- Regime 12x36. Divisor aplicável.....	4/617
- Regime de compensação de horas extras. Descaracterização. Prestação habitual de jornada extraordinária.....	4/639
- Regime de compensação de jornada. Regularidade. Intervalo do art. 384 da CLT. Horas extras. Não pagamento.....	4/638
- Regime especial de jornada 12x36. Validade. Exigência de acordo coletivo.....	4/617
- Regime especial de trabalho. Jornada diária de 12 horas em 2 dias de trabalho e 2 de descanso (2x2). Necessidade de acordo escrito. Horas extras devidas.....	1/86, 3/390, 5/779
- Sistema 12x36. Súmula n. 444 do C. TST. Intervalo intrajornada. Supressão.....	3/390
- Sistema de jornada 12x36. Previsão em lei ou norma coletiva. Súmula n. 444 do C. TST. Pagamento em dobro dos feriados trabalhados e não compensados.....	1/86, 4/618
- Sobrejornada. habitualidade. Reflexos em DSR.....	6/899
- Supressão de horas extras. Indenização.....	6/899

JORNALISTA

- Jornalista. Jornada especial.....	4/618
-------------------------------------	-------

JULGAMENTO

- Julgamento <i>extra petita</i> . Caracterização.....	3/390, 4/618
- Julgamento <i>extra petita</i> . Não ocorrência.....	3/357
- Julgamento <i>extra petita</i> . Reconhecimento. Ausência de prejuízo. Nulidade processual. Não caracterizada.....	4/618
- Julgamento <i>extra/ultra petita</i> . Não configuração.....	3/391
- Julgamento <i>ultra petita</i> . Ocorrência.....	4/538

JUROS DE MORA

- Juros de mora. Base de cálculo.....	4/618
- Juros de mora. Condenação imposta à Fazenda Pública. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997.....	2/222, 3/391, 4/618
- Juros de mora. Ente público. Responsabilidade subsidiária.....	2/222, 5/779, 6/900
- Juros de mora. Fazenda pública.....	4/618
- Juros de mora. Fazenda Pública. Responsabilidade subsidiária. Art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Inaplicabilidade.....	2/222, 4/618, 5/780, 6/900
- Juros de mora. Incidência sobre o crédito trabalhista objeto da condenação. Base de cálculo. Necessidade de dedução prévia das contribuições previdenciárias.....	2/222

JUSTA CAUSA

- Configuração da justa causa. Hipóteses do art. 482 da CLT. Ônus da prova. Súmula n. 212 do TST.....	1/86, 4/619
- Da dispensa sem justa causa. Do pagamento das verbas rescisórias de forma parcelada. Da mora na quitação das referidas verbas. Da aplicação da multa do art. 477 da CLT.....	6/900

- Demissão por justa causa. Ato de improbidade. Declaração do reclamante, reconhecendo a falta grave. Coação não demonstrada.....	3/391
- Demissão por justa causa. Ofensa física	3/392
- Dispensa por justa causa. Embriaguez ocasional. Necessidade de comprovação do estado de ebriedade.....	3/392
- Falta grave. Briga no ambiente de trabalho. Agressões físicas. Justa causa. Caracterização.....	4/619
- Ferramenta eletrônica de trabalho. Uso indevido. Comportamento funcional desidioso e ato de insubordinação. Reiteração da conduta objeto de punição anterior. Justa causa.....	3/392
- Justa causa patronal. Não preenchimento dos requisitos de forma cumulativa. Não caracterizada	3/392
- Justa causa. Art. 482, “c”, da CLT. Concorrência desleal. Falta reconhecida. Demissão justificada.....	1/86
- Justa causa. Art. 482, ‘l’, da CLT. Abandono de emprego configurado	4/619
- Justa causa. Ato de improbidade. Prova cabal. Não caracterizada	4/619
- Justa causa. Ausência de prova. Convolação em dispensa imotivada	4/534
- Justa causa. Danos morais. Empregada gestante. Cabimento.....	3/401
- Justa causa. Desídia. Caracterização. Faltas reiteradas ao trabalho. Punições disciplinares anteriores.....	4/620
- Justa causa. Desídia. Faltas injustificadas	6/900
- Justa causa. Desídia. Gradação de pena observada. Membro da cipa. Reintegração ou indenização indevida	4/620
- Justa causa. Insubordinação. Gradação das penalidades observada. Pena máxima corretamente aplicada	3/392
- Justa causa. Mau procedimento. Configuração	3/392
- Justa causa. Mau procedimento. Não configuração.....	4/620
- Justa causa. Motorista profissional. Acidente de trânsito causado por excesso de velocidade.....	3/338
- Justa causa. Não configuração	2/223
- Justa causa. Prova robusta. Ônus do empregador. Requisitos. Presença	2/223
- Justa causa. Reversão. Respeito ao princípio da imediatidade	1/106
- Rescisão do contrato de trabalho. Demissão por justa causa. Imputação de ato de improbidade (art. 482, “a”, CLT). Necessidade de prova inequívoca	6/900
- Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Ônus da prova. Empregador	6/901
- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Configurada. Art. 483 da CLT. Atos omissivos ou comissivos do empregador	6/901
- Resolução do pacto laboral. Nulidade da dispensa por justa causa. Indisponibilidade. Adulteração de atestado médico. Ato de improbidade. Configuração.....	2/223
- Reversão da justa causa. Dano moral. Ausência de prova. Indenização indevida	6/901
- Reversão da justa causa. Indenização por dano moral.....	6/901
- Síndrome do túnel do carpo moderada. Auxílio-doença (31). Alta previdenciária. Convocação de retorno não atendida. Não submissão do empregado a exame médico de retorno. Abandono de emprego. Justa causa configurada	3/393

JUSTIÇA DO TRABALHO

- Incompetência material da Justiça do Trabalho. Empresa seguradora. Contrato de seguro de vida	2/223
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

LAUDO PERICIAL

- Laudo pericial. Livre convencimento motivado do juízo. Validade 4/621

LEGITIMIDADE

- Legitimidade ativa *ad causam*. Sindicato. Direitos individuais homogêneos dos trabalhadores que tiveram o descanso semanal remunerado concedido após o sétimo dia consecutivo trabalhado 4/621
- Legitimidade ativa. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Contribuição Sindical Rural. Ação ordinária de cobrança..... 4/622
- Legitimidade do sindicato como substituto processual. Direitos individuais homogêneos. Desnecessidade de produção de prova individualizada. Possibilidade 3/393
- Legitimidade passiva *ad causam*.....2/224, 3/393, 4/622
- Legitimidade passiva *ad causam*. Verificação em abstrato. Teoria da asserção..... 3/393, 5/780

LEI

- Legislação municipal. Instituição de benefício. Interpretação restritiva..... 4/621
- Lei Complementar n. 1.080/2008. Instituição de novo plano de cargos e salários. Gratificações suprimidas ou incorporadas ao salário. Ausência de prejuízo. Superintendência e Controle de Endemias - Sucen..... 3/394
- Lei Federal n. 4.950-A/1966. Arquiteto. Salário profissional fixado em múltiplos de salário-mínimo. Diferenças salariais. Possibilidade..... 1/86
- Lei n. 11.738/2008. Descanso semanal remunerado. Piso salarial dos professores 1/86
- Lei n. 6.019/1974. Contrato de trabalho temporário. Requisitos do art. 2º ausentes. Fraude..... 2/224

LICENÇA-PRÊMIO

- Contratados pelo regime da CLT. Licença-prêmio..... 5/780
- Licença-prêmio. Município de Casa Branca. Não há prescrição quinquenal quando o contrato de trabalho está em vigor. Lei Municipal n. 01/1947 1/87
- Licença-prêmio. Previsão no estatuto. Empregados públicos celetistas. Não cabimento..... 6/901

LIMITE

- Limitação da condenação ao valor atribuído à causa. Inexistência de pedidos líquidos. Não cabimento 4/622

LIQUIDAÇÃO

- Cálculos apresentados pelo perito judicial em valores superiores aos apresentados pelo exequente. Invalidez. Julgamento *ultra petita* configurado 4/623
- Fase de liquidação. Honorários periciais contábeis. Ônus do executado 1/87, 2/224

- Impugnação dos cálculos de liquidação. Art. 879, § 2º, da CLT. Preclusão 4/623
- Liquidação. Art. 879, § 2º, da CLT. Ausência de impugnação. Preclusão. Art. 884, § 3º, da CLT 2/224

LITIGÂNCIA

- Abuso do direito de defesa. Litigância de má-fé caracterizada 4/527
- Litigância de má-fé do reclamante. Tentativa de alterar a verdade dos fatos, usando do processo para obter vantagem indevida..... 4/623
- Litigância de má-fé 3/328, 3/360
- Litigância de má-fé. Benefícios da justiça gratuita. Declaração de insuficiência financeira. Agravo de instrumento provido para concessão da gratuidade da justiça e processamento do recurso ordinário 2/224
- Litigância de má-fé. Cominação. Inaplicabilidade 3/394
- Litigância de má-fé. Da tentativa de ludibriar a livre distribuição: do desabafo do MM. Juiz de 1º grau, Dr. Ricardo Luís Valentini 2/225
- Litigância de má-fé. Falta com a verdade. Ausência de provas do alegado. Inexistência 3/407
- Litigância de má-fé. Não caracterização. Exercício regular do direito de defesa. Multa. Exclusão 4/542
- Litigância de má-fé. Penalidades impostas ao advogado da parte litigante. Necessidade de ação própria. Incompetência da Justiça do Trabalho 1/87
- Litigância de má-fé. Reciprocidade entre as partes 5/780
- Verdade dos fatos alterada pela parte. Multa por litigância de má-fé..... 4/624

LITISCONSÓRCIO

- Litisconsórcio passivo. Responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços. Efeitos quando da ocorrência de revelia e confissão *ficta* da fornecedora de mão de obra. Aplicação subsidiária do NCPC..... 4/624

LITISPENDÊNCIA

- Litispendência. Ação coletiva e ação individual. Não configuração..... 2/225, 3/394, 5/780
- Litispendência. Ação coletiva x ação individual. Não configuração..... 1/87, 3/394
- Litispendência. Configuração 2/225
- Litispendência. Configuração. Extinção do pedido sem resolução do mérito. Inteligência dos arts. 485, V, e 337 do CPC 4/625
- Litispendência ou coisa julgada. Ação coletiva, ajuizada por sindicato. Substituição processual. Ação individual ajuizada pelo empregado. Não configuradas..... 4/624

LOCAL DE TRABALHO

- Local de prestação de serviços: alteração. Pretensa arbitrariedade do município. Pedido de volta à lotação anterior, Samu, bem como do restabelecimento do adicional de risco 2/225

MANDADO DE SEGURANÇA

- Mandado de segurança. Antecipação dos efeitos da tutela. Indeferimento. Necessidade de dilação probatória 4/628

- Mandado de segurança. Apreensão de CNH. Inserção de cláusula de inalienabilidade e de não circulação de veículo. Segurança parcialmente concedida.....	4/628
- Mandado de segurança. Arresto de bens. Ilegalidade. Não caracterização. Segurança denegada	3/394
- Mandado de segurança. Arresto de bens. Perda de objeto. Sentença de mérito	3/395
- Mandado de segurança. Execução. Exclusão do polo passivo. Perda do objeto	4/628
- Mandado de segurança. Existência de meio processual próprio para revisão da decisão impugnada. Inadmissibilidade	4/628
- Mandado de segurança. Existência de recurso próprio. Não cabimento	3/395
- Mandado de segurança. Penhora de proventos de aposentadoria. Impenhorabilidade	4/628
- Mandado de segurança. Penhora de salários. Cabimento da medida. Violação do art. 833, IV, do CPC/2015. Configuração	3/395
- Mandado de segurança. Recusa de seguro. Concessão da segurança	2/226

MASSA FALIDA

- Massa falida. Juros de mora. Aplicação do art. 124 da Lei n. 11.101/2005	2/226
- Massa falida. Juros de mora. Art. 124 da Lei n. 11.101/2005. Exigibilidade	3/395
- Massa falida. Juros. Correção monetária	3/395
- Massa falida. Multa do art. 467 da CLT. Ação ajuizada antes da decretação da falência.....	1/88
- Massa falida. Multa do art. 477 da CLT	3/395
- Massa falida. Multa do art. 477 da CLT. Falência decretada após a rescisão contratual. Cabimento.....	1/46

MEDIDA CAUTELAR

- Tutela cautelar antecedente. Recurso ordinário. Efeito suspensivo.....	6/901
- Tutela cautelar antecedente. Agravo de petição. Efeito suspensivo	4/629
- Tutela cautelar antecedente. Atribuição de efeito suspensivo a recurso ordinário.....	4/629
- Tutela cautelar antecedente. Recurso ordinário. Efeito suspensivo. Cabimento	3/395

MORTE

- Falecimento do trabalhador. Multa do art. 477 da CLT indevida. Desnecessidade de ajuizamento de ação de consignação em pagamento	5/780
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

MOTORISTA

- Convenção coletiva de trabalho. Motorista. Categoria diferenciada. Abrangência da norma coletiva. Súmula n. 374 do C. TST	2/226
- Motorista carreteiro. Tempo de espera. Natureza jurídica salarial. Validade do adicional de 30%	3/396
- Motorista carreteiro. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração	4/629
- Motorista de caminhão pipa. Equivalência a bombeiro civil. Devido o adicional de periculosidade.....	3/396

- Motorista de caminhão. Acidente fatal. Pneu liso e com malha metálica exposta. Culpa do empregador. Indenização por danos moral e material. Cabimento.....	2/226
- Motorista. Enquadramento sindical. Categoria diferenciada. Atividade no setor agroindustrial. Legislação especial dos motoristas. Observância	3/337
- Motorista. Intervalo para descanso. Art. 235-D da CLT. Supressão. Pagamento como horas extras	3/396
- Motorista. Tempo de espera. Previsão legal de pagamento de indenização, com 30% de adicional, sobre o salário-hora. Art. 235-C, §§ 8º e 9º da CLT, com redação dada pela Lei n. 12.619/2012. Horas extras indevidas.....	2/227
- Motorista. Vencimento e suspensão da CNH. Falta grave. Imediatidade. Configuração	4/629
- Vix Transportes Dedicados Ltda. Motorista profissional. Lei n. 12.619/2012. Horas extras. Remuneração a partir das 220 horas mensais. Impossibilidade	3/396

MULTA

- Falecimento do trabalhador. Multa do art. 477 da CLT indevida. Desnecessidade de ajuizamento de ação de consignação em pagamento	2/236
- Homologação tardia do TRCT. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Indevida	6/902
- Inclusão da multa de 40% do FGTS na base de cálculo da multa prevista no art. 467 da CLT	3/396
- Mora rescisória. Caracterização. Depósito do acréscimo de 40% do FGTS. Atraso. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Cabimento	3/396
- Mora rescisória. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Cabimento	4/629
- Mudança de regime celetista para estatutário sem rompimento do vínculo de emprego. Multa de 40% do FGTS. Não cabimento.....	3/397
- Multa cominatória. Obrigação de fazer. Limitação ao valor da obrigação principal.....	5/781
- Multa convencional. Inaplicabilidade	4/630
- Multa de 10% na execução trabalhista. Inaplicabilidade	2/227
- Multa do art. 467 da CLT. Abrangência. Incidência sobre a multa de 40% sobre o FGTS.....	2/227
- Multa do art. 467 da CLT. Verbas rescisórias. Pagamento realizado antes do comparecimento ao juízo. Indevida	4/630
- Multa do art. 467, CLT. Multa de 40% do FGTS. Incidência.....	4/630
- Multa do art. 477 da CLT. Atraso na homologação da rescisão. Indevida quando não há mora na quitação.....	4/630
- Multa do art. 477 da CLT. Brilhante preleção do Ministro Maurício Godinho Delgado, do C. TST	1/47
- Multa do art. 477 da CLT. Diferenças de verbas rescisórias devidas em razão da fraude na contratação por prazo determinado. Incidência	1/81
- Multa do art. 477 da CLT. Justa causa revertida. Súmula n. 462 do TST. Possibilidade.....	5/781
- Multa do art. 477 da CLT. Reconhecimento de vínculo em juízo. Cabimento	4/573
- Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Cabimento.....	4/627
- Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Diferenças no pagamento das verbas rescisórias. Indevida	3/397
- Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Falência decretada após o término da relação empregatícia. Cabimento.....	2/227
- Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Massa falida. Incidência	6/872
- Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Pagamento no prazo certo. Atraso apenas na homologação	3/379
- Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Pagamento tempestivo das verbas rescisórias. Homologação tardia. Não cabimento	3/397

- Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Reversão da justa causa. Multa devida	4/655
- Multa do art. 523 do CPC (art. 475-J do CPC/1973). Fixação do procedimento em sentença ilíquida. Impropriedade.....	2/227
- Multa do art. 523 do CPC. Aplicação ao processo do trabalho. Momento da definição.....	4/630
- Multa do art. 523, § 1º, do Novo Código de Processo Civil (antigo art. 475-J do CPC/1973). Inaplicabilidade ao processo do trabalho. Art. 769 da CLT.....	3/397
- Multa dos arts. 467 e 477 da CLT.....	3/406
- Multa e indenização por litigância de má-fé. Art. 81 do CPC. Aplicação	6/902
- Multa normativa. Controvérsia instaurada em juízo. Devida. Limitação. Aplicação do disposto no art. 412 do Código Civil. Possibilidade.....	2/228
- Multa normativa. Limitação prevista no art. 412 do Código Civil.....	2/228
- Multa pelo atraso nos salários. Precedente Normativo n. 72 do C. TST. Aplicabilidade geral. Não cabimento. Entendimento jurisprudencial	3/416
- Multa por descumprimento de obrigação de fazer. Fixação. Razoabilidade	6/902
- Multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT. Verba trabalhista deferida em juízo. Possibilidade	6/902
- Multa. Art. 477, § 8º, da CLT. Verbas rescisórias. Pagamento incorreto. Não cabimento	3/320
- Multa. Embargos protelatórios. Cabimento	4/630
- Multa. Litigância de má-fé. Necessidade de violação do art. 77 do NCPD	4/630
- Multas art. 467 e 477 da CLT. Não cabimento.....	3/401
- Multas dos arts. 467 e 477 da CLT. Responsabilidade subsidiária	4/608
- Obrigação de fazer. Aplicação de multa diária por descumprimento. Legalidade. Exegese do art. 536 do CPC.....	1/91
- Verbas rescisórias. Parcelamento. Multa por descumprimento. Redução equitativa. Inteligência do art. 413 do Código Civil	3/397

MUNICÍPIO

- Município de Adamantina. Professor celetista. Descanso semanal remunerado. Art. 320 da CLT e Súmula n. 351 do C. TST.....	1/88
- Município de Aguai. Diferenças salariais decorrentes de reajuste de piso. Indevidas. Exegese da Súmula Vinculante n. 37 do C. STF	2/228
- Município de Americana. Incompetência da Justiça do Trabalho. Contrato de trabalho temporário. Cancelamento da Orientação Jurisprudencial n. 205 da SBDI-1 do C. Tribunal Superior do Trabalho.....	2/179
- Município de Americana. Pagamento do FGTS. Acordo celebrado com a Caixa Econômica Federal. Pedido judicial. Possibilidade	6/902
- Município de Analândia. Revisão geral anual. Art. 37, inciso X, da CF. Decisão do Poder Judiciário. Incabível.....	3/397
- Município de Andradina. Lei Municipal n. 2.956/2013. Concessão de reajustes salariais diferenciados. Diferenças salariais indevidas. Exegese da Súmula n. 399 do C. STF	3/398
- Município de Araraquara. Subsídio plano de saúde. Supressão. Ofensa ao art. 468 da CLT.....	1/88
- Município de Areiópolis. Servidor público. Jornada de trabalho. Horas extras. A partir da oitava diária. Princípio da legalidade.....	3/398
- Município de Avanhandava. Lei n. 16/2012. Inconstitucionalidade material. Transformação dos empregos de auxiliar de desenvolvimento infantil em empregos de educador. Ausência de concurso público	5/781

- Município de Barbosa. Adicionais por tempo de serviço (sexta parte e quinquênios) previstos no Estatuto dos servidores públicos municipais. Servidor público celetista. Inaplicabilidade	4/631
- Município de Bocaina. Danos morais. Conduta ilícita do reclamado. Exercício de função inferior. Indenização devida	6/903
- Município de Bragança Paulista. Lei Complementar n. 259/2000. Progressão horizontal por merecimento. Avaliação de desempenho imprescindível	6/903
- Município de Brotas. Motorista de ambulância. Adicional de insalubridade (grau médio). contato com agentes biológicos. Anexo 14 da NR-15 do MTE. Possibilidade	6/903
- Município de Caconde. Diferenças salariais por progressão horizontal. Lei n. 2.188/2003. Condicionada ao cumprimento dos requisitos legais	2/229
- Município de Capão Bonito. Competência da Justiça do Trabalho	4/631
- Município de Capão Bonito. Licença-prêmio. Servidor celetista	2/229
- Município de Casa Branca. Licença-prêmio. Prescrição. Contrato em curso	3/398
- Município de Catanduva. Contrato de gestão. Responsabilidade subsidiária	1/88
- Município de Cruzeiro. Alteração de Regime jurídico. Lei n. 2.876/1995. Revogação pela Lei n. 3.064/1997. Competência da Justiça do Trabalho	2/229, 4/631
- Município de Cruzeiro. Gratificação de portaria. Supressão. Legalidade.....	3/398
- Município de Cruzeiro. Previsão em lei municipal de pagamento da parcela denominada “sexta parte”. Base de cálculo. Violação do art. 37, XIV, da Constituição da República. Não configuração.....	4/631
- Município de Cruzeiro. Regime jurídico celetista. Competência da Justiça do Trabalho.....	2/229, 4/631
- Município de Franca. Base de cálculo do “quinquênio” e da “sexta parte”. Salário base. Princípio da legalidade estrita. Incorporação do adicional de insalubridade, do adicional noturno e do adicional de pronto-socorro. Indevida	2/229
- Município de Franca. Férias em dobro. Pagamento da remuneração das férias. Fora do prazo legal.....	6/903
- Município de Franca. Férias em dobro. Pagamento da remuneração das férias. Atraso.....	1/88
- Município de Franca. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro	4/631, 6/903
- Município de Franca. Programa de Demissão Voluntária - PDV. Lei municipal n. 6.180/2004. Ausência de interesse público para concessão do benefício. Adesão indeferida	4/632
- Município de Guaraçai. Diferenças salariais (Leis Municipais n. 2.378/2010 e 2.448/2011). Art. 37, inciso X, da CF. Alegação de violação ao princípio da isonomia. Não ocorrência	1/88
- Município de Guaraçai. Revisão geral anual. Reajuste diferenciado aos servidores que percebiam valor inferior ao salário-mínimo nacional. Inexistência de violação ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal	2/230
- Município de Guaratinguetá. Agente comunitário de saúde. Piso salarial. Lei n. 12.994/2014. Inclusão de outras parcelas na remuneração. Não cabimento	3/398
- Município de Herculândia. Súmula n. 450 do C. TST. Súmula n. 52 deste E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Férias usufruídas e não remuneradas na época própria. Aplicação do art. 145 e 137 da CLT.....	6/903
- Município de Ibitinga. Lei Municipal n. 3.932/2014. Cargo de motorista. Equiparação salarial ao motorista do Poder Legislativo. Impossibilidade	2/230
- Município de Itapetininga. Convênio firmado com o Instituto Educacional Assistencial e Social de Itapetininga. Responsabilidade subsidiária.....	5/782
- Município de Mairinque. Abono previsto em lei para ser concedido por prazo certo. Incorporação ilegal via decreto.....	4/632

- Município de Mairinque. Abono previsto pela Lei Municipal n. 2.738/2008 e prorrogado pela Lei Municipal n. 2.779/2008. Supressão após dezembro de 2008. Não configuração de ofensa ao art. 468 da CLT	2/230
- Município de Mairinque. Supressão de abono cuja incorporação já havia sido concedida em legislação municipal. Diferenças salariais devidas	1/89
- Município de Mirassol. Abonos em valores fixos. Leis n. 3.298/2010 e 3.385/2011. Violação ao disposto no art. 37, X, da CRFB/1988	3/399
- Município de Mirassol. Guarda municipal. Adicional de periculosidade devido. Desnecessidade de perícia	2/230
- Município de Mirassol. Lei complementar n. 3.458/2011. Reajustes dos professores atrelados aos índices aplicados ao piso nacional do magistério	4/632, 5/782
- Município de Mirassol. Professora. Pretensão às diferenças salariais decorrentes do confronto entre a Lei Complementar Municipal n. 3.458/2011 e as Leis Complementares Municipais n. 3.556/2013, 3.622/2014 e 3.739/2015. Natureza distinta dos diplomas legais invocados. Impossibilidade de equiparação do índice de reajuste salarial aplicável apenas aos professores com o índice de revisão geral anual extensível a todos os servidores municipais.....	2/230, 4/632
- Município de Mirassol. Reajuste salarial. Profissionais da educação	4/633
- Município de Mococa. Diferenças salariais. Reajuste com distinção de índices.....	3/399
- Município de Mogi Guaçu. Abonos fixos. Ofensa à regra da revisão geral anual igualitária	6/904
- Município de Mogi Guaçu. Diferenças salariais decorrentes das Leis Complementares n. 1.000/2009 e 1.121/2011. Incorporação de abono em valor único para todos os servidores. Afronta ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal	1/89
- Município de Mogi Mirim. Educadora infantil. Alegado desvio de função. Pedido de diferenças salariais. Equiparação com professora da primeira infância. Violação à Constituição Federal (art. 37), Orientação Jurisprudencial 297 da SBDI-1 do C. TST e Súmula n. 339 do C. STF. Indevido	4/633
- Município de Monte Aprazível. Vale alimentação. Natureza indenizatória	4/633
- Município de Motuca. Terceirização ilícita. Atividade fim. Responsabilidade solidária. Possibilidade.....	1/89
- Município de Panorama. Incentivo financeiro adicional.....	1/89
- Município de Penápolis. Educador infantil. Profissional do magistério. Incidência do piso nacional.....	2/231
- Município de Penápolis. Leis municipais que concederam abonos salariais regulares. Reajustes salariais concedidos em valores fixos. Diferenças devidas.....	1/89
- Município de Pindamonhangaba. Empregado público. Aposentadoria compulsória.....	3/399
- Município de Pindamonhangaba. Sexta parte. Inconstitucionalidade da lei orgânica municipal afastada.....	4/634
- Município de Piracicaba. Abono desempenho. Natureza salarial.....	2/231
- Município de Piracicaba. Prêmio desempenho	2/231, 3/399
- Município de Piracicaba. Terceirização lícita. Atividade fim. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade	4/634
- Município de Pirassununga. Férias. Remuneração em atraso. Pagamento em dobro	6/904
- Município de Pradópolis. Auxílio alimentação. Reflexos	4/634
- Município de Pradópolis. Inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 932, de 13.11.1995. Nulidade. Efeito repristinatório. Aplicabilidade da norma anterior. Lei Complementar n. 18, de 21.9.1993. Vigente	6/904
- Município de Presidente Bernardes. Supressão das horas extras. Servidor regido pela CLT. Súmula n. 291 do C. TST. Incidência	1/90

- Município de Queluz. Intervenção na primeira reclamada. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade	6/904
- Município de Rio Claro. Anuênio. Empregado público. Lei Municipal Complementar n. 1/2001. Base de cálculo	2/231
- Município de Rio Claro. Legislação municipal. Promoção horizontal. Necessário preenchimento de todos os requisitos cumulativos para a concessão. Ausência de avaliação de desempenho.....	1/90
- Município de Rio Claro. Promoções verticais e horizontais. Faltas justificadas e injustificadas no período aquisitivo. Não cabimento.....	3/334
- Município de Rio das Pedras. Abono mensal. Leis sucessivas e pagamento habitual	1/90
- Município de Rio das Pedras. Verbas de natureza trabalhista. Ausência de aprovação prévia em concurso público. Incompetência da Justiça do Trabalho	3/399
- Município de Rosana. Lei complementar municipal n. 38/2014. Mudança de regime celetista para estatutário. Retroatividade com vistas a suprimir direito adquirido ao FGTS.....	2/231
- Município de Rosana. Lei Complementar Municipal n. 38/2014. Mudança de regime celetista para estatutário. Retroatividade com vistas a suprimir direito adquirido ao FGTS. Não cabimento	1/90, 3/399
- Município de Rosana. Reajuste salarial concedido ao cargo de supervisor de seção pela Lei Municipal n. 929/2006. Impossibilidade de extensão a outros cargos. Art. 37, inciso X, da Constituição Federal	1/90
- Município de Santa Bárbara d'Oeste. Jornada de trabalho do professor. Atividades extraclasse. Descumprimento da Lei n. 11.738/2008. Pagamento como horas extras.....	5/782
- Município de Santa Bárbara d'Oeste. Recepcionista de saúde. Adicional de insalubridade. Contato com agentes biológicos. Anexo 14 da NR-15 do MTE. Possibilidade	3/399
- Município de Santa Cruz do Rio Pardo. Remuneração. Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros de uso público. Exposição a agentes biológicos.....	4/634
- Município de Santa Ernestina. Servidor público municipal. Revisão geral anual. Art. 37, X, da Constituição Federal	2/231
- Município de São Carlos. "Gratificação Sus" criada pela Lei Municipal n. 10.482/1991. Natureza jurídica salarial	3/400
- Município de São Carlos. Salário esposa. Princípio da isonomia	4/634
- Município de São José do Rio Preto. Agente comunitário de saúde. Incentivo financeiro adicional	3/400
- Município de São Pedro. Férias em dobro. Pagamento da remuneração das férias fora do prazo legal.....	6/904
- Município de Sertãozinho. Conversão dos salários em URV. Concessão de aumento salarial pela Lei Municipal n. 2.959/1994. Inexistência de prejuízo salarial	3/400
- Município de Sorocaba. Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade	6/904, 6/905
- Município de Taciba. Servidor público. Revisão geral anual. Lei que, além de conceder reajuste geral, pelo índice de inflação, concede aumento real diferenciado aos servidores do magistério. Art. 37, X, da CF. Constitucionalidade	3/400
- Município que constrói e reforma regularmente. Inaplicabilidade do entendimento consubstanciado na OJ n. 191 do C. TST.....	2/231
- Município. Abono fixo. Ofensa à regra da revisão geral anual igualitária.....	6/905
- Município. Auxílio alimentação. Reflexos	3/412
- Município. Cestas básicas ou vale alimentação. Natureza salarial	2/232, 6/905
- Município. Concurso público. Preterição de candidato concursado pela admissão de empregado contratado por empresa interposta ("tercerizado"). Violação do art. 37, II e IV, da Constituição Federal. Direito à convocação	2/232

- Município. Contratação de professor pelo regime celetista. Observância ao contido no art. 320 da CLT e Súmula n. 351 do C. TST.....	3/400
- Município. Dobra de férias. Súmula n. 450. Dobra do abono pecuniário. Cabimento.....	4/635
- Município. Dono da obra. OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST. Responsabilidade	2/232
- Município. Gratificação de função. Justo motivo. Cumprimento de decisão judicial transitada em julgado. Inaplicabilidade da Súmula n. 372 do C. TST	3/400
- Município. Inquérito judicial para apuração de falta grave. Servidor público celetista. Desnecessidade	1/90
- Município. Manutenção e reforma. Galeria de águas pluviais. Adicional de insalubridade. Prova pericial. Cabimento	1/91
- Município. Professor. DSR. Mensalista	6/905
- Município. Servidor público celetista. Indenização pela supressão de horas extras habituais. Aplicabilidade da Súmula n. 291 do C. TST	1/91
- Requisição de pequeno valor. Lei municipal. Inobservância do prazo de 180 dias fixado pelo art. 97, § 12, do ADCT.....	6/906
- Requisitório de pequeno valor. Município de Capão Bonito. Limites ditados pelo art. 100 da CF	5/782
- Revisão geral anual. Ausência de lei específica.....	6/906
- Servidor municipal. Professor. Lei federal n. 11.738/2008. Divisão de jornada. Limite de 2/3 para atividades em sala de aula. Aplicabilidade	6/906

NOTIFICAÇÃO

- CNA. Cobrança de Contribuição Sindical Rural. Ausência de notificação pessoal. Ausência de regular constituição do crédito e lançamento do tributo	6/906
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

NULIDADE

- Comissão de Conciliação Prévia. Nulidade do acordo.....	6/906
- Nulidade da demissão sem justa causa. Empregado acometido de doença grave (Doença de Behçet). Dispensa discriminatória e arbitrária configurada.....	1/91
- Nulidade da dispensa. Ato discriminatório. Diagnóstico de neoplasia mamária. Conhecimento do setor médico da empresa. Ciência do empregador. Indenização por danos morais	4/549
- Nulidade da sentença. “Decisão surpresa”. Não configurado	1/91
- Nulidade do julgado. Notificação postal no endereço correto. Presunção de citação válida.....	6/907
- Nulidade processual e decisória. Cerceamento do direito obreiro à produção de prova. Requerimento pertinente e oportuno de realização de perícia complementar. Negativa do juízo. Ocorrência	3/401
- Nulidade processual, por cerceamento de defesa. Indeferida a juntada de documentos necessários. Alegação, pela reclamada, de pane temporária no PJe: processo eletrônico ainda em fase de maturação, exigindo dos senhores juízes maior compreensão e tolerância quanta à sua sistemática.....	2/232
- Nulidade processual. Alegação de não recebimento da notificação inicial. Ônus do destinatário. Ausência de elementos consistentes para elidir a presunção de entrega. Não acolhimento. (Inteligência da Súmula n. 16 do C. TST)	1/91
- Nulidade processual. Cerceamento de defesa. Configuração	5/782
- Nulidade processual. Cerceamento de prova. Configuração	6/907

- Nulidade processual. Ente público. Art. 1º, inciso II, Decreto-Lei n. 779/1969. Prazo em quádruplo. Inobservância do interstício mínimo legal entre a notificação e a data da audiência 1/92
- Nulidade processual. Irregularidade da citação inicial. Princípio do devido processo legal. Ocorrência. Caracterização 6/907
- Nulidade, por falta de citação. Municipalidade. Execução trabalhista. Necessidade de regular citação, nos termos do art. 910 do CPC e 880 da CLT 2/232
- Nulidade. Citação 6/907
- Pré-contratação de horas extras. Ente público. Nulidade. Súmula n. 199 do TST. Aplicação analógica 1/92
- Procedimento ordinário. Nulidade processual. Cerceamento de defesa. Configuração 2/232
- Sentença. Nulidade. Fundamentação genérica e subjetiva. Arts. 93, IX, e 5º, LIV, da CF/1988. Ofensa. Caracterização. Aplicabilidade do art. 489, § 1º, item IV, CPC/2015 1/92

OFÍCIO

- Expedição de ofícios. Poder-dever do magistrado 4/573

ÔNUS DA PROVA

- Entrega de atestado. Ônus da prova do reclamante 3/401
- Período contratual sem registro. Fato constitutivo de direito. Ônus da prova do reclamante 4/635
- Recorrente Serviço Social da Indústria. Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Ônus da prova. Empregador 3/401
- Trabalho em feriados. Jornada de trabalho. Cartões de ponto. Inexistência. Empresa com menos de 10 empregados. Ônus probatório 3/401
- Trabalho sem registro em CTPS. Ônus probatório 3/401
- Ônus da prova. Intervalos 1/92
- Pagamento “por fora” 1/92

ÓRGÃO PÚBLICO

- Ente público. Plano de cargos e salários. Obrigatoriedade de observância aos critérios objetivos e subjetivos. Impossibilidade de alegação de ato discricionário 3/401

PAGAMENTO

- Pagamento “por fora” (extra folha de salários). Meio de prova. Indícios e presunções. Viabilidade 4/635

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

- Participação nos lucros e resultados. Previsão em norma coletiva. Devida 2/233
- PLR. Obrigatoriedade de juntada da norma coletiva instituidora do benefício. Ônus da prova do autor 3/372

- Programa de participação nos lucros e resultados. Ato de vontade do empregador. Interpretação restritiva. Valores devidos. Fixação. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Observância 3/382

PDV

- PDV. Quitação genérica. Inteligência da OJ n. 270 da SDI-1 do TST 3/402, 4/637
- Plano de demissão voluntária. Interpretação restritiva 3/402
- Plano de incentivo à demissão. Transação. Quitação. Impossibilidade 2/233
- Transação. Adesão a PDV. Ocorrência. Regras do plano de saúde para inativos. Validade. Direito à manutenção do plano: Inexistente. extinção do processo com resolução de mérito: Art. 487, inciso III, letra “B”, do CPC 4/673
- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência. Reforma da OJ n. 270 da SBDI-1 do C. TST, pelo Plenário do STF, em sessão do dia 30.4.2015 2/233, 4/672
- Transação. Adesão a programa de desligamento voluntário. Ocorrência. Reforma da OJ n. 270 da SBDI-1 do C. TST, pelo Plenário do STF, em sessão do dia 30.4.2015. Estímulo à litigância de má-fé 2/233

PEDIDO

- Pedido de demissão sem assistência sindical. Presunção relativa 1/92
- Pedido de demissão. Ausência de comprovação do vício de consentimento. Verbas rescisórias indenizatórias indevidas 4/637
- Pedido de demissão. Invalidez. Alteração do posto de trabalho. Ausência de anuência do empregado. Ato lesivo 6/907
- Pedido de sobrestamento do feito negado. Repercussão geral reconhecida pelo STF sem determinação para suspensão de recurso ordinário 2/234
- Pedido de verbas rescisórias deferido em juízo de origem. Multa prevista no art. 477 da CLT. Cabimento 2/234

PENA DE CONFISSÃO

- Confissão *ficta*. Ausência do reclamante à audiência em que deveria prestar depoimento. Inexistência de cominação expressa da consequência processual na ata de audiência. Nulidade reconhecida 4/636
- Confissão *ficta* e revelia. Efeitos 4/636

PENHORA

- Construção judicial. Imóvel reservado em ação de dissolução da sociedade conjugal. Homologação perante o juízo cível. Ausência de averbação no registro próprio. Impenhorabilidade 4/636
- Penhora de bem imóvel sem registro. Defesa da posse legítima permitida 3/402
- Penhora. Conta poupança. Impossibilidade. Art. 833, inciso X, do CPC/2015 2/234
- Penhora. Imóvel. Herança. Cota-parte 3/402
- Penhora. Pensão por morte. Impossibilidade. Art. 833, inciso IV, do CPC/2015 3/402

- Penhora. Plano de previdência privada. Impossibilidade. Art. 833, inciso IV, do CPC/2015 4/637

PENSÃO

- Pedido de lucros cessantes (pensão por morte) 4/637

PERFIL PROFISSIONAL

- PPP - Perfil Profissional. Rescisão de contrato. Obrigatoriedade. Obrigação de fazer. Multa 1/92

PERÍCIA

- Perícia médica. Medicina do Trabalho e outras exigências quanto à formação e especialidade do perito. Nulidade. Cerceamento de defesa. Inexistência 4/637

PERICULOSIDADE

- Periculosidade. Agentes inflamáveis. Exposição intermitente. Adicional devido. Exegese da Súmula n. 364 do C. TST 4/638

PETIÇÃO

- Petição inicial. Requisitos. art. 840, § 1º, da CLT. Compreensão da controvérsia. Exercício do direito de defesa. Indeferimento da petição inicial. Impossibilidade 4/638, 6/922

PETROBRAS

- Petrobras Distribuidora. Contrato de transporte de combustível. Atividade fim do tomador de serviço. Terceirização. Responsabilidade 4/638
- Petrobras. Tomador de serviços. Contrato de empreitada. Serviços de caráter infraestrutural. Responsabilidade subsidiária. Cabimento 4/638
- Responsabilidade. Dono da obra. Petrobras. Aplicabilidade da OJ n. 191 da SDI-I do C. TST 4/639

PISO SALARIAL

- Piso salarial. Convenção coletiva de trabalho e Acordo coletivo de trabalho. Art. 620 da CLT. Norma mais favorável. Prevalência 4/639
- Piso salarial previsto pela Lei federal n. 12.994/2014. Agente comunitário de saúde. Diferenças salariais devidas 4/639
- Piso salarial professores. Lei n. 11.738/2008. Educadores infantil. Aplicabilidade 4/639

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

- Plano de cargos e salários elaborado pela própria empresa sem a homologação do Ministério do Trabalho. Validade..... 1/93

PLANO DE SAÚDE

- Manutenção do empregado no plano de saúde empresarial. Ausência de contribuição. Inexistência do direito à reintegração ao plano..... 2/235
- Plano de saúde. Direito decorrente de extinto contrato de trabalho. Competência da Justiça do Trabalho..... 4/639
- Plano de saúde. Lei n. 9.656/1998. Mesmas condições 4/640
- Plano de saúde. Obrigações decorrentes de contrato de trabalho. Competência da Justiça do Trabalho..... 4/640

PLANTÃO

- Plantão. Reflexos nos descansos semanais remunerados. Cálculo sobre o valor mensal. Não cabimento 4/640

PODER DIRETIVO

- Revista em bolsa. Farmácias. Poder diretivo patronal. Regularidade..... 1/93

PONTO

- Cartões de ponto. Horários de trabalho. Invalidez 4/636
- Cartões de ponto apócrifos, sem assinatura do reclamante. Validade. A ausência de assinatura do empregado nos cartões ponto não implica a transferência do ônus da prova de jornada extraordinária ao empregador 2/235

PRAZO

- Desrespeito ao prazo previsto no art. 145 da CLT. Pagamento das férias em dobro 4/640, 5/783
- Prazo. Contagem. Intimação por diário oficial eletrônico 3/403
- Prazo não concedido para emenda da inicial. Extinção do processo sem resolução de mérito impossibilidade 4/640

PRÊMIO

- Prêmio assiduidade. Natureza jurídica 3/403
- Prêmio incentivo. Integração e reflexos. Impossibilidade 2/235
- Prêmio incentivo. Lei estadual n. 8.975/1994. Natureza jurídica..... 2/236, 4/641
- Prêmio produtividade. Habitualidade. Supressão. Ilícitude. Art. 468 da CLT 3/320
- Prêmios. Integração e reflexos. Improcedência 4/547

PRESCRIÇÃO

- Interrupção da prescrição. Ajuizamento de ação anterior. Comprovação da identidade de pedidos. Ônus da prova.....	6/907
- Prescrição bienal. Interrupção. Súmula n. 268 do C. TST	2/236
- Prescrição bienal. Interrupção. Súmula n. 268 do C. TST. Ônus do autor de comprovar, documentalmente, o ajuizamento de ação idêntica. Exegese do art. 320 do CPC (art. 283 do CPC/1973).....	2/236
- Prescrição bienal. Renúncia tácita. Mudança de regime jurídico. Parcelamento da dívida junto à Caixa Econômica Federal. FGTS.....	1/94
- Prescrição bienal. Termo inicial. Contagem a partir da extinção do contrato de trabalho	3/403
- Prescrição quinquenal. Contagem.....	4/641
- Prescrição total. Supressão do cômputo do período intervalar na jornada de trabalho do bancário. Alteração contratual lesiva. Ato único. Súmula n. 294 do TST	3/403
- Prescrição. Ação coletiva ajuizada pelo sindicato profissional. Identidade de pedido	4/641
- Prescrição. Acidente típico. Termo <i>a quo</i>	4/526
- Prescrição. Arguida em recurso. Súmula n. 153 do TST. Validade	4/641
- Prescrição. Aviso-prévio indenizado. Início após o término do aviso-prévio. Incidência do art. 487, § 1º, da CLT e das Orientações Jurisprudenciais n. 82 e 83 da SDI-1 do C. TST	5/783
- Prescrição. FGTS. Aplicação da Súmula n. 362 do C. TST	5/783
- Prescrição. FGTS. Parcelamento/reparcelamento de dívida junto à Caixa Econômica Federal. Renúncia à prescrição configurada.....	4/641
- Prescrição. Impedimento. Herdeiro menor.....	2/236
- Prescrição. Indenização por danos morais. Art. 7º, inciso XXIX, da Constituição da República.....	3/403
- Prescrição. Matéria de ordem pública. Pode ser alegada a qualquer tempo.....	4/642
- Prescrição. Pedido de demissão. Projeção do prazo de aviso-prévio não cumprido pelo empregado. Não ocorrência	1/94
- Prescrição. Prazo. Contagem. Aviso-prévio indenizado.....	3/403
- Prescrição. Alegação na instância ordinária. Possibilidade.....	4/641
- Prescrição alegada em razões finais. Possibilidade.....	1/93

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- Negativa de prestação jurisdicional. Não caracterizada. Fixação do pensionamento mensal por 120 meses. Efeito devolutivo.....	4/549
- Negativa de prestação jurisdicional. Nulidade. Não caracterização.....	4/642
- Negativa de prestação jurisdicional. Nulidade. Não caracterização. Princípio da devolutividade recursal.....	4/623
- Nulidade processual. Negativa de prestação jurisdicional	4/635

PRINCÍPIO

- Princípio da identidade física do juiz. Nulidade. Súmula n. 136 do TST. Súmula n. 222 do STF. Novo CPC. Inaplicabilidade.....	4/642
- Princípio da irredutibilidade salarial. Ofensa. Gratificação de função. Cargo em comissão. Destituição. Reversão ao cargo efetivo. Não caracterização.....	4/642

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

- Rito ordinário. Determinação judicial de prova do convite de testemunha através de carta. Impossibilidade 1/94
- Rito ordinário. Notificação por edital..... 1/94

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

- Procedimento sumaríssimo (de origem). Lei n. 9.957/2000 3/404
- Reclamada em lugar incerto e não sabido. Citação por edital. Conversão de rito..... 2/237
- Sumaríssimo. Devolução da notificação inicial. Arquivamento..... 2/237

PROCESSO

- Artigo 523, § 1º, do CPC/2015. Incompatibilidade com o processo do trabalho 4/642, 6/908
- Processo civil e do trabalho. Coisa julgada. Adicional de insalubridade. Relação jurídica continuativa. Alteração de precedente judicial persuasivo. Aplicação do art. 505, I, do Código de Processo Civil. Possibilidade 4/643
- Processo de alçada. Extinção do processo sem resolução do mérito. Matéria não constitucional. Exegese dos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei n. 5.584/1970. Aplicação das Súmulas n. 71 e 356 do C. TST. Agravo de instrumento em recurso ordinário 2/237
- Processo de alçada. Não conhecimento do recurso ordinário. Matéria não constitucional. Exegese dos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei n. 5.584/1970. Aplicação das Súmulas n. 71 e 356 do C. TST..... 4/643
- Processo do trabalho. Indenização pela contratação de advogado 1/95, 2/237, 3/404
- Processo do trabalho. Máximas de experiência. Valoração da prova e formação do convencimento judicial..... 3/404
- Processo eletrônico. Migração de processo físico. Traslado de peças. Extinção do processo sem resolução de mérito. Ofensa a princípios constitucionais. Caracterização..... 3/404
- Processo físico. Posterior migração. Sistema PJE-JT. Ausência de peças essenciais. Não conhecimento..... 4/642
- Processo trabalhista. Art. 475-J CPC/1973 (art. 523, § 1º, do CPC/2015). Inaplicabilidade 3/366, 4/601
- Processo trabalhista. Garantia do juízo. Carta de fiança. Prazo determinado. Direito líquido e certo. Violação. Não caracterização 2/237
- Processual civil e do trabalho. Recurso condicionado em contrarrazões de recurso ordinário. Art. 1.009, § 1º, do CPC. Hipótese de recurso adesivo. Fungibilidade 3/404
- Processual civil e do trabalho. Sentença genérica. Falta de fundamentação. Nulidade. Decretação sem retorno dos autos ao prolator. Art. 1.013, § 3º, IV, do CPC 3/404

PRODUTIVIDADE

- Corte de cana. Média de produtividade 1/95

PROFESSOR

- Educador de creche. Piso nacional do magistério. Indevido 4/625

- Educador infantil. Atividades relacionadas à docência. Aplicação da Lei n. 11.738/2008..... 1/95
- Monitora de educação infantil. Remuneração mensal fixa. Indevido o pagamento do descanso semanal remunerado 3/412
- Monitora do Senac. Enquadramento na categoria diferenciada dos professores. Indevido 4/626
- Professor. Carga horária suplementar. Servidor municipal celetista. Observância aos arts. 7º, XVI, da CF, 318 e 321 da CLT. Adicional de horas extras e reflexos devidos 4/627
- Professor. Descanso semanal remunerado..... 4/627
- Professor. DSRS. Súmula n. 351 do C. TST. Inaplicável 1/95
- Professor. Horas extras 2/237, 4/627
- Professor. Horas extras. Atividade extraclasse. Composição da jornada de trabalho após a Lei n. 11.738/2008 2/237, 4/627
- Professor. Horas extras. Carga horária destinada à interação com os educandos e destinada a atividades extraclasse. Lei n. 11.738/2008..... 1/95, 3/335, 3/405, 4/627
- Professor. Não observância dos limites de carga horária destinada à interação com os educandos e atividades extraclasse estabelecidas na Lei n. 11.738/2008. Cabimento após a modulação de efeitos na ADI 4167. Condenação limitada ao adicional de sobrejornada quando não ultrapassado o módulo semanal 1/95
- Professor. Prorrogação de jornada. Adicional de horas extras devido 4/627
- Professor. Remuneração mensal calculada à base de hora-aula. Repouso semanal remunerado devido..... 1/96
- Professor. Remuneração mensal fixa. Dsr já incluídos no salário..... 3/405
- Professor. Remuneração mensal fixa. Indevido o pagamento do descanso semanal remunerado 3/405, 4/627
- Professor. Remuneração por hora-aula. Descanso semanal remunerado..... 4/628
- Professor. Remuneração por hora-aula. Devido o pagamento do descanso semanal remunerado 4/628, 5/784
- Professor. Repouso semanal remunerado. Remuneração em valor fixo mensal desvinculado da quantidade de horas-aula efetivamente ministradas no mês. Não é caso de aplicação do art. 320 da CLT e Súmula n. 351 do C. TST..... 1/96
- Professor. Salário mensal calculado com base em horas-aula contratadas. Descanso semanal devido..... 3/405
- Professor. Salário mensal fixo. DSR. Art. 7º, § 2º, da Lei n. 605/1949..... 1/87, 3/405
- Professor municipal. Contratação para o recebimento de salário fixo mensal. Descanso semanal remunerado incluído. Inaplicabilidade da Súmula n. 351 do E. TST 5/783
- Professor universitário. Situação extraordinária de risco. Dano moral. Fato de terceiro. Responsabilização do empregador. Não cabimento 4/626

PROGRESSÃO FUNCIONAL

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. PCCS/1995. Progressões horizontais por antiguidade. Implementação do PCCS/2008. Prescrição parcial..... 2/238
- Progressão funcional. Lei Complementar Municipal n. 259/2000. Merecimento. Avaliação. Comissão técnica. Criação. Omissão do município. Efeitos..... 1/96
- Progressão funcional. Lei Complementar Municipal n. 259/2000. Não criação de comissão técnica para aferição do requisito merecimento. Omissão do município. Efeitos 1/96
- Progressão horizontal por antiguidade. PCCS de 1995. ECT. Presença dos requisitos. Diferenças salariais devidas..... 2/238, 3/405

- Progressão horizontal. Plano de carreira e evolução funcional. Omissão do empregador 3/406, 4/643
- Progressão salarial. Fundação Casa. Plano de cargos e salários de 2006 e 2013. Teoria do conglobamento. Diferenças salariais indevidas..... 2/238
- Progressões horizontais. Aplicação do PCCS 1995. Prescrição..... 1/96, 2/238

PROMESSA DE EMPREGO

- Fase pré-contratual. Promessa de emprego. Não configurada. Indenizações por dano moral e material. Indevidas..... 5/784
- Promessa de emprego. Frustração da expectativa de contratação. Responsabilidade pré contratual. Dano moral configurado *in re ipsa*. Indenização devida..... 4/643
- Promessa de emprego. Não configuração da fase pré-contratual. Indenização indevida 2/238

PROVA

- Direito do Trabalho. Remuneração. Adicional de insalubridade. Prova pericial 6/909
- Indeferimento de produção de novo laudo pericial. Cerceamento do direito de defesa. Não configuração..... 6/908
- Intimação da parte para acompanhar perícia sob pena de sua não realização. Ausência do reclamante. Cerceamento do direito de produzir prova inexistente. Preclusão..... 6/908
- Laudo pericial. Fundamentos deficientes. Princípio da motivação..... 6/908
- Prova dividida. Ônus da prova. Análise considerando o caso concreto e as possibilidades de produção da prova por cada uma das partes 3/406
- Prova documental da jornada. Sonegação em juízo. Inversão do ônus probatório. Presunção favorável à pretensão obreira..... 4/643, 6/909
- Prova documental. Sua força diante do conjunto dos autos. Intervalo intrajornada pré-assinalado. Art. 74, § 2º, da CLT. Não aplicação, ao caso, da presunção da Súmula n. 338 do C. TST 3/406
- Prova emprestada. Necessidade de anuência da parte contrária..... 3/372
- Prova emprestada. Testemunha impedida 3/406
- Prova pericial. Ausência de elementos técnicos capazes de infirmar o laudo do perito..... 5/784, 6/909
- Prova Pericial. Ausência de elementos técnicos capazes de infirmar o laudo do perito. Adicional de periculosidade devido..... 6/909
- Prova pericial. Ausência de elementos técnicos capazes de infirmar o laudo do perito. Adicional de periculosidade. Indevido..... 4/644
- Prova pericial. Rejeição..... 1/96, 2/239, 5/784, 6/909

QUINQUÊNIO

- Quinquênio. Anuênio. Cumulação 4/618

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

- Reabilitação profissional. Não comparecimento. Cessação de benefícios 3/406

READAPTAÇÃO

- Readaptação de servidor público em cargo diverso daquele para o qual prestou o concurso. Impossibilidade de redução salarial, mas, igualmente, de aumento salarial 5/784

REAJUSTE SALARIAL

- Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Reajustes salariais. Índices do CRUESP. Previsão no estatuto social da reclamada. Aplicação 4/644
- Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Reajustes. Índices Criesp. Inaplicabilidade 3/407
- Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp. Incidência dos reajustes salariais estabelecidos pelo Criesp 2/239
- Reajustes salariais futuros estabelecidos pelo Criesp 2/239

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

- Reclamação trabalhista anterior com quitação pelo objeto da ação e com relação ao extinto contrato de trabalho. Nova reclamação com pedido de reparação civil. Ausência de coisa julgada 2/239

RECONVENÇÃO

- Reconvenção em ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho. Cabimento 2/240

RECUPERAÇÃO

- Empresa em recuperação judicial. Créditos constituídos posteriormente. Prosseguimento da execução na Justiça do Trabalho 3/407
- Recuperação judicial. Suspensão do processo. Habilitação do crédito perante o juízo competente 3/407

RECURSO

- Ausência de interesse processual 4/644
- Deserção do recurso ordinário. Depósito recursal. Comprovante de agendamento bancário 3/407
- Negativa de prestação jurisdicional. Inocorrência. Princípio da devolutividade recursal 3/337
- Preparo recursal. Guia de depósito recursal dissociada do comprovante de recolhimento apresentado. Deserção 3/408
- Recurso de revista. Município de Simões Filho. Incompetência da Justiça do Trabalho. Contrato de trabalho temporário. Cancelamento da Orientação Jurisprudencial n. 205 da Subseção I especializada em dissídios individuais do Tribunal Superior do Trabalho 3/323

- Recurso do devedor principal quanto à responsabilidade subsidiária do tomador. Falta de preenchimento dos pressupostos recursais objetivos e subjetivos. Não conhecimento do recurso	3/408, 4/644
- Recurso em face de decisão monocrática. Erro crasso. Infungibilidade	3/408
- Recurso firmado por advogado sem procuração juntada aos autos até o momento da sua interposição. Ausência de pressuposto extrínseco de admissibilidade recursal. Irregularidade insanável. Súmula n. 383, item I, do C. TST. Recurso não conhecido	1/97, 2/240, 3/408
- Recurso ordinário adesivo	3/409
- Recurso ordinário adesivo, posterior à interposição de recurso ordinário autônomo. Impossibilidade. Preclusão consumativa e afronta ao princípio da unirecorribilidade recursal	3/408
- Recurso ordinário da confederação autora. Cobrança de contribuição sindical rural. Ausência de notificação pessoal. Ausência de regular constituição e lançamento do tributo	3/408, 4/644, 5/785
- Recurso ordinário do reclamante. Pluralidade de reclamadas. Revelia. Confissão ficta. Efeitos	1/97
- Recurso ordinário principal. Irregularidade de representação processual. Ausência de procuração. Não conhecimento	3/409
- Recurso ordinário. Agente comunitário de saúde. Incentivo financeiro adicional. Portarias do Ministério da Saúde	5/785
- Recurso ordinário. Assédio e dano moral caracterizados. Injúria verbal cumulada com referência à origem geográfica do trabalhador. Valor indenizatório majorado	3/409
- Recurso ordinário. Cerceamento de defesa. Testemunha. Parentesco com sócio da reclamada. Impedimento caracterizado	4/645
- Recurso ordinário. Competência material. Cargo em comissão	1/98
- Recurso ordinário. Contrato temporário. Ente público. Incompetência da Justiça do Trabalho	3/409
- Recurso ordinário. Contribuições previdenciárias. Competência da Justiça do Trabalho. Alcance	2/241
- Recurso ordinário. Dano moral. Mudança de horário necessária. Risco de vida. Medidas judiciais protetivas contra ex-companheiro	4/645
- Recurso ordinário. Depósito recursal. Guia incorreta. Deserção	3/409
- Recurso ordinário. deserção. Depósito recursal. Isenção. Pessoa jurídica. Justiça gratuita. Alcance	4/645
- Recurso ordinário. Desídia não configurada. Faltas supostamente injustificadas após sucessivas alterações unilaterais na jornada de trabalho sem prévia comunicação e em curto espaço de tempo. Suspensões disciplinares. Direito de resistência do empregado. Nulidade da despedida por justa causa	4/645
- Recurso ordinário. Desídia. Requisitos para a dispensa por justa causa cumpridos	5/785
- Recurso ordinário. Devido processo legal. Prova emprestada utilizada sem a anuência da parte. Pertinência	4/646
- Recurso ordinário. Doença do trabalho. Laudo conclusivo. Ausência de impugnação e contraprova oportunas. Improcedência do pedido	2/241
- Recurso ordinário. Embargos de declaração. Efeito modificativo. Aditamento ao recurso interposto. Preclusão	4/646
- Recurso ordinário. Embargos de declaração. Imposição de multa. Intuito protelatório. Não configuração	5/785
- Recurso ordinário. Empregado falecido e dependentes perante a Previdência social. Aplicação da Lei n. 6.858/1980	4/646

- Recurso ordinário. Empréstimo consignado. Negócio civil entre o correntista e a instituição financeira. Não ingerência do empregador na relação. Incompetência da Justiça do Trabalho. Ausência de lei ordinária	3/409
- Recurso ordinário. Expedição de ofícios. Poder-dever do magistrado.....	1/97
- Recurso ordinário. Fornecimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário atualizado. Irrelevância da destinação do documento	4/646
- Recurso ordinário. Fundação Casa. Remuneração. Incorporação de gratificação de função. Servidor celetista. Possibilidade	4/646
- Recurso ordinário. Gratificação por tempo de serviço. Benefício instituído pelo empregador. Critérios de elegibilidade demonstrados. Princípio da isonomia preservado. Interpretação restrita.....	3/409
- Recurso ordinário. Horas <i>in itinere</i> indevidas. Empregado que reside em cidade diversa da sede da empresa. Existência de transporte público intermunicipal em horários compatíveis com a jornada praticada	3/410
- Recurso ordinário. Ilegitimidade de parte. Arguição pela primeira ré em favor do litisconsorte, condenado subsidiariamente. Não cabimento.....	2/241
- Recurso ordinário. Incompetência material da Justiça do Trabalho. Complementação de aposentadoria. Reflexos dos valores pleiteados nas contribuições da entidade de previdência privada.....	4/647
- Recurso ordinário. Incompetência territorial. Local da prestação dos serviços.....	5/786
- Recurso ordinário. Insalubridade. Trabalhador rural. Exposição ao sol. Calor ambiental superior aos limites de tolerância. Caracterização	5/786
- Recurso ordinário. Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Pagamento total do período correspondente.....	3/410
- Recurso ordinário. Litigância de má-fé configurada	5/786
- Recurso ordinário. Litigância de má-fé. Multa imposta. “Instrução” de testemunhas. Insalubridade	6/910
- Recurso ordinário. Microempresário. Justiça gratuita. Benefícios. Possibilidade e deserção	4/647
- Recurso ordinário. Município de Capão Bonito. Remuneração. Progressão por merecimento. Avaliações de desempenho. Diferenças salariais devidas	6/910
- Recurso ordinário. Município de Capão Bonito. Remuneração. Progressão por merecimento. Avaliações de desempenho realizadas. Diferenças salariais devidas.....	4/647, 5/787
- Recurso ordinário. Município de Cruzeiro. Recolhimento do FGTS.....	1/97, 4/648
- Recurso ordinário. Município de Mococa. Descontos salariais. Empréstimo bancário consignado. Limites	4/648
- Recurso ordinário. Município de Mogi Mirim. Agente comunitário de saúde. Incentivo financeiro adicional. Portarias do Ministério da Saúde.....	4/648
- Recurso ordinário. Município de Paulínia. Convênio. Responsabilidade subsidiária	4/648
- Recurso ordinário. Município de Pindamonhangaba. Sextaparte. Inconstitucionalidade da lei orgânica municipal afastada	5/787
- Recurso ordinário. Município de São Carlos. Gratificação SUS. Diferenças devidas	1/97
- Recurso ordinário. Município de Valparaíso. Remuneração. Diferenças salariais devidas com base no piso salarial instituído pela Lei federal n. 11.738/2008 aos profissionais do magistério	4/648
- Recurso ordinário. Município. Férias não quitadas antes do afastamento. Arts. 137 e 145 da CLT. Pagamento dobrado devido	2/241, 3/410
- Recurso ordinário. Pagamentos “por fora”. Prova. Ata notarial. Validade	6/910
- Recurso ordinário. Plano de saúde. Lei n. 9.656/1998 e Resolução Normativa n. 279/2011 da ANS.....	4/649

- Recurso ordinário. Prazo recursal. PJe. Indisponibilidade. Prova. Contagem. Tempestividade.....	3/410
- Recurso ordinário. Prazo. Contagem. Dias úteis. CPC/2015. Inaplicabilidade. Intempestividade.....	3/410
- Recurso ordinário. Prazo. Contagem. Notificação postal. Recebimento. Prova. Tempestividade.....	3/411
- Recurso ordinário. Prêmio de incentivo. Natureza jurídica regulada na lei que o instituiu. Impossibilidade de reconhecer natureza diversa	5/787
- Recurso ordinário. Preparo. Depósito recursal recolhido em guia imprópria. Deserção.....	2/241
- Recurso ordinário. Preparo. Depósito recursal. Comprovante de agendamento bancário. Deserção.....	2/242
- Recurso ordinário. Prescrição. Ação coletiva ajuizada pelo sindicato profissional. Identidade de pedido	4/649
- Recurso ordinário. Prescrição. Ação trabalhista anteriormente arquivada. Ausência de alegação e comprovação de pedidos idênticos no momento processual oportuno. Preclusão.....	4/649
- Recurso ordinário. Prescrição. Interposição de protesto interruptivo.....	5/787
- Recurso ordinário. Professor mensalista. Súmula n. 351 do C. TST. Inaplicabilidade.....	5/788
- Recurso ordinário. Professor. Administração pública. Repouso semanal remunerado. Art. 320 da CLT e Súmula n. 351 do C. TST	6/910
- Recurso ordinário. Prova. Oitiva de testemunha. Vínculo de emprego. Busca da verdade. cerceamento de defesa caracterizado.....	6/910
- Recurso ordinário. Razões dissociadas do decidido. Não conhecimento.....	4/649
- Recurso ordinário. Recolhimento de custas processuais por meio de guia imprópria. Ato Conjunto n. 21/TST.CSJT. GP.SG de 7.12.2010	1/97
- Recurso ordinário. Representação processual regular. Nomes de outros advogados na petição. Prevalência da assinatura eletrônica, esta feita por advogado constituído	6/911
- Recurso ordinário. Responsabilidade subsidiária. Revelia da primeira reclamada. Alcance dos efeitos em relação à segunda reclamada	5/788
- Recurso ordinário. Servidor público celetista. Diferenças salariais. Abonos salariais em valores lineares. Natureza jurídica de revisão geral anual. Deferimento por decisão judicial. Validade. Princípios constitucionais da isonomia, proporcionalidade, legalidade e triplicação dos poderes.....	4/649, 4/650
- Recurso ordinário. Servidor público celetista. Diferenças salariais. Reajustes salariais em valores nominais fixos. Natureza jurídica de revisão geral anual. Deferimento por decisão judicial. Validade.....	1/98
- Recurso ordinário. Sucessão inexistente. Recuperação judicial. Alienação de unidade produtiva isolada. Novo contrato de trabalho	4/650
- Recurso ordinário. Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância de jornada em períodos superiores ao mês. Irrelevância.....	6/911
- Recurso. Conhecimento. Erro na denominação do apelo. Cabimento. Princípio da ampla defesa. Inocorrência de erro grosseiro	3/411
- Tempestividade do recurso ordinário. Considerações sobre o prazo de 8 dias, tendo em vista o novo processo eletrônico. Lei n. 11.419/2016, art. 4º, § 3º (10 dias).....	3/411

RECURSO EX OFFICIO

- Reexame necessário. Fazenda Pública municipal. Condenação inferior a 100 salários-mínimos. Não conhecimento.....	2/242
- Remessa necessária. Não conhecimento	3/411, 4/653, 6/913

- Remessa oficial. Não conhecimento 2/243
- Remessa oficial. Não conhecimento. Valor da condenação inferior a cem salários-mínimos. Art. 496, § 3º, III, do NCPC 3/412
- Remessa oficial. Sentença ilíquida. Submissão ao duplo grau de jurisdição..... 1/100, 2/243, 3/405, 3/412, 4/628, 4/653, 5/785

REDUÇÃO SALARIAL

- Redução salarial. Acordo coletivo negociado diretamente com os trabalhadores. Mera comunicação ao sindicato de classe. Nulidade..... 4/650

REGIME JURÍDICO

- Mudança de regime jurídico celetista para o estatutário. Levantamento dos depósitos do FGTS 5/788
- Mudança de regime jurídico. Celetista para estatutário. Extinção do contrato de trabalho. Indevida multa de 40% do FGTS..... 4/650
- Mudança do regime de celetista para estatutário. Extinção do contrato de trabalho. Levantamento do FGTS 4/651

RELAÇÃO DE EMPREGO

- Caseiro. Contrato de comodato. Vínculo de emprego. Não configuração 4/651
- Contratação por intermédio de cooperativa de serviços. Reconhecimento do vínculo de emprego direto com o tomador..... 6/911
- Cooperativas de trabalho. Fraude. Desvio de finalidade. Reconhecimento de vínculo empregatício. Aplicação dos arts. 9º da CLT e art. 942 do Código Civil..... 2/250
- Diretor estatutário. Eleito em assembleia. Inexistência de vínculo empregatício. Subordinação jurídica empresarial 6/911
- Instrumentadora cirúrgica. Pedido de vínculo de emprego. Ausência dos requisitos legais. Trabalhadora autônoma. Liame empregatício não caracterizado 3/412
- Mudança de regime celetista para estatutário sem rompimento do vínculo de emprego. Multa de 40% do FGTS. Não cabimento..... 2/242, 3/399
- Negativa de vínculo de emprego. Ônus da prova 1/98, 4/651, 6/912
- Pedido de vínculo de emprego. Ausência dos requisitos legais. Liame empregatício não caracterizado 4/651
- Reconhecimento de vínculo de emprego. Diarista x empregado doméstico. Ausência de continuidade. Impossibilidade. Sentença mantida..... 1/98
- Relação de emprego entre pessoas vinculadas por laços familiares..... 6/912
- Relação de emprego. Pessoalidade. Possibilidade de substituição..... 4/651
- Representação comercial. Autonomia. Ausência de subordinação do prestador de serviços..... 6/912
- Representação comercial. Vínculo de emprego. Não configuração..... 3/413
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai. Desnecessidade de realização de concurso público para contratação de pessoal. Reconhecimento de vínculo de emprego em juízo. Possibilidade..... 2/242

- Trabalhador contratado como prestador de serviços por meio de empresa. Presença dos requisitos do art. 3º da CLT. Reconhecimento do vínculo de emprego	6/912
- Vínculo de emprego. Caracterização	5/788
- Vínculo de emprego. Comprovação dos requisitos essenciais	3/413, 4/651
- Vínculo de emprego. Cooperativa. Inexistência de fraude e subordinação jurídica.....	5/788
- Vínculo de emprego. Data do encerramento do pacto laboral. Ônus da prova do empregador	4/652
- Vínculo de emprego. Inexistente. Contrato de franquia	4/652
- Vínculo de emprego. Motoboy. Encarregado de entrega. Inserção na dinâmica empresarial	1/98
- Vínculo de emprego. Não caracterização.....	3/413, 4/652
- Vínculo de emprego. Necessidade de preenchimento dos requisitos legais.....	1/99,2/242, 3/413, 4/652, 5/789
- Vínculo de emprego. Ônus da prova	5/789
- Vínculo de emprego. Período anterior ao registro. Ônus da prova	6/912
- Vínculo de emprego. Policial. Especificidade que envolve a atividade. Necessidade de prova nos autos da subordinação e pessoalidade	1/99
- Vínculo de emprego. Prestação de serviços admitida pelo reclamado. Inversão do ônus probatório.....	3/413
- Vínculo de emprego. Requisitos. Arts. 2º e 3º da CLT	1/99
- Vínculo empregatício doméstico. Configuração. Serviços de limpeza três vezes por semana	1/99
- Vínculo empregatício Reconhecido em juízo. Multa do art. 477. Incidência	4/652
- Vínculo empregatício. Auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário. Motorista de táxi. Regime de colaboração. Não configuração	1/99
- Vínculo empregatício. Chapa. Não configuração. Prova.....	2/243
- Vínculo empregatício. Cooperativa. Caracterização	4/652
- Vínculo empregatício. Corretor de seguros. Configurado	3/413, 4/652
- Vínculo empregatício. Inexistência. Prova da prestação autônoma de serviços.....	3/413, 4/653
- Vínculo empregatício. Motorista. Serviços de frete. Ausência dos pressupostos do art. 3º da CLT.....	2/243
- Vínculo empregatício. Não caracterização	4/653
- Vínculo empregatício. Não comprovação. Eventualidade	3/414
- Vínculo empregatício. Não configuração. Eventualidade	6/912
- Vínculo empregatício. Negativa de prestação de serviço. Ônus da prova da autora. Relação de emprego não configurada.....	6/912
- Vínculo empregatício. Ônus da prova	3/414
- Vínculo empregatício. Ônus da prova. Pressupostos.....	3/414
- Vínculo empregatício. Policial Militar. Caracterizado.....	1/99
- Vínculo empregatício. Prova.....	5/789
- Vínculo empregatício. Reconhecimento em juízo. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Devida.....	4/653
- Vínculo empregatício. Reconhecimento em juízo. Multa do art. 477 da CLT. Devida	3/413
- Vínculo empregatício. Registro tardio. Configuração. Prova.....	2/243
- Vínculo empregatício. Relação de parentesco. Não caracterização	6/912
- Vínculo empregatício. Requisitos. Prova. Caracterização.....	4/653
- Vínculo empregatício. Terceirização. Atividade fim. Reconhecimento da relação de emprego diretamente com o tomador dos serviços.....	3/414
- Vínculo empregatício. Trabalho pastoral voluntário.....	1/100
- Vínculo. Taxista. Autônomo	3/414

REMUNERAÇÃO

- Petrobras. Remuneração global. Salário complessivo. Não ocorrência..... 6/913
- Professor. Remuneração com salário mensal e fixo. Indevido o acréscimo salarial de 1/6 a título de DSR. Súmula n. 351 do C. TST. Inaplicabilidade 6/913
- Profissionais da educação básica. Extensão do piso salarial do magistério instituído pela Lei n. 11.738/2008. Possibilidade 6/913
- Remuneração Mínima por Nível e Regime. Diferenças salariais por suposta incorreção no cálculo da RMNR. Petrobras. Acordo coletivo de trabalho, cláusula quarta, item 4.3. Complemento da RMNR..... 2/243
- Remuneração. Acúmulo de função. Art. 456 da CLT. Não caracterização 4/654, 5/790
- Remuneração. Adicional de insalubridade. Limpeza de banheiros de uso público. Exposição a agentes biológicos 4/654
- Remuneração. Auxílio alimentação. Natureza indenizatória.não integração. Lei estadual n. 7.524/1991 4/654
- Remuneração. Uso de ferramentas próprias para execução do contrato. Automóvel e telefone. Reembolso. Cabimento 3/427
- Restabelecimento do contrato de trabalho após o término de benefício previdenciário. Doença com ou sem caráter ocupacional. Recusa da empresa. Limbo jurídico trabalhista-previdenciário. Pagamento dos salários e demais verbas decorrentes do contrato de trabalho..... 6/913
- Salário substituição. Exercício do cargo do superior hierárquico no período de férias 6/914
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Sesi). Progressões funcionais. Aplicação de regulamento posterior (PREP) a empregado admitido sob a égide de regulamento anterior (PDRH). Violação à Súmula 51, I, do C. TST. Sentença reformada 6/914

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

- Descanso semanal remunerado - DSR. General Motors. Incorporação do percentual de 16,66% à remuneração 3/414
- Descanso Semanal Remunerado (DSR). Empregado horista. Salário complessivo 3/414, 4/654
- DSR. Incorporação ao salário-hora. Por consequência os reflexos das horas extras já pagas, nos descansos semanais remunerados, já se encontram quitados. Pactuação coletiva: acréscimo ao salário-hora do percentual de 16,667%. Simplificação da administração do pagamento 3/415
- Empregado mensalista. Reflexos das horas extras em DSR. Verba devida..... 4/604
- Repercussão das horas extraordinárias habituais nas folgas previstas na Lei n. 5.811/1972. Impossibilidade. Natureza jurídica diversa do repouso semanal remunerado previsto na Lei n. 605/1949 3/415
- Repercussão do repouso semanal remunerado, acrescido da média das horas extras, no cálculo das férias, do décimo terceiro salário, do aviso-prévio e dos depósitos do FGTS 4/604
- Repouso semanal remunerado. Integração das horas extras. Não repercussão no cálculo das férias, do décimo terceiro salário, do aviso-prévio e dos depósitos do FGTS 3/385
- Repouso semanal remunerado. Reflexo nas demais parcelas. OJ n. 394 da SBDI-1 do C. TST 4/599
- Sobrejornada. Habitualidade. Reflexos em DSR..... 3/415

REPRESENTANTE COMERCIAL

- Representante comercial. Vínculo de emprego. Reconhecimento..... 4/654
- Representante comercial autônomo. Ausência de subordinação jurídica. Relação jurídica de emprego não reconhecida 5/790

REQUISIÇÃO

- Requisição de pequeno valor. Descumprimento do prazo de 180 dias para edição de Lei municipal com estabelecimento de valor referência, prevalência dos limites fixados no § 12 do art. 97 do ADCT da Constituição Federal..... 4/655

RESCISÃO

- Mora rescisória. Caracterização. Depósito do acréscimo de 40% do FGTS. Inadimplemento. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Cabimento 4/568
- Nulidade da rescisão contratual. TRCT. Ausência de entidade sindical ou Ministério do Trabalho e Emprego. Conversão em dispensa sem justa causa. Impossibilidade..... 2/244
- Rescisão contratual de iniciativa da empregada. Mais de um ano de serviço. Ausência de homologação, pelo sindicato, do pedido de demissão formulado pela empregada. Confissão. validade 4/655
- Rescisão contratual por culpa do empregador. Ofensa pelo preposto. Pedido de demissão do empregado. Ausência de vício de consentimento. Inexistência de imediatidade entre a ofensa praticada e a punição pretendida. Não configuração 5/790
- Rescisão contratual. Abandono de emprego. Prova 4/655
- Rescisão contratual. Culpa recíproca. Art. 484 da CLT. Súmula n. 14 do TST 2/244
- Rescisão contratual. Falta grave. Abandono de emprego. Ocorrência 3/415
- Rescisão contratual. Falta grave. Prova. Adulteração de atestado médico. Ato de improbidade. Justa causa. Cabimento 3/415
- Rescisão contratual. Iniciativa do trabalhador 4/655
- Rescisão contratual. Justa causa. Ato de improbidade. Não comprovação..... 1/100
- Rescisão contratual. Justa causa. Ofensas físicas. Caracterização 1/100
- Rescisão contratual. Pedido de demissão. Assistência sindical. Nulidade. Não caracterização 1/57
- Rescisão do contrato de trabalho. Imputação de justa causa. Agressões físicas à colega de trabalho (482, “J”, da CLT). Necessidade de prova inequívoca..... 4/656
- Rescisão do contrato de trabalho. Imputação de justa causa. Ato de improbidade (CLT, art. 482, “a”). Necessidade de prova inequívoca 4/656, 5/791
- Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Ônus da prova. Empregador 3/415, 4/656
- Rescisão do contrato de trabalho. Justa causa. Requisitos para sua validade..... 3/416
- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Ato faltoso do empregador. Irregularidades em pagamento de parcelas trabalhistas. Não configuração..... 1/100, 3/416
- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Ausência de motivo ensejador da justa causa do empregador. Não configuração. Interpretação do art. 483 da CLT 3/411
- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Configurada. art. 483 da CLT. Atos omissivos ou comissivos do empregador 4/656
- Rescisão indireta do contrato de trabalho. Falta grave patronal. Prova. Não configuração 3/416, 6/858

- Rescisão indireta. configuração. Ausência de depósito do FGTS e atraso reiterado no pagamento de salários e do vale-refeição.....	4/656
- Rescisão indireta. FGTS. Depósitos. Irregularidade	2/244
- Rescisão indireta. Não caracterização. Pedido de demissão. Validade.....	5/791
- Rescisão indireta. Não configuração	1/100
- Ruptura do contrato por iniciativa da trabalhadora. Ato válido. Estabilidade gestacional indevida. Arrependimento ineficaz.....	1/100
- Verbas rescisórias. Não pagamento injustificado. Dano moral. Violação de bens jurídicos constitucionais. Indenização devida.....	4/676

RESPONSABILIDADE

- Ampliação de aeroporto. Dono da obra. Responsabilidade solidária ou subsidiária. Inexistência.....	3/416
- Assalto de empregado que transporta objetos de valor. Responsabilidade objetiva. Responsabilização do empregador devida.....	3/416
- Concessão aeroportuária. Aeroportos Brasil - Viracopos S. A. "Dona da obra". Não configuração. Subempreitada. Construção civil. ampliação de aeroporto. Responsabilidade subsidiária. Cabimento.....	4/658
- Contrato de empreitada x contrato de emprego	6/918
- Contrato de transporte. Responsabilidade subsidiária. Não configuração.....	6/915
- Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - Daesp. Responsabilidade subsidiária. Administração pública.....	1/101
- Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - Daesp. Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade	6/914
- Dono da obra. Responsabilidade subsidiária. Inexistência	3/416
- Dono da obra. Responsabilidade. Inexistência	3/417
- Empresas de telecomunicações. Terceirização de atividades inerentes. Responsabilidade da tomadora	3/380
- Ente público tomador de serviços. Responsabilidade	6/914
- Ente público. Convênio. Condenação subsidiária	6/915
- Petróleo Brasileiro S. A. Petrobras. Responsabilidade subsidiária da administração pública. Culpa in vigilando. Ocorrência	2/244
- Quarteirização. Contrato de subempreitada. Responsabilidade solidária do tomador de serviço. Reconhecimento	4/667
- Responsabilidade civil do empregador. Acidente de trabalho. Danos materiais, morais e estéticos. Configuração	1/101
- Responsabilidade civil do empregador. Concausalidade	6/915
- Responsabilidade civil do empregador. Indenização por danos morais. Assédio moral no trabalho. Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do(a) trabalhador(a)	4/657
- Responsabilidade civil. Dano moral. Assédio moral. Humilhações e cobranças por metas desmedidas.....	5/789
- Responsabilidade civil. Dano moral. Horas extras excessivas não comprovadas. Dano existencial descabido	2/244, 6/915
- Responsabilidade civil. Danos morais. Assédio moral no trabalho. Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do trabalhador	4/657
- Responsabilidade civil. Indenização por danos morais. Ausência de instalações adequadas no local de trabalho. Tratamento degradante. Ausência mínima de higiene e salubridade no meio ambiente do trabalho. Direito a indenização. Pertinência.....	4/568, 4/657, 5/791

- Responsabilidade do município. Intervenção em hospital privado.....	3/417, 4/658
- Responsabilidade pelas verbas trabalhistas. Sociedade de fato não demonstrada. Indevida	4/556
- Responsabilidade solidária.....	1/104
- Responsabilidade solidária. Grupo econômico	4/658, 6/915
- Responsabilidade solidária. Subempreitada	3/382
- Responsabilidade solidária. Sucessão de empregadores. Cooperativismo.....	3/417
- Responsabilidade subsidiária ausente. Contrato de concessão de uso de área em complexo aeroportuário. Não enquadramento do aeroporto como “tomador de serviços”. Inaplicabilidade da Súmula n. 331 do C. TST	3/417
- Responsabilidade subsidiária da terceira reclamada, tomadora dos serviços. Acordo judicial homologado	4/659
- Responsabilidade subsidiária do ente público tomador de serviços. Conduta culposa. Negligência.....	1/101, 2/234, 3/383, 3/389, 3/417, 6/881, 6/915
- Responsabilidade subsidiária do ente público. Limitação. Aplicação da Súmula n. 363 do C. TST	4/659
- Responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços. Cabimento. Reconhecimento da culpa <i>in eligendo</i> e da culpa <i>in vigilando</i>	3/393, 5/780
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública direta e indireta. Cabível quando comprovada a culpa <i>in vigilando</i> do tomador dos serviços. Decisão do STF declarando a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Aplicação da Súmula n. 331, V, do C. TST	6/916
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública direta e indireta. Cabível quando comprovada a culpa <i>in vigilando</i> do tomador dos serviços. Decisão do STF declarando a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Aplicação da Súmula n. 331, V, do C. TST	3/417, 4/659, 5/792
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública. Terceirização.....	2/245
- Responsabilidade subsidiária. Administração pública. Tomadora de serviços. Culpa <i>in vigilando</i> . Observância dos arts. 927 e 186 do Código Civil.....	1/101, 4/659
- Responsabilidade subsidiária. Banco do Brasil. Administração pública indireta. Sociedade de economia mista. Cabimento	2/245
- Responsabilidade subsidiária. Benefício de ordem. Fazenda Pública do Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público. Necessidade de exaustão das vias de excussão contra a devedora principal e seus dirigentes. Responsabilidade da tomadora:.....	2/245
- Responsabilidade subsidiária. Contrato. Prejuízo a terceiros. Inadmissibilidade. Caracterização.....	2/245, 4/660, 5/792, 6/916
- Responsabilidade subsidiária. Dono da obra. Inexistência. Inteligência da OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST	5/792
- Responsabilidade subsidiária. Dono da obra. Não cabimento	2/246
- Responsabilidade subsidiária. Dono da obra. OJ n. 191 da SDI-1 do C. TST	2/246
- Responsabilidade subsidiária. Ente público municipal. Construção unidades habitacionais.....	6/916
- Responsabilidade subsidiária. Ente público	6/916
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. ADC 16-DF. Art. 71, § 4º, Lei n. 8.666/1993. Inciso V da Súmula n. 331 do TST e arts. 186 e 927 do Código Civil. Culpa <i>in vigilando</i>	6/916
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Ausência de efetiva fiscalização	4/660
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Incidência da Súmula n. 331, item V, do C. TST	3/418, 4/660, 5/792
- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Necessidade de prova de ausência de fiscalização	3/418, 4/660, 6/916

- Responsabilidade subsidiária. Ente público. Tomador de serviços. Culpa <i>in vigilando</i> . Observância dos arts. 927 e 186 do Código Civil.....	3/418
- Responsabilidade subsidiária. Estado de São Paulo. Contrato firmado com empreiteira para execução de obra certa. Não cabimento.....	1/101, 4/660
- Responsabilidade subsidiária. Execução	3/419
- Responsabilidade subsidiária. Execução. Benefício de ordem. Indevido	3/418
- Responsabilidade subsidiária. Execução. Redirecionamento	5/792
- Responsabilidade subsidiária. Lavoura de cana-de-açúcar. Aquisição de matéria-prima. Empresa agroindustrial. Tomador final dos serviços. Cabimento ...	3/419, 4/660
- Responsabilidade subsidiária. Limites da condenação. Inaplicabilidade	3/419
- Responsabilidade subsidiária. Município de Campinas. Ausência. Convênio administrativo para o fomento da assistência social. Hipótese de cooperação, não de intermediação. Não incidência da Súmula n. 331, IV, do C. TST	2/246
- Responsabilidade subsidiária. Município de Caraguatatuba. Instituto Corpore para o desenvolvimento da qualidade de vida ausência. Contrato de gestão. Hipótese de cooperação, não de intermediação. Não incidência da Súmula n. 331, IV, do C. TST	3/419
- Responsabilidade subsidiária. Observância da Súmula n. 331, IV, do C. TST	3/419, 6/917
- Responsabilidade subsidiária. Órgão público. Aplicação da Súmula n. 331 do E. TST. Culpa <i>in vigilando</i> . Configuração.....	2/246, 4/661
- Responsabilidade subsidiária. Petrobras Distribuidora S. A. Inexistência. Dona da obra. Orientação Jurisprudencial n. 191 da SBDI-I do C. TST	4/661
- Responsabilidade subsidiária. Procura exaustiva de bens do devedor principal. Desnecessidade	6/917
- Responsabilidade subsidiária. Redirecionamento da execução	3/419, 4/661
- Responsabilidade subsidiária. Redirecionamento da execução. Esgotamento dos meios de execução contra o devedor principal. Desnecessidade.....	2/246
- Responsabilidade subsidiária. SESI. Súmula n. 331, IV, do TST. Aplicabilidade	4/661
- Responsabilidade subsidiária. Sociedade de economia mista. Contrato firmado com empreiteira para execução de obra certa. Não cabimento	1/102
- Responsabilidade subsidiária. Súmula n. 331, IV. TST. Art. 8º, CLT. Art. 186, CC.....	4/662
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização lícita. Atividade meio	4/662
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização.....	4/530, 4/622, 5/792
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Empregador que não cumpre as obrigações trabalhistas. Responsabilidade da contratante. Súmula n. 331, item IV, do C. TST	5/792, 6/917
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Ente público contratante. Súmula n. 331, IV, do C. TST	1/102, 4/662
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Ente público. Contrato de licitação. Súmula n. 331, IV, do TST.....	5/793
- Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Tomador e beneficiário dos serviços deve responder pelas obrigações trabalhistas. Inteligência do art. 1º da CF/1988, arts. 186 e 187 do Código Civil e Súmula n. 331, IV e VI, do C. TST	3/420, 4/662, 6/917
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviço. Ente público. Reconhecimento.....	3/420, 4/662, 4/667, 5/793
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços.....	4/653
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Administração pública indireta. Cabimento	3/317
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Alcance	5/793
- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Contrato de empreitada. Dono da obra. Atividade fim. Culpa. Cabimento	3/420

- Responsabilidade subsidiária. Tomador de serviços. Culpa. Cabimento	4/608, 6/923
- Responsabilidade subsidiária. Tomador particular	6/917
- Responsabilidade subsidiária. Transporte de valores. Atividade econômica pertinente às empresas especializadas e aos estabelecimentos financeiros referidos no art. 3º da Lei n. 7.102/1983. Pluralidade e dicotomia de tomadores de serviço.....	6/918
- Sequestro e cárcere privado de gerente bancário. Responsabilidade objetiva do banco pelos danos morais decorrentes da atuação de criminosos. Teoria do risco	3/420
- Subcontratação. Construção civil. Dona da obra. Responsabilidade solidária	2/246, 3/420
- Subempreitada. Art. 455 da CLT. Responsabilidade solidária do empreiteiro principal	6/918
- Subempreitada. Responsabilidade das empresas construtoras	2/246
- Sucessão trabalhista. Responsabilidade.....	3/420
- Usina açucareira. Contrato de transporte. Responsabilidade subsidiária. Atividade fim. Transporte de matéria-prima para industrialização. Cabimento	3/421

REVELIA

- Efeitos da revelia. Defesa genérica da segunda reclamada	1/102
- Efeitos da revelia. Não incidência.....	2/247
- Revelia e confissão ficta. Efeitos. Presunção relativa	1/84
- Revelia e confissão. Art. 844 da CLT.....	6/918
- Revelia e confissão. Atraso ínfimo de cinco minutos. Reclamada: uma EPP. Inexistência de prejuízo processual. Excesso de formalismo. Afronta aos princípios de acesso à justiça e busca da verdade real.....	2/247
- Revelia e confissão. Pluralidade de réus. Efeitos.....	4/663
- Revelia. Argumentações recursais possíveis. Supressão de instância. Princípios do contraditório e da ampla defesa	4/641

RITO

- Rito sumaríssimo. Conversão para o ordinário quando inviável o fornecimento do endereço do reclamado. Direito da parte	6/918
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

SALÁRIO

- Auxiliar de desenvolvimento infantil. Piso nacional do magistério. Indevido.....	4/663
- Corte de cana. Salário por produção. Normas coletivas. Conversão do metro linear em toneladas. Ônus probatório. Diferenças salariais. Cabimento.....	4/664
- Equiparação salarial. Art. 461 da CLT combinado com a Súmula n. 6 do C. TST. Requisitos para a concessão.....	4/664
- Equiparação salarial. Ausência dos requisitos do art. 461 da CLT. Impossibilidade de reconhecimento	4/664
- Equiparação salarial. Identidade de função. Prova. Não configuração	4/595
- Equiparação salarial. Ônus da prova.....	4/664
- Equiparação salarial. Requisitos. Identidade de função.....	4/644
- Equiparação salarial. Servidor público. Indevida.....	4/644
- Recomposição salarial. Ano eleitoral. Possibilidade. Inexistência de violação à lei de responsabilidade fiscal	5/793

- Revisão geral anual. Percentuais diferenciados de reajustes. Ocorrência de distinção de índices. Inconstitucionalidade.....	4/665
- Salário produção. Promessa de pagamento não cumprida. Diferenças devidas.....	1/102
- Salário profissional dos arquitetos. Lei n. 4.950-A/1966. Piso salarial de ingresso na reclamada, proporcional à jornada de trabalho. Aplicação da OJ n. 71 do C. TST.....	1/102
- Salário utilidade. Habitação fornecida para o trabalho. Não configuração.....	2/247

SALÁRIO SUPLEMENTAR

- Comissão. Salário extrafolha. Integração.....	6/919
- Pagamento “por fora”. Reembolso e adiantamento de despesas. Não configuração.....	6/919

SENTENÇA

- Nulidade da sentença. Ausência de notificação pessoal da união. Retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem. Apreciação da questão <i>ex officio</i> . Possibilidade.....	4/665
- Sentença criminal condenatória transitada em julgado. Justa causa. Caracterização.....	4/665
- Sentença <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i> caracterizada. Nulidade. Não configuração.....	2/247
- Sentença. Coisa julgada. Alcance. Terceiros.....	3/421

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO

- Serviços sociais autônomos. Serviço Social da Indústria - Sesi. Personalidade jurídica de direito privado.....	3/421
- Sesi. Ente de cooperação à administração pública.....	3/421

SERVIDOR PÚBLICO

- Carga horária. Empregado público. Alteração. Licitude.....	1/103
- Mudança de regime celetista para estatutário sem rompimento do vínculo de emprego. Multa de 40% do FGTS. Não cabimento.....	1/90
- Plano de classificação de cargos e salários. Empresa pública. Art. 461, § 2º, da CLT.....	6/919
- Prêmio incentivo. Lei Estadual n. 8.975/1994. Natureza jurídica.....	6/920
- Professor de ensino público básico. Jornada de trabalho. Fixação do tempo mínimo para dedicação a atividades extraclasse em 1/3 da jornada. art. 2º, § 4º, da Lei n. 11.738/2008. Pagamento do adicional de 50% paras as horas trabalhadas além do limite de 2/3 da jornada. Aplicação para o trabalho realizado após 27.4.2011 em razão da modulação dos efeitos da ADI 4167.....	6/920
- Servidor público celetista. Aposentadoria compulsória por idade. Art. 40, § 1º, II, da CF. Inaplicabilidade. Sujeição ao art. 51 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.....	5/794
- Servidor público celetista. Contratação sem concurso. Invalidação do ato. Autotutela da administração pública. Município. Decadência administrativa. Prazo.....	4/665
- Servidor público celetista. Incorporação de abonos. Valores fixos. Revisão geral anual. Art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Reajuste anual com índices diversos. Impossibilidade.....	3/422
- Servidor público celetista. Município de Casa Branca. Lei municipal n. 1, de 26 de agosto de 1947. Licença-prêmio. Indevida.....	4/665

- Servidor público celetista. Quinquênio. Sexta parte. Art. 129 da Constituição Estadual de São Paulo. Inconstitucionalidade. Incompatibilidade com o Regime celetista. Não configuração	4/665
- Servidor público celetista. Sexta parte. Art. 129 da Constituição Estadual de São Paulo. Incompatibilidade com o regime celetista. Não configuração. Base de cálculo. Vencimentos básicos. Reflexos	6/920
- Servidor público municipal. Aumento real de vencimentos. Percentuais diferenciados. Arts. 5º, <i>caput</i> , e 37, X, da CF. Não violação.....	1/103
- Servidor público municipal. Revisão geral de salário. Chefe do Poder executivo. Omissão. Lei orgânica municipal.....	3/422, 4/666
- Servidor público regido pela CLT. Adicional sexta parte. Base de cálculo	3/422
- Servidor público. Acréscimo salarial em valor fixo. Recomposição salarial desigual. Violação do art. 37, X, da CF.....	6/920
- Servidor público. Mudança de regime celetista para estatutário. Multa de 40% do FGTS indevida.....	1/103
- Servidor público. Revisão geral anual. Art. 37, X, da CF.....	3/412, 4/666
- Servidor público. Revisão geral anual. Art. 37, X, da CF.....	6/913
- Servidor público. Revisão geral anual. Art. 37, X, da Cf/1988. Não caracterização.....	4/653
- Servidores da Famema. Diferenças salariais. Reajuste. Aplicação dos índices fixados por resoluções do Cruesp. Não cabimento.....	3/422
- Sexta parte. Base de cálculo. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo.....	6/920

SEXTA PARTE

- Sexta parte. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Empregados celetistas. Benefício devido	2/247
- Sexta parte. Base de cálculo	4/666
- Sexta parte. Base de cálculo. Exclusão do prêmio incentivo. Princípio da legalidade.....	4/666
- Sexta parte. Lei municipal. Empregados celetistas. Benefício devido	2/248
- Sexta parte. Regime celetista.....	2/248
- Sexta parte. Servidor público celetista. Município de Capão Bonito	5/759
- Sexta parte. Servidor público estadual. Base de cálculo.....	4/666
- Superintendência de Controle de Endemias Sucen. Sexta parte (art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo). Extensão aos empregados celetistas. Possibilidade	4/667

SINDICATO

- Disputa de representação sindical. Ação movida somente em face do empregador. ausência do sindicato que vem representando a categoria profissional no polo passivo da lide. Litisconsórcio necessário. Nulidade.....	5/790
- Sindicato. Desmembramento de base territorial. Assembleia. Participação dos trabalhadores interessados	3/422
- Sindicato. Substituição processual. Ilegitimidade ativa <i>ad casusam</i> . Direitos individuais homogêneos	4/667

SOBREAVISO

- Sobreaviso. Uso de aparelho celular. Não caracterização	2/184, 6/919
-----------------------------------------------------------------	--------------

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

- Sociedade de economia mista. Sabesp. Quinquênio. Pagamento indevido 3/422
- Sociedade de economia mista vinculada à administração pública. Necessidade de motivação para dispensa de empregados..... 4/667

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

- Substituição processual. Honorários advocatícios. Cabimento..... 1/103
- Substituição processual. Sindicato. Horas extras. Direitos individuais homogêneos. Legitimidade 4/667

SUCCESSÃO TRABALHISTA

- Sucessão trabalhista. Configuração 4/668
- Sucessão trabalhista. Não continuidade da prestação de serviço. Não configuração 4/668

SÚMULA

- Súmula n. 331. Terceirização lícita. Contrato de locação. Fornecimento de refeições. Estabelecimento escolar. Configuração 3/423
- Súmula n. 363 do C. TST. Contrato nulo. Efeitos (nova redação). Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 4/659

SUSPEIÇÃO

- Suspeição de magistrado. Efeitos. Nulidade da sentença 4/668

TELEFONISTA

- Telefonista. Art. 227 da CLT. Exercício de diversas tarefas. Inaplicabilidade da jornada de trabalho de seis horas 4/668

TERCEIRIZAÇÃO

- Brookfield Centro-oeste Empreendimentos Imobiliários S. A. Terceirização lícita. Atividade fim. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade 3/423
- Caixa Econômica Federal. Terceirização lícita. Atividade fim. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade. Abrangência da condenação 3/423
- CEF. Concurso público. Terceirização para realização dos serviços atinentes às atividades dos técnicos bancários durante o prazo de validade do certame. Desvio de finalidade. Direito subjetivo do candidato preterido à nomeação 4/669

- Claro S. A. Terceirização lícita. Atividade fim. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade	1/103
- Departamento Estadual de Trânsito Detran. Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade	6/921
- Empresa de telefonia. Lei n. 9.472/1997. Terceirização. Atividade fim. Responsabilidade solidária.....	5/794
- Ford Motor Company Brasil Ltda. Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade	6/921
- Infraero. Serviços de manuseio e movimentação de carga. Terceirização de atividade meio. Responsabilidade subsidiária.....	2/176
- PDG Realty S. A. Empreendimentos e Participações. Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade	6/921
- Raizen Energia S. A. Terceirização lícita. Atividade fim. Responsabilidade subsidiária. Incidência da Súmula n. 331 do C. TST. Possibilidade	2/248
- Serviço de limpeza em unidades de saúde. Terceirização de atividades integradas. Impossibilidade	3/423
- Terceirização de atividade fim. Contrato fraudulento de facção. Responsabilidade subsidiária das empresas envolvidas	4/669
- Terceirização de atividades públicas essenciais. Ilicitude. Responsabilidade do ente público devida.....	1/103
- Terceirização fraudulenta. Prestação de serviços através de empresa interposta.....	6/920
- Terceirização ilícita. Atividade fim. Posto de atendimento bancário no “Poupa Tempo”. Caracterização.....	3/424
- Terceirização ilícita. Atividade fim. Responsabilidade solidária. Súmula n. 331 do TST	3/424
- Terceirização ilícita. Responsabilidade solidária da empresa tomadora de serviços	4/669
- Terceirização ilícita. Responsabilidade solidária. Mister efetivamente exercido na e para a tomadora. Necessidade de, conhecendo o comportamento humano em certas situações, perscrutar cada dado detidamente, para poder concluir com mais convicção.....	2/248
- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços. Cabimento.....	4/699
- Terceirização lícita. Responsabilidade subsidiária	4/669
- Terceirização. Atividade fim. Responsabilidade solidária	2/248
- Terceirização. Convênio com entidade não governamental de ação social. Responsabilidade subsidiária do município. Aplicação do inciso IV da Súmula n. 331 do C. TST	4/670
- Terceirização. Convênio com entidade não governamental de ação social. Responsabilidade subsidiária do Estado de São Paulo. Aplicação do inciso IV da Súmula n. 331 do C. TST	3/424
- Terceirização. Convênio com entidade não governamental de ação social. Responsabilidade subsidiária do município. Aplicação do inciso IV da Súmula n. 331 do C. TST	1/103, 2/248, 4/670
- Terceirização. Ente público. Responsabilidade subsidiária	4/663, 4/670
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público como tomadora e beneficiária dos serviços prestados. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Inteligência dos arts. 1º e 37 da CF/1988, arts. 186 e 187 do Código Civil, art. 67 e 71, § 2º, da Lei n. 8.666/1993, Súmula n. 331, V e VI, do C. TST e ADC 16 do STF.....	1/104, 3/424, 3/425, 5/794
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público tomadora de serviços. Responsabilidade	3/425
- Terceirização. Pessoa jurídica de direito público. Responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas. Processo de licitação. Art. 71 da Lei n. 8.666/1993. Cabimento.....	1/104, 2/249, 3/425, 4/670, 5/795, 6/921

- Terceirização. Petrobras S. A. Contrato de empreitada. Dono da obra. Culpa. Responsabilidade subsidiária	3/425
- Terceirização. Serviços de alimentação escolar. Ente público. Responsabilidade subsidiária.....	3/426, 4/670
- Terceirização. Serviços de limpeza. Ente público. Responsabilidade subsidiária.....	3/426, 4/670
- Trabalho em atividade fim da empresa tomadora dos serviços. Terceirização ilícita. Vínculo de emprego reconhecido	1/104
- Usina Santa Adélia S. A. Terceirização ilícita. Atividade fim. Responsabilidade solidária.....	2/249

TESTEMUNHA

- Suspeição da testemunha indicada pelo reclamante. Amizade íntima. Depoimento imprestável como meio de prova.....	3/426
- Testemunha contraditada. Validade das declarações. Oitiva como informante. Art. 447, §§ 4º e 5º, do CPC/2015	3/426

TRABALHADOR RURAL

- Hora noturna reduzida. Trabalhador rural. Lei n. 5.889/1973.....	4/624
- Rurícola. Adicional de insalubridade. Exposição ao sol e ao calor.....	3/426
- Trabalhador rural. Acidente de trabalho. Indenização por danos material e moral. Lesão no ombro. Quantum indenizatório.....	2/210
- Trabalhador rural. Adicional de insalubridade. Trabalho a céu aberto. Exposição ao calor excessivo	5/787
- Trabalhador rural. Adicional de remuneração. Trabalho a céu aberto. Exposição ao calor excessivo. Insalubridade.....	4/678
- Trabalhador rural. Horas <i>in itinere</i> . Transporte público regular e compatível com a jornada de trabalho. Ausência de prova	4/674
- Trabalhador rural. Labor por produção. Pagamento das horas extras com adicionais. OJ n. 235 do C. TST.....	2/249
- Trabalhador rural. Normas coletivas. Operador de máquinas. Categoria diferenciada. Inaplicabilidade	3/391
- Trabalhador rural. Trabalho a céu aberto. Agente calor. Insalubridade. Possibilidade de caracterização	4/671
- Trabalho rural a céu aberto. Exposição ao calor excessivo. Insalubridade.....	2/249, 3/427, 4/672

TRABALHO

- Trabalhador autônomo. Antigo “chapa”. Contratado por empresa interposta, e não registrado.....	4/671
- Trabalho “pejotizado” na manutenção de bombas de combustível. Subordinação estrutural caracterizada. Vínculo de emprego reconhecido	4/671
- Trabalho da mulher. Prorrogação da jornada. Intervalo obrigatório	4/672
- Trabalho em condições insalubres por calor acima dos limites de tolerância. Ausência de pausas de recuperação térmica. Pagamento do adicional de insalubridade. Inexistência de danos morais indenizáveis	4/672
- Trabalho temporário. Contrato. Validade. Requisitos	5/796

- Trabalho temporário. Duração inferior a três meses. Art. 10 da Lei n. 6.019/1974. Possibilidade..... 2/249

TRABALHO DO MENOR

- Trabalho do adolescente. Conciliação com os estudos. Imperatividade. Pedido de demissão. Nulidade. Convolação em dispensa sem justa causa..... 6/922

TRABALHO DOMÉSTICO

- Empregada doméstica..... 4/588
- Trabalho doméstico. Âmbito familiar. Informalidade dessa relação de emprego. Fidúcia entre as partes 3/427

TRABALHO EXTERNO

- Atividade externa compatível com a fixação de horário de trabalho - inaplicável a exceção do art. 62, I, da CLT..... 3/427
- Montador. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 4/671
- Motorista. Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 6/923
- Trabalhador externo. Jornada controlada. Horas extras devidas 3/427, 4/653
- Trabalho externo. Art. 62, I, CLT. Possibilidade de controle da jornada. Horas extras devidas 3/428
- Trabalho externo. Enquadramento na exceção do art. 62, I, da CLT. Não configuração 1/105
- Trabalho externo. Ônus da prova 3/428
- Trabalho externo. Possibilidade de controle da jornada..... 3/428, 4/672, 6/923
- Trabalho externo. Possibilidade de fiscalização da jornada pelo comparecimento do trabalhador na sede da empresa no início e fim do expediente. Inaplicável a exceção prevista no art. 62, I, da CLT 4/672

TRANSPORTE DE VALORES

- Transporte de valores. Indenização por danos morais e materiais 1/105

TURNO DE REVEZAMENTO

- Turno ininterrupto de revezamento. Jornada de 12x36. Regime especial. Feriados trabalhados. Pagamento em dobro. Impossibilidade. Gozo de três folgas semanais. Compensação das folgas e feriados laborados no módulo semanal de jornada 2/228
- Turno ininterrupto de revezamento. Jornada elástica. Previsão em norma coletiva. Horas extraordinárias habituais. Invalidez..... 6/923
- Turno ininterrupto de revezamento. Negociação coletiva. Descumprimento 3/428, 4/673
- Turnos ininterruptos de revezamento. Acordo coletivo. Fixação de jornada superior a seis horas diárias. Ausência de contrapartida. Inválido..... 4/673

- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância bimestral. Caracterização	6/923
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância em períodos de 4 em 4 meses. Caracterização.....	3/428
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância em períodos variáveis. Caracterização.....	1//105, 3/391, 4/674, 6/923
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância trimestral. Caracterização	6/924
- Turnos ininterruptos de revezamento. Alternância. Periodicidade. Caracterização	6/924
- Turnos ininterruptos de revezamento. Ausência de norma coletiva. Jornada reduzida de seis horas. Horas extras devidas.....	3/429
- Turnos ininterruptos de revezamento. Caracterização	1/106, 2/250
- Turnos ininterruptos de revezamento. Caracterização. Alternância trimestral	2/250
- Turnos ininterruptos de revezamento. Definição	2/250, 4/547
- Turnos ininterruptos de revezamento. Determinação de utilização do divisor 180	3/428
- Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada por norma coletiva. Ausência de contrapartida. Invalidez.....	4/674
- Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada. Ausência de norma coletiva.....	4/635
- Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento previsto em norma coletiva. Invalidez. Revezamento bimestral.....	1/106
- Turnos ininterruptos de revezamento. Existência de labor extraordinário habitual. Descaracterização da negociação coletiva. Manutenção da jornada de seis horas	2/250, 4/674
- Turnos ininterruptos de revezamento. Inobservância da jornada especial elastecida por meio de norma coletiva	3/429
- Turnos ininterruptos de revezamento. Não caracterização	1/106

TUTELA

- Antecipação de tutela. ECT. Restabelecimento de gratificação irregularmente suprimida/reduzida em folha de pagamento. Possibilidade	3/429
- Tutela antecipatória revogada pela sentença de improcedência. Pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso ordinário. Não restabelecimento da tutela revogada	4/674
- Tutela inibitória. Alteração dos horários da jornada no comércio. Final do ano. cabimento.....	4/675

UNICIDADE DO CONTRATO

- Unicidade contratual. Contratos de safra	4/625
- Unicidade contratual. Não caracterização	4/675

VALE ALIMENTAÇÃO

- Vale alimentação. Benefício recebido em data anterior à adesão da empresa ao PAT. Natureza jurídica salarial	1/107
- Vale alimentação. Supressão pelo ente público. Impossibilidade	3/429
- Vale alimentação. Valor. Redução. Diferenças. Cabimento	1/93

VALE-TRANSPORTE

- Vale-transporte indevido. Opção pelo não pagamento. Ausência de vício de consentimento. Utilização de veículo próprio	6/901
- Vale-transporte indevido. Utilização de veículo próprio.....	6/897

- Vale-transporte. Indenização. Não cabimento.....	4/670
- Vale-transporte. Ônus da prova.....	1/107
- Vale-transporte. Ônus da prova. Recurso ordinário do município.....	4/675

VALOR DA CAUSA

- Custas processuais. Valor da causa. Fixação.....	4/542
- Limitação da condenação ao valor atribuído à causa. Impossibilidade.....	3/423
- Valor de alçada. Não conhecimento do recurso.....	2/250, 4/675

VALOR DA CONDENAÇÃO

- Limitação da condenação ao valor atribuído à causa. Cabimento.....	1/46
----------------------------------------------------------------------	------

VENDEDOR

- Vendedor. Atividade externa. Art. 62, I, da CLT. Controle indireto e à distância da jornada de trabalho. Adicional de horas extras devido.....	4/676
- Vendedor. Trabalho externo.....	1/107
- Vendedor. Vínculo de emprego. Não configuração.....	1/107
- -Vendedor externo. Obrigatoriedade do uso de carro próprio. Reembolso.....	1/78

VIGILANTE

- Vigia. Adicional de periculosidade.....	4/677
- Vigia e vigilante. Distinção entre essas funções. Pedido de adicional de periculosidade. Não aplicação, ao vigia (na verdade, era apenas um porteiro), nos termos da Lei n. 12.740/2012, regulamentada pela Portaria do MTE n. 1.885/2013, de 3.12.2013.....	4/677
- Vigia e vigilante. Distinção entre essas funções. Pedido de adicional de periculosidade. Não aplicação, ao vigia, nos termos da Lei n. 12.740/2012, regulamentada pela Portaria do MTE n. 1.885/2013, de 3.12.2013.....	2/251
- Vigilância. Extinção do contrato de prestação de serviços. Continuidade dos serviços no mesmo posto para nova empresa. Rescisão contratual por pedido de demissão.....	1/107
- Vigilante. Escala 12x36. Validade.....	4/677
- Vigilante. Lei n. 12.740/2012. Adicional de periculosidade. Devido a partir da regulamentação pelo MTE.....	2/214, 3/429